



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social**

**GABRIELLA ALMEIDA DE FARIA**

**NATUREZA, APROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA: contradições  
na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de  
São João – Bahia**

**Salvador**  
**2013**

**GABRIELLA ALMEIDA DE FARIA**

**NATUREZA, APROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA:  
contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea  
de Mata de São João – Bahia**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – Linha de Pesquisa em Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente –, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Juan Carlos Rossi Alva

Salvador

2013

UCSal. Sistema de Bibliotecas

F224 Faria, Gabriella Almeida de.  
Natureza, apropriação e resistência: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João – Bahia . – Salvador, 2013.  
220 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.  
Orientação: Prof. Dr. Juan Carlos Rossi Alva

1. Apropriação da natureza 2. Zona costeira 3. Especulação imobiliária & Turismo 4. Impactos ambientais 5. Mata de São João - Bahia – Zona litorânea – Ocupação territorial I. Título.

CDU 711.4(813.8)



## TERMO DE APROVAÇÃO

**Gabriella Almeida de Faria**

**Natureza, Apropriação e Resistência: Contradições na dinâmica da ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João – Bahia.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 18 de março de 2013.

Banca Examinadora:



Prof. Dr.  
Juan Carlos Rossi Alva - Orientador  
Doutor em Bioquímica  
Universidade Católica do Salvador - UCSal



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Silvana Sá de Carvalho  
Doutora em Geografia  
Universidade Católica do Salvador - UCSal



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Liliãe Ferreira Mariano da Silva  
Doutora em L'Etudes de l'Amérique Latine  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

A todos aqueles que nestes tempos de angústias e incertezas sobre o futuro da humanidade e do planeta não admitem delegar aos donos do poder disciplinar e controladores do capitalismo contemporâneo a tarefa de traçar o nosso destino e encontram, no caminho entre o possível e a utopia, um espaço para agir.

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste estudo não seria possível sem as influências e as contaminações daqueles com quem tive o privilégio de compartilhar, desde os saberes acadêmicos até os processos de conhecimento espiritual, emocional, transversal, contribuindo para a minha compreensão e adaptação ao contexto múltiplo, heterogêneo, mudável e complexo, no qual se desenvolve a humanidade. Inúmeras reflexões e experiências que permitiram a transformação do que sou em uma pessoa mais aberta, livre, curiosa, lúcida e preservando, ao mesmo tempo, minha leveza e minha autenticidade. Assim, aqui seria impossível agradecer a todos que participaram de minha história de vida e colaboraram direta ou indiretamente para este trabalho. Portanto, limito-me, então, a nomear aqueles que mais de perto me ajudaram a vencer esse difícil percurso, permeado por prazeres e angústias, alegrias e tristezas, agradecendo antes de tudo aos meus pais: **Fred e Maria Elisa**, pelo investimento em minha formação e por acreditarem na minha capacidade pessoal, além de apoiarem a minha precoce independência. Agradeço especialmente à minha mãe, que mesmo exercendo uma influência tão forte ao longo de toda a minha vida, sempre me apoiou e me deixou com liberdade para escolher os caminhos nos quais acreditei. Obrigada mãe, por suas sábias e acalentadoras palavras, que mesmo diante da infinidade de coisas que ainda faltavam para eu fazer, me dizia “calma, já está no final”.

À **UCSal**, instituição onde realmente me sinto em casa, acolhida e bem-vinda. Obrigada, aos funcionários da secretaria, da limpeza, professores e colegas do **Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social**, pelas nossas discussões e conversas, que colaboraram imensamente para o entendimento das questões que envolvem as territorialidades.

À **Juan Carlos Rossi Alva**, meu orientador, por acreditar nas minhas idéias e confiar no meu processo criativo.

Aos professores que aceitaram compor a banca, me prestigiando com críticas e sugestões, imprescindíveis para a construção desta forma final de dissertação: **Liliane Mariano**, que conseguiu através de valiosos comentários, um maior

aprofundamento das questões locais que foram abordadas; **Silvana Carvalho**, pela disponibilidade e pelas contribuições fundamentais para a elaboração das cartografias, além de colaborar para uma melhor compreensão deste trabalho por profissionais das diversas áreas.

Ao meu irmão, **Charles**, pelo amor incondicional e pelos afilhados maravilhosos que trouxe para meu convívio.

Ao meu companheiro, **Márcio Tavares**, por compartilhar da mesma fascinação e amor pela natureza e do profundo respeito a todas as formas de vida que nos cercam. Obrigada por construir comigo um modo de vida singular, um caminho intermediário entre as urbanidades e as ruralidades nutrido de uma relação autêntica, livre e serena que me deu a paz necessária para empreender este desafio.

À minha prima, irmã, amiga, companheira **Márcia Mello**, com quem dividi tantas reflexões e angústias, *perceptos* e *afectos*, que me ajudou com muita paciência, carinho, amor e total disponibilidade na organização das idéias e, principalmente, na desconstrução de muitos modelos mentais.

À **Ariadne Moraes**, pelas conversas desterritorializadas, abstrações e devires outros.

À **Andreia Caldas**, pela amizade, lealdade, por todas as nossas vivências e convivências, e pelos inúmeros 'galhos quebrados' ao longo desses dois anos.

A **Pedro Nogueira**, bolsista do Projeto PRONEX, meu instrutor de cartografia, pelas análises das imagens e construção da cartografia, fundamentais para o resultado deste trabalho.

Aos meus amigos e familiares que, mesmo à distância, me apoiaram e incentivaram, perdoando sempre meus abandonos, esquecimentos, e a completa falta de tempo.

E, a todos aqueles que, embora não nomeados, torceram por mim e agora, finalmente, celebram comigo o final desta etapa!

**RESUMO**

Este estudo, que versa sobre a dinâmica de ocupação territorial da zona costeira de Mata de São João e seus rebatimentos sobre o ambiente natural, na interface de fenômenos históricos, agenciamentos contemporâneos e heterogeneidades culturais, analisa a apropriação da natureza, configurada através da incorporação material e subjetiva por diversos grupos sociais, a partir de relações de poderes hegemônicos ou de focos de resistência, que se efetivaram em diferentes escalas. Através de uma multiplicidade de condicionantes, compreende-se que as alterações ambientais decorrentes de economias globais associadas a mercados de acumulação de capital, alicerçados nas políticas públicas protecionistas, possibilitaram ao mercado turístico e imobiliário a implantação de projetos desvinculados das questões socioambientais, engendrando novos valores que passaram a organizar a vida naquele território.

**PALAVRAS-CHAVE:** APROPRIAÇÃO DA NATUREZA; ZONA COSTEIRA; ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA & TURISMO; IMPACTOS AMBIENTAIS.

**ABSTRACT**

This study focuses on the dynamics of territorial occupation of the coastal zone of Mata de São João and their repercussions on the natural environment. It analyzes the appropriation of nature at the interface of historical phenomena, contemporary agencements and cultural heterogeneity. The incorporation of nature by many social groups was configured materially and subjectively via relationships with hegemonic powers or foci of resistance and effected at different scales. Through a variety of conditions and motivated by protectionist policies, environmental changes due to global economies -which are associated with markets of capital accumulation -, allowed to tourism and real estate markets the implementation of projects unrelated to environmental issues, engendering new values that began to organize life in those territories.

**KEYWORDS:** APPROPRIATION OF NATURE; COASTAL ZONE; REAL STATE SPECULATION & TOURISM; ENVIRONMENTAL IMPACTS.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Mapa da Bahia de Todos os Santos do século XVII, com a localização na porção superior da Torre de Garcia d'Ávila. Fonte: Bandeira, 2007.....	65
Figura 02 –	Vista frontal das ruínas do Castelo da Torre Garcia d'Ávila, no alto da colina, o lado do porto de Tatuapara. Fonte: Baldessarini, 2001.....	66
Figura 03 –	Detalhes da arquitetura da Casa da Torre, aparelhada em pedras de natureza, qualidade e corte, diversificados. Fonte: Baldessarini, 2001.....	66
Figura 04 –	Mapa da península onde a Cidade do Salvador foi construída, vendo-se, acima do Rio Joanes e a Vila de Abrantes, fundada pela Casa da Torre. Fonte: Bandeira, 2007.....	69
Figura 05 –	A chegada de Otacílio Nunes de Souza à Praia do Forte. Fonte: Acervo pessoal de Roberto de Souza, anos de 1920.....	73
Figura 06 –	Acesso de balsa ao Litoral Norte através do Rio Pojuca, em 1960. Fonte: Acervo pessoal de Roberto de Souza, anos de 1960.....	74
Figura 07 –	Ocupações da zona costeira de Praia do Forte na década de 1970 e áreas desmatadas para cultivo de pastagens. Fonte: Acervo pessoal de Roberto de Souza, década de 1970.....	76
Figura 08 –	Ruas e residências da Praia do Forte até a década de 1980. Fonte: Amaral, 2012.....	78
Figura 09 –	Casas de veraneio e pousadas da Praia do Forte, na década de 1980. Fonte: <a href="http://www.praiadoforte.org.br">http://www.praiadoforte.org.br</a> .....	78
Figura 10 –	Casas de veraneio e pousadas da Praia do Forte, na década de 1980. Fonte: <a href="http://www.praiadoforte.org.br">http://www.praiadoforte.org.br</a> .....	78
Figura 11 –	Processo de urbanização em Praia do Forte com alteração do padrão construtivo. Fonte: <a href="http://www.brasilpassoapasso.com.br">http://www.brasilpassoapasso.com.br</a> .....	79
Figura 12 –	Processo de urbanização em Praia do Forte com alteração do padrão construtivo. Fonte: <a href="http://www.brasilpassoapasso.com.br">http://www.brasilpassoapasso.com.br</a> .....	79
Figura 13 –	Trechos da BA 099 – Linha Verde. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	80
Figura 14 –	Trechos da BA 099 – Linha Verde. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	80
Figura 15 –	Localização da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia. BAHIA – 2012. Fonte: INEMA, 2010; SEI, 2010. Elaboração Gabriella Faria, 2012.....	81

Figura 16 –	Casas populares em primeiro plano (face oeste da Linha Verde) e empreendimento residencial luxuoso Reserva Imbassaí, em segundo plano (face leste da Linha Verde). Fonte: Acervo da autora, 2012.....	82
Figura 17 –	Complexo Costa do Sauípe. Fonte: <a href="http://www.turismo.culturamix.com">http://www.turismo.culturamix.com</a> .....	83
Figura 18 –	Loteamento Minha Casa Minha Vida. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	83
Figura 19 –	Marketing turístico das paisagens e localidades. Fonte: <a href="http://www.orealizacoes.com.br">http://www.orealizacoes.com.br</a> .....	84
Figura 20 –	Marketing turístico das paisagens e localidades. Fonte: <a href="http://www.orealizacoes.com.br">http://www.orealizacoes.com.br</a> .....	84
Figura 21 –	Marketing turístico das paisagens e localidades. Fonte: <a href="http://www.orealizacoes.com.br">http://www.orealizacoes.com.br</a> .....	84
Figura 22 –	Marketing turístico das atividades de turismo ecológico. Fonte: <a href="http://www.bahiaadventure.com">http://www.bahiaadventure.com</a> .....	84
Figura 23 –	Logomarca do Projeto Tamar. Fonte: <a href="http://www.tamar.org.br">http://www.tamar.org.br</a> .....	84
Figura 24 –	Pescadora de Diogo. Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.....	86
Figura 25 –	Preparo da farinha de mandioca. Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.....	86
Figura 26 –	Vendedor de coco na praia de Santo Antônio. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2011.....	86
Figura 27 –	Crianças na praia de Santo Antônio. Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.....	86
Figura 28 –	Vendedora de artesanato em Praia do Forte. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	86
Figura 29 –	Pescadores em Santo Antônio. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2012.....	86
Figura 30 –	Vila da Praia do Forte: Shopping da Villa. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	87
Figura 31 –	Vila da Praia do Forte: comércio sofisticado e residência modesta. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	87
Figura 32 –	Vila da Praia do Forte: Associação dos Pescadores. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	87
Figura 33 –	Vila da Praia do Forte: residência de nativos, respectivamente. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	87
Figura 34 –	Extrativismo de lagosta na Praia de Santo Antônio. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2008.....	88

Figura 35 –	Agricultura familiar em Barro Branco. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2008.....	88
Figura 36 –	Artesanato de piaçava em Diogo. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2008.....	88
Figura 37 –	Pesca com rede. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2008.....	88
Figura 38 –	Vila da Praia do Forte: turistas consumindo produtos da cultura local. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	89
Figura 39 –	Vila da Praia do Forte: comércio de artesanato local. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	89
Figura 40 –	Vila da Praia do Forte: baiana de acarajé. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	89
Figura 41 –	Vila da Praia do Forte: vendedor de cocada. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	89
Figura 42 –	Foz do Rio e Praia de Imbassaí. Fonte: <a href="http://www.resortimbassaibahia.com.br">http://www.resortimbassaibahia.com.br</a> .....	90
Figura 43 –	Roda de samba de roda. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2009.....	90
Figura 44 –	Manifestações culturais: samba de roda; Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2009.....	91
Figura 45 –	Manifestações culturais: capoeira. Fonte: <a href="http://www.panelabrasil.blogspot.com.br">http://www.panelabrasil.blogspot.com.br</a> .....	91
Figura 46 –	Manifestações culturais: festa de Senhor do Bonfim de Mata. Fonte: <a href="http://www.matadesaojoao.ba.gov.br">http://www.matadesaojoao.ba.gov.br</a> .....	91
Figura 47 –	Manifestações culturais: festa de carnaval. Fonte: <a href="http://www.praiadoforte.org.br/cultura">http://www.praiadoforte.org.br/cultura</a> .....	91
Figura 48 –	<i>Megaresorts</i> (Iberostar) desconfigurando a paisagem natural. Fonte: <a href="http://imoveis.bahianoticias.com.br">http://imoveis.bahianoticias.com.br</a> .....	94
Figura 49 –	<i>Megaresorts</i> (Costa do Sauípe) desconfigurando a paisagem natural. Fonte: <a href="http://www.sitesturismo.com.br">http://www.sitesturismo.com.br</a> .....	94
Figura 50 –	Arquitetura característica dos condomínios de luxo do litoral de Mata de São João. Fonte: <a href="http://www.odebrechtonline.com.br">http://www.odebrechtonline.com.br</a> .....	95
Figura 51 –	Localização de Mata de São João no Estado da Bahia e na Região Nordeste. Brasil – 2012. Fonte: IBGE, 2010; SEI, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	96
Figura 52 –	Localização de Mata de São João na Microrregião de Catu e na Mesorregião Metropolitana de Salvador. Bahia – 2012. Fonte: IBGE, 2010; SEI, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	98

Figura 53 –	Localização de Mata de São João na Região Metropolitana de Salvador – RMS Bahia – 2012. Fonte: SEI, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	99
Figura 54 –	Localização de Mata de São João no Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte. Bahia – 2012. Fonte: SEI, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	100
Figura 55 –	Localização de Mata de São João na Costa dos Coqueiros. Bahia – 2012. Fonte: PRODETUR-BA, 1991; SEI, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	102
Figura 56 –	Distribuição geográfica dos distritos de Mata de São João. Bahia – 2012. Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	105
Figura 57 –	Número de domicílios por localidade do Distrito de Açu da Torre. Fonte: Muricy, 2007.....	108
Figura 58 –	Pousada de Imbassaí, utilizando elementos construtivos artesanais, inserida em áreas verdes. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	111
Figura 59 –	Restaurante de Imbassaí, utilizando elementos construtivos artesanais, inserido em áreas verdes. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	111
Figura 60 –	Casa de artesanato e mercadinho local de Curralinho. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	113
Figura 61 –	Casa de artesanato e mercadinho local de Curralinho. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	113
Figura 62 –	Residências e ruas de Curralinho. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	114
Figura 63 –	Residências e ruas de Curralinho. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	114
Figura 64 –	Ruas com arruamento irregular e residências de nativos da “Vila” Sauípe. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	115
Figura 65 –	Ruas com arruamento irregular e residências de nativos da “Vila” Sauípe. Fonte: Acervo da autora, 2013.....	115
Figura 66 –	Acesso à Santo Antônio. Fonte: Acervo da autora, 2011.....	116
Figura 67 –	Residências típicas de Santo Antônio. Fonte: Acervo da autora, 2011.....	116
Figura 68 –	Residências de padrão construtivo simples de Diogo. Fonte: Acervo da autora, 2011.....	117
Figura 69 –	Residências de padrão construtivo simples de Diogo. Fonte: Acervo da autora, 2011.....	117
Figura 70 –	Representação espacial dos setores rurais e urbanos de Mata de São João. Bahia – 2012. Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 2008. Elaboração: Gabriella Faria.....	118

Figura 71 –	Face oeste da Linha Verde com loteamento habitacional popular. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	123
Figura 72 –	Face oeste da Linha Verde com ocupações não sobrecodificadas. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	123
Figura 73 –	Exemplos de Área de Preservação Permanente situadas em zonas costeiras. Fonte: Resolução CONAMA nº 303/2002, art. 3º. Elaboração, Gabriella Faria, 2013.....	133
Figura 74 –	Dispositivos legais estaduais e municipais e sua respectiva aplicação. Fonte: <a href="http://www.matadesaojoao.ba.gov.br">http://www.matadesaojoao.ba.gov.br</a> ; <a href="http://www.meioambiente.ba.gov.br">http://www.meioambiente.ba.gov.br</a> . Elaboração: Gabriella Faria, 2013.....	137
Figura 75 –	Localização da área de pesquisa na APA / Litoral Norte. Bahia – 2012. Fonte: SEI, 2010; INEMA, 1995; CPRM, 2008. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	138
Figura 76 –	Fauna silvestre: raposa do campo. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.....	141
Figura 77 –	Fauna silvestre: jararaca. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.....	141
Figura 78 –	Fauna silvestre: iguana. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.....	141
Figura 79 –	Fauna silvestre: filhotes de beija-flor besouro. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.....	141
Figura 80 –	Fauna ameaçada de extinção: lagarto do Abaeté. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.....	142
Figura 81 –	Fauna ameaçada de extinção: ouriço caixeiro. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.....	142
Figura 82 –	Fauna da restinga da área de estudo: cainana, Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 83 –	Fauna da restinga da área de estudo: armadeira. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 84 –	Fauna da restinga da área de estudo: cágado. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 85 –	Fauna da restinga da área de estudo: papa-pinto. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 86 –	Fauna da restinga da área de estudo: jararaca. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 87 –	Fauna da restinga da área de estudo: corre-campo. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 88 –	Fauna da restinga da área de estudo: escorpião. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144

Figura 89 –	Fauna da restinga da área de estudo: coruja-buraqueira. Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.....	144
Figura 90 –	Hidrografia da área de estudo, com destaque para os rios e zonas úmidas. Bahia – 2012. Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	148
Figura 91 –	Zonas úmidas localizadas na região entre a Vila da Praia do Forte e a Vila Imbassaí. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	151
Figura 92 –	Zonas úmidas localizadas na região entre a Vila da Praia do Forte e a Vila Imbassaí. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	151
Figura 93 –	Zonas úmidas localizadas na região entre a Vila da Praia do Forte e a Vila Imbassaí. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	151
Figura 94 –	Zonas úmidas localizadas na região entre a Vila da Praia do Forte e a Vila Imbassaí. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	151
Figura 95 –	Diagrama de perfil da vegetação encontrada na Restinga da área de estudo. Fonte: Faria e Menezes, 2002.....	152
Figura 96 –	<i>Formação Praiaal-graminóide</i> , associada ao coqueiral, localizada na área entre a Vila da Praia do Forte e a Vila de Imbassaí. Fonte: Acervo da autora, 2011.....	153
Figura 97 –	Ramos férteis da flora nativa (cajuero). Fonte: Acervo da autora, 2010.....	154
Figura 98 –	Ramos férteis da flora nativa (mangabeira). Fonte: Acervo da autora, 2010.....	154
Figura 99 –	<i>Formação Aberta em Moitas</i> . Fonte: Acervo da autora, 2010.....	155
Figura 100 –	<i>Allagoptera brevicallyx</i> . Fonte Acervo da autora, 2010.....	155
Figura 101 –	Imagem aérea representando as formações da restinga da área de estudo. Bahia – 2012. Fonte: INEMA, 2003. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	157
Figura 102 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Aechmea</i> sp. Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 103 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Cyrtopodium</i> sp. Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 104 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Comolia ovalifolia</i> . Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 105 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Tabebuia elliptica</i> Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 106 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Achmea</i> sp. Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158

Figura 107 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Hohenbergia litoralis</i> . Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 108 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Melocactus violaceus</i> . Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 109 –	Flora da restinga da área de estudo: <i>Epidendrum cinnabarinum</i> Fonte: Acervo da autora, 2008.....	158
Figura 110 –	Ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João. Bahia – 1989. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; CONDER, 1989. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	167
Figura 111 –	Ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João. Bahia – 2003. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; INEMA, 2003. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	168
Figura 112 –	Ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João. Bahia – 2010. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; PRONEX, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	168
Figura 113 –	Ocupação territorial e uso do solo em 1989, 2003 e 2010. Fonte / Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	170
Figura 114 –	Intervenções humanas <i>versus</i> hidrografia da área de estudo. Mata de São João – Bahia – 1989. Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010; CONDER, 1989. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	172
Figura 115 –	Intervenções humanas <i>versus</i> hidrografia da área de estudo. Mata de São João – Bahia – 2003. Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010; INEMA, 2003. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	173
Figura 116 –	Intervenções humanas <i>versus</i> hidrografia. Mata de São João – Bahia – 2010. Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010; PRONEX, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	175
Figura 117 –	Visão detalhada da ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João / 1989. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; CONDER, 1989. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	179
Figura 118 –	Visão detalhada da ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João / 2003. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; INEMA, 2003. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	181
Figura 119 –	Visão detalhada da ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João / 2010. Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; PRONEX, 2010. Elaboração: Gabriella Faria, 2012.....	185
Figura 120 –	Pesca tradicional realizada na Praia de Santo Antônio em 2010. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2010.....	198
Figura 121 –	Supressão de áreas de vegetação de restinga para instalação do empreendimento Iberostar. Fonte: Acervo do INEMA, 2010.....	199
Figura 122 –	Áreas ocupadas com construções horizontais da Costa do Sauípe. Fonte: Acervo do INEMA, 2010.....	200

Figura 123 –	Áreas utilizadas para atividades esportivas e recreativas da Costa do Sauípe. Fonte: Acervo do INEMA, 2010.....	200
Figura 124 –	Instrumentista nativo preparando o pandeiro para o samba de roda típico da Bahia. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2010.....	202
Figura 125 –	Artesãs utilizando palha de piaçava para confecção de bolsas. Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.....	203
Figura 126 –	Pesca tradicional realizada na Praia de Santo Antônio. Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2010.....	203

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>CAPÍTULO I – Diálogos conceituais e teóricos</b> .....	30
1.1 Espaço e território em diversas interpretações .....	30
1.2 Territórios, escalas e poderes .....	34
1.3 Territórios-natureza: produtos de consumo .....	37
1.3.1 Apropriação privada da natureza: consequências de um capitalismo insustentável ...	41
1.4 Territorialidades e processos da contemporaneidade .....	44
1.5 Territórios, políticas de proteção e sustentabilidade .....	50
1.6 Intervenções humanas e impactos ambientais .....	57
<b>CAPÍTULO II – Litoral Norte: passado e presente</b> .....	61
2.1 A transformação do território .....	61
2.2 Conquista e povoamento no período colonial .....	61
2.2.1 O império de Garcia d'Ávila .....	63
2.2.2 Os índios tupinambás e as missões jesuíticas .....	67
2.2.3 O início de uma urbanização: questões fundiárias e fronteiras .....	70
2.2.4 Os meios de comunicação .....	71
2.3 As transformações do século XX .....	72
2.3.1 O início da atividade imobiliária: uma orla estendida .....	76
2.3.2 O fim do isolamento .....	77

2.4 O panorama atual .....	82
<b>CAPÍTULO III – Do global ao local: conflitos e contradições .....</b>	<b>85</b>
3.1 Globalização e regionalização na dinâmica territorial local .....	85
3.1.1 Localização de Mata de São João .....	96
3.1.2 Lógica espacial de Mata de São João .....	97
3.1.3 Mata de São João: dinâmica socioeconômica .....	105
3.1.3.1 Um zoom sobre a escala local .....	108
3.1.3.1.1 Vila da Praia do Forte .....	108
3.1.3.1.2 Vila de Imbassaí .....	110
3.1.3.1.3 Vila de Açú da Torre .....	112
3.1.3.1.4 Barro Branco .....	112
3.1.3.1.5 Curralinho .....	113
3.1.3.1.6 “Vila” Sauípe .....	114
3.1.3.1.7 Diogo e Santo Antônio .....	116
3.1.4 Configurações rural-urbanas .....	118
<b>CAPÍTULO IV – Uma leitura do ambiente natural .....</b>	<b>124</b>
4.1 Breve evolução histórica da legislação ambiental brasileira .....	124
4.2 Ocupação da zona costeira: um problema de âmbito nacional .....	128
4.2.1 Cenário atual de ocupação das zonas costeiras .....	129
4.2.2 Políticas públicas federais e a zona costeira brasileira .....	131
4.2.3 Zona costeira de Mata de São João: políticas e estratégias público-privadas .....	135
4.3 Recorte espacial .....	137

4.4 Aspectos climáticos .....	138
4.5 Ecossistemas litorâneos, fauna e flora .....	139
4.6 Pressões antrópicas .....	159
4.6.1 Concentração fundiária .....	160
4.6.2 Turismo e especulação imobiliária .....	160
<b>CAPÍTULO V – Intervenções e impactos no ambiente .....</b>	<b>166</b>
5.1 Intervenções antrópicas na zona costeira de Mata de São João .....	166
5.1.1 Ocupação e uso do solo: interferências sobre a hidrografia .....	172
5.2.2 Impactos ambientais da dinâmica de ocupação e uso do solo .....	178
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>194</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>207</b>

## INTRODUÇÃO

A possibilidade de transitar pelo Litoral Norte do Estado da Bahia e observar diferentes características ambientais, sociais e culturais que se acentuam na zona do Município de Mata de São João, despertava uma particular curiosidade sobre os inúmeros elementos, harmônicos e contrastantes, através dos quais aquele território podia ser percebido, ocupado, modificado.

Mesmo enquanto não era possível compreendê-lo nas suas múltiplas dimensões, eram cenários paradoxais a provocar inquietações através das mais variadas formas de apreensão e interpretação, indicando que o modelo de apropriação dos espaços modificava o arranjo natural da paisagem e imprimia novas características e configurações àquele local.

Contudo, o conhecimento sobre o seu patrimônio natural, assim como o interesse pela sua conservação, que se deu a partir de uma pesquisa desenvolvida ao longo de dez anos sobre os ecossistemas, a arquitetura da vegetação (fitossociologia) e a composição florística daquela faixa litorânea,<sup>1</sup> proporcionou a compreensão da sua importância e fragilidade, quando analisados sob a ótica ambiental e na perspectiva da construção do pensamento biológico.

O estudo acima mencionado já denunciava contradições na relação homem *versus* natureza e produzia questionamentos, que se intensificaram enquanto decorriam as disciplinas do Curso de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, devido aos conhecimentos adquiridos sobre os fenômenos geográficos e as dinâmicas territoriais que envolvem os processos de crescimento e desenvolvimento das territorialidades.

---

<sup>1</sup> A referida pesquisa, iniciada no ano de 2000, teve por objetivo a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Biológicas com ênfase em Biologia Vegetal, no Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia. O material resultante contribuiu para a publicação de trabalhos e para a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) dos empreendimentos hoteleiros que foram construídos na região (Iberostar, Reserva Imbassaí e Grand Paladium).

À proporção em que se conheciam os demais aspectos que configuram o território que é foco deste estudo e se aprofundavam as investigações sobre o paradigma distorcido da sua ocupação, tornou-se necessário analisar 'o que' cada escala, que detinha poder de mando e atuação sobre aquele território, poderia revelar.

É notório que houve um aumento da ocupação do solo no Litoral Norte do Estado da Bahia desde os anos de 1970, quando se desencadeou um processo de especulação imobiliária, valorizando principalmente as áreas costeiras, o que sinalizava uma possível ameaça aos recursos naturais e ecossistemas.

Contudo, no Município de Mata de São João a apropriação da natureza se tornou mais evidente a partir da década de 1990, com a ampliação da Rodovia BA-099 e a implantação da Linha Verde, o que provocou uma série de indagações que resultaram em diversas análises tecidas no corpo desta dissertação, versando sobre a crescente e desordenada ocupação daquele território e seus rebatimentos sobre o meio ambiente ao longo do tempo.

Conseqüentemente, o recorte espacial para a realização da presente dissertação foi feito em uma zona localizada em Mata de São João, com base na influência exercida pela Linha Verde sobre as áreas contíguas à rodovia, que mesmo antes de ser pavimentada, ainda na década de 1980, apresentava um esboço de estrada de barro, possibilitando o acesso aos povoados litorâneos.

Porém, escrever acerca das conseqüências desta ocupação sobre o meio natural, por si, já seria suficientemente complexo, não só pela sua abrangência, inclusive histórica, como também pela multiplicidade de ambientes que conferem àquele local uma dinâmica ímpar: seja quando exhibe características originais e está revestido por cobertura vegetal primária; seja quando está entremeado à vegetação invasora ou pastagens que compõem formações vegetais em diferentes estágios sucessionais, onde nem sempre é possível distinguir o quanto foram alteradas pelo processo histórico de uso e apropriação.

Portanto, para o desenvolvimento deste estudo, o primeiro passo, sem dúvida, foi compreender o território sob múltiplas esferas, muito além do ambiente, investigando-o a partir da representação das imagens que se constroem em cada tempo e de cada espaço, interfaceadas pelas modificações que são impostas pelos processos de globalização e fragmentação.

Ao se reconhecer que o território é um espaço de luta, disputa, confronto e cooperação – resultado das diversas manifestações dos indivíduos em seus espaços de convivência, gerando imagens que apenas não os refletem, mas os contextualizam –, percebeu-se que as diversas formas de ocupar e usar o solo, decorrentes de acontecimentos engendrados em função dos fenômenos urbanos contemporâneos, interferem diretamente sobre as transformações do ambiente natural e das dinâmicas ecológicas. Associá-las, portanto, ao processo histórico pode ter parecido um pensamento lógico desde então, mas foram percorridos caminhos transversos, onde conexões puderam ser estabelecidas como além do que foi observado nas imagens que caracterizaram cada época/momento.

Atualmente, a movimentada Linha Verde liga a paradisíaca região costeira de Mata de São João a duas capitais nordestinas (Salvador e Aracaju) enquanto interliga outros importantes municípios do Estado da Bahia e dá acesso a microterritórios de valorização imobiliária significativamente diferenciada.

Trata-se de uma região com aspectos singulares de análise, percebidos na multiplicidade do uso e do aproveitamento do seu solo, onde indústrias petroquímicas, pólos de concentração turística, comércios de produtos variados, residências locadas entre vilarejos populares e condomínios luxuosos, convivem com a historicidade secular daquele território, o qual parece estar curiosamente dividido pela sua própria rodovia de acesso.

Com base nos pensamentos supraexpostos, formulou-se a seguinte hipótese: os processos que envolveram a dinâmica de ocupação territorial da zona costeira do Município de Mata de São João, no Estado da Bahia, provocaram fortes pressões antrópicas, cujas políticas públicas ambientais não foram capazes de impedir,

causando impactos significativos ao ambiente natural e criando novas configurações espaciais que remetem ao discurso e às estratégias das elites hegemônicas, as quais detêm o controle sobre aquele território.

Todavia, no momento em que se iniciava o levantamento dos dados para esta pesquisa, constatou-se que os mapas cartográficos existentes e disponibilizados pelos órgãos oficiais, não representavam a hidrografia, nem a ocupação daquela área de forma fidedigna, ou sequer na sua totalidade. Logo, compreendeu-se a importância de elaborar uma nova cartografia que explorasse os aspectos inerentes ao tema aqui proposto.

Pode-se dizer, portanto, que a cartografia expondo os rios e as zonas úmidas, bem como as áreas ocupadas em escala cronológica da área recortada para este estudo, estão aqui apresentadas de forma inédita. Entende-se que o material construído a partir desta dissertação é de grande valia,<sup>2</sup> pois poderá fundamentar outros estudos sobre o planejamento de uso e ocupação do solo daquela área com maior precisão.

Assim, a elaboração do presente trabalho, que tem por objetivo analisar os impactos ambientais decorrentes do processo da ocupação territorial em uma área recortada do litoral norte baiano, numa escala temporal de três décadas distintas, confrontando-as com as principais políticas públicas ambientais que incidem sobre aquele território, requereu a utilização de critérios metodológicos que possibilitassem a leitura do espaço de uma forma mais dinâmica e que se adequassem às necessidades das análises aqui propostas.

.Para uma melhor compreensão dos fenômenos investigados neste trabalho, foram adotados métodos que permitissem tanto uma abordagem mais ampla, quanto a observação direta, coleta e transformação das informações, os quais foram adaptados das bases conceituais do sistema de classificação proposto por Antonio

---

<sup>2</sup> Cabe comentar que o desenvolvimento deste estudo gerou artigos escritos em co-autoria, que foram submetidos e aceitos para a apresentação oral e para publicação nos anais de eventos científicos nacionais e internacionais que ocorrerão em 2013: **Encontro Internacional Arquivemória 4 - sobre preservação do patrimônio edificado** (Instituto dos Arquitetos do Brasil, Salvador, 14 à 17 de maio); **International Conference on "Changing Cities"- spatial, morphological, formal & socio-economic dimensions** (University of Thessaly, Grécia, de 18 à 21 de junho); **RC43 Conference 3013 "At home with the housing market"** (Universiteit van Amsterdam, Holanda, de 10 à 12 de julho).

Carlos Gil (GIL, 1999, p.26-35; 2000, p.31-42), para pesquisas sociais e econômicas, e encontram-se abaixo detalhados:

1. **Método de abordagem** – dada a complexidade que envolve o objeto de estudo, sua apreensão se deu através do método indutivo que possibilitou observações, comparações e análises dos diversos elementos e fenômenos envolvidos na dinâmica de ocupação territorial da área recortada para esta dissertação, a qual está localizada no Município de Mata de São João e sobreposta pelo trecho inicial da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia - APA/LN.

2. **Método técnico** – o método empregado para obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática investigada e desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se no estudo de caso – denominado por Gil (2000, p.42) de método monográfico –, para o qual foram usados procedimentos específicos, assim distribuídos:

2.1 **Levantamento bibliográfico e iconográfico** versando sobre os principais aspectos ambientais, socioeconômicos e históricos da região, incluindo dados obtidos nas comunidades tradicionais, investimentos turísticos, infraestrutura, atividades antropogênicas e recursos naturais.

2.2 **Pesquisa de campo** para diagnóstico da situação ambiental, uso do solo e ocupação territorial da área de estudo. Para compreensão da dinâmica e importância dos ecossistemas da região foram utilizados dados compilados em dez anos de estudo sobre os ecossistemas e a vegetação. A partir da análise e atualização dos dados, as informações foram processadas e sintetizadas, para que fornecessem os recursos necessários para a compreensão dos reatamentos observados na ocupação territorial através do tempo. Nesta etapa foram realizadas pesquisas de campo no trecho recortado para este estudo, visando atualizar o georreferenciamento

e detalhar os dados sobre os elementos naturais que compõem a paisagem e as formas de ocupação e uso do solo. Assim, foram percorridos rios, brejos, manguezais que caracterizam zonas úmidas, restingas, cordões de dunas e fragmentos florestais. Foram também visitadas as comunidades litorâneas e interioranas, assim como as demais áreas urbanizadas e complexos hoteleiros e residenciais.

**3. Interpretação das imagens** – inicialmente, avaliou-se as possíveis formas de análise que expusessem cronologicamente o processo de ocupação e uso do solo e as características biofísicas, para constatar os impactos ambientais ocorridos. Optou-se por pesquisar usando a imagem como fonte principal de investigação e mostrar sua potencialidade como elemento fundamental na identificação e compreensão dos fenômenos estudados.

As análises foram feitas a partir de imagens aéreas, gentilmente cedidas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e pelo Projeto Metrôpoles na atualidade brasileira: a Região Metropolitana de Salvador /FAPESB/CNPq – PRONEX, em parceria com o Programa de Pós-graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSal)<sup>3</sup>, na escala 1:10.000, o que possibilitou um exame espacial mais detalhado de cada elemento investigado.

As ferramentas de análise e síntese contidas na chamada “geografia tecnológica”, segundo Fitz (2008, p.11), trazem agilidade e rapidez no estudo do espaço geográfico e dos aspectos ambientais nele inseridos. A interpretação das imagens aéreas proporcionou uma capacidade de análise e obtenção das informações mais precisas por se tratar de uma representação fotográfica da superfície terrestre estudada, corrigida digitalmente para promover uma projeção ortogonal sem efeitos de perspectiva.

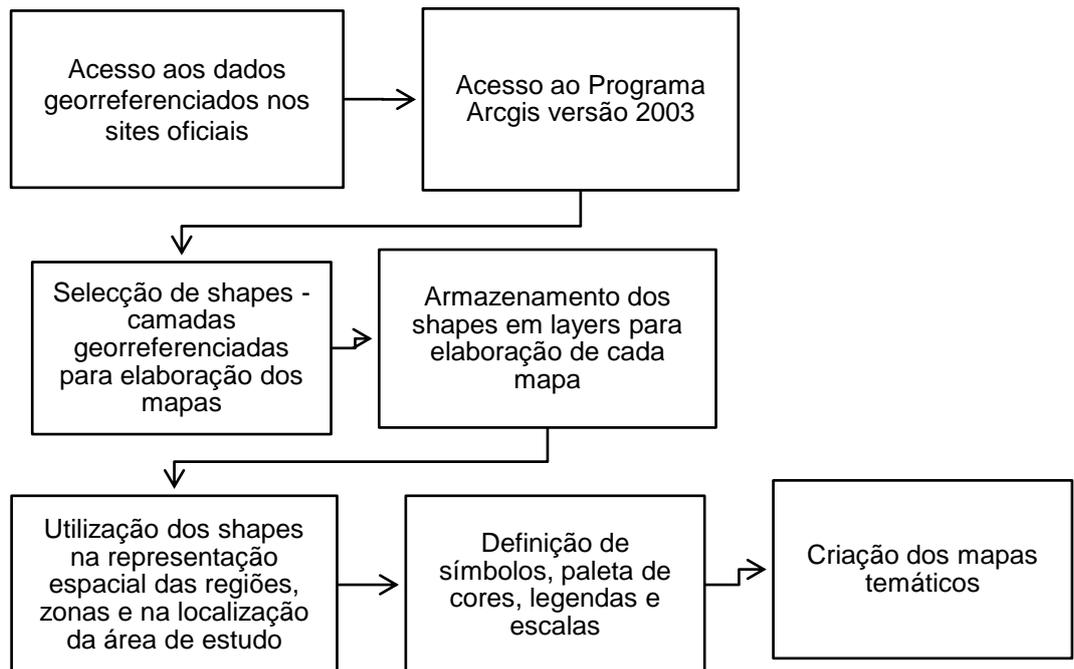
---

<sup>3</sup> As fotografias aéreas do ano de 1989 foram cedidas pela CONDER; o INEMA forneceu imagens de satélite Spot 5 com resolução de 2,5 m coloridas, do ano de 2003; as imagens do ano de 2010 (Alos com resolução de 2,5 m pancromáticas) foram obtidas através do PRONEX-FAPESB – PPG/UCSal.

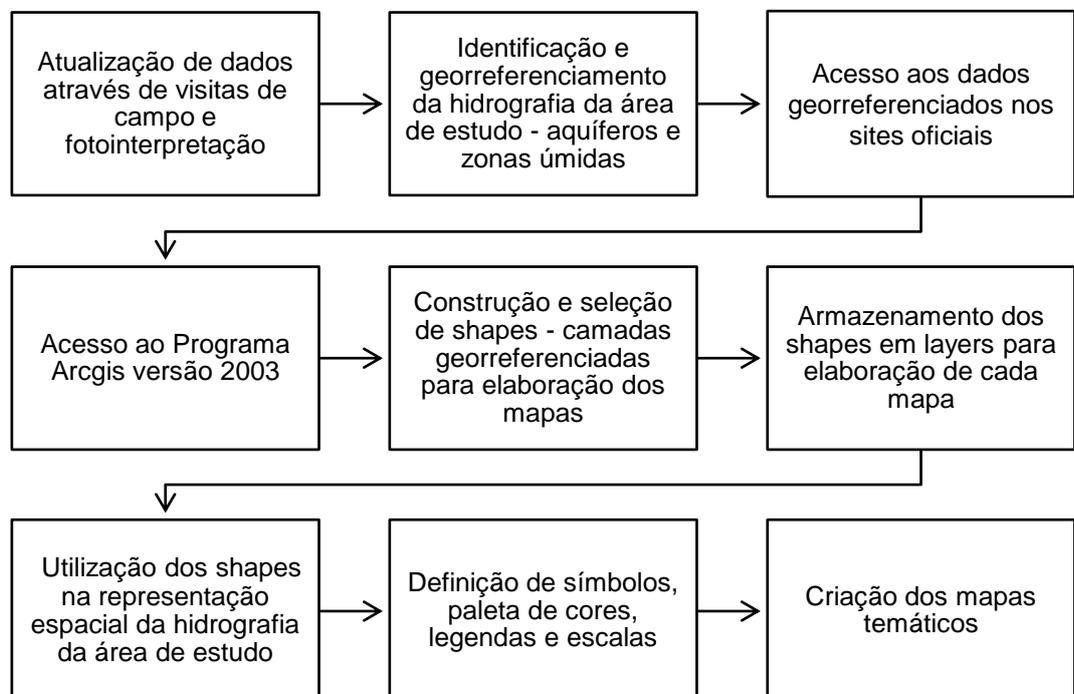
**4. Confeção dos mapas temáticos** – para estudar e cartografar o espaço recortado para este trabalho foi fundamental o acesso a diferentes bases de dados confiáveis, disponibilizadas por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e o INEMA. Em paralelo, foram utilizadas coordenadas geográficas registradas nas diversas visitas *in loco* das formações vegetais e cursos d'água, através do *Global Positioning System* (GPS), além de inúmeras imagens capturadas especificamente para este trabalho, como ferramentas complementares. Desta forma, as análises de uma visada espacial associadas às informações e percepções obtidas em campo, possibilitaram que os dados compilados fossem representados nos mapas temáticos que expõem as realidades historicamente modificadas. Para a elaboração da cartografia temática foi utilizado o *software ArcGIS* (versão 9.3).

**4.1 Fluxograma para elaboração dos mapas temáticos** – foram utilizados roteiros e procedimentos de acordo com a necessidade requerida para a construção de cada cartografia:

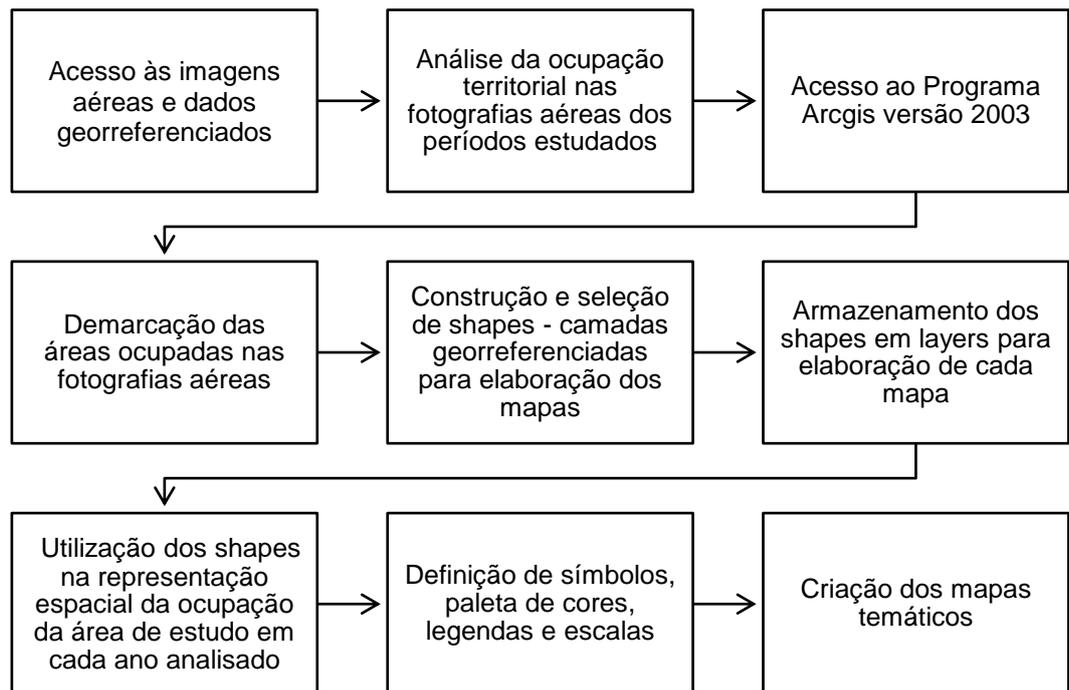
**4.1.1 Mapas de regionalização, configurações rural-urbanas e localização da área de estudo:**



#### 4.1.2 Mapas de hidrografia:



#### 4.1.3 Mapas de análise da ocupação e uso do solo referente aos anos de 1989, 2003 e 2010:



Ressalta-se que nos mapas de ocupação e uso do solo, a porção da área de estudo representada pela cor branca caracteriza-se pela presença de ecossistemas e cobertura vegetal em diferentes estados de conservação, os quais não foram mapeados na sua totalidade, no presente trabalho.

Uma vez detalhada a metodologia aplicada a este estudo, ainda vale reforçar que foi indispensável o conhecimento e a percepção do espaço, palco desta investigação, através de uma década de estudos ambientais. Afinal, a interpretação visual de uma imagem vincula-se diretamente à percepção do intérprete, ao seu conhecimento da área e à sua competência profissional (FITZ, 2008, p.122-3).

Após a construção dos mapas, a Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) foi utilizada como instrumento para a compreensão das alterações da qualidade ambiental a partir das pressões antrópicas estabelecidas na área de estudo. Contudo, por não se tratar do foco desta pesquisa, não foram formuladas matrizes específicas para análise dos impactos observados.

Os impactos ambientais puderam ser avaliados a partir das análises das imagens obtidas em três fases cronológicas (1989, 2003, 2010). Ficou definido o ano de 1989, como marco referencial de qualidade ambiental devido ao fato dele balizar o início do processo de ocupação – a implantação da rodovia Linha Verde e a falta de imagens aéreas disponíveis nos órgãos de planejamento urbano do Estado para Mata de São João (os vôos realizados anteriormente àquele ano abrangiam uma área litorânea que ia da Cidade do Salvador ao Município de Camaçari).

Assim, a fim de contextualizar o leitor em relação a temática desenvolvida, esta dissertação foi estruturalmente organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado ***Diálogos Conceituais e Teóricos***, apresenta o arcabouço teórico que fundamentou as reflexões, análises e questionamentos levantados; o segundo capítulo, ***Litoral Norte: passado e presente***, traz o histórico do Litoral Norte e do Município de Mata de São João, remetendo o leitor ao período colonial, início dos processos de formação, ocupação e urbanização do território, os quais trazem reflexos que se solidificam, muitas vezes, nos dias atuais, caracterizando os períodos e ciclos de significativa importância na dinâmica ambiental; o capítulo três – ***Do Global ao Local: conflitos e contradições*** – permite a compreensão das múltiplas faces do território aqui estudado, uma vez que contextualiza a dinâmica territorial de Município de Mata de São João na perspectiva da globalização e nas diversas propostas de agrupamentos espaciais, fazendo uma breve caracterização das localidades do Distrito de Açú da Torre e suas configurações rural-urbanas; o capítulo quatro faz, conforme o título, ***Uma leitura do ambiente natural***, elencando as principais políticas públicas ambientais que incidem sobre a zona costeira estudada, as características dos ecossistemas que compõem a paisagem litorânea, enquanto são apresentadas as principais pressões antrópicas que produzem impactos ambientais no trecho do município recortado para esta pesquisa; o capítulo cinco, ***Políticas, ocupações e impactos no ambiente***, mapeia o processo de ocupação e uso do solo e elenca os impactos ambientais em três décadas distintas (1980, 2000, 2010), apresentando numa perspectiva cronológica a ocupação territorial e as alterações da qualidade ambiental dos ecossistemas situados na área de estudo, confrontando-as com as principais políticas públicas ambientais.

Após uma revisão sobre os argumentos que fundamentaram este estudo, articulados a pensamentos que surgiram no seu intercurso, são tecidas **Considerações Finais**, as quais evidenciam o não esgotamento da temática para futuras pesquisas, sobretudo, através de uma análise a partir de outras paisagens e novas transformações que possam ocorrer naquele território.

Em meio a tantas outras indagações e possíveis desdobramentos deste estudo, vale lembrar que o que está em questão são os modos de viver humanos no planeta daqui em diante, onde a cultura, a criação, a ciência, a inteligência, o desejo, a sensibilidade são imprescindíveis para que a civilização contemporânea possa desenvolver novos olhares sobre a natureza, pois como diz o provérbio francês “antes ser um homem da sociedade, sou-o da natureza”.

## **CAPÍTULO I**

### **Diálogos conceituais e teóricos**

#### **1.1 Espaço e território em diversas interpretações**

A capacidade do espaço de ter um novo sentido, criando acessibilidades e hierarquizações ou modificando suas formas de uso e suas condições de ocupação, evidencia seu caráter fundamental: o de se transformar a partir da produção de novas circunstâncias e conexões outras que se estabelecem ao longo do tempo e fertilizam o campo conflitivo dos interesses socioeconômicos e políticos.

O reconhecimento da importância do espaço e da espacialidade, no que tange aos fenômenos naturais e sociais, tornou-se vital para diversos campos do saber – geografia, arquitetura e urbanismo, ciências econômicas, sociais e biológicas.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2002, p.81) defende que o espaço é ao mesmo tempo testemunha e veículo dos binômios: “ordem/caos” e “mudança/permanência”. E, apesar de se compreender que o sentido binário limitaria esta complexa definição, concorda-se com o autor quando ele explicita que no espaço são travados combates e nele estão representadas cicatrizes de lutas e signos da permanência e da mudança.

Em paralelo, a espacialidade, segundo o geógrafo norte-americano Edward William Soja (1993, p.58-9), é o espaço socialmente produzido, pelo conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre os indivíduos e os grupos. Existe como forma concreta de organização social e como meio próprio da vida em sociedade. É simultaneamente o resultado tanto da ação social sobre a natureza, quanto da própria dinâmica social.

O espaço, para o sociólogo espanhol Manuel Castells (2000, p.181-2), é um produto material que se relaciona com outros elementos materiais, os quais lhe dão uma

forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramentos da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica.

Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, o geógrafo Milton Santos (1996, p.77) distingue espaço de território na medida em que nomeia o território de configuração territorial e o define como o todo. No que diz respeito ao espaço, conceitua-o como a totalidade verdadeira, onde convivem a configuração territorial, a paisagem e a sociedade que, no transcurso da história produzem as diferentes espacialidades.

A passagem do espaço ao território, na visão do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1978, p.259), “ocorre num processo de produção do espaço, quando ele é balizado, modificado, transformado por redes e fluxos que aí se instalam”. Observa-se neste conceito o caráter mutante do território, e o quanto as redes e os fluxos sociais, econômicos e culturais, desde as mais efêmeras às mais duráveis, provenientes de territórios outros, são capazes de modificá-lo.

Para o geógrafo suíço Claude Raffestin (1993, p.143-63), o território se forma a partir do espaço como resultado da ação de um ator que se apropria do espaço e o territorializa. Na análise de Raffestin (ibidem), o território é então, o espaço territorializado, apropriado, de forma concreta em sua dimensão material, ou abstratamente como um campo de forças, uma rede de relações sociais. É o lugar onde se estabelecem as relações “sociedade-natureza e homem-homens”, e, portanto, espaço de ação e de poder.

O geógrafo Claudio Egler (1995, p.8) também considera que as noções de espaço e território são distintas. Na visão do autor, o espaço representa um nível mais elevado de abstração. Ele segue o pensamento de Raffestin para afirmar que o território pressupõe relações de poder, acrescentando que estas relações podem ser jurídicas, políticas ou econômicas. Desta forma, o território pode ser visto como produto da intervenção do trabalho de um ou mais atores sobre o espaço.

Ao comentar que o espaço tem um sentido mais amplo que o território, abrangendo as áreas ocupadas pela população, economia, política, produção e também as áreas vazias que não sofreram ocupação humana efetiva, o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade (1995, p.19-20) também diferencia espaço de território. O sentido de território, para o autor, limita-se exclusivamente às áreas ocupadas pela população, onde as relações capitalistas efetivamente acontecem.

Marcelo Lopes Souza (2003, p.11), estudioso em geografia e sociologia urbana, tem uma abordagem política e também cultural sobre o território e salienta que o território é um espaço delimitado e definido por e a partir das mais diversificadas relações de poder que extrapolam o poder do “Estado-nação”.

Ao distinguir conceitualmente território e espaço, Haesbaert (2007, p.42-3) enfatiza que “o território é uma construção histórica e, portanto, social”, que envolve sociedade e espaço geográfico e se dá a partir das relações de poder concreto e simbólico. Para o autor (ibidem) o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, a qual ele denomina de consciência, apropriação ou identidade territorial, e uma dimensão objetiva e concreta (chamada de dominação do espaço), delineada por instrumentos de ação político-econômica. Portanto, a passagem de espaço para território, na visão de Haesbaert (2010, p.166), se dá, sobretudo, a partir da introdução da dimensão política nesse espaço socialmente produzido.

Da mesma forma que os autores supracitados, a ideia de poder também é uma constante no discurso do geógrafo Marcos Aurélio Saquet (2004, p.81) sobre o território. Saquet defende que o território é construído espaço-temporalmente pelas relações de poder e se efetiva em diferentes escalas de forma temporária ou permanente.

Douglas Santos (2002, p.29), pesquisador em Epistemologia e História da Ciência Geográfica, a partir de uma análise transversal, afirma que a ideia de espaço, assim como a de tempo, é uma invenção da modernidade ocidental, fundamental para dominação capitalista do mundo. Assim, o autor considera que espaço e tempo é a

sistematização simbólica criada pelas transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa.

Sob uma visão mais humanista, Milton Santos (1999, p.8) propõe que:

O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Tomando por base o pensamento pós-estruturalista<sup>4</sup>, o filósofo francês Félix Guattari (2009, p.38-9) considera que o território envolve uma ordem de subjetividade individual e coletiva que se manifesta na possibilidade de expressão de articulações territoriais de resistência, em contraposição ao que ele denomina “espaço estriado”<sup>5</sup> homogeneizante, a partir de uma ordem social e política dominante.

Diante de tais exposições, o território pode ser percebido como uma fração do espaço onde se relacionam elencos políticos, sociais, econômicos, religiosos, institucionais, culturais, éticos, estéticos e ambientais. Sua apropriação se dá a partir de relações de poder hegemônicas ou a partir de focos de resistência, que se manifestam tanto de forma concreta, quanto abstrata. Compreende-se, portanto, que os territórios são historicamente construídos e transformados e se configuram através de uma heterogeneidade e multiplicidade de condicionantes.

---

<sup>4</sup> Na visão de Michel Foucault (1999, p.54), o pensamento pós-estruturalista questiona as quatro noções (significação, originalidade, unidade e criação) dominantes na história tradicional, onde “*se procurava o ponto da criação, a unidade de uma obra, de uma época ou de um tema, a marca da originalidade individual e o tesouro indefinido das significações ocultas*”. O autor coloca em xeque a soberania do significante, as relações de causa e efeito e potencializa o caráter do acontecimento. Estas idéias darão um salto à frente ao separar o significante do significado, problematizando o sujeito como autor, colocando em questão o *poder* e ampliando o fenômeno das relações e das coexistências. Nesse sentido, os processos de subjetivação ficam mais evidentes e as conexões com o pensamento crítico justificam articulações descontínuas, abertas e fragmentadas, baseadas nas transformações atuais e na diferença.

<sup>5</sup> Os espaços estriados podem ser definidos como espaços territorializados, balizados por limites precisos, como por exemplo – a cidade formal. Vão se diferenciar dos espaços lisos os quais podem ser entendidos como espaços que ainda não passaram por um processo de sobre-codificação (portanto, são espaços sem agenciamento formal, onde transitam os indivíduos nômades – desterritorializados) (MELLO; SILVA, 2011, p.7).

## 1.2 Territórios, escalas e poderes

As relações de poder são intrínsecas aos territórios, ao mesmo tempo em que circulam e perpassam por diversas escalas de tempo e espaço. Reconhecendo esta articulação entre as escalas espaço-temporais, o economista Carlos Brandão (2008, p.12) acrescenta ao conceito de território a seguinte afirmação:

[...] é a unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

De forma mais alternativa, ao tratar sobre a relação que se trava entre o território e as possíveis escalas de comando e poder que atuam sobre ele, Haesbaert (2002, p.121) sintetiza que:

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados [...] como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas [...]

Confirma-se, então, a necessidade de se definir as escalas, enquanto construções sociais conflitivas, pois uma escala “demarca o campo de lutas sociais, dá concretude às bandeiras e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer/estruturar um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) proveniente de outras escalas, ou da mesma” (BRANDÃO, 2008, p.13).

Haesbaert (2002, p.102-4) reforça a importância de se reconhecer uma análise conjunta e indissociável entre as dimensões “espacial/geográfica” e “temporal/histórica” da realidade, evidenciadas pelas escalas “espaço-temporais”.

Admitida essa íntima vinculação, entre espaço *versus* tempo e seu caráter mutável, compreende-se que, na visão do autor, a natureza das escalas é concomitantemente absoluta e relativa, estável e dinâmica.

Com base nos pensamentos supra-expostos, o território recortado para este estudo será analisado sob a perspectiva local a fim de melhor explicitar suas especificidades, porém, mostra-se fundamental revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional e global, ao longo do tempo, visando compreender como operam as escalas de comando do território em questão.

Neste contexto, o papel do Estado, tradicionalmente reconhecido como local privilegiado para o exercício do poder, na visão do filósofo francês Michel Foucault (2007, p.26), surge como:

Um efeito de conjunto, ou o resultado de uma multiplicidade de mecanismos e focos, que se situam a um nível muito diferente, e que constituem por sua conta uma microfísica do poder. O poder não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que não o têm; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança.

O também filósofo francês Gilles Deleuze (2007, p.44) comenta que Foucault ao se referir ao poder desfaz o postulado do atributo, pois ele não distingue nem dominantes nem dominados. Para Foucault (1986 apud DELEUZE; GUATTARI, 2007, p.44-5), o poder não tem essência, ele é operatório, é um conjunto de relações de forças “que passa tanto pelas forças dominadas como pelas dominantes, constituindo ambas singularidades”. Ele também enfatiza que em qualquer lugar onde haja singularidades por mais minúsculas que sejam, há relações de forças ou relações de poder.

O sistema político moderno segmentariza-se, através da tecnocracia, da burocracia e da hierarquia, que por sua vez se segmentarizam, fazendo deste modo com que o sistema seja um todo global unificado e uniforme “porque implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados e ordenados de tal maneira que a análise das

decisões revela todas as espécies de separações e de processos parciais que se prolongam uns nos outros em desequilíbrios ou deslocamentos” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p.269).

O poder é exercido num confronto permanente, em rede de relações. Segundo Foucault (2007, p.26), o poder é o efeito de um largo conjunto de posições estratégicas que a classe dominante exerce continuamente, pois necessita de renovação, uma vez que não pode guardá-lo enquanto privilégio, porque não é exclusivo dela: os dominados também manifestam e exercem esse mesmo poder. De fato, “o poder é uma relação de forças, ou melhor, qualquer relação de forças é uma relação de poder” (1986 FOUCAULT apud DELEUZE; GUATTARI, 2007, p.97).

Na sociedade contemporânea, é possível identificar diversas relações de poder e, por conseguinte, relações de forças, de grandes ou pequenos enfrentamentos, como macrolutas ou microrresistências. Além das grandes guerras, os homens no seu cotidiano se enfrentam e se afrontam por pequenas situações. Envolvem-se, manifestam-se, entrecruzam-se, reagem, obedecem, cumprem, resistem, fundem-se. As relações de poder provocam a resistência, e esta própria, é ou se torna também relação de poder (FOUCAULT, 2006, p.231).

No que se refere aos territórios, se observam relações de poder nas diferentes escalas e mesmo entre elas. Independente dos poderes dominantes, todos os tipos de manifestos culturais e sociais se configuram como resistências que reverberam valores e crenças, estabelecendo outras relações de poder. Percebe-se, inclusive, que microrresistências representam poderes que são capazes de obrigar os poderes dominantes a reagir, algumas vezes se disfarçando através de novos métodos e técnicas mais astuciosas e imperceptíveis para manter a sua hegemonia.

### **1.3 Territórios-natureza: produtos de consumo**

Nas relações sociais que se estabelecem nos territórios, incorpora-se a natureza como fonte de recursos, base material da reprodução social e econômica – cria-se,

portanto, uma espécie de refuncionalização da natureza. O território é o campo das conexões entre as relações sociais e ambientais, onde a sua caracterização e qualificação se dão na apropriação e na transformação da natureza.

No processo de mediação territorial surge o questionamento de como a sociedade dispõe dos recursos biofísicos, segundo a organização social do seu território. As relações sociais determinam, não apenas as relações entre diferentes grupos e indivíduos, mas as relações que eles estabelecem com a natureza.

Ao analisar a relação território-natureza, Haesbaert (2007, p.45-6) afirma que na configuração dos territórios há sempre uma base natural. Inclusive, é possível constatar que, atualmente, os temas que envolvem o território, de maneira generalizada, versam sobre: desenvolvimento sustentável, ecossistemas, conservação da natureza e biodiversidade, evidenciando o retorno a uma natureza indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade contemporânea. Saquet (2004, p.81) concorda com Haesbaert ao considerar que, além das vertentes política e econômica, a vertente da natureza estará sempre presente dentro do território, sendo parte indissociável dele.

As transformações que são impostas aos ambientes naturais promovem uma espécie de artificialização, uma 'ambientação verde', criando novas funcionalidades e relações, bem como a transformação da paisagem, mediante a apropriação da natureza, que se dá através da incorporação material e/ou simbólica pelos grupos sociais.

A conservação de parcelas do espaço através da criação de áreas protegidas (recortes espaciais confinados, muitas vezes sem conexão, ilhados pelos processos de urbanização) é uma das alternativas que visa garantir a proteção da natureza. Haesbaert (2007, p.46-7) comenta que as reservas naturais podem ser consideradas tipos específicos de territórios, produtos característicos da modernidade contemporânea, cujo valor ao mesmo tempo simbólico e concreto e seu papel conservacionista parecem, a princípio, contradizer o espírito mutável da sociedade moderna ou, pelo menos, impor-lhes limitações de ordem ao mesmo tempo cultural e natural para a transformação do espaço geográfico. Para o autor (ibidem), o

homem tem tratado o espaço natural de forma parcelizada, com fronteiras definidas e sem conexão com os fluxos globais, fechado em si mesmo numa relação exclusiva de domínio.

A reflexão acerca da criação de áreas protegidas fundamenta-se aqui, no reconhecimento de que os processos, relações e antagonismos socioeconômicos que respondem pelo movimento de apropriação/reapropriação do território, têm como referente básico o processo de produção dentro do capitalismo e a atual condição de globalização. Tais processos assumem uma dinâmica de envolvimento de espaços em diferentes graus de evolução das forças produtivas, em distintos patamares tecnológicos e em níveis diferenciados de degradação ambiental.

O foco de consideração sobre a criação de áreas protegidas deve-se à necessidade de redirecionamento político-econômico-social-ecológico, para que a proposta de ordenamento territorial tenha como base as reais questões sociais, culturais, ambientais e sirva como ponto de partida para orientar as novas políticas públicas.

Na palestra intitulada *Os Cenários do Consumo e os Novos Talentos da Inovação*<sup>6</sup>, proferida pelo sociólogo italiano Francesco Morace (2009), abordou-se a atual tendência de se valorizar espaços protegidos como espaços privilegiados de “ressonância” para projetos virtuosos. Atualmente, considera-se que o consumo cultural e ambiental como a diversão e o eco-turismo com percursos diferenciados, criativos e interativos são lugares que proporcionam conforto e bem estar sensitivo, novos estímulos para a busca do equilíbrio perdido.

Ao pesquisar o comportamento modal que determina o uso do espaço urbano na contemporaneidade, a doutora em arquitetura e urbanismo Márcia Couto Mello (2011, p.142-3) reforça a ideia de Morace citando que desde o início do século XXI, fomentam-se projetos espetaculosos que continuam a transformar territórios dotados de grande beleza natural em mercadoria, ferramenta de cooptação de capital e prestígio na sociedade mundializada, ao mesmo tempo em que se enfatiza a necessidade de transformar os locais em um produto de consumo para os indivíduos

---

<sup>6</sup> Compondo o programa do 4º Seminário Internacional de Comportamento e Consumo, promovido pelo Senai-Cetiqt, em 1º de setembro de 2009, no Hotel Copacabana Palace, Rio de Janeiro.

que circulam por estes espaços em busca de novas experimentações que são consumidas emocionalmente, através de experiências sensoriais.

O mercado imobiliário redefine as necessidades para a sociedade contemporânea. A apropriação da natureza pelo capital imobiliário, com a participação do Estado como agente facilitador (alteração ou criação de legislações, redução ou isenção de impostos), possibilita à iniciativa privada o direcionamento de todas as condições ideais para a implantação de projetos no espaço natural. Essas necessidades e condições, criadas de forma simbólica, são assinaladas como a forma mais concreta de apropriação dos espaços pelo mercado imobiliário.

A especulação dos ambientes naturais, situados no entorno ou inseridos em áreas protegidas dotadas de ecossistemas com grande beleza cênica e biodiversidade, como elementos indispensáveis para a qualidade de vida, apontam para uma ilusão de se estar contribuindo para a conservação dos mesmos.

Segundo o geógrafo Wendel Henrique (2004, p.156), o capital imobiliário utiliza a natureza e se apropria dela como um artifício para agregar valor aos seus empreendimentos. A propaganda que contém o apelo do “verde” representa para a sociedade contemporânea uma forma de vida harmônica e compatível com os princípios da aclamada “sustentabilidade”.

Por outro lado, o mesmo “consumidor da natureza”, exige para si e para a sua família a inserção dos elementos de conforto da vida urbana nos cenários naturais. Assim, as arquiteturas que são instaladas no “verde” devem estar dotadas dos mesmos componentes tecnológicos disponíveis nos grandes centros urbanos, criando uma pseudovidanatural e aumentando o valor de cada parcela ou metro quadrado construído e negociado.

Essas formas dominantes de exploração da natureza, regidas pela lógica do capital, se estabeleceram no mundo contemporâneo onde faltam limites para o crescimento econômico e para a expansão do mercado imobiliário. Elas mobilizam o poder da tecnologia e das comunicações para os interesses de uma elite dominante,

denotando a falta de princípios éticos e de um juízo moral sobre a utilização intensiva dos recursos naturais.

Ao manifestar sua indignação sobre um mundo em processo de degradação, Guattari (2009, p.9) considera que a crise ecológica só poderá ter uma resposta quando tratada de forma planetária através de uma revolução política, social e cultural que deverá concernir tanto as forças visíveis em grande escala quanto os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo.

A fragmentação territorial observada na instituição da propriedade privada e na intervenção de forma sistemática que é feita na natureza apartando-a do social, inerente à realidade atual do mundo capitalista, é vista por Haesbaert (2007, p.43) como uma forma de organização territorial que é cada vez mais moldada pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes, tendendo a assimilar todo tipo de cultura estrangeira.

### **1.3.1 Apropriação privada da natureza: consequências de um capitalismo insustentável**

O marxismo, através dos ecossocialistas<sup>7</sup>, permitiu uma abertura para a análise crítica do modo de produção capitalista, incorporando à luta por um processo de

---

<sup>7</sup> Segundo Löwy (2013), no decorrer da história do romantismo, a nostalgia romântica do paraíso perdido e das comunidades orgânicas pré-modernas assumiu formas, ora passadistas e retrógradas, ora utópicas e revolucionárias. Neste último caso, já não se trata de um retorno ao passado, mas de um desvio pelo passado em direção ao futuro: autores como William Morris acreditavam que a utopia futura permite reencontrar a comunidade perdida, mas sob uma nova forma que integra as conquistas da modernidade: liberdade, igualdade, fraternidade e democracia. O socialismo e a ecologia – ou, pelo menos, algumas de suas correntes – são, cada um à sua maneira, herdeiros da crítica romântica, ambos reivindicam valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para o primeiro, a salvaguarda da natureza e o equilíbrio ecológico para a segunda. O ecossocialismo desenvolveu-se – a partir das pesquisas de alguns pioneiros russos do final do século XIX e início do século XX [Sérgio Podolinsky, Vladimir Vernadsky]. Essa corrente (presente nos partidos verdes, nos movimentos “vermelho-verde”, assim como na extrema esquerda e até mesmo no seio da esquerda “clássica”) representava a ruptura com a ideologia produtivista do progresso em sua forma capitalista e oposta à expansão até o infinito de um modo de produção e de consumo destruidor do meio ambiente. O raciocínio ecossocialista sustentava-se principalmente no argumento de que o modo de produção e de consumo dos países capitalistas avançados, baseado em lógica de acumulação ilimitada do capital, do lucro,

produção mais justo para a sociedade, uma nova forma também de se relacionar com a natureza.

Ainda que os temas relacionados à ecologia não estivessem em voga na época de Karl Marx e Friedrich Engels, é possível encontrar em suas obras referências aos efeitos socioambientais negativos do capitalismo, tornando as análises críticas travadas sobre as relações de trabalho, meios de produção, expansão da atividade industrial e do consumo, de grande contribuição para a evolução da discussão da temática ambiental na contemporaneidade.

A partir dessas contribuições, ao compreender que a lógica do mercado e do lucro era incompatível com as exigências ecológicas, iniciaram-se os debates sobre a impossibilidade de continuidade do modo de produção e de consumo moderno, uma vez que estes se revelaram os principais responsáveis pela degradação do meio ambiente.

Marx ainda em 1857 (1986, p.67-9) enfatizava que a natureza estava sendo explorada/destruída pelo capitalismo e que ela fazia parte das relações sociais – ao mesmo tempo, o próprio homem é também natureza. Ele continuou teorizando a respeito das relações dos seres humanos com a natureza, indicando que com o advento do capitalismo e suas formas de produzir e pensar, cada vez mais os seres humanos foram separados da sua posição original de vida, apartados de sua vinculação direta com a natureza (idem, p.82).

Enquanto a produção ainda era compreendida como um sistema de elementos combinados, no qual o lucro era apenas um “elemento” de subsistência e manutenção da vida, a conservação da biodiversidade foi mantida de forma conjunta e como resultado da diversidade cultural das populações humanas.

---

das mercadorias, de desperdício dos recursos, de consumo ostensivo, de destruição acelerada do meio ambiente, não poderia ser estendido, de modo algum, ao conjunto do planeta, sob pena de importante crise ecológica.

Segundo o ambientalista Maurício Waldman (1995, p.2) as “cosmogonias temporais do passado” refletiam um encaixe do tempo com o espaço social e de ambos, com o tempo-espaço da natureza. Por extensão, o espaço geográfico prescrevia uma presença constante da naturalidade. Mesmo os mais virtuosos projetos previam uma integração à topografia, aos cursos de rios, declives de relevo e consonância com os grandes ciclos da natureza. Para o autor (ibidem) os processos de territorialização ocorriam junto às manifestações maiores das dinâmicas ecológicas. Ele concorda com Marx, no momento em que também acredita no equilíbrio existente entre a combinação de potencial biológico, exploração da natureza e ação antrópica nas sociedades do passado.

O modo de produção de mercadorias e bens de consumo, decorrente da transformação da matéria prima e/ou da natureza, tornou-se naturalmente insustentável a médio e longo prazo, enquanto modelo de uma sociedade que se diz para todos e precisa se perpetuar através das futuras gerações. Esta insustentabilidade no modelo de produção será aqui discutida através apropriação privada da natureza.

Nas sociedades tradicionais/primitivas, ao contrário dos modos de vida atuais, o modo vida coletivo predominava sobre o individual e se expressava através das relações coletivas que acabaram por viabilizar um sistema mais equilibrado ou até sustentável, pois levavam em consideração os ciclos e ritmos naturais e o benefício do coletivo. O capitalismo significou a transformação destas relações sociais e ambientais. O “caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas” expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza que se torna privada e voltada para o benefício individual (WALDMAN, 1992, p.19).

Acompanhando o convulsivo ritmo das forças produtivas, o tempo social distanciou-se das induções provenientes da natureza, sobrepondo-se a elas. No século XX, a criação do relógio atômico representou o símbolo quase paradigmático daquele tempo. Ele assinalava a passagem dos segundos, minutos, horas, dias, anos – sinal de que o tempo social eliminava o tempo natural. “O tempo diferentemente das concepções de outrora deixou de possuir uma ‘respiração’, de ser uma entidade viva

e pulsante” (WALDMAN, 1992, p.9). Percebe-se que a expansão do padrão civilizatório ocidental, imprimiu um novo ritmo temporal nos quatro quadrantes do planeta Terra, pontuando o primeiro tempo mundializado da história.

No artigo intitulado *Natureza e a Conquista sobre a Natureza*, Lefebvre (1969, p.158) cita que a natureza se desdobra em “natureza” e “humano”; enquanto o homem se desdobra em “natureza” e “história”. No entanto, ao perceber-se separado, e superior à natureza, explorando-a *a bel prazer*, amplia-se a distância entre o ser humano e a natureza, degradando-se a própria humanidade.

No capitalismo, a retomada de consciência em superar e restabelecer a comunicação e o contato direto com a natureza, é um processo adverso e conflituoso, pois, neste sistema se produzem e reproduzem ideologias e relações sociais, onde os recursos naturais são transformados em produtos econômicos ou mercadorias. Assim, a espécie humana se estabelece de forma incompatível com a natureza, mas, “totalmente” incompatível com o modo de vida capitalista.

Face ao exposto, conforme o modelo capitalista, a partir da apropriação privada da natureza, prevalece a lógica de se utilizar os ambientes naturais como mercadorias e/ou objetos de troca, de onde se pode obter lucro. Assim, quanto mais o ser humano se apropria do mundo externo, da natureza sensível, mais ele se priva dos próprios meios da sua sobrevivência. O atual panorama de escassez das reservas naturais se torna, portanto, o produto, o resultado desta relação desigual e desproporcional.

#### **1.4 Territorialidades e processos da contemporaneidade**

Na contemporaneidade, os modos econômicos de acumulação de capital viabilizados pela globalização, pela efemeridade e pela dispersão engendraram novos valores que passaram a organizar a vida nos territórios – cujos espaços são moldados de acordo com poderes hegemônicos, na maioria das vezes, desvinculados das questões socioambientais.

Ao escreverem, em 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2006, p.12-3) anteciparam muitas das tendências globalizantes do modo de produção capitalista. Para os autores, a expansão do capital, em seu processo de reprodução, se dava tanto em profundidade (reordenando modos de vida e espaços já organizados e consolidados), quanto em extensão (através da incessante inclusão de novos territórios).

Concentrações espaciais do capital e do trabalho, desequilíbrios regionais, migrações desterritorializantes, degradação socioambiental, urbanismo segregador, e a modernização predatória do campo, são consequências comentadas pelo geógrafo britânico David Harvey (2010, p.117-21), em 1989, ao analisar a transformação político-econômica do capitalismo sobre a espacialidade nas últimas décadas do século passado, enquanto se confirmava o pós-modernismo e o processo de globalização.

De forma pragmática, ao analisar essa tendência de conexão global, Haesbaert (2007, p.40) cita que:

O termo globalização nasceu no âmbito do discurso jornalístico de teor econômico, tornou-se palavra da moda, e passou a ser utilizado de modo generalizado no discurso teórico de diversos campos do conhecimento. Pode-se dizer, com alguma ironia, que o que mais se globalizou foi a adoção deste termo para indicar a disseminação em escala planetária de processos gerais concernentes às relações de trabalho, difusão de informações e uniformização cultural.

Globalização é entendida pelo sociólogo australiano Malcolm Waters (1995, p.3-4), como uma crescente consciência de que o globo se constitui em um ambiente contínuo, ou seja, caracteriza-se por um processo social no qual os limites territoriais dos arranjos sociais, econômicos e culturais desaparecem e as pessoas se tornam conscientes desse desaparecimento. Entretanto, Castells (2000, p.444-6) acredita que a globalização é a existência de valores locais alicerçados em ambientes competitivos em escala planetária que estimulam relações em dimensões

intercontinentais, fazendo com que sistemas locais se subordinem a sistemas globais.

Compreende-se que a ideia de globalização, no fim do século XX, remetia de imediato a uma imagem de homogeneização sociocultural, econômica e espacial. Homogeneização esta, que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado.

Contudo, percebe-se que esta homogeneização é ilusória, vista que não atinge igualmente todos os segmentos sócio-espaciais, e se processa em pontos de forma seletiva, muitas vezes obrigada a adaptar-se e/ou reelaborar processos político-econômicos e culturais na escala local. Deve-se ponderar, ainda, que se há uma homogeneização do capital e da elite planetária, há também uma homogeneização da pobreza e da miséria, considerando-se que na medida em que os processos globais avançam afirma-se também a exclusão sócio-espacial.

De forma visionária, Milton Santos (1999, p.52-3) analisou que o mercado, movido pelos recursos da ciência, da tecnologia e da informação, tornou-se um mercado global. O território ganhou novos conteúdos e impôs novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação (inclusive da informação). Santos (ibidem) enfatiza que “é a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território”.

Ao analisar o panorama resultante da globalização, a socióloga holandesa Saskia Sassen (2004, p.42-3) afirma que a economia global não é um simples dado, uma função das telecomunicações ou da inversão financeira internacional e, sim, um sistema complexo, bastante institucionalizado, que não deve ser considerado apenas como um dado ou como função do poder das multinacionais ou das telecomunicações, embora a autora considere que estas últimas se destaquem por permitirem grande dispersão e integração.

Segundo Santos (1999, p.19-22), o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico.

Tanto a sua constituição como o seu uso, exigem parcelas volumosas de informação que se distribuem segundo métricas diversas. Todavia, a natureza dessa informação e a sua presença desigual, entre as pessoas e os lugares, tampouco é alheia a esses conteúdos técnico-científicos.

Para Castells (2001, p.403) “tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das suas formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica”.

O autor (idem, p.435-8) identifica o espaço como a expressão das sociedades que no início do século XXI estariam passando por transformações estruturais e, portanto, detecta que estariam surgindo novas formas e processos espaciais, características das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o *espaço de fluxos*.<sup>8</sup>

Contudo, tendo como ponto de partida a interface entre as possibilidades de transporte e comunicações, Harvey em sua obra *A Produção Capitalista do Espaço* (2006, p.145), entende que é necessário um esforço permanente no contexto do capitalismo, para elaborar representações dinâmicas sobre a contradição entre superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo. Esta contradição se manifesta por meio de transformações histórico-geográficas.

Com base no pensamento de Haesbaert (2010, p.123), entende-se que “a realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios” – que através de seus fluxos ignoram ou destroem fronteiras e territórios (desterritorializadoras), ou acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (territorializadoras).

---

<sup>8</sup> Castells (2001, p.436-7) define o espaço de fluxos como a “organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (que seriam as seqüências internacionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, políticas e simbólicas da sociedade que tem como suporte um circuito de impulsos eletrônicos).

A necessidade de acompanhar os fluxos contínuos, característicos das redes interconectadas, provoca processos fugazes de territorialização e desterritorialização. Entretanto, é necessário advertir que o resultado deste processo, também pode impor mudanças que não atingem além da superfície de fatos – muda-se por mudar, para acompanhar os movimentos transitórios que são ditados pelas tendências globalizadas, mundializadas<sup>9</sup> ou internacionalizadas.

Ao diferenciar globalização de internacionalização, Haesbaert (2007, p.41) considera que internacionalização representa simplesmente a ampliação da extensão geográfica de uma atividade econômica através das fronteiras nacionais. Para o autor, a globalização da atividade econômica (capitalista) é um processo mais recente e compreende uma forma mais avançada e complexa do movimento de internacionalização, implicando em um crescimento cada vez mais expressivo dos fluxos do capital financeiro. A aceleração deste processo se dá a partir da velocidade da circulação, mediada pela técnica – em particular pelas novas formas de telecomunicação e comunicação que são facilitadas pela informática (redes) que constitui a “base material” do espaço de fluxos do capital financeiro.

O sociólogo Octavio Ianni (1995, p.53), em sua obra *Teorias da Globalização*, afirma que o desenvolvimento do capitalismo tem como consequência, a expansão da globalização das áreas de comércio e finanças para áreas de interação social, determinando-as e modificando-as. O capitalismo é um “processo civilizatório universal: compreende relações, processos e estruturas regionais, nacionais e mundiais, envolvendo indivíduos e coletivos, grupos e classes sociais, etnias e minorias, nações e continentes” (ibidem).

Todavia, se muitos autores afirmam que o mundo contemporâneo vive uma era de globalização, outros, por sua vez, enfatizam a fragmentação como característica principal da atualidade. Para Haesbaert (2007, p.40) “globalização e fragmentação constituem-se em dois pólos de uma mesma questão.” Territórios globais tendem a

---

<sup>9</sup> Na visão de Haesbaert (2007, p. 41), o fenômeno da globalização é termo homônimo à mundialização, considerada produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo. Mello (2011, p.41) aplica o termo mundialização ao se referir à interconecção existente entre locais que estão indiretamente ligados às redes de fluxo.

se fragmentar e ao mesmo tempo se re-articular pela presença de diversos tipos de rede que vinculam seus diversos segmentos. Assim, a fragmentação geográfica não é, como no passado, uma condição para a fragilização do poder, tendo em vista que agora este se potencializa pela capacidade de conexão de cada fragmento do espaço, mediada pelas relações sociais necessárias à reprodução social (idem, p.49).

A geógrafa Sarita Albagli (2004, p.53) explicita que a própria “globalização traz consigo a fragmentação”. Para ela (idem, p.60), um dos argumentos do ponto de vista geopolítico que justifica os agrupamentos regionais seria uma resposta protecionista às trocas comerciais regionais, enfraquecendo a própria tendência à globalização da economia.

No debate sobre a regionalização, fragmentação, “recortamento” ou diferenciação para Haesbaert (2010, p.181-2) ainda estão vivos os movimentos, as identidades, as representações e as políticas ditas regionais, contrários a pretensa unidade planetária. Para o autor (ibidem) existem questões que continuarão fortalecendo o debate regional como “o revigorar de regionalismos e identidades regionais, especialmente diante da reconfiguração do papel do Estado e das contradições da globalização – e com eles, ainda, o reforço da dimensão simbólica ou das representações regionais, ainda que relacionadas, também a um marketing (turístico ou, em sentido mais amplo, mercadológico) das regiões”; o fortalecimento das questões ambientais e do chamado por ele de “biopoder” que leva a inserir no discurso regionalista dilemas ligados aos recursos naturais e à biodiversidade.

Por outro lado, Milton Santos (1990, p.23) considera que nas condições atuais da economia mundializada, a região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna, ela é principalmente definida por elementos/fatores totalmente externos a ela.

A globalização trouxe o questionamento do espaço concreto territorializado, já que as distâncias não são mais vistas como fator de isolamento ou impedimento para os fluxos de mercadorias, informação, capital, pessoas. Porém, não se pode dizer que

a globalização produza uma cultura homogênea, pois ela promove diversidades. Ao mesmo tempo, a tecnologia oportuniza a comunicação às culturas locais que, interligadas em redes globais, experimentam o que poderia lhes ser inacessível.

Em contrapartida aos processos de globalização e fragmentação surgem movimentos de contraglobalização. Em diversas territorialidades, percebem-se formas de resistências que se opõem à ideia de unidade, construída pela globalização. São resistências que representam de forma original a própria diversidade.

### **1.5 Territórios, políticas de proteção e sustentabilidade**

Como resposta à crise ecológica, Guattari (2009, p.13) suscitou uma revisão dos modos de viver no planeta, condizentes ao contexto que se anunciava, para que se operasse “uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais”. Contudo, era apenas o início de um processo de conscientização, em estágio embrionário e que na prática não consegue acompanhar a velocidade das mudanças viabilizadas pelo desenvolvimento das áreas da tecnologia e das telecomunicações do mundo globalizado. Essa nova configuração do espaço-tempo tornou os territórios do poder palco das forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que alteraram a lógica global do desenvolvimento (FARIA et al, 2010, CD-ROM).

Enquanto se construía uma nova dinâmica para os modos de viver nas novas territorialidades, as atenções se voltaram para as campanhas de preservação da natureza e das culturas tradicionais. Contudo, percebe-se que as ações, até então, estiveram muito distantes do ideal de conservação dos recursos naturais e, de forma mais dramática, dos ideais de preservação das Áreas de Preservação Permanente

(APP)<sup>10</sup>, valorizando o solo como mercadoria, uma vez que uma nova ocupação descaracterizava culturalmente o espaço natural.

No momento em que a sustentabilidade<sup>11</sup> começava a ser discutida como alternativa para a sobrevivência da humanidade compreendeu-se que a problemática ambiental emergia como uma crise da civilização: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia do mundo globalizado (FARIA et al, 2010, p.123). Não se tratava de uma catástrofe ecológica nem de um simples desequilíbrio da economia, mas da própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza (LEFF, 2006, p.15).

A partir da década de 1970, o desenvolvimento sustentável integrou a pauta de conferências internacionais envolvendo os países detentores do poder econômico. O adjetivo sustentável passou a ser adotado como diretriz de projetos, políticas e empreendimentos envolvendo as mais diversas áreas, graças à dimensão que atingiu através dos canais de comunicação e das redes que interconectam o mundo.

No Brasil, a velocidade espantosa da destruição progressiva dos recursos naturais forçou a criação de políticas públicas de ordenamento do território e de cunho ambiental por parte das diferentes esferas governamentais. Entre elas, destaca-se a institucionalização de parcelas da natureza para sua proteção na forma de Unidades de Conservação (UC)<sup>12</sup> – uma espécie de território enclausurado. Entretanto, muitas

---

<sup>10</sup> Área de Preservação Permanente (APP): área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Alterada pela Medida Provisória nº 571/12.

<sup>11</sup> Apesar de projetos lastreados na sustentabilidade terem sido inicialmente aplicados nas comunidades hippies, os sinais de saturação do ecossistema só foram discutidos em alguns eventos isolados, organizados por ambientalistas na década de 1970, e a sustentabilidade só foi acatada como plano de desenvolvimento na ECO-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992), quando lhe foi atribuído um conceito baseado em um conjunto sistêmico de práticas que se apóiam no tripé denominado *Triple Bottom Line* (viabilidade econômica, consciência ambiental e responsabilidade social). Assim, o “desenvolvimento sustentável” estabelece uma interdependência entre a economia, o ecossistema e a sociedade, desenvolvendo mecanismos para atender as necessidades do momento presente, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações (FARIA et al, 2010, p.123).

<sup>12</sup> Unidade de Conservação (UC) – espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Alterada pela Medida Provisória 239/05, convertida na Lei nº 11.132/05. Alterada pela Lei nº 11.460/07. Alterada pela Lei nº 11.516/07. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

espécies não sobrevivem de forma isolada, sendo fundamental a criação de redes (corredores) que interliguem as diversas áreas protegidas, pelo menos para aquelas pertencentes a um mesmo bioma ou ecossistema.

Mas, se por um lado a imediata e efetiva ação governamental é apontada como parte fundamental da solução de sobrevivência (MARTINS, 2009, p.172); por outro lado ainda existem aspectos que exigem reflexão para a apresentação de soluções urgentes, tendo em vista a falta de eficácia dos comandos legais. Na prática, os mecanismos de controle e fiscalização das áreas protegidas não se concretizam. Os bens que representam áreas extremamente frágeis e essenciais à manutenção da biodiversidade e da sobrevivência do homem, a exemplo das áreas de preservação permanente, são ocupados, suprimidos e desrespeitados.

A ordem capitalista se mantém firme e independente da criação de novos diplomas legais, aproveitando-se das lacunas e da possibilidade de inúmeras interpretações tendenciosas, além das ressalvas que estão presentes nas leis. Percebe-se que, na maioria das vezes, prevalecem interesses econômicos, fazendo com que os governos cedam às pressões do mercado internacional globalizado.

Segundo Guattari (2009, p.8), “as formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender a problemática socioambiental no conjunto de suas implicações.” Guattari (ibidem) aponta que a própria humanidade e o conjunto da biosfera encontram-se severamente ameaçados e somente uma articulação eticopolítica entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) – poderia dar uma resposta à crise ecológica.

A Procuradora Geral do Estado de São Paulo e Coordenadora do Centro de Estudos Jurídicos, Maria Fernanda Raposo de Medeiros Tavares Martins (2009, p.173) adverte que a evolução da degradação e da destruição ambiental é acompanhada também da evolução de medidas e propostas para combater o regime de destruição dos recursos naturais, os quais se esgotarão caso não sejam, de forma constante e

ativa, alvo de intervenção dos governos. Em sintonia com outros autores,<sup>13</sup> a doutora em Direito Ambiental, Clarissa Ferreira Macedo D'isep (2009, p.161) coloca que:

O comando e a definição de políticas públicas ambientais – PPAS nascem condicionados ao direito ambiental, que tem por conteúdo a atribuição expressa ao Poder Público da obrigação de preservação e defesa do meio ambiente, para garantir o seu equilíbrio, vertente igualmente indispensável para a sadia qualidade de vida.

Para melhor contemplar a dinâmica de cada bem ambiental, assim como a dos ecossistemas, optou-se por analisar neste estudo o papel das políticas públicas ambientais,<sup>14</sup> na gestão dos elementos, características, funções e valores do meio ambiente, de forma a considerar suas diversas temáticas e diferentes searas da Administração Pública.

Acata-se, então, a concepção mais ampla das políticas públicas ambientais, balizada pelo seu elemento qualificador: o meio ambiente. O Estado, não de maneira isolada, mas de forma estrutural e diretiva, figura como sujeito responsável por prover o meio ambiente de instrumentos de proteção e defesa dos bens ambientais capazes de orientar a atuação pública na gestão ambiental.

Ao abordar o tema desenvolvimento sustentável, foco de grande parte das políticas públicas ambientais que incidem sobre o território aqui estudado, novas direções foram traçadas. Questionamentos impregnados por pensamentos à guisa da “insustentabilidade” do mundo capitalista contemporâneo permitiram estabelecer análises, conexões sobre o desenvolvimento nas diferentes dimensões – cultural, social, ambiental, territorial, política e econômica.

O economista mexicano Enrique Leff (2006, p.19), no seu livro *Racionalidade Ambiental*, coloca que as forças ecodestrutivas de um mundo insustentável desencadearam a desconstrução da razão e a construção de uma racionalidade ambiental, arraigadas em práticas sociais e em novos atores políticos. Trata-se, ao

---

<sup>13</sup> Nelson Nery Junior e Odete Medauar, além de Clarissa Ferreira Macedo D'isep, coordenaram a obra *Políticas Públicas Ambientais: estudos em homenagem ao Professor Michel Prieur*, 2009.

<sup>14</sup> D'isep et al (2009, p.166-70) as define em três categorias distintas: autônomas (proteção de micróbios isoladamente), sistêmicas (multidimensionais) e integradas (plurissetoriais).

mesmo tempo, de um processo de emancipação que implica a descolonização do saber submetido ao domínio do conhecimento globalizante e único para fertilizar saberes locais. Para o autor, a construção da sustentabilidade é o desenho de novos modos de vida.

Até pouco tempo atrás, enquanto a sustentabilidade começava a ser discutida sob a esfera humanística e como um modo de sobrevivência, o modelo de desenvolvimento das sociedades capitalistas se identificava com o progresso material e o processo econômico era determinado pelas leis cegas do mercado, guiado pelos interesses das sociedades capitalistas – uso indiscriminado dos recursos naturais, poucos investimentos na área social e um “bombardeio” das mídias induzindo o consumo impulsivo (FARIA et al, 2010, p.123).

As propostas contemporâneas de desenvolvimento, onde se destaca o desenvolvimento sustentável, tendem a ampliar a necessidade do planejamento como instrumento fundamental para orientar o futuro. Para o economista Sergio Buarque (2004, p.23), “o planejamento e o Estado (como agente regulador) ganham relevância, assumem novos papéis e se tornam vitais na medida em que a sociedade se oriente para o desenvolvimento sustentável”.

As questões em voga na contemporaneidade discutem os reais mecanismos capazes de contrair a expansão econômica aos limites que assegurem uma produção e um consumo sustentáveis, dentro das fronteiras impostas por um debate científico afastado da política e do mercado.

Contudo, mesmo compondo este momento mundializado, alguns territórios não se inserem às políticas internacionalizadas. Buarque (2004, p.23) defende o desenvolvimento local, como alternativa para o aumento no dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais, tendo o Estado, função apenas reguladora.

Todavia, existem outras formas de pensar a mesma questão. Brandão (2007, p.30-9) considera que essas iniciativas de desenvolvimento local desencadearam desvios

e deturpações no Brasil, pois desconsideram os determinantes do ambiente macroeconômico do país e as especificidades de suas regiões, além de negarem as questões estruturais e as demais escalas existentes entre o local e o global.

Vale refletir que na medida em que as forças construtivas do espaço nacional estão desarticuladas, aumenta o processo de concorrência e competição entre as escalas territoriais e locais. Proliferam as políticas de desenvolvimento municipal, que utilizam seus territórios como “moeda de troca”, propagando suas vantagens competitivas, a fim de atrair capital para projetos e empreendimentos, em geral, desvinculados das necessidades da sociedade. É preciso definir a medida de atuação das forças endógenas e exógenas para potencializar os processos locais e integrá-los ao ambiente macroeconômico do país.

Mesmo que ainda possa parecer utopia estabelecer uma conexão entre crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental, a proposta de desenvolvimento sustentável norteia grande parte das políticas públicas ambientais. Não obstante, no Brasil ainda existe um descompasso gritante entre o discurso e a prática. Para o agrônomo e economista José Eli da Veiga (2008, p.113), “a hipotética conciliação entre crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos.” Segundo o autor (idem, p.163), para a utilização do adjetivo “sustentável” é preciso uma atitude menos ingênua e disposição para desvendar o que de fato se pode conceber a partir do termo sustentabilidade.

Análises entre distintas correntes econômicas, que discutem a possibilidade de novas tecnologias reverterem os obstáculos ambientais em prol da continuidade do crescimento econômico, levam a se pensar na construção de um novo discurso, o que na opinião de Veiga (2008, p.170) poderia ser considerado um “caminho do meio”, entretanto, ele questiona se este balanço seria positivo (grifo do autor).

No discurso do desenvolvimento sustentado, Leff (2006, p.147) afirma que “a fase atual do capital ecológico e da capitalização da natureza aparece como um novo

estágio, no qual o capital seria capaz de exorcizar seus demônios e resolver as contradições” que o tem acompanhado desde sua cumulação originária até a globalização econômica atual.

A ausência de limites para a lógica econômica é questionada na medida em que as questões climatológicas globais, de exaustão dos recursos naturais e da própria sobrevivência do homem se reafirmam a cada instante, promovendo uma situação estanque para a necessidade expansionista do capital, ao mesmo tempo em que prolonga e intensifica as formas de intervenção sobre a natureza.

O economista polonês Ignacy Sachs (2008, p.54) busca elucidar este questionamento e fundamenta a abordagem do desenvolvimento sustentável, através da recomendação de objetivos específicos para oito das suas dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. Para Sachs (2004, p.15), a sustentabilidade ambiental se baseia no:

[...] duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço [...e ao mesmo tempo...] ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras – sociais, ambientais e econômicas, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas tanto sociais quanto ambientais.

Guattari (2009, p.12) afirma que de todos os lados brota um paradoxo lancinante onde de um lado a tecnologia e as ciências podem solucionar os problemas ambientais e por outro devido a total incapacidade das forças sociais e das formações subjetivas constituídas de apropriarem e operacionalizarem estes meios. O modo de produção capitalista, na visão de Leff (2006, p.57), submete a natureza à lógica do mercado e às normas de produção de mais-valia, ao mesmo tempo em que as potencialidades da natureza e do ser humano se convertem em objetos de apropriação econômica.

Percebe-se que no sistema capitalista, o processo de transição para uma realidade sustentável exige reformulações simultâneas em todas as frentes e requer uma mudança de paradigmas para que o marco conceitual do desenvolvimento sustentável possa ser de fato incorporado nas suas estratégias dos governos. Por enquanto, o termo sustentável é tema modal e adjetivo incorporado aos mais diferentes sujeitos e contextos, servindo de bandeira para garantir a continuidade da máquina de apropriação privada da natureza, do monopólio da terra e da produção e do consumo sem fronteiras.

### **1.6 Intervenções humanas e impactos ambientais**

É notório que, desde sempre, ao se relacionar com a natureza o ser humano imprime pressões no ambiente natural. O crescimento populacional e o avanço tecnológico que acompanharam o desenvolvimento da humanidade representam indexadores crescentes desta interferência que tem o potencial de provocar impactos ambientais muitas vezes irreversíveis, os quais expõem ao risco a sobrevivência das espécies.

Segundo o ecólogo norte-americano Walter E. Westman (1985, p.5), entende-se como impacto ambiental o efeito sobre o ecossistema de uma ação induzida pelo homem. Iara Verocai Dias Moreira (1992, p.113), arquiteta e pesquisadora, amplia este conceito ao definir impacto ambiental como qualquer alteração no meio ambiente, em um ou mais de seus componentes, provocada por ação humana.

A legislação nacional e internacional também procurou definir o que entendem como impacto ambiental.

Desta forma, na definição legal adotada no Brasil considera-se:

impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as

atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais”.<sup>15</sup>

Um conceito utilizado pelas organizações privadas nos processos de avaliação de impacto ao meio ambiente que visam à certificação ambiental<sup>16</sup> está contido na norma sobre gestão ambiental da *International Organization for Standardization* (ISO), a qual define impacto ambiental como “qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos e serviços de uma organização.”

Vale abrir um parêntese para comentar que, diferente da maior parte dos conceitos criados e adotados no Brasil sobre impacto ambiental, o biólogo norte-americano Peter Wathern (1988, p.7) defende a necessidade de incorporar ao conceito a dimensão dinâmica dos processos do meio ambiente. Conforme Wathern (ibidem), ao se analisar a evolução da qualidade ambiental de uma área, tomando-se como exemplo os estágios sucessionais de uma vegetação degradada, deve-se considerar a possibilidade de que a área se encontra em processo de recuperação. Assim, mesmo que no momento da avaliação uma vegetação apresente baixa diversidade florística devido à degradação ambiental sofrida, sua tendência natural é de regeneração, portanto, ela deveria ser avaliada não apenas quanto ao momento presente, mas numa perspectiva futura hipotética, onde aquela vegetação já apresentaria uma qualidade ambiental superior à constatada no momento da avaliação.

A qualidade ambiental de uma área expressa as condições e os requisitos básicos que ela detém de natureza física, química, biológica, ecológica, para que possa exercer efetivamente as relações necessárias à manutenção de sua dinâmica e desenvolver mecanismos de adaptação decorrentes da própria complexidade do ecossistema (TAUK, 1995, p.17-8). Sâmia Maria Tauk (ibidem), ecóloga, afirma que ao se inserir o fator ambiental humano em um território, a qualidade do meio

---

<sup>15</sup> Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

<sup>16</sup> Segundo a Norma ISO 14.001:2004, a certificação ambiental atesta que existe um sistema de gestão ambiental funcionando dentro dos padrões exigidos, mas não assegura que a empresa tenha um desempenho ambiental excelente, e sim que há um compromisso com a melhoria contínua. Muitas vezes as empresas declaram que, por estarem certificadas, não são poluidoras, o que pode ser considerado um mau uso deste diploma (PHILIPPI JR. et al, 2004, p.818-9).

ambiente se revela através condição de cada ecossistema conservar a capacidade de realizar as relações ambientais que visam sua manutenção, evolução e auto-superação.

Embora nos conceitos de impacto ambiental as alterações do meio ambiente possam ter caráter benéfico ou adverso, foi em decorrência dos efeitos negativos que a legislação brasileira passou a exigir a avaliação de impacto ambiental como instrumento para identificar as consequências futuras de uma ação presente ou proposta, conforme adverte o engenheiro de minas e geógrafo Luis Enrique Sánchez (2008, p.31-2), em sua obra intitulada *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*.

A partir da classificação proposta por Sánchez (ibidem), os impactos ambientais provocados pelas pressões antrópicas foram adaptados especificamente para o desenvolvimento deste estudo, conforme abaixo arrolados:

**1. Supressão de elementos do ambiente:**

- a) supressão da vegetação;
- b) aterramento e ocupação de APP (zonas úmidas, manguezais, lagoas);
- c) destruição de componentes físicos da paisagem.

**2. Introdução de novos elementos no ambiente:**

- a) construções e edificações;
- b) instalação e ampliação de áreas urbanizadas;
- c) inserção de espécies vegetais e animais exóticos.

**3. Introdução de fatores de estresse além da capacidade de suporte do meio, promovendo desequilíbrios:**

- a) aumento da geração de resíduos e efluentes;
- b) aumento da demanda de abastecimento de água;
- c) lançamento de efluentes em corpos d'água.

Desta forma, as atividades humanas são capazes de alterar a qualidade ambiental dos ecossistemas a partir do momento em que representam fatores de ameaça às relações ambientais e potencialmente causadoras de impactos negativos. Estes impactos podem ser mensurados a partir da representação de cenários que reflitam os elementos essenciais que os constituam e as dinâmicas das relações ambientais.

Sintetizando-se os conceitos aqui elencados, definiu-se no presente trabalho que impacto ambiental consiste em alteração da qualidade ambiental, ou seja, dos ciclos ecológicos que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana.

Assim, dialogar com diferentes conceitos de território interfaceando-os com noções de espaço, poder, escalas, natureza e sustentabilidade permitiu, sobretudo, uma reflexão sobre os processos históricos e movimentos mais recentes que envolvem a dinâmica de ocupação e uso do território foco do presente estudo.

Contudo, tais reflexões não se reduzem somente a respostas teóricas mais adequadas às questões que envolvem a relação homem *versus* natureza no mundo contemporâneo ou à busca pela incorporação de diferentes paradigmas científicos, mas como possibilidade de instigar o pensamento crítico, aberto e transversal, que proporcione a percepção, o reconhecimento e a consciência sobre os processos sociais, estrategicamente engendrados por instâncias políticas e econômicas, de apropriação e mercantilização dos ambientes naturais.

## CAPÍTULO II

### Litoral Norte: passado e presente

#### 2.1 A transformação do território

Refletir sobre a relação entre o indivíduo e o meio ambiente, analisando-se a interferência humana sobre as paisagens, numa perspectiva temporal mais ampla, torna-se um exercício relevante para a compreensão das marcas deixadas por esta interação secular.

Uma breve reconstrução histórica, feita a partir de alguns recortes espaço-temporais, no Litoral Norte do Estado da Bahia, expõe um panorama da dinâmica das transformações ocorridas naquele território, indicando momentos de mudanças, rupturas ou permanências.

#### 2.2 Conquista e povoamento no período colonial

As primeiras modificações percebidas na paisagem e nos ecossistemas naturais decorrentes das diversas formas de uso e ocupação do solo daquela região remontam à segunda metade do século XVI. Desde então, o modelo primário exportador<sup>17</sup>, que predominou no Brasil até meados do século XX, circunscreveu a sua base territorial às cidades litorâneas, devido aos poucos meios de comunicação disponíveis e ao vínculo comercial com o mercado externo.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> O modelo primário exportador se constituiu em um marco histórico, com a inserção da economia latinoamericana no sistema global de comércio mediante uma nova divisão internacional do trabalho. Este modelo configurou uma clara divisão no nível de poder econômico a favor dos principais países industrializados da época e aos países periféricos, como o Brasil, coube o papel de exportar matérias-primas para o fortalecimento dos Estados nacionais europeus e a expansão do mercantilismo.

<sup>18</sup> Segundo Franco (1971, p.27), em sua obra intitulada *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, o território brasileiro do século XVI se confinou na faixa litorânea, contudo, o autor salientou que o litoral conhecido naquele século, não tinha a extensão de hoje.

Pode-se dizer, portanto, que o início da ocupação do Litoral Norte se confunde com a própria história da colonização brasileira, pois, ainda em 1497, impulsionado pela expansão da Europa Ocidental, Portugal percebeu a necessidade irremediável de ocupar e explorar a faixa territorial que lhe fora conferida pelo Tratado de Tordesilhas (AZEVEDO, 1969, p.31-3).

Com a intenção de garantir a proteção do litoral brasileiro, mas não dispondo de recursos para estabelecer uma administração na Colônia, a coroa portuguesa decidiu povoar o Brasil, de modo sistemático e regular, através do sistema de donatárias<sup>19</sup>, o que só ocorreu em 1532. De acordo com Braz do Amaral (AMARAL, 1919, p.160), o plano que Dom João III adotou para o Brasil, através do sistema de sesmarias, tinha as mesmas características do plano elaborado pelo seu antecessor, Dom Manoel, para a colonização dos Açores:

Este país foi dividido em doze sesmarias, com o nome de “capitanias”. [...] Cada capitania devia ter de costas cinquenta [sic] léguas, e pelo interior erão [sic] indeterminados os limites: o pouco conhecimento da extensão do littoral [sic] determinou a má divisão [...] os donatários [sic] a princípio supunhão [sic] que a rusticidade dos indígenas faria com que facilmente os pudessem submeter [sic] á [sic] cultura, mas enganarão-se [sic], havendo [sic] sofrido revezes extraordinários.

As dimensões largas, incontroláveis e com perfis de latifúndio das sesmarias também são descritas por Tavares (2001, p.85-6), ao citar o caso de Garcia d`Ávila, cujas propriedades contínuas parcialmente obtidas de Tomé de Souza, se estendiam no litoral baiano – de Tatuapara, localizada hoje nas imediações da Praia do Forte, até a região Sanfranciscana<sup>20</sup> (ibidem).

Na interpretação feita por Braz do Amaral (AMARAL, 1919, p.404), “um dos erros cometidos pela administração nos tempos coloniaes [sic] consistio [sic] em permitir

---

<sup>19</sup> Denominadas de Capitanias Hereditárias, representavam uma espécie de associação entre a coroa e a iniciativa privada (1534-1549) com a atribuição aos senhores de fomentar o povoamento das terras que lhe foram concedidas. Esse sistema foi revertido gradualmente a partir de 1548 com a criação do governo geral no estado da Bahia.

<sup>20</sup> Atualmente a mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia é uma das sete mesorregiões do estado brasileiro da Bahia. É formada pela união de 27 municípios agrupados em quatro microrregiões – Barra, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Paulo Afonso.

que se estabelecessem enormes domínios territoriaes [sic]” beneficiando alguns latifundiários, a exemplo da concessão das terras a Garcia d’Ávila<sup>21</sup>, citado pelo autor (idem) como “aquelle [sic] criado ou protegido de Thomé de Souza”, que se transformou em grande proprietário do solo na região do Litoral Norte baiano. Vale enfatizar que este modelo de ocupação e uso do solo, iniciado naquela época, se reflete na paisagem do Litoral Norte até os dias de hoje.

### 2.2.1 O império de Garcia d’Ávila

A vida naquela faixa litorânea está intimamente vinculada à trajetória da família d’Ávila. Primeiro português que se tem notícia a estabelecer moradia na região, Garcia d’Ávila inicialmente ocupou a faixa compreendida entre os atuais bairros do Rio Vermelho e de Itapuã, localizados na orla marítima da Cidade do Salvador. Em 1560, seguiu para a faixa de terra doada por Tomé de Souza, cuja extensão no Litoral Norte estava entre os campos do Rio Pojuca e as proximidades da foz do Rio Real.

A chegada de Garcia d’Ávila àquela região é mencionada por Braz do Amaral (AMARAL, 1919, p.226) ao descrever sua importância nas estratégias de defesa por parte da Colônia:

E para que esta costa esteja segura do gentio, e os Francezes [sic] desenganados de não poderem vir resgatar com elle [sic], entre a Bahia e Pernambuco, convém ao serviço de S. magestade [sic] que mande povoar e fortificar este rio o que se pode fazer com pouca despeza [sic] de sua fazenda, do que já El-rei D. Sebastião, que está em glória, foi informado e mandou mais afincadamente Luiz de Britto, que neste tempo governava este estado, que ordenasse com muita brevidade como se povoasse este rio, no que elle metteu [sic] todo o cabedal, mandado a isso Garcia de Avila.

---

<sup>21</sup> Garcia d’Ávila (c.1528 - 1609) viveu muito tempo como agricultor e criador em Rates, em Portugal e amigo de Tomé de Souza, gozava de larga estima por parte do pai deste – o Prior. Chegou à Bahia em 29 de março de 1549, com Tomé de Souza – primeiro governador geral do Brasil, sendo nomeado, no primeiro dia de junho, “feitor e almoxarife da Cidade do Salvador e da Alfândega”. Pelo esforço e dedicação, durante a construção da Capital, Garcia d’Ávila foi recompensado com terras de Sesmarias, instalando-se inicialmente em Itapagipe, depois em Itapoã e Tatuapara, vindo a se tornar o primeiro Bandeirante do Norte.

Segundo Freire (1998, p.23), Garcia d'Ávila possuía na costa de Tatuapara os seus dez currais e uma povoação com grandes edifícios, ocupando uma larga extensão territorial (do Rio Jacuípe ao Rio Itapicurú). Era o início de um sistema socioeconômico baseado na exploração dos recursos naturais e na substituição da vegetação natural por pastagens, que se configurava nas áreas adjacentes à atual Cidade do Salvador, sobretudo ao norte da capital colonial.

No século XVI, se desenvolvia no Litoral Norte uma economia baseada na pecuária extensiva para prover o Recôncavo e a Cidade do Salvador de animais de tração, carne, leite, couro. Grande parte deste gado pertencia a Garcia d'Ávila. Em paralelo ao incremento da pecuária, o fornecimento de lenha para os engenhos resultou na devastação das primeiras áreas de Mata Atlântica e de Restinga (MATTEDI, 2001, p.109).

A importância de Garcia d'Ávila, como precursor da pecuária na região, fica explícita no momento em que Braz do Amaral (AMARAL, 1919, p.227-8), descreve aquela área:

Do rio [sic] Itapicurú a Tatuapara são oito ou nove legoas [sic], cuja terra ao longo mar é muito fresca e baixa, e não serve senão para a criação de gado [...] Aqui tem Garcia d'Avila, que é um dos principaes [sic] e mais ricos moradores da Cidade do Salvador, uma povoação com grandes edificios [sic] de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora "mui" ornada, toda de abóboda, em a qual tem um Capellão [sic] que lhe ministra os Sacramentos.

Este Garcia d'Avila tem toda a sua fazenda em criações de vaccas [sic] e egoas [sic] e terá alguns dez curraes [sic] por esta terra adiante: e os padres da Companhia tem neste districto [sic] uma aldeã [sic] de indios [sic] fôrros [sic] Tupinambás, a qual se chama Santo Antonio.

Assim, a lenta ocupação do território da Bahia quinhentista permaneceu concentrada no litoral. Sua efetivação deu-se através de um processo de conquista, posse e povoamento que enfrentou obstáculos naturais (rios, matas e serras), além de lutas contra os povos indígenas que habitavam as regiões consideradas ricas em minérios e pedras preciosas, incluindo as áreas por onde passava o gado. Inclusive, segundo Tavares (2001, p.160-1), Garcia d'Ávila foi o primeiro dos grandes curraleiros a levar

seu gado da península de Itapagipe até a sesmaria doada por Tomé de Souza, passando pelos vales dos rios Joanes, Jacuípe e Pojuca – este último na localidade de Tatuapara, onde, entre 1552 e 1609, foi construída a fortaleza denominada de Casa da Torre<sup>22</sup>, conforme pode ser visualizado na cartografia da figura 01.

Figura 01 – Mapa da Bahia de Todos os Santos do século XVII, com a localização na porção superior da Torre de Garcia d'Ávila.



Fonte: Bandeira, 2007.

Sobre a construção da Casa da Torre, que tem sua arquitetura representada nas figuras 02 e 03, Sá (2006, p.11) tece os seguintes comentários:

Garcia d'Ávila em companhia de dezenas de índios e portugueses arrastava peças e pedras negras oriundas das lajes rochosas subterrâneas que costeavam as praias. Muitos cavalos, cordas e homens tombavam sob o

<sup>22</sup> Conforme comentários feitos por Francisco Ávila, no prefácio da recente obra *Mata de São João: um registro de memória* (AMARAL, 2012), a Casa da Torre funcionou como observatório avançado da coroa portuguesa na Colônia, desempenhando função de proteção e defesa ao norte da capital baiana e tendo papel fundamental no combate aos piratas e corsários, tendo posição de relevo nas lutas contra holandeses e índios invasores. Após quase três séculos, os representantes da Casa da Torre mudaram-se para seus engenhos, abandonando o Castelo, que acabou se transformando numa majestosa ruína. Recebeu várias denominações ao longo do tempo – Castelo da Corte de Garcia d'Ávila, Castelo Garcia d'Ávila, Castelo da Torre, Torre de Garcia d'Ávila ou Torre de Tatuapara, Solar da Torre ou Solar de Tatuapara, Casa da Torre de Garcia d'Ávila ou simplesmente Casa da Torre.

terrível fardo. Ele queria a Torre forte e imponente. Vistosa e bela como nenhuma outra tinha sido antes dela. A alguns passos dele a selva impenetrável<sup>23</sup>.

Figura 02 – Vista frontal das ruínas do Castelo da Torre Garcia d'Ávila, no alto da colina, o lado do porto de Tatuapara.



Fonte: Baldessarini, 2001.

Figura 03 – Detalhes da arquitetura da Casa da Torre, aparelhada em pedras de natureza, qualidade e corte, diversificados.



Fonte: Baldessarini, 2001.

O patriarca da Casa da Torre faleceu em 23 de maio de 1609. Seu sucessor, Francisco Dias de Ávila, adquiriu uma grande sesmaria de dez léguas de extensão ao sul do rio Inhambupe, em direção ao oeste, além do direito de desbravar os sertões, o que resultou na expansão do latifúndio e do poder da Casa da Torre, da pecuária extensiva e da expansão territorial da Colônia.

No período entre 1551 e 1852, a cadeia sucessória da Casa da Torre comandou e ampliou suas terras, até chegar ao sertão nordestino da Bahia e do Maranhão. Os d'Ávila lideraram vários conflitos nas fronteiras da Colônia, genocídios de índios e escravos e influenciaram diretamente o poder político, econômico e militar da administração da Colônia com o objetivo de assegurar a expansão dos currais de gado e a exploração de minas de prata, ouro e salitre (AMARAL, 2012, p.59-61; BANDEIRA, 2007, p.128-9).

<sup>23</sup> Passagem de *O Romance da Torre*, obra de Francisco J. B. Sá (2006, p.11).

Posteriormente, as propriedades dos d'Ávila foram divididas entre seus herdeiros. Em 1972, o empresário alemão Klaus Peters<sup>24</sup> adquiriu as terras da Fazenda Praia do Forte, que a partir de 1981 passaram a ser geridas pela Fundação Garcia d'Ávila<sup>25</sup>.

### **2.2.2 Os índios tupinambás e as missões jesuíticas**

Antes da presença do colonizador/explorador, o Litoral Norte era habitado exclusivamente pelas nações indígenas, sobretudo Tupinambás<sup>26</sup>.

Embora, inicialmente, as tribos Tupinambás não tenham oferecido resistência nem hostilidade aos europeus, com o passar do tempo foram totalmente dizimadas em decorrência de conflitos gerados pelas tentativas de escravização, que mais tarde culminaram na adoção (por parte da coroa) da política de extermínio, conhecida como “guerra contra o gentil bárbaro”.

Com o apoio da Coroa Portuguesa, as missões jesuíticas protegiam e reuniam índios para a catequese católica, o ensino da língua portuguesa e a produção de alimentos, o que não os livrou das agressões hostis, cometidas especialmente por parte dos grandes sesmeiros, a exemplo do senhor da Casa da Torre em 1680 (TAVARES, 2001, p.25-6).

As anotações de Braz do Amaral (AMARAL, 1919, p.167), também relatam as lutas travadas entre o “invasor” e os índios Tupinambás, que habitavam o litoral da Bahia. Inclusive, é curioso observar que em uma longa anotação reservada à descrição dos índios, feita na obra supracitada, Braz do Amaral (ibidem) critica o autor por não ter

---

<sup>24</sup> Klaus Peters foi o idealizador da Praia do Forte e convidou o arquiteto Wilson Reis Neto para elaborar o projeto urbanístico da Vila.

<sup>25</sup> Atualmente a Fundação Garcia d'Ávila é uma Organização Social Civil de Interesse Público – OSCIP que realiza projetos nos setores educacional, ambiental, histórico, cultural e social na região.

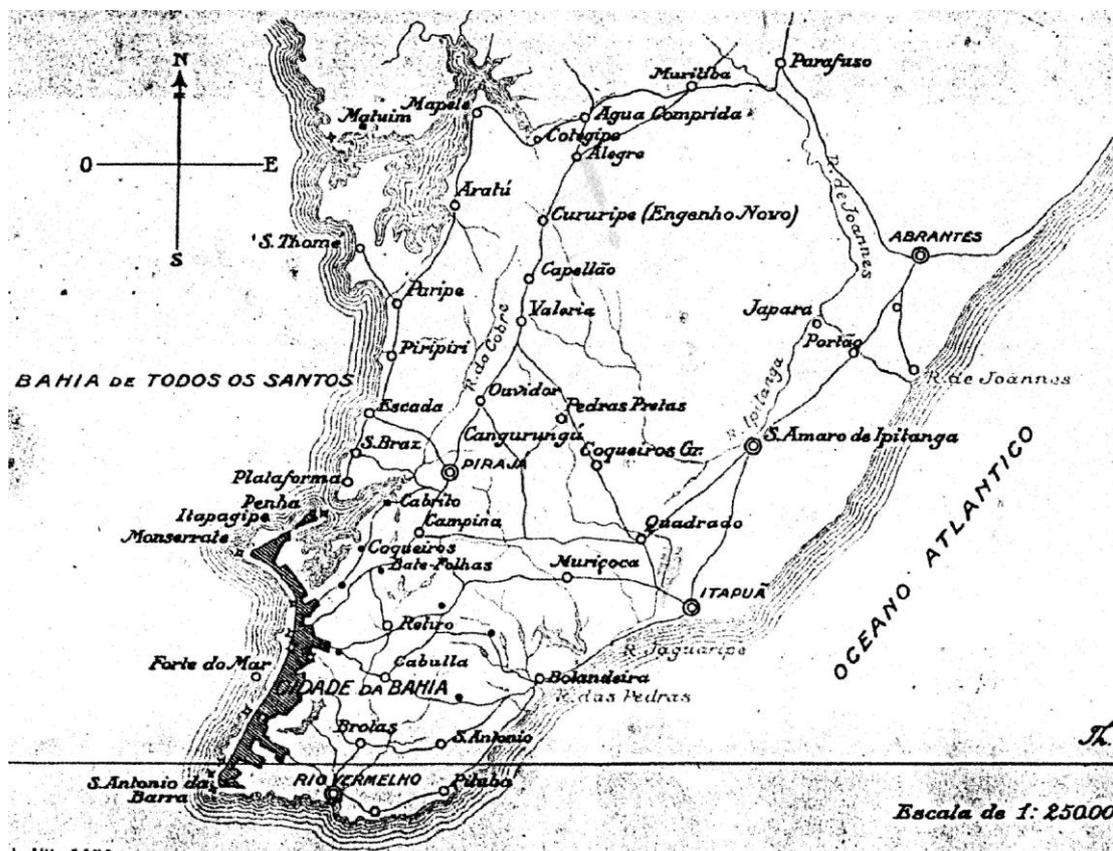
<sup>26</sup> O índio foi o primeiro grupo étnico a habitar as terras do Brasil, antes da chegada do europeu e do africano. Pertencentes às nações Tupi, Jê e Kariri, aqui se encontravam desde tempos não definidos, mas estimados em quinze a vinte e cinco mil anos. Na litoral, da costa de Sergipe até o baixo sul da Bahia, os Tupis das tribos Tupinambás foram os primeiros indígenas que os europeus conheceram (TAVARES, 2001, p.16-19). A maior parte deles se misturou com os brancos e desapareceu como grupos etnicamente reunidos (FLEXOR, 2008, p.26).

se dedicado a escrever sobre os Tupinambás e comenta que “nem na parte histórica, nem na parte política das Memórias da Bahia poderia ficar de fora o povo que era dono do território em 1500”.

A propagação da fé cristã através dos jesuítas por entre os índios, aliada aos interesses econômicos, motivou as explorações do território brasileiro. No Litoral Norte, embora as terras de Santo Amaro de Ipitanga, atual Município de Lauro de Freitas, tenham sido doadas aos jesuítas, sua maior parte parece ter sido ocupada pelos currais de gado dos Garcia d`Ávila. Entre 1587 e 1594, este território se tornou freguesia.

Segundo Flexor (2008, p.20-1), um documento deu a Torre de Garcia d`Ávila como pertencente à freguesia de Santo Amaro do Ipitanga. Contudo, vale ressaltar que, embora a Casa da Torre estivesse localizada em Tatuapara, exercia seu poder sobre outros territórios e como é possível observar na figura 04, as terras que compreendiam a freguesia supracitada se restringiam ao limites de Abrantes e Itapuã.

Figura 04 – Mapa da península onde a Cidade do Salvador foi construída, vendo-se, acima do Rio Joanes e a Vila de Abrantes, fundada pela Casa da Torre.



Fonte: Bandeira, 2007.

Os jesuítas acabaram por se fixar naquele lugar pelo fácil acesso aos recursos naturais existentes e, entre 1558 e 1561, deram origem ao aldeamento do Espírito Santo (FLEXOR, 2008, p.18-23). Outros dois aldeamentos se formaram, o de Santo Antonio e o de São João<sup>27</sup>, este último, o atual Município de Mata de São João<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Amaral (2012, p.48) conta que o aldeamento de São João parece ter sido fundado e abandonado algumas vezes por padres jesuítas em diferentes localidades no Litoral Norte. Em 1561, uma nova aldeia São João foi fundada pelos padres Gaspar Lourenço e o irmão Simão Gonçalves, onde havia uma igreja e os escombros de uma torre. Ainda segundo a autora (idem, p.72-9), por volta de 1761, a aldeia de São João que inicialmente localizava-se nas terras de Santo Amaro do Ipitanga onde também estava inserido o Município de Camaçari, foi transferida para as margens do Rio Jacuípe por padres jesuítas, mas com a expulsão dos padres a aldeia foi elevada à condição de freguesia, recebendo o nome de Freguesia de Nosso Senhor do Bonfim de Mata de São João.

<sup>28</sup> Segundo o IBGE (1958, CR-ROM) a formação histórica de Mata de São João está ligada à do Município de Camaçari que integrava também a Freguesia de Nosso Senhor do Bonfim de Mata de São João.

### 2.2.3 O início de uma urbanização: questões fundiárias e fronteiras

É possível constatar a formação de um esboço de uma rede urbana integrada por freguesias, povoados e vilas que transcendia os limites dos engenhos de açúcar. Mais tarde, com o fim dos aldeamentos, toda a região foi dividida em sítios, o que gerou a necessidade de buscar mão-de-obra para fortalecer a agricultura de subsistência com vistas ao comércio (FLEXOR, 2008, p.28).

Assim, um grande movimento de colonização, conforme os parâmetros daquela época, ocorreu entre 1609 e 1612, na zona margeada pelos rios Joanes, Jacuípe e Pojuca, chegando ao território banhado pelo Rio Real até o final do século XVII (FREIRE, 1998, p.24-8).

Em meados do mesmo século, a região presenciou um processo de estagnação, fruto do declínio da economia açucareira, da qual a localidade dependia. Iniciou-se a reformulação de suas atividades produtivas, onde a plantação de coco foi introduzida na faixa litorânea para se tornar um dos principais produtos extrativistas da região, ocupando espaços de restinga e descaracterizando a paisagem natural (MATTEDI, 2001, p.109).

É importante salientar os reflexos que a tradição institucionalizada da propriedade territorial no Brasil, iniciada com as capitanias hereditárias e com as sesmarias, perpetuaram-se por muito tempo, sobretudo no litoral, e trouxeram como principal consequência a concentração fundiária e a consolidação das grandes propriedades. O fim, em parte, do domínio colonial, se deu quando o príncipe regente suspendeu as sesmarias futuras (1822)<sup>29</sup>, contudo, desde então e até o ano de 1850, a forma de acesso à terra continuou se dando através da posse e a tradição operou sem limitações no vácuo legislativo.

---

<sup>29</sup> Resolução datada de 17 de julho de 1822, que suspendeu as doações futuras de sesmarias até que se convocasse a Assembléia Geral Legislativa.

Somente em 1850, com a Lei de Terras<sup>30</sup>, considerada uma das primeiras a dispor sobre as normas do direito agrário brasileiro, porém, oposta à legislação das sesmarias, que se estabeleceu a compra como única forma de acesso à terra. Embora, a Lei de Terras tenha estabelecido amplos mecanismos de legitimação, também estabelecia restrições sobre a terra. O que se viu, posteriormente, e a cada momento da história foi a renovação do poder e não a permanência do poder e a reafirmação da força de grandes proprietários de terra, expressas na manutenção da concentração fundiária.

Bruno (2007, p.63), aponta que a formação brasileira está alicerçada na propriedade fundiária e na escravidão que se configurou “em um modo de colonização predador e concentrador”.

#### **2.2.4 Os meios de comunicação**

O povoamento da Bahia concentrou-se no litoral até meados do século XIX devido à quase total inexistência de estradas que ligassem Salvador às vilas e arraiais. Grande parte do acesso se dava através das vias marítimas e fluviais.

Embora as primeiras estradas da Bahia remetam ao século XVI, eram tortuosos caminhos percorridos por carros de boi, animais com cargas e boiadas, que foram trilhados na medida em que se desenvolviam as culturas de cana-de-açúcar e de fumo, voltadas para exportação, enquanto a criação de gado era conduzida para o Sertão (MATTOSO, 1992, p.59).<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. A lei de terras foi regulamentada, em 30 de janeiro de 1854, pelo Decreto Imperial nº 1.318.

<sup>31</sup> Apesar de Mattoso (1992, p.468-9) considerar que no século XVII a rede de estradas tenha melhorado consideravelmente, ligando novas regiões à capital, entende-se que se tratava de uma malha viária muito deficiente que não cortava nem a metade do território da Capitania. Nos séculos XVIII e XIX, não há registros de grandes evoluções, salvo a construção da primeira estrada pavimentada em 1851, ligando a capital ao recôncavo. Inclusive, Tavares (2001, p.273) relata que, em 1882, as estradas de rodagem ainda eram todas carroçáveis. Eram “trilhas a ermo e picadas mais ou menos bem traçadas” (ibidem). Em 1897, constata-se esta carência através da mensagem escrita pelo governador Luís Viana à Assembléia Legislativa: “Sem estradas que rasquem o interior do estado [...] bem se compreenderá que pouco podemos utilizar das nossas riquezas naturais”. De fato, somente em 1917, foi construída a primeira grande estrada da Bahia (Salvador-Feira de Santana) (idem, p.370).

O século XIX assistiu ao incremento das comunicações no Estado da Bahia, quando foram abertas estradas ligando as regiões produtoras aos portos de embarque (MONTEIRO, 1985, p.32). Contudo, o Litoral Norte ainda permanecia distante deste contexto ativo e dinâmico.

A falta de comunicação terrestre entre a capital e o Litoral Norte manteve aquela região em relativo isolamento até o século XX, fazendo com que o seu processo de ocupação territorial fosse lento e pouco adensado. Houveram lacunas nos registros encontrados no período compreendido entre meados do século XVII e final do século XIX, quando uma grande extensão de terra foi adquirida de um dos descendentes do d'Ávila, pelo empreendedor prussiano Sigisfred Sigismundo Schindler (SOBRINHO, 1998, p.27).

### **2.3 As transformações do século XX**

Schindler se estabeleceu no Litoral Norte até meados do século XX, onde instalou armazéns para estocagem de mudas de coco, fábricas para o aperfeiçoamento e manufatura de produtos para exportação (piaçava, borracha de mangabeira, raízes medicinais, óleo de mamona, frutas secas e vinho do cajueiro, peles de cobras). Em 1898, inaugurou o primeiro porto do local na foz do Rio Sauípe (SOBRINHO, 1998, p.27-8). Assim, a atividade extrativista manteve-se como base da economia local por muito tempo.

Segundo Mattedi (2001, p.110), informações desencontradas dão conta de que, em 1949, parte dessas terras, foi comprada pela Construtora Norberto Odebrecht, que passou a dispor cerca de 1.700 ha, abrangendo uma parte da área da porção norte do município de Mata de São João e outra no vizinho município de Entre Rios. No Município de Mata de São João, consta que, em 1922, o coronel Otacílio Nunes de Souza (fig. 05) comprou a Fazenda Praia do Forte de Régis Pacheco iniciando o cultivo do coco e desenvolvendo um programa de mudas selecionadas, associado à pecuária extensiva. Com a morte de Otacílio Nunes, em 1939, tem início um

processo de decadência econômica da família, com notícias de conflitos acirrados entre herdeiros e posseiros.

Figura 05 – A chegada de Otacílio Nunes de Souza à Praia do Forte na década de 1920.



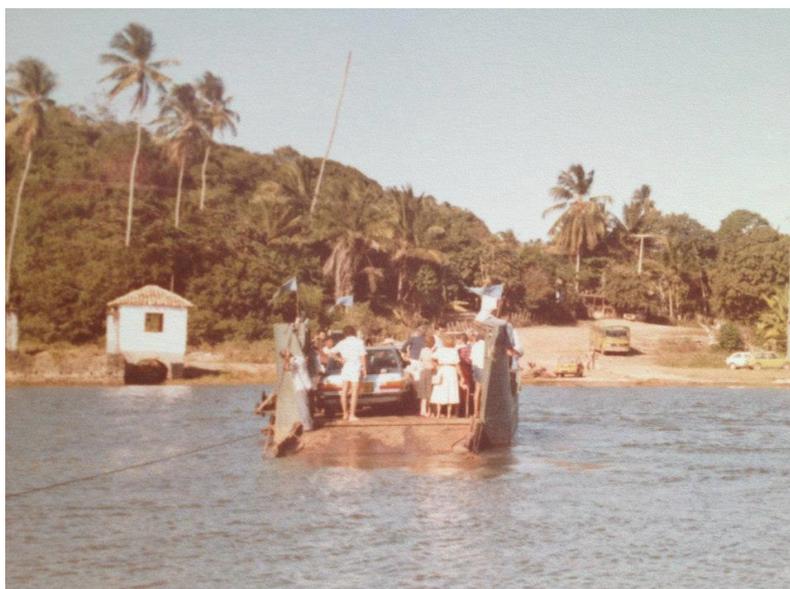
Fonte: Acervo pessoal de Roberto de Souza, anos de 1920.

Stifelman (1997, p.45-52) trouxe ilustrações que contradizem esta forma de aquisição das terras pela Construtora supracitada e destaca que tudo fez parte de uma negociação com o Governo do Estado, onde a Construtora teve o direito de escolher uma área de 2.500 ha e recebeu a liberação de mais 1.500 ha entre o Riacho Santo Antônio e o Rio Sauípe (hoje Fazenda Sauípe) e o restante em Subaúma. A partir do final da década de 1950, numa “jogada” que envolveu posseiros e indenizações, a Construtora regularizou a questão fundiária da área, o que representou um fato marcante em relação à concentração de terra da região.

Nos anos de 1950, a região viveu o início da exploração de petróleo com a instalação de poços nos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Itanagra e Pojuca. A região litorânea destes municípios permaneceu relativamente isolada e as

mudanças sociais e espaciais foram lentas: o acesso só era possível por meio de balsa, através do Rio Pojuca (fig. 06). A partir da década de 1970, a Fazenda Praia do Forte foi vendida a um empresário paulista que, a princípio, tentou recompor a empresa agropecuária pertencente aos antigos proprietários, alterando, posteriormente, seus planos para o desenvolvimento do primeiro grande projeto turístico do Litoral Norte: o Projeto da Praia do Forte (SOBRINHO, 1998, p.29-31).

Figura 06 – Acesso ao Litoral Norte de balsa pelo Rio Pojuca.



Fonte: Acervo pessoal de Roberto de Souza, anos de 1960.

Com a crise petrolífera da década de 1970, como alternativa econômica regional foram introduzidas as culturas de pinheiro e eucalipto, denominadas de atividades de reflorestamento.<sup>32</sup> As primeiras empresas florestais chegaram à região em 1973, contudo, a atividade florestal foi impulsionada somente a partir de 1976 quando a área foi institucionalizada como Distrito Florestal do Litoral Norte – DFLN pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, onde se inclui o Município de Mata de São João (BAHIA-SEPLANTEC, 1982).<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Há registros de que na década de 1970 houve uma queda de 9,9% para 6,1% nas lavouras no Litoral Norte, sobretudo nas lavouras permanentes, inclusive do côco, fato esse que pode também ser atribuído à pragas e derrubada de coqueirais ou sua substituição para implantação de loteamentos, além de falta de incentivos do governo para copricultura.

<sup>33</sup> Segundo dados do estudo denominado Impactos sobre o Urbano e o Regional das Atividades de Reflorestamento e Imobiliária na Área do Litoral Norte (BAHIA-SEPLANTEC, 1982), a área definida como DFLN, que abrangia entre outros municípios do Recôncavo baiano aqueles que compunham o Litoral Norte região (Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde, Jandaíra) exercia papel complementar e secundário à economia canavieira, provavelmente pela condição de inferioridade de suas terras.

O baixo valor da terra e da mão-de-obra, associados às políticas governamentais federais, são alguns dos prováveis fatores que deram suporte à penetração do capital do reflorestamento no Litoral Norte. Dentre estas políticas destacam-se o Programa Nacional de Papel e Celulose, cujo objetivo era formar grandes estoques de madeira para fins energéticos, devido à crise do petróleo; ou industriais, para abastecer a indústria de celulose e derivados de madeira. Vale acrescentar que o Litoral Norte também apresentava outras condições favoráveis ao reflorestamento, como o clima e a abundância de recursos hídricos e energéticos, que eram somadas aos incentivos fiscais oferecidos pelo poder público.

Ainda na década de 1970, a pecuária extensiva predominava na região e no Município de Mata de São João, correspondendo a um percentual de 33% da utilização do solo. A lavoura ocupava apenas 10,2% e as áreas naturais, consideradas ociosas, correspondiam a 31,5%. Esta desproporção entre a pecuária e a agricultura pode ser facilmente explicada pela presença de solos fracos, havendo registros de algumas pequenas propriedades com plantações de mandioca e a com cultura de coco na faixa litorânea. (BAHIA-SEPLANTEC, 1982). Na imagem abaixo (fig. 07) é possível observar em primeiro plano a costa da Praia do Forte com pouquíssimas ocupações e em segundo plano, áreas desmatadas para cultivo de pastagens.



Fonte: Acervo pessoal de Roberto de Souza, década de 1970.

A partir de políticas públicas ambientais foram implantadas áreas protegidas, a exemplo da criação do Parque Florestal Garcia d'Ávila em 1975, abrangendo áreas de Mata de São João e de Camaçari (Decreto Estadual nº 24.643/75), que dois anos mais tarde foi transformado em Refúgio Particular de Animais Silvestres.

Contudo, analisando-se a historicidade daquela região, entende-se que ainda persiste o modelo de ocupação do solo que se desencadeou no período colonial. A estrutura fundiária contribuiu com a estratégia de penetração do capital reflorestador para a aquisição de grandes glebas, contíguas, a preços baixos.

### **2.3.1 O início da atividade imobiliária: uma orla estendida**

Entre as décadas de 1950 e 1960, a Cidade de Salvador iniciou o processo de expansão do seu litoral em direção ao norte. Ocorreu um rápido crescimento da atividade imobiliária nas áreas litorâneas, antes ocupadas por fazendas de coco e de gado, além de pequenos núcleos de pescadores.

Situada na continuação deste eixo de expansão da Cidade de Salvador, embora ainda distante de sua efetiva ocupação, a orla oceânica do Litoral Norte repete a partir da década seguinte os movimentos iniciais de ocupação da capital baiana. Assim, o processo de especulação imobiliária que atingiu o apogeu, em Salvador, na década de 1960, estendeu-se ao Litoral Norte na década seguinte, favorecido pela sua estrutura fundiária secular. A ocupação que inicialmente ocorreu no trecho Itapuã – Açu da Torre atingiu na década de 1990 os limites do Estado da Bahia.

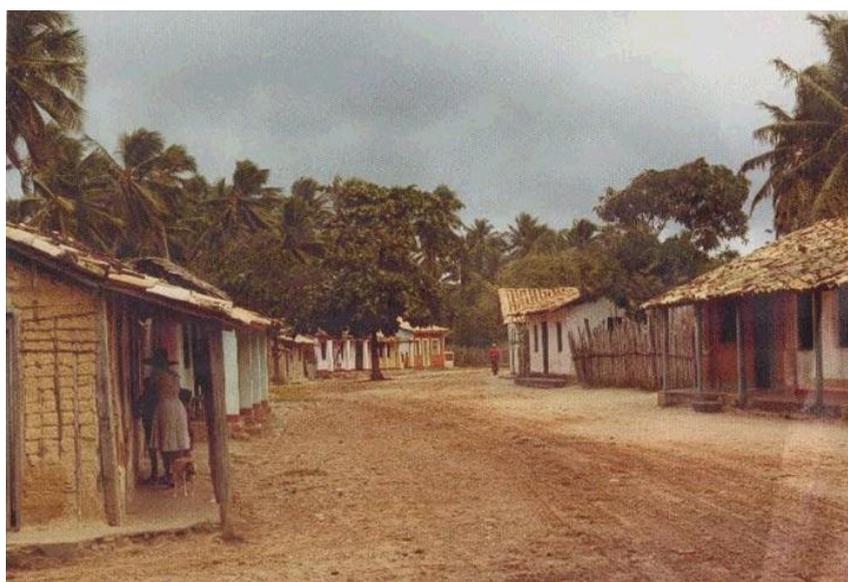
A partir desta década os investimentos na região voltaram-se para o incremento da infraestrutura que serviria de suporte para as atividades turísticas que demarcariam as próximas décadas.

### 2.3.2 O fim do isolamento

A construção da BA-099, conhecida como Estrada do Coco, no final da década 1980, foi responsável pelo rompimento do isolamento que existiu até então, se constituindo em um elemento potencializador de novas dinâmicas e transformações das atividades socioeconômicas e ambientais. Compreende-se que a intensificação da especulação imobiliária e o início da atividade turística naquela região foram viabilizados pela melhoria do sistema viário e, desde então, estas atividades se impuseram no ordenamento do solo. A região que mantinha historicamente uma pequena população dedicada a práticas extrativistas de baixo impacto ambiental, após a integração viária, se transformou em um importante vetor de expansão turística e imobiliária para o Estado da Bahia.

No Município de Mata de São João, o foco deste crescimento foi a Praia do Forte, que até aquele momento, mantinha suas ruas de barro e seus moradores, em geral pescadores, preservavam um modo de vida rural. Conforme pode ser constatado na figura 08, a realidade ainda era muito distante dos processos de ocupação e urbanização que se desencadearam nos anos seguintes.

Figura 08 – Ruas e residências de pescadores da Praia do Forte até a década de 1980.



Fonte: Amaral, 2012.

No início da década de 1980 surgiram, inicialmente, casas de veraneio e pequenas pousadas, ainda num padrão de ocupação de baixa densidade e com arquitetura integrada ao ambiente pela tipologia construtiva e pela proporção das edificações (fig. 09 e 10).

Figuras 09 e 10 – Pousadas e casas de veraneio da Praia do Forte, na década de 1980 (respectivamente).



Fonte: <http://www.praiadoforte.org.br>.



Fonte: <http://www.praiadoforte.org.br>.

A Fundação Garcia d'Ávila contribuiu para a execução de projetos turísticos e hoteleiros, determinantes na transformação daquele território. A partir de 1982, com a inauguração do primeiro hotel de categoria internacional,<sup>34</sup> que se confirmou como um modelo de equipamento turístico bem sucedido, o vilarejo da Praia do Forte teve sua realidade modificada em todos os aspectos. Uma frequente presença de turistas nacionais e internacionais provocou o crescimento do setor de comércio e serviços: bares, restaurantes e ampliação da oferta de hospedagem.

Inicialmente, a ocupação deu-se propriamente na Vila da Praia do Forte, onde se observa haver ocorrido uma alteração do padrão construtivo e o início de uma urbanização daquele território (fig. 11 e 12) que refletiu sobre a valorização imobiliária de toda a face leste da rodovia.

<sup>34</sup> Inicialmente denominado de Robinson Clube e Hotel da Praia do Forte, teve seu projeto arquitetônico alterado para abrigar o hotel Praia do Forte Eco Resort, rebatizado mais tarde de Tivoli, que naquela época se tornou âncora de todo o Litoral Norte.

Figuras 11 e 12 – Processo de urbanização em Praia do Forte com alteração do padrão construtivo.



Fonte: <http://www.brasilpassoapasso.com.br>.



Fonte: <http://www.brasilpassoapasso.com.br>.

A atividade turística se expandiu e a Praia do Forte passou a ser divulgada no mercado turístico internacional, atraindo outras iniciativas privadas, o que provocou a melhoria da infraestrutura urbana e do sistema viário de acesso àquele local.

Na década de 1990, a BA-099 teve o seu traçado ampliado por toda costa litorânea norte da Bahia, até o rio Real, na divisa do Estado de Sergipe. O segundo trecho construído (Açu da Torre – Jandaíra), denominado Linha Verde (fig. 13 e 14), se constituiu como um importante indutor do crescimento da ocupação territorial naquela região.

Figuras 13 e 14 – Trechos da BA 099 – Linha Verde.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

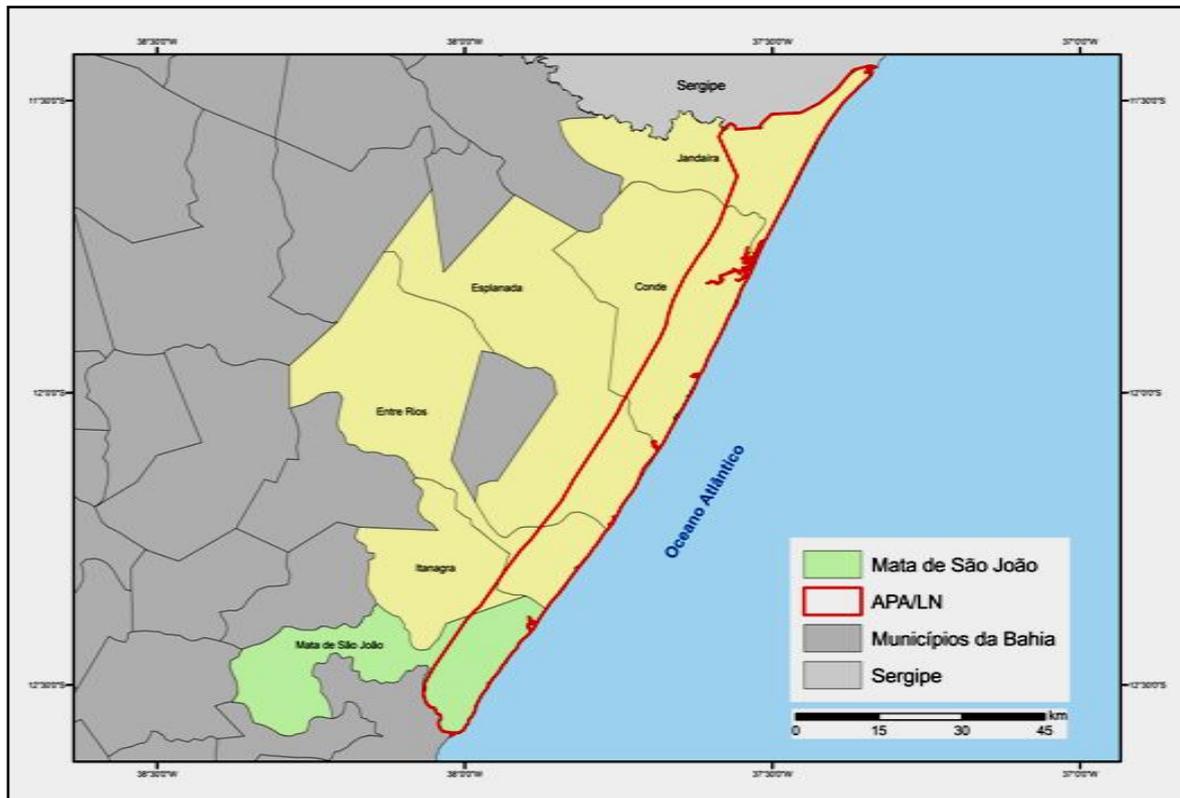
Aliado ao incremento da rede viária e a melhoria dos acessos, governos de estados nordestinos, entre eles o da Bahia, foi elaborado, em 1991, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR-NE, responsável por fomentar o turismo no Litoral Norte do Estado, atingindo diretamente o Município de Mata de São João.

No momento em que aquela faixa litorânea se integrava a Salvador, pela ampliação da Rodovia BA-099, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia – APA/LN<sup>35</sup>, conforme está representado no mapa abaixo (fig. 15), com o aparente objetivo de resguardar seu patrimônio cultural e ambiental.

---

<sup>35</sup> Decreto Estadual nº 1.046 de 17 de março de 1992.

Figura 15 – Localização da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia  
BAHIA – 2012



Fonte: INEMA, 2010; SEI, 2010.  
Elaboração Gabriella Faria, 2012.

Contudo, este instrumento legal não garantiu a proteção daquele território, e, em nome do desenvolvimento sustentável, a região foi, e continua sendo, ocupada desordenadamente, sem nenhum planejamento para a utilização racional dos recursos naturais ou gerenciamento adequado dos resíduos sólidos e seus efluentes. Conseqüentemente, extensas áreas são devastadas e degradadas.

## 2.4 O panorama atual

A partir da implantação da Linha Verde, a especulação imobiliária desencadeada na região propiciou a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros e residenciais, sobretudo na faixa litorânea do Município de Mata de São João.

Desde então, os limites e as conexões entre vilas e cidades se ampliaram. A partir de um processo de ocupação diferenciado ao longo das duas faces da sua malha viária (fig. 16). Criou-se uma nova lógica funcional que possibilitou uma configuração espacial em redes, ao mesmo tempo integradora e segregadora, caracterizada por espaços e fluxos heterogêneos.

Figura 16 – Casas populares em primeiro plano (face oeste da Linha Verde) e empreendimento residencial luxuoso Reserva Imbassaí, em segundo plano (face leste da Linha Verde).



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Em Mata de São João, a partir da década de 2000, as políticas públicas, através de vantagens locacionais, como incentivos fiscais, tributários, melhoria da infraestrutura – estradas, pavimentação de vilas, ampliação e requalificação da rede elétrica, além de suporte na mediação de obstáculos à viabilização de projetos turístico-hoteleiros e residenciais – proporcionaram o estabelecimento de empreendimentos de médio e pequeno porte.

Atualmente, sofisticados complexos hoteleiros e residenciais, a exemplo dos empreendimentos Costa do Sauípe (fig. 17), Iberostar e Grand Palladium, dividem aquele território com outros loteamentos de média e baixa renda (fig. 18).

Figura 17 – Complexo Costa do Sauípe.



Fonte: <http://turismo.culturamix.com>.

Figura 18 – Loteamento Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

O avanço destes empreendimentos turísticos e residenciais tem provocado mudanças na estrutura econômica e ocupacional do território, a exemplo da reorganização da estrutura sociocultural local e gestão dos recursos naturais.

Em paralelo, ações marqueteiras vendem a imagem da região como um paraíso ecológico (fig. 19 à 22), onde o crescimento econômico, a preservação cultural, a conservação ambiental e a equidade social poderiam ser harmonicamente conciliados.

Figura 19 à 22 – Marketing turístico das paisagens, localidades e atividades de turismo ecológico, respectivamente.



Fonte: <http://www.orealizacoes.com.br>; <http://www.bahiaadventure.com>.

Projetos como o Tamar, Instituto Baleia Jubarte, embora desenvolvam estudos isolados com o objetivo de conservação de tartarugas e baleias, conferem a ilusão desta identidade e reforçam a ideia de existir um desenvolvimento sustentável em Mata de São João, baseado na premissa da continuidade e do respeito ao meio ambiente, como um patrimônio que deve ser deixado para as próximas gerações. Atualmente, produtos estampados com a logomarca do Tamar (fig. 23) são desejados e consumidos por turistas dos mais variados lugares do mundo.

Figura 23 – Logomarca do Projeto Tamar.



Fonte: <http://www.tamar.org.br>.

## CAPÍTULO III

### Do global ao local: conflitos e contradições

#### 3.1 Globalização e regionalização na dinâmica territorial local

Os processos de transformação dos territórios desencadeados no final do século XX, foram marcados por aceleradas formas de globalização que incentivaram uma espécie de padronização da cultura de consumo e do comportamento humano. Estratégias de marketing facilitadas pelo avanço tecnológico na área da informática e da comunicação permitiram, entre outras coisas, o intercâmbio de informações e de culturas.

As novas territorialidades são expressões destes processos recentes, os quais produzem diferentes efeitos na dinâmica espacial, social, ambiental e cultural de cada sociedade.

Ao mesmo tempo, a articulação entre o global e o local, naturalmente permeada por conflitos, pode provocar movimentos de resistência que tornam alguns territórios diferenciados, a despeito da atual tendência à formatação do mundo em uma crescente e homogênea comunidade interconectada. São diferentes tipos de resistências, que em Mata de São João podem ser observadas nas formas de expressão cultural, artística, religiosa, ou num estilo particular de viver e de se relacionar com os recursos naturais e com os ritmos da natureza (fig. 24 à 29).

Segundo Silva e Carvalho (2011, p.104), ao exaltarem os mecanismos de integração na escala global, os processos de globalização causaram algumas transformações negativas e positivas nas territorialidades. O autor destaca como negativa a competição entre os territórios, enquanto valoriza as reações que visam os seus fortalecimentos.

Figura 24 à 29 – Pescadora, preparo da farinha de mandioca, vendedor de coco, crianças na praia, vendedora de artesanato e pescadores, respectivamente.



Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.



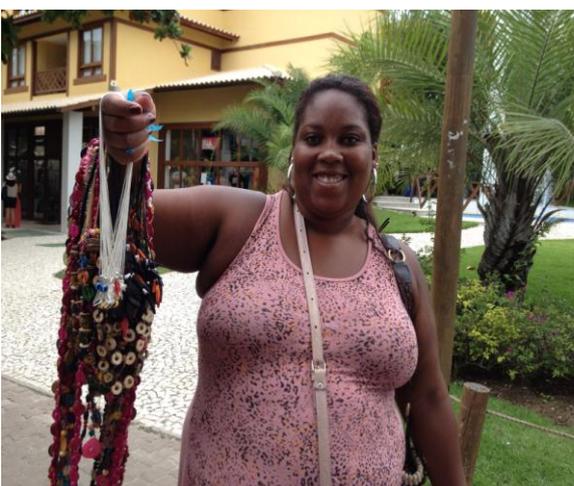
Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2011.



Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2012.

No Município de Mata de São João, os rebatimentos da globalização podem ser percebidos, sobretudo, nas comunidades litorâneas. Conforme se observa nas imagens capturadas na Vila da Praia do Forte (fig. 30 à 33), sofisticados comércios

e serviços de diferentes nacionalidades convivem contrastantemente com residências modestas e associações de nativos.

Figura 30 à 33 – Vila da Praia do Forte: Shopping da Villa; comércio sofisticado e residência modesta; Associação dos Pescadores; residência de nativos, respectivamente.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Em meio a este contexto paradoxal conservam-se atividades tradicionais seculares (fig. 34 à 37), a exemplo das mais variadas formas de extrativismo, agricultura familiar, artesanato de piaçava, pesca tradicional, revelando uma imbricação de forças endógenas e exógenas (BAHIA-CONDER, 2001).

Figura 34 à 37 – Extrativismo de lagosta; agricultura familiar; artesanato de piaçava; pesca com rede, respectivamente.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2008.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2012.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2009.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2008.

A endogenia, não aquela relacionada com as vantagens locais comparativas, caracteriza-se pela capacidade organizacional das comunidades definirem suas prioridades e inovarem nas suas formas de agir, promovendo a dinamização das atividades econômicas, sociais, políticas e culturais (SILVA, 2006, p.29).

Ao analisar as relações entre o “local-global” dos fenômenos contemporâneos da globalização, Harvey (2006, p.230) cita o interesse atual nas tradições culturais locais, incentivado pelas perspectivas de acumulação de rendas monopolistas, curiosamente contrárias à própria globalização. O autor considera que em algumas localidades a indústria turística se sustenta justamente na singularidade e na pureza das culturas.

Lipovetsky (2008, p.62) analisa o contexto contemporâneo sob uma ótica hipermoderna para afirmar que “o turismo tornou-se a primeira indústria mundial” e

que a preponderância dos lazeres provocou “um novo capitalismo movido não mais pela produção material, mas no divertimento e nas mercadorias culturais”.

Assim, é possível compreender que o turismo, diante da sua natureza econômica e da estreita relação com os espaços onde ele se estabelece, procura infiltrar-se no complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e ambientais a fim de promover a “valorização dos recursos endógenos”, enquanto estratégia de apropriação dos territórios (fig. 38 à 41).

Figuras 38 à 41 – Vila da Praia do Forte: turistas consumindo produtos da cultura local, comércio de artesanato local; baiana de acarajé e vendedor de cocada (respectivamente).



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

No atual panorama de globalização, lugares privilegiados pela natureza exuberante (fig. 42) e cultura singular (fig. 43), a exemplo dos microterritórios localizados na zona litorânea do Município de Mata de São João, constituem atrativos para a

indústria turística que desempenha um importante papel na mobilização de capital nos territórios, além de agenciar o diálogo entre o local e o global.

Figura 42 – Foz do Rio e Praia de Imbassáí.



Fonte: <http://www.resortimbassaibahia.com.br>.

Figura 43 – Roda de samba de roda.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2009.

Apesar da forte tendência de padronização cultural que é induzida pela globalização, observam-se movimentos isolados que fazem *front* a este processo. Como exemplo de resistência em Mata de São João, vale ressaltar as diversas manifestações culturais, como o samba de roda (fig. 44), a capoeira (fig. 45), e as

festas de: Reis; Senhor do Bonfim de Mata (fig. 46); Carnaval (preservando a cultura tradicional) (fig. 47); Santana de Malhadas; Festival de Folclore; São Francisco de Assis; Todos os Santos (AMARAL, 2012, p.185-201).<sup>36</sup>

Figura 44 à 47 – Manifestações culturais: samba de roda; capoeira; festa de Senhor do Bonfim de Mata; festa de carnaval (respectivamente).



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2009.



Fonte: <http://panelabrasil.blogspot.com.br>.



Fonte: <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>.



Fonte: <http://www.praiadoforte.org.br/cultura>.

Kottak (2006, p.221-2), em sua obra *Assault on Paradise*, pontua que muitos dos aspectos das transformações locais no Litoral Norte têm causas e implicações na globalização. Analisadas em separado, de forma generalizada, as transformações dos territórios globalizados revelam diferenças e similaridades nas formas com que os seres humanos pensam, acreditam ou se comportam, nas mais diferentes culturas.

<sup>36</sup> Cabe salientar que estes manifestos culturais reforçam o apelo turístico dos microterritórios, principalmente porque a maioria dos eventos ocorre durante a alta estação.

Ao estudar o vilarejo de Arembepe (localizado no trecho inicial da BA-099, Município de Camaçari), Kottak (idem, p.215-7) demonstra que:

aquele território, alimentado pelos processos globais, nacionais e regionais, foi submetido a um processo de transformação, o qual promoveu estratificações na sua estrutura social, tornando os seus moradores pobres cada vez mais pobres e os ricos dramaticamente mais ricos.

O autor complementa a sua ideia pontuando que a pavimentação da rodovia fez muito mais que quebrar o isolamento das comunidades: promoveu mudanças na economia, na cultura e na natureza da atividade pesqueira.

Em Mata de São João, ao mesmo tempo em que a globalização imprime suas marcas, outro processo exerce influência sobre a sua dinâmica local: o de regionalização. Também considerado como um mecanismo de fragmentação, a regionalização naquele município baseia-se na formação de blocos econômicos e políticos distintos a fim de criar uma identidade ou marca que possa atrair o interesse de investidores nacionais e internacionais.

Conforme Haesbaert (2007, p.40), “globalização e fragmentação representam dois pólos de uma mesma questão”, que podem ser analisados: hora com ênfase nos processos globalizadores inerentes ao sistema capitalista; hora através dos processos fragmentadores de ordem cultural.

Neste sentido, Mata de São João foi incorporada em diferentes regionalizações que agrupam este e outros municípios a partir de interesses comuns aos seus governantes, sobretudo de ordem econômica, alicerçadas nas políticas públicas estaduais e federais, conferindo a estes agrupamentos aspectos peculiares de análise.

Inicialmente, o objetivo de tratar os municípios numa escala regional, em conjunto, seria uma maneira de solucionar questões, que de forma isolada dificilmente teriam um bom direcionamento, entretanto, isso não se efetiva em todos os locais. A ausência de uma política integrada de desenvolvimento para as regiões do Estado

da Bahia, além de gerar desequilíbrios e concentração de investimentos, conforme foi mencionado por Silva (2006, p.110-3), provoca distorções e integrações variadas para um único município, como é o caso de Mata de São João.

A proliferação de regionalismos a partir de agrupamentos baseados nas uniões comerciais e econômicas em identidades regionais, por outro lado, opostas à hegemonia globalizadora, deveria ser um agente facilitador da valorização das especificidades de cada local. Todavia, observa-se que isto nem sempre ocorre de forma homogênea, integrada e equilibrada.

Ao propor parcelas do espaço articuladas, Haesbaert (2010, p.171) comenta que a regionalização revela também, no entrecruzamento entre múltiplas dimensões, articulações que se relacionam, indissociavelmente, às ações de controle, produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais que as constroem.

Uma região que usualmente compreende uma área geográfica com certas características comuns, distinguindo-a de outras áreas, pode ser entendida como uma relação entre a centralização do poder em um local e ao mesmo tempo a sua extensão a uma área com diferentes realidades sociais, culturais e espaciais.

Segundo Albagli (2004, p.50), uma região se expressa tanto através de políticas e planejamentos por parte do Estado, quanto em termos de movimentos de reivindicação da sociedade. Andrade (1987, p.42-3), comenta que o processo de delimitação regional é tão dinâmico e subjetivo que pode ser alterado de acordo com a finalidade e as circunstâncias de análise.

Na dimensão ambiental, a falta de limites definidos para o crescimento econômico em Mata de São João, que transforma a natureza em recurso e legitima a ordem existente de apropriação e utilização, tem promovido a sua própria desfiguração. Ao mesmo tempo em que o meio ambiente é um atrativo, ele precisa ser revestido de camadas que lhe dão a concretude da vida urbana, posicionada sobre, e ao mesmo tempo, às margens de áreas naturais (fig. 48 e 49).

Figuras 48 e 49 – *Megaresorts* (Iberostar e Costa do Sauípe) desconfigurando a paisagem natural, 2010.



Fonte: <http://imoveis.bahianoticias.com.br>.



Fonte: <http://www.sitesturismo.com.br>

Cria-se, portanto, uma total contradição entre o viver de forma mais harmônica com os elementos naturais e a necessidade de adaptá-los aos hábitos característicos do conforto urbano, o que fica explícito ao se observar a arquitetura que modificou a paisagem litorânea daquela área (fig. 50). Leff (2006, p.15) aponta que a problemática ambiental gerada pela hegemonia totalizadora do mundo globalizado “é a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza”.

Figura 50 – Arquitetura característica dos condomínios de luxo do litoral de Mata de São João.



Fonte: <http://www.odebrechtonline.com.br>.

Com base no pensamento de Leff (2006, p.57-61), entende-se que a condução para a reapropriação da natureza se dá a partir de lutas sociais locais que manifestam seus saberes e permitem a reflexão e a conscientização ecológica de como o ser humano pode conviver no ambiente natural e com os serviços ambientais prestados pela natureza.

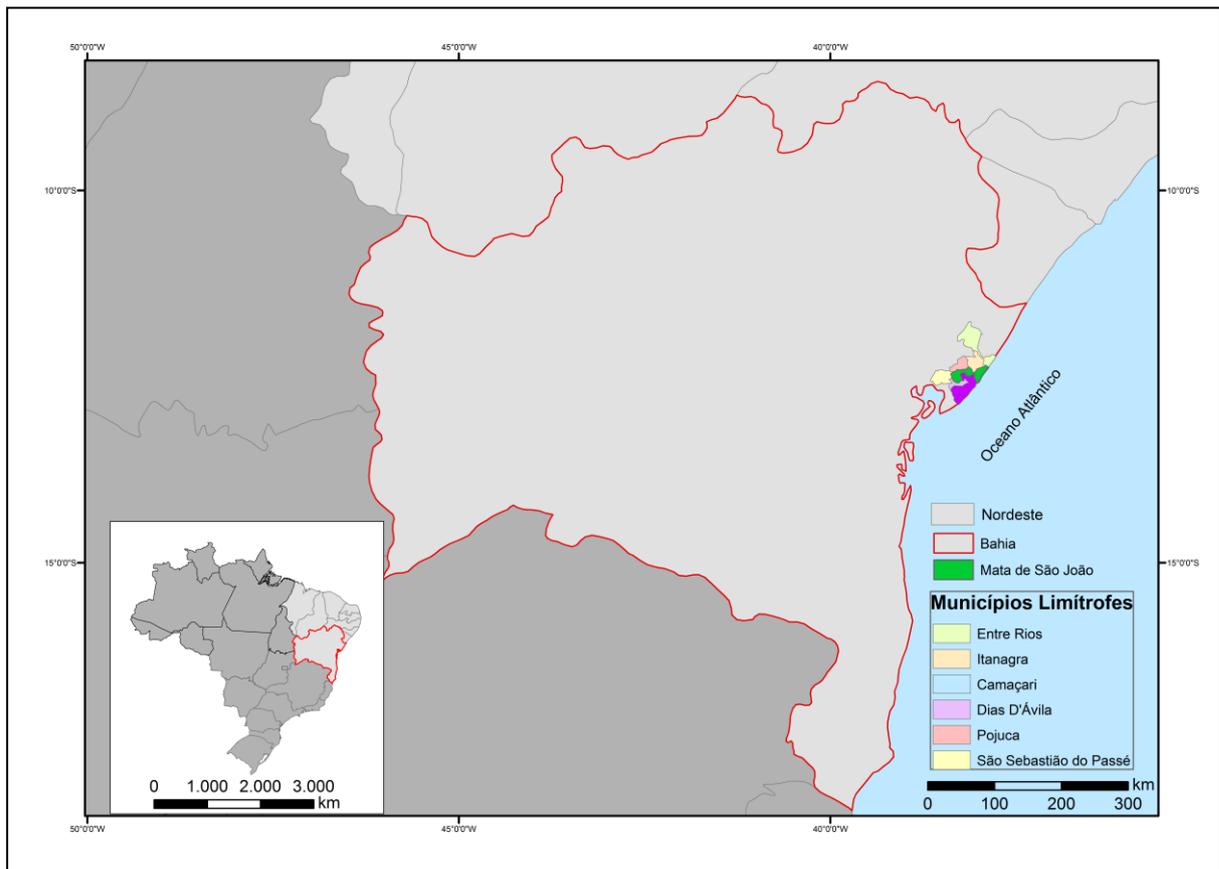
Trata-se de uma proposta que expressa uma tentativa de evitar que o conhecimento e a tecnologia global padronizem os ambientes, submetendo-os à lógica econômica que não dialoga com o meio ambiente, pois na verdade deseja subordiná-lo às estratégias de capitalização da natureza, para atender aos padrões de vida contemporâneos.

### 3.1.1 Localização de Mata de São João

A análise do processo de desenvolvimento territorial proposta pelo IBGE, inicialmente se deu a partir da divisão política e administrativa do Brasil nos estados e nas grandes regiões. Neste contexto, o Município de Mata de São João está localizado no Estado da Bahia, na Região Nordeste do território brasileiro (fig. 51).

Distando 56 km da capital do Estado, Mata de São João limita-se ao Norte com os municípios de Pojuca, Itanagra e Entre Rios; a Oeste com o município de São Sebastião do Passé; ao Sul com os municípios de Dias D'Ávila e Camaçari e a Leste com o Oceano Atlântico (fig. 51). Sua área total é de 670,38 km<sup>2</sup> e a sede municipal está localizada na porção mais interiorana – aproximadamente a 55 km do litoral (AMARAL, 2012, p.131).

Figura 51 – Localização de Mata de São João no Estado da Bahia e na Região Nordeste Brasil – 2012



Fonte: IBGE, 2010; SEI, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria. 2012.

A necessidade de uma abordagem mais apurada para o planejamento de políticas públicas que proporcionassem a identificação de determinadas especificidades regionais e microrregionais tornou indispensável a formação de agregações mais dinâmicas e novos arranjos espaciais, diferentemente das primeiras propostas de divisão territorial do Brasil em estados e em grandes regiões.

De acordo com esta lógica, o Município de Mata de São João foi inserido em diferentes formas de regionalizações a partir de potencialidades que o caracterizam e o diferenciam no cenário nacional.

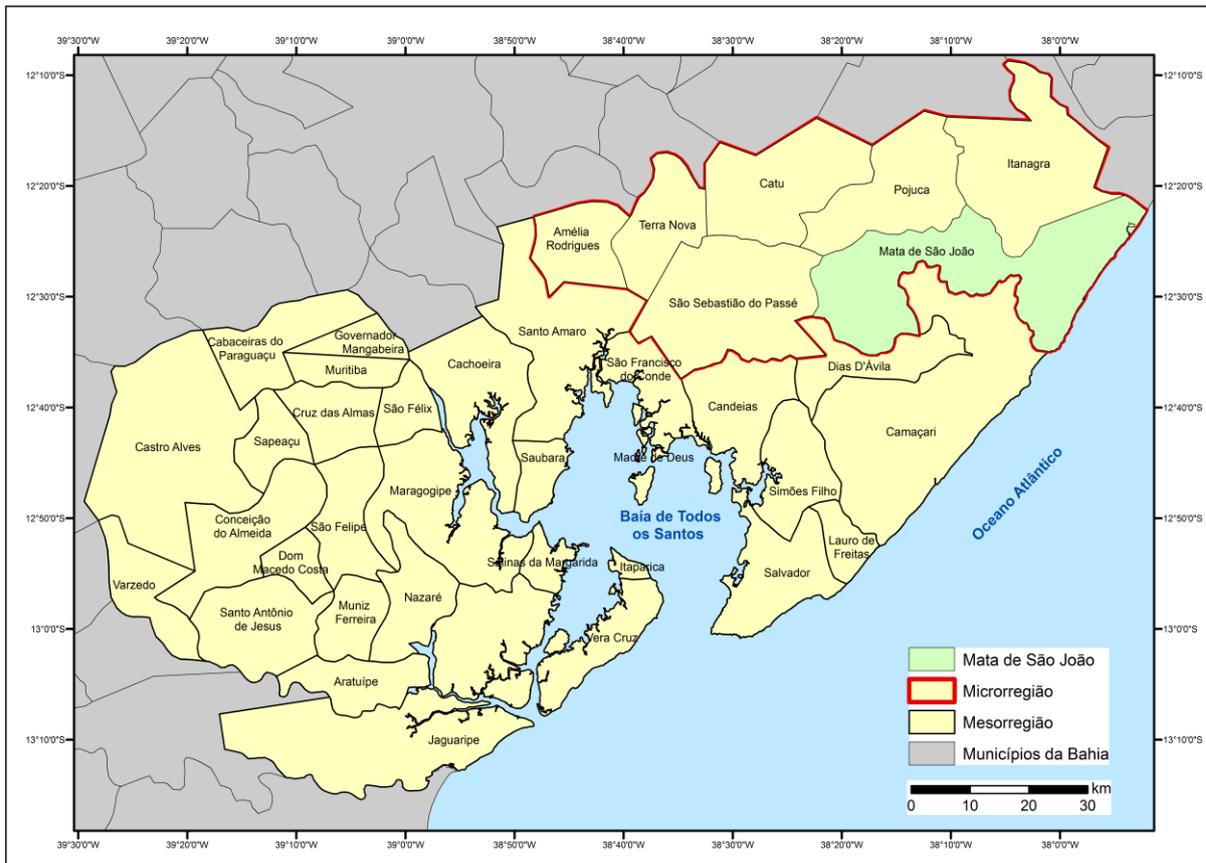
### **3.1.2 Lógica espacial de Mata de São João**

Compreende-se que a regionalização é parte de um processo pelo qual o Estado estabelece recortes para planejar ações no território de forma sistêmica. Assim, a dinâmica de agregação espacial definida pelo IBGE insere o Município de Mata de São João na Microrregião de Catu que pertence à Mesorregião Metropolitana de Salvador,<sup>37</sup> conforme se observa na figura 52.

---

<sup>37</sup> Em 1942 o IBGE agregou as Unidades Federadas do Brasil em Grandes Regiões definidas pelas características físicas do território brasileiro. Esta regionalização perdurou até 1968, quando foi feita uma proposta de regionalização a partir da organização do espaço produtivo, criando Microrregiões Homogêneas, determinadas a partir da organização do espaço produtivo e das teorias de localização dos pólos de desenvolvimento. Posteriormente, com a necessidade de se criar um nível de agregação espacial intermediário entre estas regionalizações, em 1976, foram definidas as Mesorregiões por agrupamento de Microrregiões Geográficas. As Microrregiões Geográficas foram conceituadas como um conjunto de municípios contíguos da mesma Unidade de Federação que foram agrupados segundo as características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração (IBGE, 2011, p.18-9).

Figura 52 – Localização de Mata de São João na Microrregião de Catu e na Mesorregião Metropolitana de Salvador Bahia – 2012



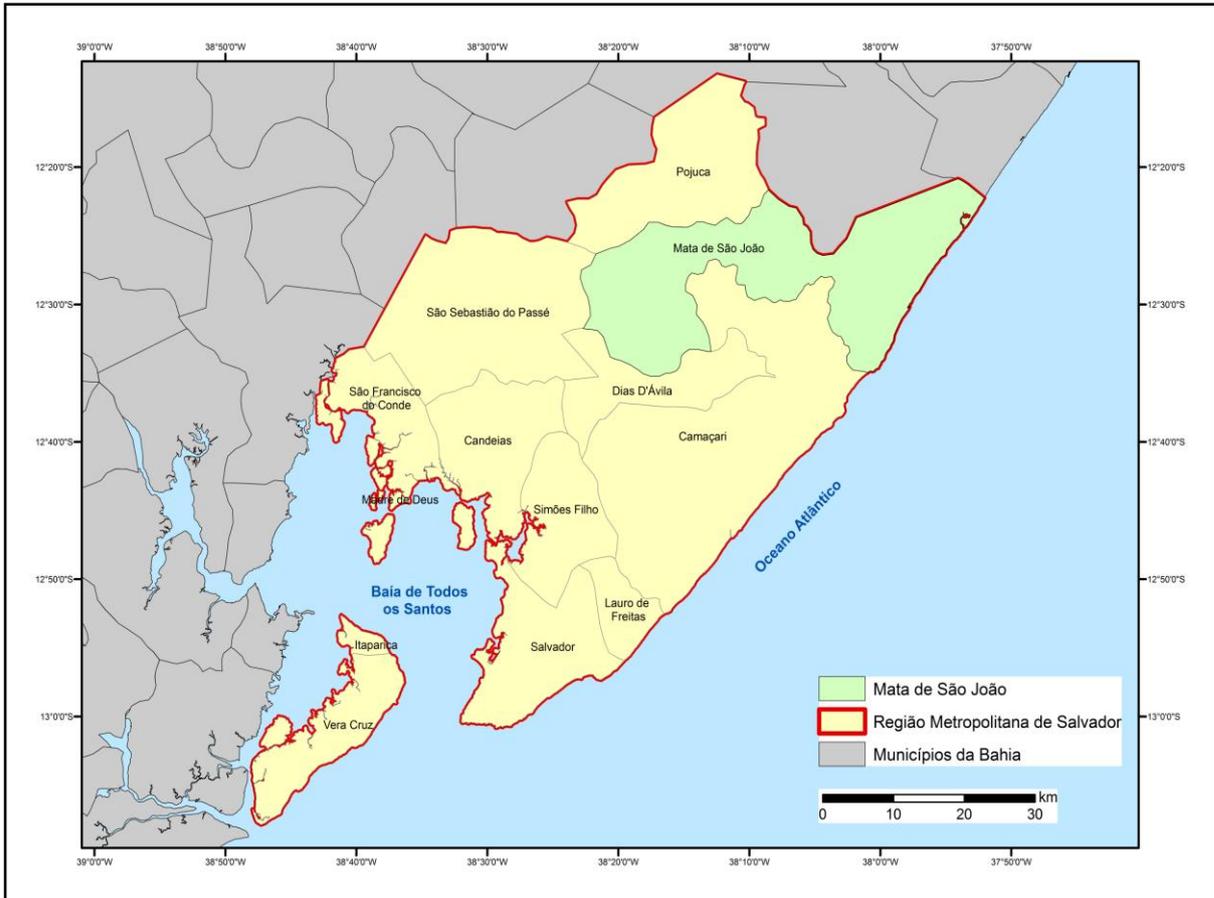
Fonte: IBGE, 2010; SEI, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Em paralelo, o Estado da Bahia propôs diferentes formas de regionalização para os municípios que compõem o seu território, instituindo, entre elas, regiões metropolitanas. Neste contexto, o município de Mata de São João foi incluído na Região Metropolitana de Salvador – RMS38 (fig. 53), cujos municípios apresentam heterogeneidades: ambiental, econômica, cultural, social, administrativa e territorial. Até o ano de 2007, Mata de São João não figurava entre os municípios da RMS, contudo, foi através da Lei Complementar Estadual nº 30/2008 que houve a inclusão deste município e de São Sebastião do Passé. Posteriormente, em 2009, também foi

38 A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 25, § 3º, facultou aos estados a instituição de Regiões Metropolitanas, “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (IBGE, 2011, p.17). A Região Metropolitana de Salvador (RMS), também conhecida como Grande Salvador, foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973.

incluído o Município de Pojuca, conferindo à Região sua composição atual<sup>39</sup> (fig. 53).

Figura 53 – Localização de Mata de São João na Região Metropolitana de Salvador – RMS Bahia – 2012



Fonte: SEI, 2010.

Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

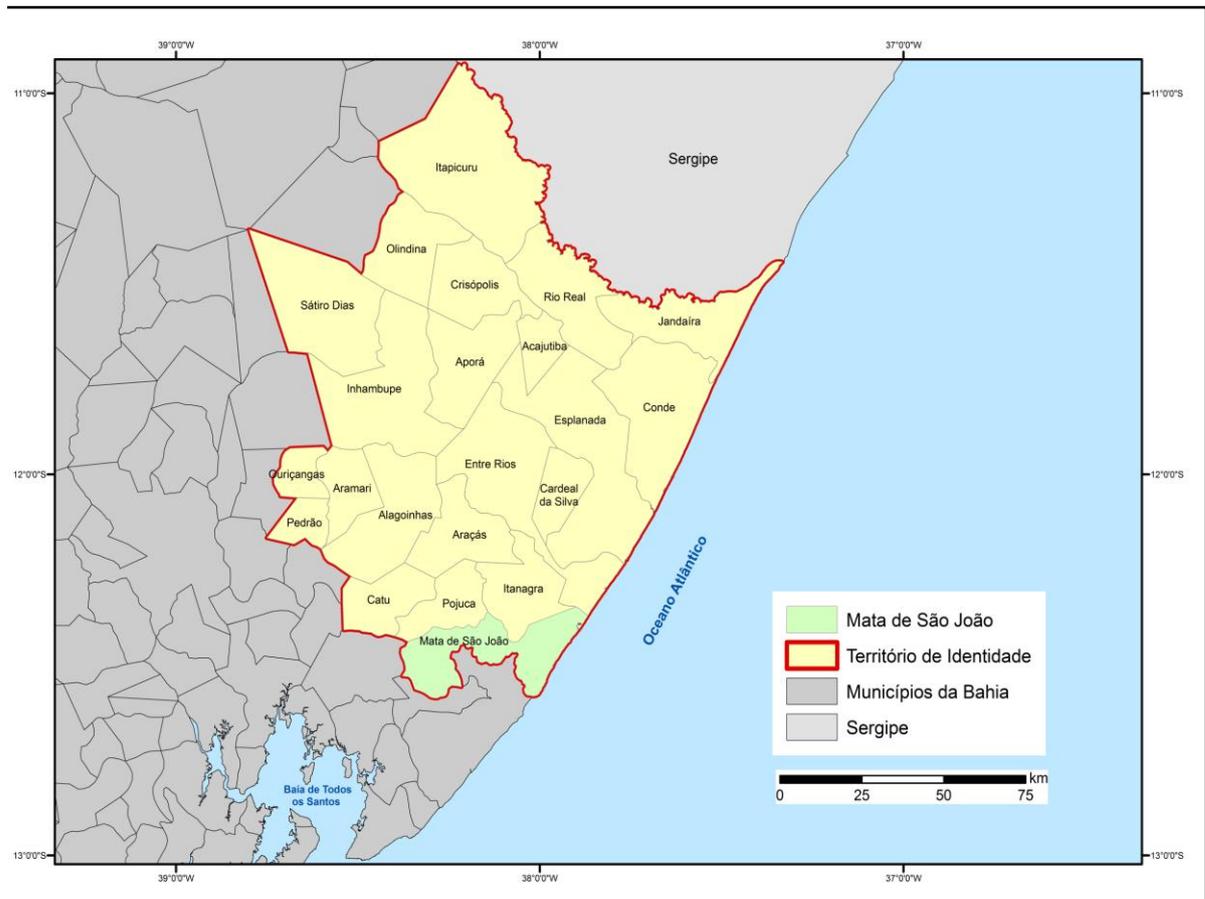
Alencar (2010, p.29-30) considera que embora os processos de metropolização que configuram e influenciam territórios sejam hegemônicos, não homogeneízam os territórios. Assim, em Mata de São João, ainda que o seu processo histórico de urbanização e ocupação esteja arraigado no próprio crescimento e conseqüente transbordamento da RMS, que rompe com tradições e cria novos modos de vida, se mantêm ainda uma forte relação com a dinâmica rural, natural.

<sup>39</sup> Lei Complementar Estadual n° 32 de 22 de janeiro de 2009.

Em paralelo, Souza (2009, p.108) enfatiza que há uma tendência dos governos estaduais a ampliar cada vez mais os investimentos e a concessão de recursos, onde estão inclusas obras de infraestrutura nas áreas que possuem uma maior capacidade de acumulação rápida do capital, como a RMS, a despeito das outras regiões onde a acumulação capitalista se dá de forma menos efetiva. Para o autor (ibidem), estes investimentos concentrados nas áreas economicamente mais dinâmicas só ampliam a distinção entre os lugares, uma vez que, sob esta ótica, os territórios se diferenciam a partir da capacidade de oferecer rentabilidade aos investidores.

Na dinâmica de regionalização que focaliza a valorização do rural, Mata de São João foi incluída no Território de Identidade – TI Agreste Alagoinhas/Litoral Norte (fig. 54).

Figura 54 – Localização de Mata de São João no Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte Bahia – 2012



Fonte: SEI, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Estadual nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, sob a indução do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Inicialmente, com a participação dos atores sociais de áreas economicamente ativas e relevantes do meio rural, foram classificadas e estratificadas as unidades a partir de diferenciais ou heterogeneidades nos aspectos socioeconômicos, da dinâmica econômica e aspectos institucionais – existência e aplicação de legislação sobre o perímetro urbano e posteriormente incorporaram no processo de diferenciação dados particulares da descrição dos territórios.

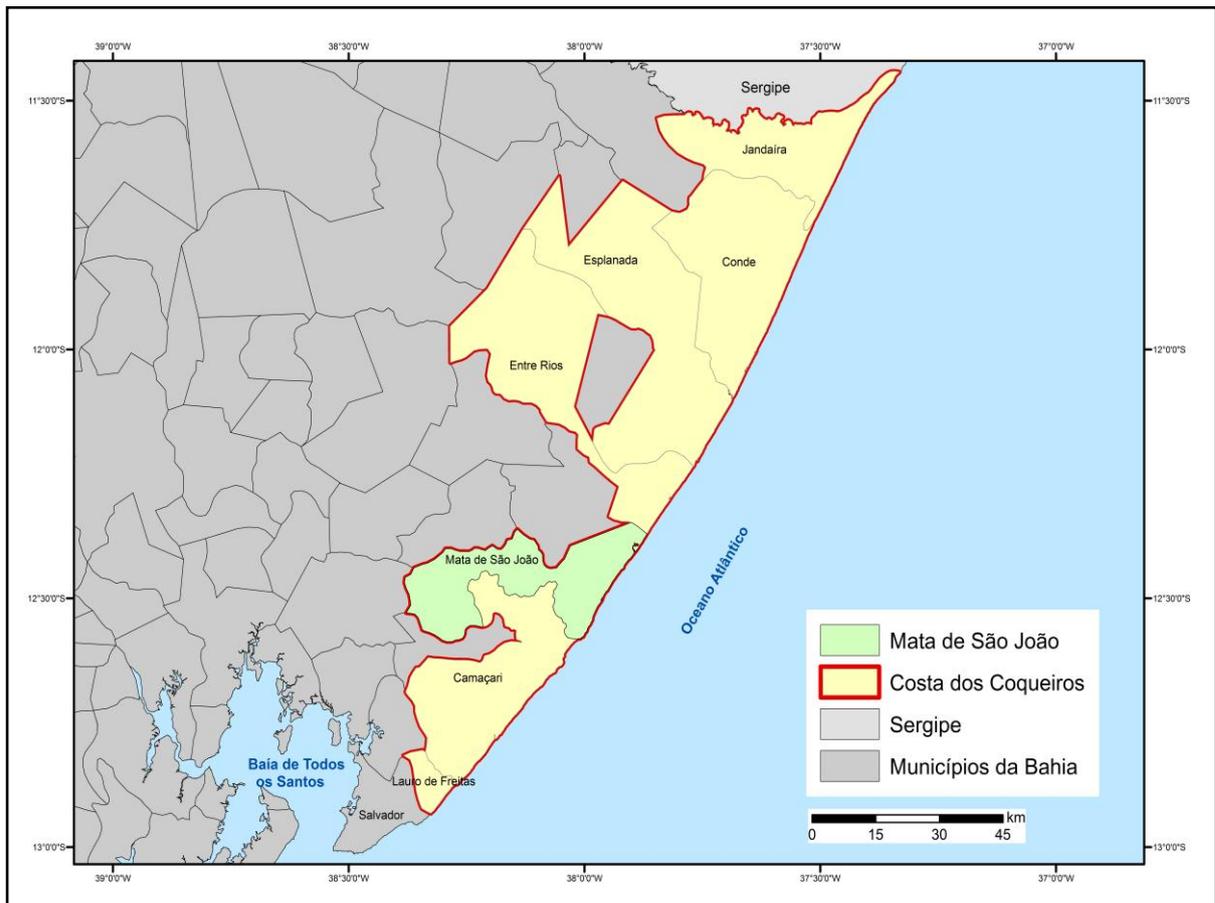
Segundo Alencar (2010, p. 29-30), “o Território Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte reúne tensões identitárias entre as polarizações rural litorâneo e agreste, sob influência metropolitana”. Para a autora, os diferentes níveis de pertencimento e de envolvimento das comunidades rurais com o processo, trouxeram como consequência diferentes graus de legitimidade dessa delimitação (idem, p. 29-30).

Alencar (ibidem) também pontua que a criação dos Territórios Rurais é um reflexo da valorização do rural em vários países e que “as novas diretrizes políticas, no governo brasileiro, ocorrem apropriando-se do conhecimento científico contemporâneo sobre o rural e o território.”

A implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – PRODETUR-Bahia (1991), pelo governo estadual, dividiu o estado em sete regiões turísticas, tendo cada uma delas uma localidade ou um município âncora. Esta ação visava captar recursos para investimentos em infraestrutura e promoção do turismo em cada região, onde se destaca a Região da Costa dos Coqueiros, englobando todo o Litoral Norte baiano.

Desta forma, surgiu outra proposição do Governo da Bahia de agrupamento espacial que englobou Mata de São João na dimensão turística, incluindo aquele município na Região da Costa dos Coqueiros e elegendo a Praia do Forte, como localidade âncora (fig. 55).

Figura 55 – Localização de Mata de São João na Costa dos Coqueiros  
Bahia – 2012



Fonte: PRODETUR-BA, 1991; SEI, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Os atributos naturais da Costa dos Coqueiros, ao longo de seus 193 quilômetros de extensão, foram usados como atrativo para a implantação do “eco-turismo”. Acompanhando a costa, diversos rios e riachos deságuam no mar, entre um vasto cordão de dunas brancas. A ampla variedade de ambientes abrange desde remanescentes de Mata Atlântica, restingas, coqueirais, brejos, lagoas, até manguezais e recifes de coral, que além de abrigar um leque diversificado de espécies vegetais e animais, constituem nichos reprodutivos para diferentes espécies de animais (tartarugas, golfinhos e baleias).

A Costa dos Coqueiros se tornou, nos últimos dez anos, um dos maiores pólos turísticos em crescimento do Brasil, considerando o volume de investimentos nacionais e internacionais alocados e a implantação de infraestrutura para abrigar o turismo de porte internacional.

Entre as ações do Governo do Estado que pretendiam fortalecer o crescimento econômico e turístico daquela região, inclui-se, no ano de 1992, a criação da APA Litoral Norte do Estado da Bahia (APA/LN). A concepção desta Unidade de Conservação teve como argumento a implantação de uma medida que visava proteger o patrimônio natural e cultural daquela faixa litorânea (no momento em que esta passava a ser interligada à Salvador através da extensão da rodovia BA-099). Cinco municípios compuseram a APA Litoral Norte (APA/LN): Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Nos anos seguintes à criação da APA/LN, a Costa dos Coqueiros atraiu investimentos para construção de mega *resorts* com potencial de promover significativos impactos ambientais. Em 2002, foi instalado em Mata de São João o complexo hoteleiro de Costa do Sauípe, empreendimento polarizador do espaço costeiro regional, operado por cadeias internacionais, como a francesa *Accor* e a americana *Marriot*.

Vale ressaltar que com relação aos investimentos públicos destinados às Zonas Turísticas da Bahia – jan/1991 – dez/2010, a Costa dos Coqueiros figura na quarta posição contando com um aporte financeiro na ordem de US\$ 186.218.000 para obras de infraestrutura básica (saneamento, limpeza urbana, energia elétrica, transportes, recuperação urbanística, recuperação do patrimônio histórico e preservação ambiental), perdendo apenas para as zonas da Baía de Todos os Santos (US\$ 1.043.274.000), para a Costa do Descobrimento (US\$ 242.769.000) e para a Chapada Diamantina (US\$ 231.789.000) (BAHIA-SETUR, 2013).

É notório que as propostas de divisões geográficas, econômicas e políticas estão atreladas às estratégias e prioridades dos governos, quando abordam diferentes interpretações do espaço e conceitos variados de desenvolvimento.<sup>40</sup> É possível observar também que, nesta vertente de análise, os regionalismos chegam a se

---

40 Tais políticas conseguem se instalar e modificar a dinâmica territorial e criam tensões sociais e ambientais. Moreira (2007, p.144-5) entende que as regulamentações ambientalistas de usos dos recursos naturais promovem tensões que direcionam a sustentabilidade do desenvolvimento capitalista e que os procedimentos e práticas em curso, não apontam para nenhuma revolução, ao contrário, viabilizam a própria ordem capitalista.

sobrepor e os municípios que compõem algumas divisões por vezes se agrupam ou se desagrupam para formar uma nova região.

Ao se analisar o papel do Estado sobre os territórios da contemporaneidade e as principais ideias sobre o planejamento e o desenvolvimento territorial e regional, torna-se difícil compreender quais as lógicas inerentes às principais regionalizações realizadas pelo Governo do Estado da Bahia.

Observa-se que as ações do Estado, em muitos casos, ao invés de reduzir as desigualdades regionais, fortalecem a integração de uma determinada região no modo de produção capitalista. E, embora estas ações demonstrem uma preocupação do Estado com o desenvolvimento das territorialidades, sua atuação se dá primordialmente para atender aos interesses e às necessidades de uma classe dominante.

Percebe-se claramente que o principal discurso norteador dos instrumentos legais representa os poderes hegemônicos capitalistas, na medida em que se baseia nas diretrizes de uma espécie de “desenvolvimento sustentável”, quando acata o monopólio sobre a propriedade, o domínio e a ocupação de espaços fundamentais à manutenção da biodiversidade.

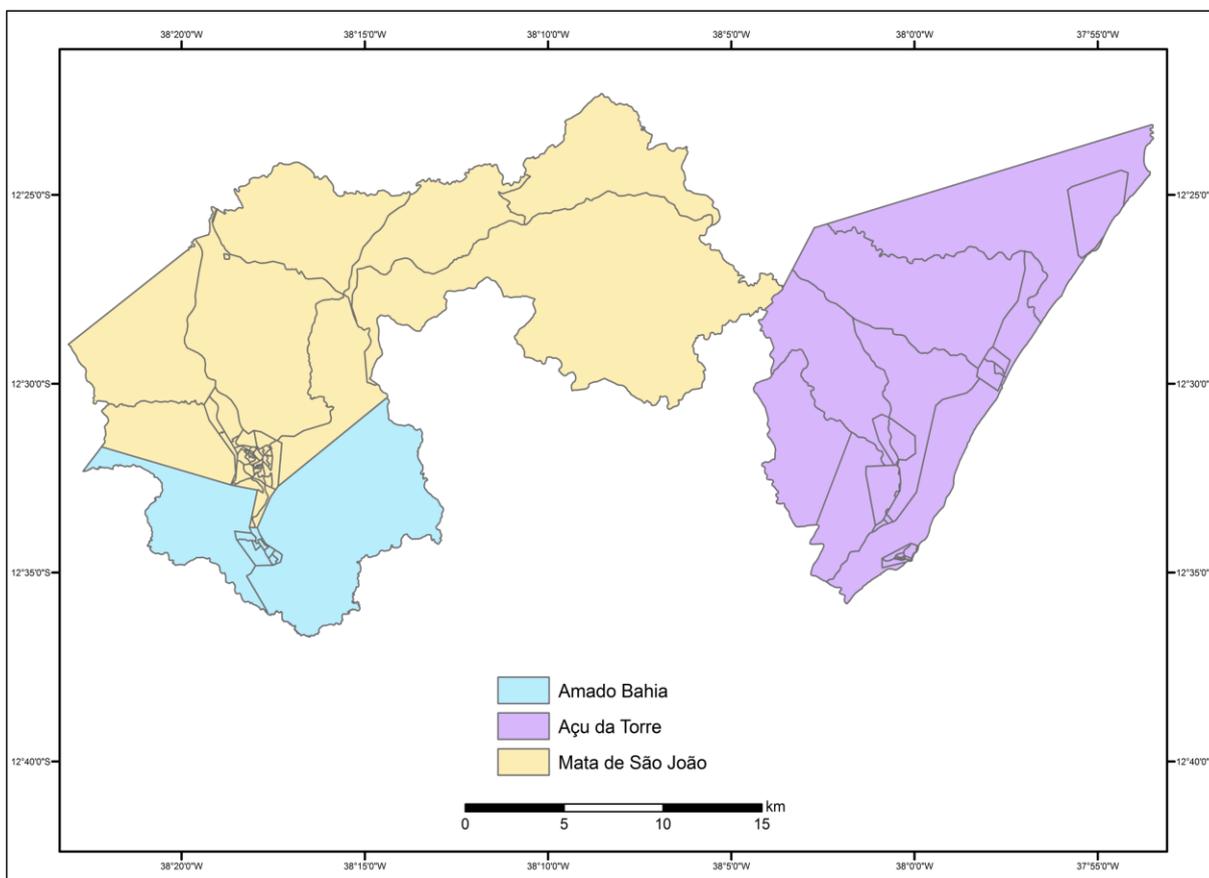
Como resultado, ao que deveriam ser políticas conservacionistas, entende-se que se trata de uma maquiagem com coloração “verde ecológica” para a apropriação privada da natureza, retratando a dinâmica econômica inerente ao capitalismo no mundo globalizado.

### **3.1.3 Mata de São João: dinâmica socioeconômica**

O Município de Mata de São João encontra-se subdividido em três distritos: Açu da Torre, Amado Bahia e o Distrito-sede, que guarda o mesmo nome do Município. Como é possível observar na figura 56, o Distrito de Açu da Torre compreende toda

a faixa litorânea do território, enquanto os demais compõem a região localizada na faixa continental e no interior.

Figura 56 – Distribuição geográfica dos distritos de Mata de São João Bahia – 2012



Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Os resultados do censo demográfico de 2010 demonstram que Mata de São João possui uma população total de 40.210 habitantes, sendo que 19.891 são do sexo masculino e 20.319 são do sexo feminino. A densidade populacional no município é de 59,98 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que cerca de 70% da população reside na sede (IBGE, 2013).

A faixa etária mais expressiva no Município de Mata de São João é composta por jovens entre 15 e 19 anos (4.258 pessoas). Nas últimas décadas, ocorreu um crescente processo de emigração da população nativa adulta (economicamente ativa) para outros municípios, principalmente Salvador, a procura de melhores condições de vida. Devido a este fator, o município apresenta atualmente um

número considerável de idosos, crianças e adolescentes, tendo como resultado uma população com maior grau de dependência (IBGE, 2013).

O município possui um total de 16.903 domicílios, sendo que 16.835 são considerados domicílios particulares e 68 coletivos. Deste total, cerca de 7.752, encontram-se desocupados ou com ocupação ocasional (IBGE, 2013).

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), a taxa de alfabetização é de 82,2% e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>41</sup> passou de 2.3 em 2005 para 4.8 em 2011, representado um crescimento de 55% acima da meta projetada de 3.1. Desta forma, o IDEB de Mata de São João encontra-se ligeiramente acima da média nacional, que foi de 4.7 (INEP, 2013).

De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>42</sup> do Município de Mata de São João era de 0,584 em 1991 e de 0,671 em 2000, o que representou uma evolução naquele período (época em que o IDH da Região Metropolitana de Salvador era de 0,791 e o de Salvador alcançava a marca de 0,805), logo, o município ficou classificado como de médio desenvolvimento humano (PNUD, 2006).

O Índice de Gini<sup>43</sup>, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, de Mata de São João apresenta o valor de 0,42, ficando próximo à Salvador (0,49) e ao Brasil que possui índice de 0,51 (IBGE, 2013).

---

41 O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e busca apresentar a qualidade da educação a partir da observação de dois aspectos: o fluxo escolar e a média de desempenho nas avaliações. Possibilita não só o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas as esferas, como também, a projeção de metas individuais rumo ao incremento da qualidade do ensino.

42 O IDH é uma medida comparativa para classificar o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios. É calculado utilizando como critérios indicadores de educação, longevidade e renda. Varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento total humano). IDH com valores até 0,499 é considerado baixo, IDH entre 0,500 – 0,799 é considerado médio e IDH superior a 0,800 é considerado alto.

43 O Índice de GINI é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano, Corrado Gini, e publicada em 1912. É comumente utilizada para calcular desigualdades de distribuição de renda. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (é menos concentrada a distribuição de renda), e 1 corresponde à completa desigualdade de renda (é mais concentrada a distribuição de renda).

A principal atividade econômica do município é a indústria do turismo. O litoral matense, que vai de Praia do Forte à Sauípe, é um dos principais destinos do Brasil. As localidades de Praia do Forte, Imbassaí, Diogo e Sauípe são os principais destinos turísticos do município. Atualmente, a atividade turística é a principal responsável pela geração de empregos diretos e indiretos.

O distrito de Açú da Torre apresenta 2.229 domicílios, sendo ocupados por uma população estimada em 7.460 pessoas. Praia do Forte representa 17% da população estimada distrital, ocupando 319 domicílios, sendo superada apenas pela sede distrital Açú da Torre, que abriga 20% da população (IBGE, 2013).

É possível perceber nos povoados de Açú da Torre problemas e carências de infraestrutura urbana e de serviços, além de uma estrutura econômica pouco diversificada. Entretanto, constata-se que Praia do Forte e Imbassaí apresentam um perfil diferenciado das demais localidades, pelo fato de receberem o maior aporte de investimentos dos programas estaduais e turísticos, tornando-as os destinos mais procurados da região.

Como o Distrito de Açú da Torre é formado por localidades que desempenham diferentes papéis no contexto regional e o turismo se insere nestes ambientes de forma diferenciada, uma análise dessas distintas realidades proporcionou uma melhor compreensão das transformações socioculturais ocorridas na área foco deste estudo.

### **3.1.3.1 Um zoom sobre a escala local**

O Distrito de Açú da Torre, situado na zona costeira de Mata de São João, abrange localidades que se situam nas faces leste e oeste da Linha Verde. Algumas destas localidades e os respectivos números de domicílios no ano de 2007, podem ser visualizados na tabela da figura 57, onde se observa que o maior número de domicílios foi levantado na Praia do Forte (502), em Imbassaí (467) e em Açú da

Torre (408). Confirma-se, portanto, que o “boom” imobiliário se deu a partir destes locais.

Figura 57 – Número de domicílios por localidade do Distrito de Açú da Torre.

Localidade	Nº de Domicílios
Açú da Torre	408
Açuzinho	335
Barro Branco	205
Campinas	220
Malhadas	276
Olhos D'água	74
Pau Grande	98
Praia do Forte	502
Imbassaí	467
Santo Antônio	58
Sapiranga	39
Vila de Sauípe	385

Fonte: Muricy, 2007.

Contudo, para uma melhor análise das questões levantadas neste estudo, foram caracterizadas as localidades que estão sob uma influência mais direta do mercado turístico e imobiliário, além daquelas que, através da manutenção de suas atividades tradicionais, melhor representam as microrresistências ao modelo hegemônico de globalização e internacionalização.

### 3.1.3.1.1 Vila da Praia do Forte

Situada a leste da Linha Verde e ao sul do Município de Mata de São João, originariamente uma vila de pescadores que viviam além da pesca, da produção agrícola, do artesanato de piaçava. Em 1970 suas terras foram compradas pelo empresário Klaus Peter e a Vila passou a ser regida pelo Plano Diretor da Praia do Forte, realizado por iniciativa do novo proprietário e, posteriormente, também pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da APA/LN. Em 1979 foi aprovado o loteamento da Praia do Forte que parcelou a área em lotes residenciais, áreas verdes, arruamentos e áreas destinadas ao turismo (MATTEDI, 2002, p.47).

No final da década de 1990, iniciou-se o processo de urbanização, quando suas principais ruas foram fechadas para circulação de automóveis e foram instalados estabelecimentos comerciais na rua principal. O processo de ocupação da vila foi desordenado e grande parte dos antigos moradores se mudou para o povoado de Sapiroanga e para a Vila de Açú da Torre, a oeste da Linha Verde. É curioso observar que alguns habitantes locais possuem também seus comércios, porém com padrão e lucratividade bem inferiores aos comércios dos estrangeiros e sulistas. A diferença do padrão construtivo dos negócios entre esses diferentes proprietários ilustra os enclaves sociais gerados pela inserção de uma atividade econômica sem uma real preocupação com o seu entorno.

Desta forma, constata-se que a Praia do Forte tem suas bases conectadas ao modelo hegemônico de turismo, que se desenvolve como modelo exógeno, de padrão burguês, voltado para o mercado nacional e/ou internacional. Esse processo foi permeado por conflitos e dificuldades entre empresários, sobretudo internacionais e a comunidade nativa, desenvolvendo claramente relações assimétricas e desiguais de poder. O turismo foi direcionado para um público de elite, oferecendo restaurantes, hotéis e pousadas de alto padrão, a preços inviáveis para a maior parte da população local, o que não impede, por outro lado, o turismo de massa – voltado para a classe intermediária da sociedade – que se hospeda no camping ou no albergue da vila, ou ainda em outras localidades próximas.

Do ponto de vista biogeográfico, está localizada nas imediações de construções recifais coralinas, sobre terraços marinhos holocênicos – do período quaternário, muito permeáveis e com lençol freático bastante superficial, fator que torna vulneráveis os mananciais hídricos subterrâneos a cargas de poluentes dispostas inadequadamente sobre os terrenos ou infiltradas por fossas (BAHIA-SEMARH, 2003, p.21-2).

### 3.1.3.1.2 Vila de Imbassaí

Localizada a 10 km ao norte da Praia do Forte e a leste da Linha Verde, mais especificamente na porção central da orla de Mata de São João, na proximidade do Rio Imbassaí. Com seu núcleo central assentado sobre terraços marinhos holocênicos, a Vila de Imbassaí estende-se 700 m para o interior do continente, ocupando áreas embrejadas e leques aluviais coalescentes<sup>44</sup>, bastante vulneráveis a cargas de contaminantes. A sua proximidade ao centro polarizador dos processos de expansão urbana e regional (Praia do Forte) favorece o seu crescimento (BAHIA-SEMARH, 2003, p.23).

Originalmente um núcleo de pescadores que utilizavam a foz do Rio Imbassaí como abrigo das embarcações, foi objeto de um processo de especulação imobiliária, lento e pouco adensado. Sua ocupação teve início com um loteamento desordenado e sem coerência urbanística, realizado por agentes imobiliários locais (GUERREIRO, 2004, p.59-60), se tornando num amontoado de ruas e de casas distribuídas sem qualquer infraestrutura urbana e senso estético, denotando a ausência de planejamento, investimento e controle sobre a ocupação do solo. Inicialmente, as pousadas, casas de veraneio e alguns comércios, se concentraram próximo ao Rio Imbassaí, mas, posteriormente se distribuíram por toda a vila.

Embora Imbassaí represente uma experiência diferenciada da Praia do Forte, a cada ano ela consolida a sua posição no mercado turístico. O turismo e os comércios associados a ele (restaurantes, pousadas, padarias, farmácias) foram instalados, na maioria dos casos, por pequenos empresários do sul e do sudeste do país. Em 2011, a vila passou por uma requalificação urbanística, que ampliou e dotou de pavimentação as vias internas e o acesso principal, além de conceber novas áreas de lazer. Contudo, a vila manteve-se com pequenas pousadas, quintais arborizados e terrenos ainda desocupados, que lhe conferem uma atmosfera bucólica.

---

<sup>44</sup> Para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), leques aluviais coalescentes são unidades com cotas altimétricas de aproximadamente 20 m de altitude e encontradas no terço inferior das vertentes das falésias fósseis dos tabuleiros costeiros (ICMBIO, 2010).

Na maioria das vezes, Imbassaí é procurada por um turista menos abonado ou por aqueles que preferem um local mais tranquilo que a Praia do Forte. As pousadas e os restaurantes ainda exploram o potencial estético e paisagístico das áreas verdes, uma vez que a maior parte deles possui uma arquitetura mais rústica disposta em forma de chalés, quiosques e bangalôs, os quais agregam elementos construtivos artesanais, conforme pode ser visualizado nas figuras 58 e 59.

Figuras 58 e 59 – Pousada e restaurante de Imbassaí utilizando elementos construtivos artesanais e inseridos em áreas verdes, respectivamente.



Fonte: Acervo da autora, 2013.



Fonte: Acervo da autora, 2013.

Contudo, embora Imbassaí ainda preserve uma população esparsa e esteja distante da realidade urbanística, árida, e com desigualdades sociais tão acentuadas quanto a Praia do Forte, existe uma acentuada tendência de crescimento face à pressão turística pelo aumento de hospedagens e diversidade de lazer, além do transbordamento natural face à saturação da oferta de hospedagens e restaurantes da Praia do Forte.

As barracas de praia de Imbassaí, que se tornaram um importante atrativo para o turismo, localizam-se na península, entre a margem esquerda do Rio Imbassaí e o mar. Sobrevivem com pouca infraestrutura básica, sobretudo água potável e saneamento. A maior parte dos barraqueiros é nativa da Vila de Imbassaí ou da sede de Mata de São João e atualmente reside no povoado de Barro Branco, tendo nas barracas sua principal atividade (MATTEDI, 2002, p.79).

### **3.1.3.1.3 Vila de Açú da Torre**

Açú da Torre é uma vila localizada ao sul de Mata de São João e a oeste da Linha Verde, em frente à Praia do Forte. No acesso a Açú da Torre e margeando a Reserva Florestal de Sapiranga, encontra-se a Lagoa Aruá. Região de matas, rios e cachoeiras explorada pelas empresas de eco-turismo locais para a prática de tirolesa, passeios de quadriciclos, cavalgada nas trilhas, passeios e pesca no rio e na lagoa. Fica próxima à pequena comunidade de Pau Grande formada por nativos descendentes de quilombolas e indígenas que habitavam a região. Na área podem ser encontrados: restaurantes e pequenos comércios além de muitas residências e algumas pousadas, instaladas em volta da Lagoa. Durante muito tempo, a vila abrigava a única escola de segundo grau da região que recebia estudantes de todo o município e também dos municípios vizinhos. Muitas residências ainda não dispõem de abastecimento regular de água, coleta de lixo, energia elétrica e serviços de telecomunicação.

### **3.1.3.1.4 Barro Branco**

É uma comunidade localizada a 10 km ao norte da Praia do Forte, exatamente à mesma altura de Imbassaí e a oeste da Linha Verde, cerca de 3 km para o interior. Trata-se de um pequeno povoado com poucas ruas sem pavimentação, algumas casas de taipa e outras de alvenaria, que foi notoriamente desconectado de Imbassaí e colocado à margem de todo investimento e processo de urbanização com a implantação da referida rodovia. Grande parte da sua população nasceu em Imbassaí ou mesmo em Barro Branco.

As principais atividades desenvolvidas pela população local estão relacionadas aos serviços de hospedagem e alimentação, realizados por estabelecimentos comerciais (pousadas, bares, restaurantes e barracas) instalados em Imbassaí. Uma parte da população foi absorvida também pela construção civil (MATTEDI, 2002, p.68-70). Além destas atividades grande parte do conjunto desempenha uma atividade

secundária como forma complementar de renda, a exemplo das atividades tradicionais de extrativismo.

### 3.1.3.1.5 Currálinho

Uma pequena e pacata comunidade situada a oeste da Linha Verde. Em Currálinho o artesanato com palha de piaçava figura entre as principais atividades tradicionais (fig. 60 e 61), sobretudo no sexo feminino e, diferentemente das artesãs de outras localidades do Litoral Norte, ali, o uso de corantes naturais ainda é comum – observa-se nos quintais de muitas casas um pé de urucum, planta muito utilizada para tingir e também se utiliza a lama do manguezal e dos brejos para pintar a palha, quando a denominam de “palha da lama”.

Figuras 60 e 61 – Casa de artesanato e mercadinho local de Currálinho.



Fonte: Acervo da autora, 2013.



Fonte: Acervo da autora, 2013.

Currálinho representa uma comunidade humilde, com acesso de barro, sem pavimentação, casas sem reboco e muito simples (fig. 62 e 63), com pouquíssimos serviços, contando com apenas dois mercadinhos, dois pequenos restaurantes de comida caseira e uma casa de material de construção. Sua economia se baseia no plantio de mandioca, roçados e parte de sua população atualmente trabalha na construção civil. Sua população mantém um estilo de vida simples e interiorano. As atividades sazonais relacionadas ao cultivo de eucalipto modificam frequentemente esta realidade através do trânsito de caminhões e do improviso de alojamentos para trabalhadores forasteiros.

Figuras 62 e 63 – Residências e ruas de Curralinho.



Fonte: Acervo da autora, 2013.



Fonte: Acervo da autora, 2013.

### 3.1.3.1.6 “Vila” Sauípe

Situada a 92 km da origem do Vetor Norte, a “vila” de Sauípe representou no passado um aglomerado rural pertencente à Fazenda Sauípe, propriedade de 1.750 ha do Grupo Odebrecht. Desmembrado desta propriedade, este aglomerado sofreu uma progressiva transformação, decorrente da implantação e operação do Complexo Sauípe (BAHIA-SEMARH, 2003, p.40). O seu tecido urbano estrutura-se na confluência de sistemas viários locais, com arruamento irregular com um grupo de casas pequenas distribuídas às margens de uma praça central (fig. 64 e 65).

Figuras 64 e 65 – Ruas com arruamento irregular e residências de nativos da “Vila” Sauípe.



Fonte: Acervo da autora, 2013.



Fonte: Acervo da autora, 2013.

Parte de sua população foi absorvida pelo Complexo Sauípe, que no início de suas obras a transformou numa extensão do empreendimento e, atualmente, grande parte de seus moradores trabalha para empresas de construção civil que atuam na região. Sua economia baseia-se no plantio de mandioca, pequena produção de farinha e alguns comércios que atendem a própria população local.

Dentre as principais atividades tradicionais destacam-se a pesca artesanal, a mariscagem e a coleta de frutas. Muitas famílias praticam a pesca como fonte alternativa de renda familiar. A pesca no rio, praticada pelos homens, é muito mais comum do que a pesca no mar, que necessita de jangadas. A coleta de frutas (mangabas e cajus), praticada, sobretudo, por mulheres e crianças é realizada nos quintais e no “mato”, para serem vendidas nas feiras, nos restaurantes, ou diretamente para os turistas.

O artesanato local foi incentivado pelo Projeto Berimbau, condicionante da licença ambiental do Complexo Sauípe e foi objeto de cursos de profissionalização. Atualmente, a atividade se mantém e as artesãs comercializam suas peças nas praias e ferinhas de artesanato na Praia do Forte.

#### **3.1.3.1.7 Diogo e Santo Antônio**

Situados a leste da Linha Verde, estes povoados, embora sejam exemplos claros dos movimentos de microrresistência, nos últimos anos iniciaram sua trajetória no circuito turístico.

No pequeno povoado de Santo Antônio uma comunidade nativa e familiar produz artesanato de piaçava (bolsas, chapéus, tapetes, jogos americanos para mesas), que atrai muitos turistas locais hospedados em um dos complexos hoteleiros ou nas pousadas de Diogo, de Imbassaí e da Praia do Forte. Atualmente, para comercializar os produtos na Costa do Sauípe, algumas famílias carregam todo o

material para montagem de tendas, além das peças produzidas, em cangalhas – artefato feito de madeira que se coloca no dorso de jegues, mulas e cavalos para pendurar carga – que são carregadas por jegues até a praia localizada em frente ao complexo.

Embora o aglomerado de Santo Antônio esteja localizado próximo à praia, as precárias condições de acesso e o fato de estar inserido nos limites de uma fazenda particular, dificultam o processo de crescimento e urbanização (fig. 66). Suas construções são muito simples, predominantemente térreas (fig. 67) que se inserem no turismo, sobretudo pela beleza de sua praia, pela oferta de alguns restaurantes de comida caseira e hospedagem em um camping, uma vez que não existem pousadas naquele povoado.

Figuras 66 e 67 – Acesso à Santo Antônio e residências típicas, respectivamente.



Fonte: Acervo da autora, 2011.



Fonte: Acervo da autora, 2011.

randes

formações de dunas, obrigando o turista a fazer uma longa caminhada até chegar à praia. Apresenta construções simples, alguns sítios, e na última década foram instaladas algumas pousadas de padrão arquitetônico rústico, com elementos construtivos artesanais que lhes confere maior proximidade com a linguagem rural e natural (fig. 68 e 69).

Figuras 68 e 69 – Residências de padrão construtivo simples de Diogo.



Fonte: Acervo da autora, 2011.



Fonte: Acervo da autora, 2011.

A simplicidade destes povoados, quando comparados às Vilas da Praia do Forte e de Imbassaí, evidencia uma hierarquia socioeconômica entre as localidades da orla de Mata de São João situadas no lado leste da Linha Verde.

### 3.1.4 Configurações rural-urbanas

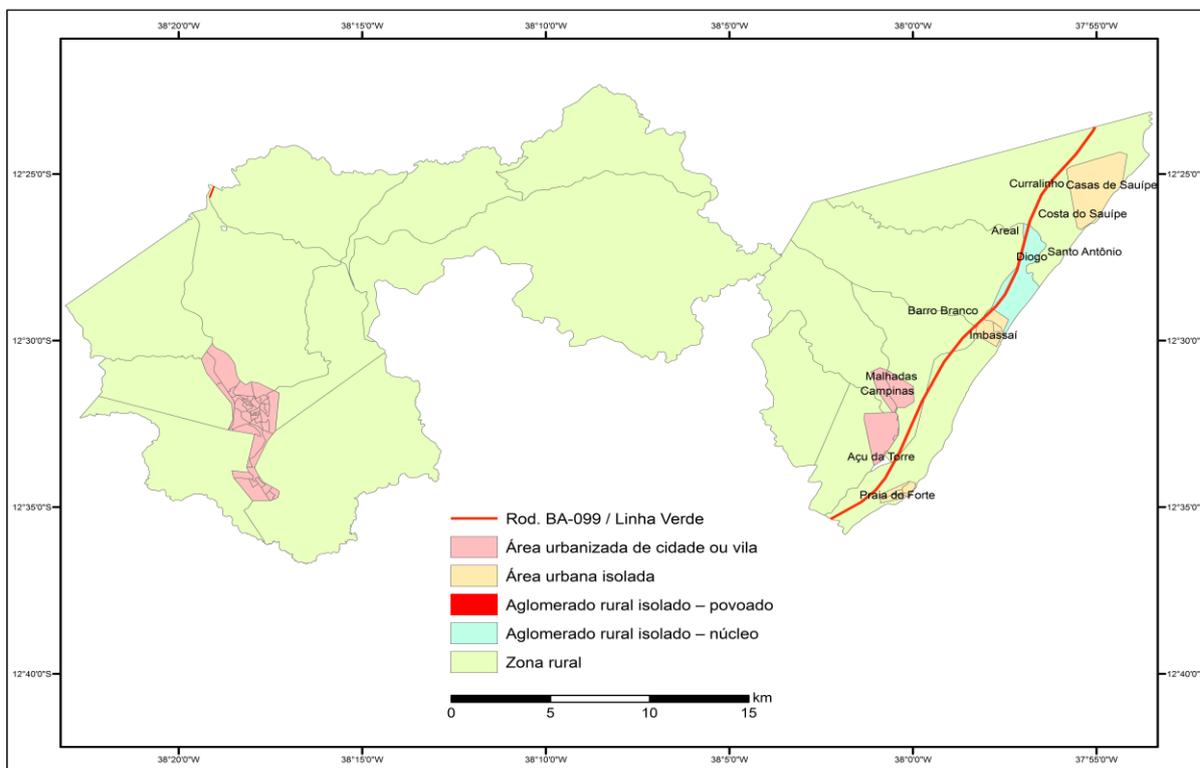
De acordo com a descrição proposta pela *Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação urbana<sup>45</sup> de Mata de São João caracteriza-se pela presença de áreas urbanizadas de cidade, vilas e áreas urbanas isoladas conforme pode ser observado na figura 70 (IBGE, 2011, p.11-2; 30). Sua

---

45 O IBGE definiu critérios que conceituam a situação urbana e rural no território brasileiro. Assim, segundo esta definição as *Áreas urbanas* compreendem as seguintes áreas com suas respectivas características: áreas urbanizadas de cidades ou vilas (caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana); áreas urbanas isoladas (apresentam-se separadas da sede municipal ou distrital por uma área rural ou por outro limite legal). Enquanto que as *Áreas rurais* estão representadas pelos seguintes componentes: aglomerados rurais isolados ou povoados (áreas rurais sem caráter privado ou empresarial, não vinculadas a um único proprietário da terra, cujos moradores exercem atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias); aglomerados rurais isolados ou povoados caracterizados pela presença de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores dos próprios aglomerados ou de áreas rurais próximas; aglomerados rurais isolados ou núcleos (vinculados a um único proprietário de terra); Zona rural propriamente dita, exclusive os aglomerados rurais.

situação rural é formada por povoados, núcleos e por uma zona rural propriamente dita (fig. 70).

Figura 70 – Representação espacial dos setores rurais e urbanos de Mata de São João Bahia – 2012



Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 2008.  
Elaboração: Gabriella Faria.

Embora o IBGE tenha criado os conceitos de rural e urbano a fim de realizar o Censo Demográfico, é importante ressaltar as dificuldades inerentes a estes conceitos no contexto das transformações estruturais pelas quais vêm passando as sociedades contemporâneas.

Harvey (2006, p.170-1) destaca que “as qualidades objetivadas do urbano são cronicamente instáveis”, não por deficiências conceituais, mas pela necessidade que o próprio conceito tem de refletir as relações mutáveis da condição capitalista.

A Constituição Federal de 1988 destaca que os Municípios têm o poder de fazer novas propostas de enquadramento e divisão de suas áreas, resultando em divergências e contradições quando se analisam os conceitos sobre o rural e o urbano, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Essa diferenciação político-

administrativa do conjunto da área se expressa na classificação dos tipos de setores.

Segundo a informação censitária disponibilizada pelo IBGE, Praia do Forte e Imbassaí são consideradas áreas urbanas isoladas, no entanto, estas localidades já foram elevadas à categoria de vilas através de legislações municipais,<sup>46</sup> embora neste quesito as duas instâncias as enquadrem na zona urbana.

A incoerência no enquadramento das áreas pode ser observada nas duas faces da Linha Verde que, conforme está demonstrado no mapa da figura 70, tem grande parte de sua área representada por zona rural. A face leste conta apenas com três áreas urbanas isoladas, enquanto no zoneamento realizado pelo município esta área é inteiramente classificada como zona de expansão urbana.

Do lado oeste da Linha Verde, localidades como Curralinho, Areal e “Vila” Sauípe são consideradas pelo município como áreas de expansão urbana, todavia, segundo o IBGE (fig. 70, p.117) fazem parte da zona rural. Ressalta-se aqui que estes povoados têm seus acessos ainda sem pavimentação, contam com pouquíssimos comércios e um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores dos próprios aglomerados ou de áreas rurais próximas. Ainda que parte dos seus moradores trabalhe em pousadas, restaurantes, construções e pontos turísticos situados na face leste da rodovia, mantêm vivas as atividades extrativistas e uma relação muito estreita com o estilo de vida rural, enquadrando-se muito mais na definição de aglomerado rural isolado ou povoado.

Tradicionalmente concebido como um espaço servido por precárias redes de articulação; uma economia eminentemente agrícola e pouco diversificada; um conjunto de valores e práticas culturais próprios, essencialmente divergentes do mundo urbano, o rural iniciou o seu processo de urbanização, quando Mata de São

---

46 Conforme determina a Lei Municipal nº 185 de 05 de setembro de 2003, o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João começa no ponto situado na margem direita da foz do rio Pojuca e segue por essa margem rio acima até o ponto distante 10.000 m na perpendicular ao Oceano Atlântico, sobre essa margem onde faz ângulo de 90º e, daí, deflete à direita em linha reta, até o ponto distante 10.000 m perpendicular ao Oceano Atlântico sobre a margem esquerda do rio Sauípe e, daí, segue por essa margem até a foz e desta, segue ainda à direita pelo Oceano Atlântico até o ponto onde começaram estes limites, com sede em Imbassaí.

João foi inserida no contexto turístico. Observa-se que este processo provoca discrepâncias entre o desenvolvimento das comunidades costeiras e as que estão localizadas no interior, a oeste da Linha Verde.

O território que, anteriormente à ampliação da rodovia, se apresentava de forma contínua e mantinha interligados os povoados, núcleos e vilas, foi seccionado, apartando suas comunidades, lançando-as a realidades distintas. Sobre este contraste, Mattedi (2002, p.120) revela que “os maiores focos de pobreza encontram-se não por acaso, a oeste da linha verde, bem longe do mar e dos olhos daqueles que passam pela estrada”. A “divisão” ficou mais evidente com a criação do Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João.

Em núcleos rurais, áreas urbanas isoladas e vilas, situados na costa (a leste da rodovia), a especulação fundiária e imobiliária, impulsionada pelo turismo, faz emergir continuamente pousadas, hotéis, comércios, restaurantes, condomínios e pequenos shoppings-centers, para atender às necessidades dos frequentes visitantes, com destaque para as aglomerações das vilas da Praia do Forte e de Imbassáí.

Segundo Silva e Carvalho (2011, p.99;108;112), o crescimento do turismo nesta região tem sido impulsionado por uma estratégia/ferramenta de marketing territorial pública e privada, que visa vender grandes extensões de terra na porção litorânea, incentivada pelo Governo do Estado da Bahia e amparada na ausência de planejamento territorial municipal.

As comunidades localizadas a oeste da rodovia também presenciam a especulação fundiária e nesta face é possível observar diversas formas de crescimento e de ocupação desordenada. Terras antes desocupadas, ou ocupadas exclusivamente por fazendas, sítios e usadas pela atividade de reflorestamento, são loteadas e negociadas por valores desproporcionais à realidade do lado leste,<sup>47</sup> a exemplo de:

---

47 Estas afirmações têm por base os dados coletados junto à Prefeitura Municipal de Mata de São João, as consultas feitas nos cadernos de classificados do Jornal A Tarde e corretores locais, quando foi possível constatar que no ano de 1990, o preço médio cobrado pelo metro quadrado na costa litorânea era de NCZ\$ 400,00 (o equivalente a US\$ 8,00), enquanto na face oeste da rodovia era de NCZ\$ 150,00 (equivalendo a US\$ 3,00) o metro quadrado. Esta disparidade se acentuou no ano de 2005, quando a mesma medida de terra

Açu da Torre, Campinas, Malhadas, Barro Branco, Areal, Curralinho e “Vila” Sauípe (fig. 70, p.117).

Estas localidades interioranas, embora não recebam turistas com frequência e não estejam dotadas de serviços para atender aos visitantes, mantêm fortes interações com o turismo e conseqüentemente com as áreas costeiras, servindo de moradia para a mão de obra dos empreendimentos de pequeno à grande porte, ali instalados. Vale ressaltar que, inclusive, grande parte dos nativos que residia na zona costeira, se transferiu para as localidades interioranas, menos valorizadas e localizadas na face oeste da Linha Verde. Assim, houve uma migração da população de Praia do Forte para Açu da Torre e Sapiranga, de Imbassaí para Barro Branco. Esta migração ocorre a partir da venda de suas casas e terrenos e compra ou invasão de terras no interior.

A partir da década de 1970, a vocação para o turismo como alternativa econômica viável é reconhecida no Litoral Norte. Até então de escala estritamente regional, recebendo apenas veranistas e visitantes dos municípios baianos, a atividade volta-se para o mercado nacional e internacional.

A partir da década seguinte, através das políticas públicas estaduais e municipais, a região começa a ser preparada para a atividade turística que fortalece e se utiliza do apelo ambiental. Inicia-se o processo de redefinição espacial pela Praia do Forte. Todavia, os fluxos migratórios e turísticos, embora de forma mais lenta e diferenciada, chegam também na Vila de Imbassaí. Localidades como Açu da Torre, Barro Branco, Malhadas e Campinas, todas situadas no interior do Distrito de Açu da Torre (fig. 70, p.117), próximas às áreas onde grandes empreendimentos foram instalados e/ou estão em construção, receberam grandes contingentes de migratórios atraídos pela possibilidade de emprego. Para atender à demanda de moradia dos novos residentes, terrenos foram parcelados, surgindo habitações não

---

variava entre R\$ 0,30 (US\$ 0,11) na face oeste e R\$ 450,00 (US\$ 180,00) no lado leste. Em 2013, o preço médio do metro quadrado é de R\$ 1.000,00 ao leste e R\$ 6,00 a oeste da rodovia.

sobrecodificadas<sup>48</sup>. Como decorrência desse processo, houve uma redução das terras ocupadas com agricultura e da vegetação, modificando a paisagem local.

É interessante observar que na pesquisa realizada em 2007, sobre as transformações socioculturais do turismo no Distrito de Açú da Torre (MURICY, 2007), a maior parte da população local tem uma visão positiva do impacto do turismo, sobretudo da geração de emprego. A maioria da população (75%) considera que o turismo trouxe mais efeitos positivos do que negativos para a qualidade de vida deles. Este entusiasmo, traduzido num conjunto de expectativas positivas em relação ao desenvolvimento do turismo pode estar associado ao fato de grande parte das localidades receberem contrapartidas dos empreendimentos ou investimentos da prefeitura para que elas expressassem uma posição mais favorável ao próprio turismo, como os recentes projetos urbanísticos de Imbassaí, pavimentação e construção de praças em Malhadas.

Nos movimentos de resistência contra hegemônicos percebe-se a atividade artesanal de forma bem representativa nas localidades de Santo Antônio e “Vila” Sauípe e Curralinho, além da manutenção da atividade pesqueira nas comunidades litorâneas, como Santo Antônio, Diogo e na Praia do Forte.

Embora também tenham sofrido os impactos causados pela indústria turística, as comunidades à oeste da rodovia receberam pouca atenção dos pesquisadores. Nesta face desprivilegiada da Linha Verde surgem loteamentos viabilizados pelo Governo Federal através do Projeto Minha Casa Minha Vida (fig. 71), além de recentes e extensas invasões caracterizadas por ocupações e construções não sobrecodificadas (fig. 72) – que não atendem aos padrões arquitetônicos e não estão atreladas economicamente aos processos de especulação imobiliária que são engendrados pela indústria da construção e pelo mercado imobiliário. Desta forma, observa-se que as arquiteturas, independente da época e do segmento, também não estão dissociadas das lógicas de poderes e saberes

---

<sup>48</sup> Construções não sobrecodificadas são casas e loteamentos fora dos padrões e normas urbanísticas do mercado imobiliário formal. Vale salientar que de acordo com Deleuze e Guattari (2007, p.179-215), a partir da conceituação de espaços lisos e estriados, o espaço liso pode ser percebido como um espaço que não passou por um processo de sobrecodificação, enquanto que o espaço estriado é sobrecodificado e, portanto, balizado por limites e regras precisos.

Figuras 71 e 72 – Face oeste da Linha Verde com loteamento habitacional popular e construções não sobrecodificadas. respectivamente.



Fonte: Acervo da autora, 2012.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Até o momento, a maior parte dos estudos sobre aquele território, desenvolvidos por diversos autores,<sup>49</sup> versaram sobre as comunidades litorâneas. Isto se deve, provavelmente, ao rápido crescimento que tiveram nos últimos anos e aos impactos mais diretos que sofreram com a atividade turística, a qual, também promoveu midiaticamente algumas comunidades, transformando-as radicalmente.

---

<sup>49</sup> Dentre os autores que desenvolveram pesquisas sobre as comunidades do Litoral Norte, destacam-se: Sobrinho (1998; 2009); Garrido (2000); Muricy (2001); Mattedi (2001; 2002); Guerreiro (2004); Pereira (2008).

## **CAPÍTULO IV**

### **Uma leitura do ambiente natural**

#### **4.1 Breve evolução histórica da legislação ambiental brasileira**

Ao longo da História do Brasil, antes que o Direito Ambiental se consolidasse como um ramo autônomo da Ciência Jurídica, alguns dispositivos jurídicos previram a proteção legal de elementos do meio ambiente, a exemplo do Código Criminal (1830) e do Código Civil (1916) (HARTMANN, 2009, p.32-3).

Contudo, é possível confirmar que inicialmente as questões ambientais foram tratadas pelos poderes públicos com grande descaso e a exploração dos recursos naturais deu-se de forma totalmente leviana. Naquela época, ainda não havia, de fato, uma preocupação com o meio ambiente. Existiam poucos dispositivos legais isolados que tinham por objetivo proteger alguns recursos naturais específicos, destacando-se apenas elementos peculiares às áreas da botânica, da estética, ou do direito de propriedade.

Tratava-se de um controle exercido de forma incipiente, vista que, o aparato legislativo existente era rudimentar – o meio ambiente era regido pelo utilitarismo, onde só se tutelava o recurso ambiental que tivesse valorização econômica e a fragmentação do objeto negava ao meio ambiente uma identidade própria, de caráter integrado.

Somente a partir do final da década de 1920 surgiu uma legislação ambiental mais abrangente, embora o meio ambiente tenha continuado a ser compreendido de forma restrita, sem a sua devida valorização, proteção e integração dos seus subsistemas. Os recursos ambientais como a água, a fauna, a flora, eram regidos por uma legislação diferenciada, de maneira a não permitir uma articulação entre cada um desses elementos, ou entre cada uma das políticas específicas de proteção, a exemplo dos códigos: Código das Águas ou Decreto-lei nº 852/38

(recursos hídricos); Código de Pesca ou Decreto-lei nº 794/38 (recursos pesqueiros); Código de Caça ou Decreto-lei nº 5.894/43 (fauna); Código de Minas ou Decreto-lei nº 1.985/40 (solo e subsolo); Código Florestal ou Decreto-lei nº 23.793/34 (flora).

A legislação brasileira, até esse período, estava em compasso com a legislação internacional e refletia a falta de consciência quanto às questões ambientais, que foram agravadas pela expansão tecnológica e industrial dos anos de 1950, a qual promoveu a extração intensiva de recursos naturais, pensados àquela época como infindáveis.

A partir da década de 1960, com a constatação científica dos problemas relacionados à devastação da natureza e a divulgação para os governantes mundiais dos dados relativos ao aquecimento global do planeta e ao crescimento do buraco na camada de ozônio na atmosfera, além da ocorrência de catástrofes ambientais,<sup>50</sup> se começou a pensar no esgotamento dos recursos da natureza.

Em paralelo, no Brasil surgiram normas legais com maior ênfase às questões ambientais propriamente ditas, inclusive, revendo alguns códigos que haviam sido criados nas décadas de 1930 e 1940, entre as quais se destacam: o Estatuto da Terra (Decreto-lei nº 4.504/64); o Código Florestal (Decreto-lei nº 4.771/65);<sup>51</sup> a Lei de Proteção à Fauna (Decreto-lei nº 5.197/67); o Código de Pesca (Decreto-lei nº 221/67) e o Código de Mineração (Decreto-lei nº 227/67).

Até meados do século XX, o modelo de desenvolvimento se baseava no progresso material e a lógica capitalista regia a economia mundial – guiada por interesses unilaterais, visíveis no espírito corporativista das sociedades capitalistas. Um processo econômico que ignorou as possíveis repercussões negativas, sociais e ambientais, que decorreriam das atividades caracterizadas naquele sistema

---

50 Entre os desastres naturais ocorridos antes da década de 1960 que tiveram grande repercussão mundial, destacam-se: terremoto em Portugal (1755); ciclone em Calcutá – Índia (1864); terremotos no Japão (1923; 1959) e na URSS (1948) e inundações na China (1931) (MARCELINO, NUNES e KOBAYAMA, 2006, p.130).

51 Atualmente o Código Florestal encontra-se em tramitação. Após meses de discussão, o código aprovado no Congresso Nacional teve nove itens vetados pela Presidente da República. O principal veto retira do texto a flexibilização que os parlamentares pretendiam para a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP's) nas margens de rios. Também foi vetada a possibilidade de recomposição das APP's com monoculturas de espécies frutíferas exóticas. Portanto, o mesmo não será elencado neste trabalho.

fechado, sem limites no nível do *input* (energia e matérias primas) ou do *output* (poluição), entretanto, uma outra realidade se deflagrava quando se percebeu o resultado das agressões causadas à natureza, tema de diversas manifestações coletivas que, desde então, se intensificaram (FARIA et al 2010, p.123).

Todas estas questões induziram a outras discussões, cujo resultado foi a aplicação de uma nova ideia que girava sobre a “sustentabilidade”<sup>52</sup>. Desde então, a temática sustentabilidade tornou-se pauta das principais conferências para acordos internacionais entre os países detentores do poder econômico.

Todavia, é necessário esclarecer que se tratava, sobretudo, de uma questão da esfera humanística, uma vez que a sobrevivência da humanidade estava em risco. A superexploração da natureza passou a desarticular os ideais de consumo e começou a questionar a forma de viver dos indivíduos (LEFF, 2006, p.15).

No território brasileiro, em 1981, a instituição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e de suas Resoluções refletiu progressos na normatização das normas ambientais federais e proporcionou, desde então, a elaboração de novos diplomas para regulamentação das questões do meio ambiente. Um exemplo de resoluções históricas, criadas naquela década, e que mudaram o panorama da política ambiental no Brasil, foi a Resolução CONAMA nº 1 de 23 de janeiro de 1986, que estabeleceu as primeiras diretrizes para a avaliação de impacto ambiental.

Além do CONAMA, a criação da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) teve como objetivos a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida e dotou os poderes públicos de instrumentos para o planejamento, proteção e fiscalização do meio ambiente.

---

52 Eventos como a Conferência de Estocolmo (1972), também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1ª Cúpula da Terra) – considerada um grande marco histórico ambiental por ter, pela 1ª vez, chamado a atenção do mundo para a gravidade da situação ambiental. Aprovação da Declaração de Estocolmo a qual introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental, caracterizando-a como fator condicionador e limitador do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. A Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987, também conhecida como Comissão de Brundtland, estabeleceu o “Modelo do Desenvolvimento Sustentável”. Esta Comissão foi criada em 1983, por iniciativa da ONU com o objetivo de discutir e propor alternativas para harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. A partir do lançamento do MDS o conceito de desenvolvimento econômico passou a sofrer um intenso processo de revisão.

Contudo, foi a Constituição Federal de 1988 que representou o grande marco no Brasil para a legislação ambiental, ao encampar os elementos que compõem o meio ambiente em um capítulo inteiramente dedicado ao assunto, fazendo com que a natureza alcançasse a categoria de bem “protegido” constitucionalmente.

Desde então, o Direito Ambiental (propriamente dito) com princípios, objetivos e instrumentos peculiares, desponta para a sociedade e, junto a ele, se amplia a consciência sobre a ideia de intercomunicação e interdependência entre cada um dos elementos que formam o meio ambiente, enfatizando-se a necessidade do tratamento desses elementos de forma integrada.

A partir de 1998, com a promulgação da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, instrumentos importantes da legislação ambiental foram regulamentados, como o não encarceramento como norma geral para as pessoas físicas criminosas, a responsabilização penal das pessoas jurídicas, demonstrando que foi atualizada a percepção do papel das empresas no mundo contemporâneo, além da valorização da intervenção da Administração Pública, através de autorizações, licenças e permissões.

Ainda na década de 1990, através da Resolução CONAMA nº 10/1990, foram regulamentadas as Áreas de Proteção Ambiental (APA's), como uma categoria de Unidade de Conservação<sup>53</sup> destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes. Visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais, as APA's, através do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, têm como principal atribuição, disciplinar o uso e a ocupação do solo, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agro-pastoris, extrativistas, culturais. Vale ressaltar que, segundo o Art. 6º, não são permitidas nas APA'S as atividades de terraplanagem, mineração,

---

53 As Unidades de Conservação foram classificadas, através da Resolução CONAMA Nº 11 de 3 de dezembro de 1987, nos seguintes Sítios Ecológicos de Relevância Cultural: a. Estações Ecológicas; b. Reservas Ecológicas; c. Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas zonas de vida silvestre e os corredores ecológicos; d. Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; e. Reservas Biológicas; f. Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; g. Monumentos Naturais; h. Jardins Botânicos; i. Jardins Zoológicos; j. Hortos Florestais.

dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota.

#### **4.2 Ocupação da zona costeira: um problema de âmbito nacional**

A zona costeira sempre foi uma região estratégica do ponto de vista político, militar e econômico para a humanidade, no momento em que representa as “portas” dos continentes. Fatalmente, as áreas litorâneas tornam-se territórios particulares e importantes para o desenvolvimento de diversas atividades humanas, o que promove, muitas vezes, uma intensa e desordenada ocupação com consequente aumento da demanda de recursos naturais.

Conforme está registrado no capítulo II desta dissertação, no transcurso da História do Brasil e não obstante da História do Litoral Norte, a formação dos primeiros núcleos urbanos ao longo da zona costeira data do século XVI e está diretamente associada aos processos de conquista, proteção e à produção açucareira.

Naquele período marcado pelos descobrimentos marítimos, a diversidade e a exuberância dos elementos naturais brasileiros – fauna, flora, vegetação – além dos povos indígenas e das riquezas que eram observadas, descobertas, registradas, detinham toda a atenção das missões exploradoras. Assim, determinados aspectos das zonas costeiras, a exemplo das características e das condições do meio físico, foram negligenciados e não constam dos registros históricos.

Possivelmente, o desconhecimento acerca da influência do meio físico sobre a vida no planeta produzia a falsa impressão de que era possível ter a natureza dominada. Mesmo quando fatos naturais impunham severos danos às comunidades, poucos indivíduos se empenhavam em investigar de forma apurada suas causas e avaliar as consequências de tais danos. Por outro lado, os escassos recursos tecnológicos não possibilitavam empreender determinadas investigações sobre os fenômenos naturais.

Foram necessários cerca de cem anos de pesquisa hidrológica para a compreensão dos caracteres básicos do trabalho da dinâmica das águas sobre o relevo, sobretudo nas zonas costeiras, onde esta influência é determinante na formação dos diversos ambientes. A intrínseca relação entre as correntes marítimas, o relevo e a vegetação fazem com que estas regiões tenham aspectos complexos e intrigantes para análises e estudos.

#### **4.2.1 Cenário atual de ocupação das zonas costeiras**

Segundo dados obtidos a partir do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2013), o litoral brasileiro possui atualmente uma população de 30.488.971 habitantes, situados em áreas urbanas caracterizadas por sedes de município. Apesar do Estado da Bahia ocupar o segundo lugar na categoria de número de cidades-sede, com 21 unidades, apresentando uma população total de 3.456.735 habitantes,<sup>54</sup> ele possui a maior extensão territorial da costa litorânea brasileira (932 km).

De acordo com a fonte supramencionada, a Bahia possui uma média populacional em suas cidades-sede litorâneas de 48.797 habitantes. No entanto, em relação a esta média, deve-se considerar uma intensa população flutuante de turistas devido aos grandes atrativos que o Estado da Bahia oferece, em relação aos demais estados brasileiros.

De acordo com os dados publicados pelo Ministério do Turismo, a Bahia é o segundo destino turístico mais procurado no Brasil (BRASIL-MT, 2010), perdendo somente para o Rio de Janeiro. Sendo assim, pressupõem-se grandes oscilações sazonais na sua população, oriundas das demandas turísticas, e, conseqüentemente, fortes pressões antrópicas sobre o ambiente natural das localidades visitadas, as quais não podem ser percebidas através da sucinta análise dos dados demográficos acima apresentados.

---

<sup>54</sup> No Brasil, Santa Catarina é o estado com maior número de cidades-sede no litoral. O terceiro estado com o maior número de cidades-sede no Brasil e, também, o segundo estado com o litoral mais extenso é o Maranhão, que apresenta 20 cidades-sede litorâneas dispostas em um território de aproximadamente 640 km de extensão, sem considerar suas saliências e reentrâncias, e uma população de 1.671.641 habitantes.

As zonas costeiras são regiões onde interagem, de forma imbricada e dinâmica, processos ecológicos, sociais, históricos e econômicos, ainda pouco conhecidos e compreendidos. Observam-se impactos da especulação imobiliária e do turismo sobre a imensa variedade de ambientes frágeis, de expressiva relevância, distribuídos numa estreita faixa de terra onde ocorrem espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.<sup>55</sup>

Tendo em vista as diversas questões de interesse público e privado, que envolvem as zonas costeiras brasileiras, refletindo sobre a economia, os recursos naturais, a saúde e o bem estar das populações humanas, foram desenvolvidas no Brasil, ao longo da história, políticas públicas que visam sua definição, delimitação e proteção.

#### **4.2.2 Políticas públicas federais e a zona costeira brasileira**

A Constituição Federal de 1988, no parágrafo 4º do art. 225, define a zona costeira como “patrimônio nacional” e determina que “sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Através da Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, foi instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o qual definiu que seu detalhamento seria estabelecido em documento específico, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), visando orientar a utilização racional dos recursos na zona costeira.

A primeira versão do PNGC foi apresentada em novembro de 1990 e aprovada na 25ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Sua publicação se deu na forma da Resolução CIRM nº 001/90, como parte integrante da

---

<sup>55</sup> Nas zonas costeiras brasileiras, observam-se impactos ambientais onde se destacam: a poluição das águas por lançamento indevido de efluentes, de óleo e de outros produtos químicos que afetam a qualidade da água e a saúde pública; o crescimento e a urbanização costeiros desordenados; os processos de erosão costeira; a perda de ecossistemas costeiros frágeis, como recifes de corais, manguezais e da vida marinha em geral; a eutrofização das águas; a proliferação de espécies invasoras, vegetais e animais, e o esgotamento do estoque pesqueiro.

Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938 de 31/10/1981, e da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), instituída pelo Decreto-presidencial de 12/05/1980.

Dentre as políticas públicas subsequentes que têm incidência sobre o litoral e, portanto, podem ser aplicadas às zonas costeiras, cabe destacar: as políticas de desenvolvimento urbano, com ênfase para o setor de saneamento ambiental; as políticas de proteção às populações e culturas tradicionais (em situação de risco pelo avanço da ocupação da zona costeira); as políticas de pesca e aquicultura; a Política Marítima Nacional (PMN); a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM); a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO); o Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); os programas para as Florestas Tropicais Úmidas e os programas que incluem planos de manejo de espécies ameaçadas para as zonas costeiras e/ou marinhas.

A criação do Ministério das Cidades, em 2000, também se constituiu num marco para a gestão territorial, inclusive dos municípios litorâneos. Emergiram formas mais rigorosas de planejamento e controle dos territórios municipais, como a obrigatoriedade da implantação dos Planos Diretores para os municípios, entre outros diplomas legais, que passaram a dirimir sobre as questões ambientais e de uso e ocupação do solo.

Entre as Resoluções CONAMA que têm incidência direta sobre as zonas costeiras brasileiras, vale destacar: a 302/2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais; a 303/2002, que estabelece parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP) e a 341/2003, que dispõe sobre critérios para a instalação de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis de interesse social.

Constituem-se Áreas de Preservação Permanente no entorno dos reservatórios artificiais, definidos como locais de acumulação não natural de água destinada a quaisquer de seus múltiplos usos, segundo o CONAMA nº 302/02, a área de largura

mínima, em projeção horizontal, medida a partir do nível máximo de: 30 m para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e 100 m para áreas rurais. Salienta-se que os limites previstos nesta resolução podem ser ampliados ou reduzidos no licenciamento ambiental, observando-se o patamar mínimo de 30 m.

Dentre as áreas estabelecidas como Área de Preservação Permanente (CONAMA nº 303/2002, art. 3º), alguns exemplos em zonas costeiras podem ser visualizados na figura 73:

Figura 73 – Exemplos de Área de Preservação Permanente situadas em zonas costeiras.

Área de Preservação Permanente	Extensões
I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima de:	a) 30 m, para o curso d'água com menos de 10 m de largura; b) 50 m, para o curso d'água com 10 à 50 m de largura; c) 100 m, para o curso d'água com 50 à 200 m de largura; d) 200 metros, para o curso d'água com 200 à 600 m de largura; e) 500 m, para o curso d'água com mais de 600 m de largura.
II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente e com raio mínimo de 50 m, de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte.	
III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:	a) 30 m, para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas; b) 100 m, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até 20 ha de superfície, cuja faixa marginal será de 50 m.
IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 m, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado.	
IX - nas restingas:	a) em faixa mínima de 300 m, medidos a partir da linha de preamar máxima; b) em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues.
X - em manguezal, em toda a sua extensão.	
XI - em duna.	
XIV - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçada de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.	
XV - nas praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre.	

Fonte: Resolução CONAMA nº 303/2002, art. 3º.  
Elaboração, Gabriella Faria, 2013.

No âmbito da Resolução CONAMA nº 341/03, podem ser declarados de interesse social, mediante procedimento administrativo específico aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis em dunas originalmente desprovidas de vegetação,<sup>56</sup> que possuam as seguintes características: I - ter abastecimento regular de água e recolhimento e/ou tratamento e/ou disposição adequada dos resíduos; II - estar compatível com Plano Diretor do Município, adequado à legislação vigente; III - não comprometer os atributos naturais essenciais da área, notadamente a paisagem, o equilíbrio hídrico e geológico, e a biodiversidade; IV - promover benefícios socioeconômicos diretos às populações locais além de não causar impactos negativos às mesmas; V - obter anuência prévia da União ou do Município, quando couber; VI - garantir o livre acesso à praia e aos corpos d'água; VII - haver oitiva prévia das populações humanas potencialmente afetadas em Audiência Pública; e VIII - ter preferencialmente acessos (pavimentos, passeios) com revestimentos que permitam a infiltração das águas pluviais.

A partir de 2006, o Bioma Mata Atlântica, localizado na zona costeira brasileira, recebeu o seu principal diploma legal, a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) que visa a proteção, a conservação, a regeneração e a utilização da sua vegetação. Foram considerados integrantes deste Bioma as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas consorciados: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Decidual; manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. Vale ressaltar que somente os remanescentes de vegetação nativa no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração tiveram seu uso e conservação regulados por esta Lei, que traz consigo uma grande brecha para diferentes interpretações e avaliações a cerca dos estágios de sucessão mencionados.

---

<sup>56</sup> As dunas desprovidas de vegetação somente poderão ser ocupadas com atividade ou empreendimento turístico sustentável em até vinte por cento de sua extensão, limitada à ocupação a dez por cento do campo de dunas, recobertas ou desprovidas de vegetação (CONAMA nº 341/2003, § 2º).

Mais tarde, a Resolução CONAMA nº 417/2009 estabeleceu parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica, de acordo com a fitofisionomia predominante. Este documento, juntamente com a Resolução CONAMA nº 437/2009, que aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais da vegetação de Restinga para o Estado da Bahia, passaram a orientar o licenciamento e outros procedimentos administrativos relativos à autorização de atividades nessas áreas.

No que tange ao licenciamento ambiental brasileiro, ressalta-se que este processo administrativo, fundamentado na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, teve a Resolução CONAMA nº 237/1997 como principal norma delimitadora das atribuições dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Contudo, a partir do ano de 2011, a Lei Complementar nº 140/2011 passou a regular, agora de forma constitucional, tais atribuições. Trata-se de uma Lei, que visa estimular a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum em matéria ambiental. Desta forma, os municípios, por meio de consórcios públicos por eles formados, tornaram-se aptos legalmente para o atendimento de demandas de sua competência originária, a instituição de consórcios públicos, facilitando a delegação pelos estados aos mesmos, da realização do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto regional. Esta medida, aparentemente, visava desafogar os órgãos estaduais, abarrotados de processos, contudo, ao estabelecer no Art. 13 que os empreendimentos localizados nas APA's deveriam ser licenciados ou autorizados por um único ente federativo, dispensando a anuência da gestão da APA, tornou os processos de licenciamento extremamente frágeis.

#### **4.2.3 Zona costeira de Mata de São João: políticas e estratégias público-privadas**

O Litoral Norte do Estado da Bahia, incluindo a zona costeira do Município de Mata de São João, face ao seu relevante patrimônio natural representado por diversos

ecossistemas, como dunas, restingas, manguezais, rios e zonas úmidas, é regido por um leque diversificado de diplomas ambientais, dentre os quais se destacam as leis e as resoluções supracitadas que têm abrangência em todo o território nacional.

Por outro lado, surge a proposta de inserir esta região no circuito turístico internacional, incorporando-a ao devorador mercado imobiliário. Neste cenário, vale transitar brevemente pelas iniciativas públicas e privadas que consolidaram a estratégia de vinculação da atividade turística e imobiliária com a questão ambiental, compreendida a partir de meados da década de 1970, como sua principal vocação.

Dentre as iniciativas de cunho privado apoiadas pelo governo estadual destacam-se: a criação do Parque Florestal Garcia D'ávila (1975); a transformação da área em Refúgio Particular de Animais Silvestres (1977), em 1981, com o objetivo de executar os projetos e os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários foi criada a Fundação Garcia D'ávila. No ano de 1982 foi instalado o Projeto Tamar, voltado para a preservação das tartarugas marinhas. Em 1984 foi criada a Fazenda Praia do Forte (RPPN) destinada a conservação das matas do Camurugipe e Sapiranga e em 1987 as Lagoas do Timeantube e a Mata de Sapiranga foram transformadas em Reservas Ecológicas.

Na esfera governamental, o Decreto Estadual nº 1.046 de 17 de março de 1992, que criou a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia, tornou-se o principal diploma de proteção da região. Seu Plano de Manejo<sup>57</sup>, juntamente com o respectivo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE e outros instrumentos legais, que podem ser visualizados na figura 74, têm por atribuição estabelecer áreas para proteção ambiental em diferentes níveis, programas de desenvolvimento sustentável e áreas para ocupação e uso do solo. Este Decreto determina também que todas as

---

57 A Lei nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define o Plano de Manejo como um documento técnico elaborado por equipe multidisciplinar, mediante o qual, se estabelece o zoneamento e as normas específicas que devem presidir a gestão da área e o manejo dos recursos naturais de cada Unidade de Conservação. Caracteriza, através do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), as zonas e propõe o desenvolvimento físico, de acordo com os objetivos e finalidades da Unidade. O Plano deve estabelecer a diferenciação e intensidade de uso e ocupação do solo, visando a proteção dos recursos naturais e culturais, bem como o atendimento aos diplomas nacionais de proteção, convenções e certificações internacionais, regulamentando o uso dos recursos da Unidade, da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos. Constitui-se numa ferramenta fundamental de gestão que deverá reconhecer e valorizar também a diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social. O Plano de Manejo da APA Litoral Norte foi aprovado e regulamentado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, através da Resolução CEPRAM nº 1.040 de 21 de fevereiro de 1995.

atividades e empreendimentos a se instalarem na APA Litoral Norte, em quaisquer de suas Zonas, deverão obter licença da entidade administradora da APA.

Figura 74 – Dispositivos legais municipais e estaduais e sua respectiva aplicação.

Dispositivo	Atuação e aplicação
Lei Municipal nº 148, de 18 de abril de 2002.	Cria a Lei do Meio Ambiente do Município de Mata de São João que dispõe sobre o sistema municipal do meio ambiente.
Lei Municipal nº 185, de 05 de setembro de 2003.	Cria o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João.
Lei Municipal nº 278, de 11 de outubro de 2006.	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Mata de São João.
Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006.	Institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade.
Resolução CEPRAM nº 3.813, de 20 de dezembro de 2007.	Esclarece os critérios para uso e ocupação do solo na zona de proteção visual da APA/LN e altera o caput do art. 7º da Resolução CEPRAM nº 1.040/1995.
Resolução CEPRAM nº 3.847, de 25 de abril de 2008.	Insere parâmetros para o uso e a ocupação do solo para empreendimentos na zona de proteção visual da APA/LN na Resolução CEPRAM nº 1040/1995.
Lei Estadual nº 11.476, de 01 de julho de 2009.	Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na zona de proteção visual, na zona de agricultura e na zona de manejo especial da APA/LN.
Decreto Estadual nº 12.353, de 25 de agosto de 2010.	Altera o Decreto no 11.235/2008 que aprova o regulamento da Lei nº 10.431/2006.
Lei Estadual nº 12.377, de 28 de dezembro de 2011.	Altera a Lei nº 10.431/2006 que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade.
Decreto Estadual nº 14.024 de 06 de junho de 2012.	Regulamenta a Lei nº 10.431/2006 que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade.

Fonte: <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>; <http://www.meioambiente.ba.gov.br>.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2013.

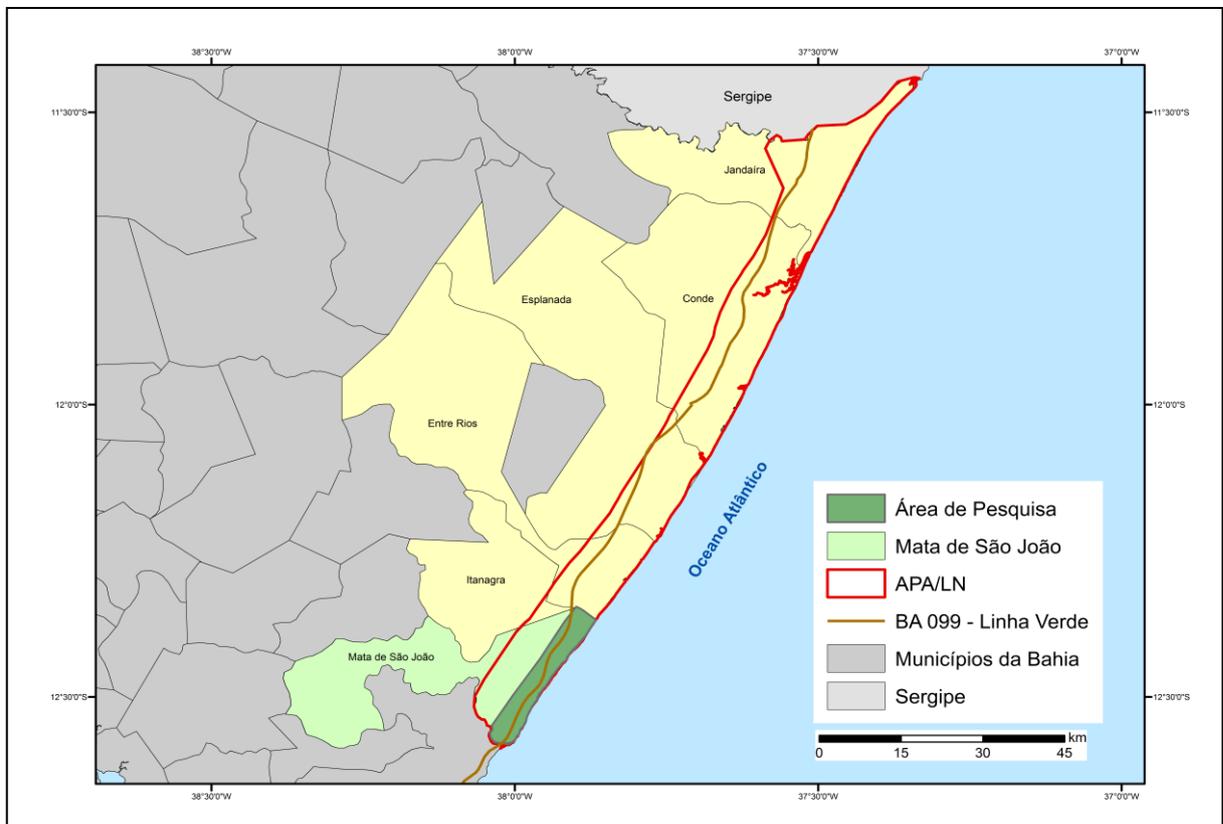
### 4.3 Recorte espacial

A área objeto deste estudo pertence integralmente à zona costeira do Município de Mata de São João (Distrito de Açú da Torre), entre a foz do Rio Pojuca (limite sul) e a foz do Rio Sauípe (limite norte) – delimitada no mapa abaixo (fig. 75) pela cor verde escuro – correspondendo a 28 km de extensão e 4 km de largura da preamar

em direção ao continente, totalizando aproximadamente 112 km<sup>2</sup>. A porção inicial da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia (APA/LN), demarcada no mapa, da mesma figura, pela cor vermelha, se sobrepõe à área de estudo aqui apresentada.

O recorte espacial tem como base a influência exercida pela Linha Verde nas áreas contíguas à rodovia que, mesmo antes de ser pavimentada, ainda na década de 1980, apresentava um esboço de estrada de barro para viabilizar o acesso aos povoados litorâneos.

Figura 75 – Localização da área de pesquisa na APA / Litoral Norte Bahia – 2012



Fonte: SEI, 2010; INEMA, 1995; CPRM, 2008.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

#### 4.4 Aspectos climáticos

O clima da região, segundo a classificação de Köppen (QUEIROZ, 2007, p.41-3), é quente e úmido do tipo As',<sup>58</sup> apresentando relativa homogeneidade durante o ano.

<sup>58</sup> Classificação climática de Köppen-Geiger, mais conhecida por classificação climática de Köppen, é o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia. A classificação é baseada no pressuposto, com origem na fitossociologia e na ecologia, de que a vegetação natural de cada

Caracteriza-se por elevadas médias térmicas e por altos índices pluviométricos, os quais são distribuídos regularmente ao longo de todos os meses do ano. Os índices pluviométricos anuais variam espacialmente de sul para o norte e estão situados entre 2.000 mm e 1.200 mm, respectivamente.

Os ventos dominantes sopram do sudeste (SE), registrando-se no verão fluxos do leste (E) e do nordeste (NE). Na primavera-verão, cerca de 75% dos ventos têm a direção NE-E-SE, sendo que deste percentual 18% do NE e 47% do E. Durante o outono-inverno, época da chegada das frentes frias na região, os ventos predominantes são os do SE (SILVA e MENEZES, 2012, p.241).

#### **4.5 Ecossistemas litorâneos, fauna e flora**

Ao longo do tempo, a região litorânea brasileira recebeu diversas classificações fitogeográficas, entre elas a de Karl P. Von Martius (1824), que incluiu aquela região na província por ele denominada como *Dryas*, representada principalmente pela Floresta Atlântica. As matas costeiras (florestas atlânticas) acompanham o contorno da costa do território brasileiro e na Região do Nordeste a sua maior representação encontra-se no Estado da Bahia (FERRI, 1980, p.20-1).

Rizzini (1963, p.5-7) estruturou o sistema de classificação fitogeográfica do Brasil em províncias, incluindo o litoral brasileiro na Província Atlântica. Suas conclusões se fundamentaram na relação florístico-vegetacional subordinada aos limites geográficos e ecológicos.

Em seguida, Andrade-Lima (1970, p.5-18) identificou na Província Atlântica, subprovíncias e entre elas a “Subprovíncia Litorânea ou Costeira”, que acompanha toda a extensão da orla continental brasileira – uma faixa de aproximadamente 7.500 km de comprimento com largura variável de 20 a 30 km para o interior do continente.

---

grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalecente. A letra “A” é utilizada para as regiões que apresentam clima tropical, caracterizado por temperatura média do mês mais frio do ano > 18 °C, estação invernososa ausente e forte precipitação anual; a letra “s” denota que o regime pluviométrico caracteriza-se pela presença de chuvas na estação de inverno.

Quando analisou o Complexo de Restinga<sup>59</sup> (ou Complexo do Litoral), Rizzini (1963, p.38-41) entendeu que ele parte do grupo dos conjuntos vegetacionais heterogêneos, caracterizado pela distribuição das formações vegetacionais em mosaico, composto por comunidades halófitas<sup>60</sup> praianas, floresta paludosa<sup>61</sup> litorânea e floresta esclerófita<sup>62</sup> sobre terrenos arenosos recentes.

Ao ser classificada como um complexo fica evidente o reconhecimento da heterogeneidade vegetal da região litorânea, que apresenta variações florísticas e fisionômicas numa escala espacial relativamente pequena, dificultando a identificação e o mapeamento de suas tipologias em separado.

A Floresta Tropical Atlântica, bioma no qual as restingas estão inseridas,<sup>63</sup> é uma das áreas que vem sofrendo intensa agressão, decorrente dos processos descontrolados de ocupação do litoral brasileiro. Imensas áreas deste ambiente já se modificaram quando foram submetidas a processos de fragmentação, as quais resultaram, na maioria das vezes, em escassos remanescentes da mata original. Por estes motivos, a Mata Atlântica é uma das regiões prioritárias para conservação no

---

59 O Complexo de Restinga compreende diferentes tipos de comunidades que compõem a vegetação de restinga. Distribuem-se espacialmente na forma de um mosaico, com transições por vezes graduais entre um tipo e outro, formando um complexo vegetacional. Essa distribuição da vegetação é determinada principalmente pelas variações existentes na topografia e nas características do substrato existentes na planície arenosa, cabendo ressaltar a extrema influência dos níveis de umidade no estabelecimento das citadas comunidades vegetais.

60 As comunidades halófitas são compostas por plantas que acumulam grande quantidade de sal em seu interior, beneficiando-se desta condição, sem com isso sofrer qualquer prejuízo fisiológico.

61 Floresta paludosa é um tipo de formação florestal que ocupa áreas com solo encharcado, alagadiço ou brejoso, apresentando menor diversidade de espécies em relação às outras florestas.

62 Esclerófita é um verbete atribuído às florestas constituídas por plantas que apresentam folhas coriáceas (textura semelhante ao couro que se quebra facilmente). A palavra esclerófita é de origem grega, resultando da junção de esclero (duro) e de fita (folha).

63 Ao serem detalhados os ecossistemas encontrados naquela área, cabe lembrar que restinga é o termo empregado para designar de forma genérica as planícies arenosas que ocorrem para o interior do continente com extensões variadas. São comunidades vegetais que se desenvolvem sobre areias de origem continental ou marinha, formadas sobre sedimentos quaternários, associadas à linha de praia. As restingas encerram inúmeras formas vegetacionais de características próprias a partir de uma relação particular com o ambiente, o que cria um mosaico complexo e heterogêneo de *habitats* com comunidades definíveis como unidades dinâmicas independentes (IBGE, 2004, p.1). As Restingas são caracterizadas como ambientes frágeis, relativamente abertos, com elevado aporte de iluminação solar que penetra entre os espaços da vegetação, e que adicionada ao substrato arenoso, pobre em nutrientes, implica em uma rápida percolação da água pluvial; o que pode restringir a ocorrência de alguns grupos de animais, ou favorecer outros que possuem ecofisiologia adaptada a vida em condições de relativa ausência de água livre, elevadas temperaturas e altas taxas de insolação.

planeta, denominadas de *hotspots*,<sup>64</sup> por se tratarem de ambientes com elevado número de espécies e endemismos,<sup>65</sup> associados à alta pressão antrópica (CEPF, 2001, p.8). Embora a fauna da restinga se constitua de espécies da Mata Atlântica, ainda pouco se conhece sobre os aspectos que envolvem a composição das espécies e os processos ecofisiológicos. A comunidade de fauna (fig. 76 à 79) encontrada nestes ambientes costeiros é considerada típica de áreas abertas e por serem ecossistemas relativamente recentes, ela ainda é pouco conhecida e estudada.

Figura 76 à 79 – Fauna silvestre: raposa do campo, jararaca, iguana e filhotes de beija-flor besouro, respectivamente.



Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.

64 *Hotspot*, de acordo com o conceito utilizado pela organização Conservação Internacional, é toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada *Hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. Este conceito foi criado, em 1988, pelo ecólogo inglês Norman Myers, para determinar as áreas mais importantes para preservação da biodiversidade no planeta Terra (<http://www.conservation.org.br>).

65 Na biologia o termo endemismo (do grego *endemos*, ou seja, indígena) é utilizado para grupos taxonômicos que se desenvolveram numa região restrita. Em geral o endemismo é resultado da separação de espécies, por mecanismos de isolamento, alagamentos ou movimentação de placas tectônicas, que passam a se reproduzir em regiões diferentes, dando origem a espécies com formas diferentes de evolução.

Ainda assim, estudos desenvolvidos no Litoral Norte baiano,<sup>66</sup> a partir da década de 1980 e, sobretudo, nos últimos dez anos, facilitaram uma melhor compreensão a respeito da dinâmica ambiental, da fauna e da sua relação com o meio, revelando a importância ecológica daquela região.

Vale destacar a necessidade de uma atenção particular para as espécies consideradas ameaçadas de extinção, a exemplo do lagarto do Abaeté (*Cnemidophorus abaetensis*) (fig. 80), uma espécie endêmica das restingas do Litoral Norte (COUTO-FERREIRA et al, 2011, p.1994) e a aranha marrom (*Phoneutria bahiensis*), endêmica para o Estado da Bahia (BRAZIL et al, 2009, p.33) – ambas presentes na lista do Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA, 2003) e na Lista Vermelha da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 2007), com escassas informações sobre suas características biológicas. Também consideradas ameaçadas, ocorrem naquela região os representantes da mastofauna (mamíferos): ouriço caixeiro (*Chaetomys subspinosus*) (fig. 81) e preguiça de coleira (*Bradypus torquatus*) (ICMBIO, 2011, p.98).

Figuras 80 e 81 – Fauna ameaçada de extinção: lagarto do Abaeté e ouriço caixeiro,



Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2009.

A presença destas espécies destaca a fragilidade ambiental dos ecossistemas daquela zona litorânea – o que deveria demandar das autoridades governamentais

---

<sup>66</sup> Destacam-se entre os principais estudos para o Litoral Norte: Pinto, Bautista e Ferreira, 1984; Queiroz, 2001, 2007; Menezes, 2007; Menezes et al, 2007; Menezes et al, 2009; Silva e Menezes, 2012; Lima, 2010; Maia e Santos, 2009; Tinoco, 2011; Couto-Ferreira et al, 2011; Marques et al, 2011.

competentes diplomas de proteção e mecanismos de licenciamento e fiscalização cada vez mais rigorosos.

Tinoco (2011, p.1) comenta que o Litoral Norte baiano é um dos últimos refúgios de biodiversidade do estado e, provavelmente, um dos quatro mais importantes do país, dados que chamam a atenção para a importância biológica da região. Tinoco, Carvalho e Mota (2011, p.374) atribuem à disponibilidade de recursos, especialmente frutos, o principal fator que determina a riqueza das espécies animais (fig. 82 à 89) ao longo daquela restinga, aliada a estrutura da vegetação das formações vegetais, evidenciando a necessidade de um manejo adequado da paisagem para manutenção da diversidade faunística.

Figura 82 à 89 – Fauna da restinga da área de estudo: cainana, armadeira, cágado, papa-pinto, jararaca, corre-campo, escorpião, coruja-buraqueira (respectivamente).



Fonte: Acervo pessoal de Márcio Tavares, 2010.

Menezes et al (2009, p.45) caracterizam aquela região como uma estreita faixa de planície quaternária,<sup>67</sup> com aproximadamente 5 km de largura, formada por aproximadamente 200 km de restinga. Segundo os autores, a geomorfologia costeira do Litoral Norte do Estado da Bahia é fundamental na influência da formação das diferentes fitofisionomias da restinga local. Eles apontam a existência de Restingas em Moitas, Matas de Restinga, Matas de Duna e Matas Periodicamente Alagáveis.

Tomando como base o meio físico, Lyrio (1996, p.30-5) identificou e mapeou seis unidades físicas ambientais que compõem o Litoral Norte, cuja distribuição espacial está relacionada à história geológica de oscilações do nível do mar e de mudanças climáticas do período Quaternário, sendo estas: Formação Barreiras e São Sebastião; Embasamento Cristalino; Terraços Marinhos Pleistocênicos; Dunas; Terraços Marinhos Holocênicos; Terras Úmidas (lagoas, brejos e manguezais).

A partir de critérios como representatividade, importância ecológica, extensão e ocorrência de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção, o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA Litoral Norte da Bahia – PRODESU (BAHIA-CONDER, 2001, p.28-31) apontou dez áreas prioritárias para preservação e conservação, denominadas *Top Ten* do Litoral Norte. Abrangem remanescentes florestais e ecossistemas únicos, formados especialmente por zonas úmidas, restingas, dunas e recifes de corais. No mesmo trecho recortado para a presente dissertação, o PRODESU identificou como áreas prioritárias: sistema de restinga e dunas de Santo Antonio, associado aos rios Santo Antonio e Imbassaí; remanescentes de Mata Atlântica em Sapiranga e Camurugipe, associados ao Rio Pojuca.

Na tentativa de realizar uma avaliação da qualidade ecológica da APA do Litoral Norte, integrando os principais elementos de cobertura vegetal e principais usos do solo, o Diagnóstico Socioambiental do Projeto de Gerenciamento Costeiro – GERCO

---

<sup>67</sup> As planícies quaternárias marinhas correspondem às áreas de planícies marinhas compostas por sedimentos arenosos de idade quaternária, que sofrem influência direta do mar. Este ambiente propicia a ocorrência de solos arenosos com predominância de quartzo, baixo teor de matéria orgânica e de nutrientes. A disponibilidade de água depende da granulometria das areias que, quanto mais finas, maior a disponibilidade de água para as plantas.

(BAHIA-SEMARH, 2003, p.67-85) mapeou as seguintes tipologias de cobertura vegetal: floresta primária; floresta em estágio avançado a médio de regeneração e matas ciliares; floresta em estágio inicial de regeneração; manguezal; brejos; restingas; áreas de reflorestamento (silvicultura); agropecuária e cultura de coco; áreas desmatadas.

O Sistema de Informações Geográficas para o Suporte à Gestão e ao Monitoramento do Litoral Norte do Estado da Bahia (BAHIA-SEMARH, 2006, p.3-11), estudo do GERCO que foi elaborado pelo geólogo José Maria Landim, identificou e mapeou as principais unidades geológica-geomorfológica-ambientais e ecossistemas costeiros.<sup>68</sup> No citado trabalho foram identificados e quantificados os ecossistemas de restingas, dunas (tipos frontal e *blow-out*<sup>69</sup>), Mata Atlântica, zonas úmidas, manguezais, recifes de coral, praias arenosas e costões rochosos inseridos na área de estudo, os quais também são encontrados ao longo de todo o Litoral Norte.

Além dos estudos supracitados, no decorrer da presente pesquisa foram identificadas outras novas unidades fitofisionômicas (descritas a partir de estudos florísticos, fitossociológicos e fisionômicos da cobertura vegetal).<sup>70</sup> Tais descobertas revelaram aspectos peculiares (endemismos, relações ecológicas) das formações da restinga que contribuíram fundamentalmente para a inserção de programas de resgate e monitoramentos da fauna e da flora nos processos de licenciamento para os empreendimentos.

No momento em que foram levantados os dados para o mapeamento hídrico do espaço recortado (fig. 90), detectou-se que no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da APA/LN só constavam os rios Pojuca, Imbassaí e Sauípe. Curiosamente, grande parte das zonas úmidas e dos rios, presentes naquele espaço, não está registrada nos mapas oficiais que representam os ecossistemas e a hidrografia

---

<sup>68</sup> Vale ressaltar que a área recortada espacialmente por Landim, coincide com o espaço aqui estudado.

<sup>69</sup> O termo *blow out* é utilizado para descrever uma depressão ovalada formada como resultado de erosão eólica sobre um depósito de areia pré-existente, principalmente onde a cobertura vegetal foi destruída ou perturbada.

<sup>70</sup> Conforme está citado na introdução deste trabalho, os estudos referentes às unidades fitofisionômicas da restinga naquela área foram realizados pela autora em um período anterior ao desenvolvimento desta pesquisa.

daquela área. Pode-se dizer, portanto, que a cartografia expondo estes itens, de grande importância para o planejamento de uso e ocupação do solo, está sendo apresentada pela primeira vez neste estudo.

Na nova carta hidrográfica elaborada através desta pesquisa (fig. 90), observa-se que aquela área é composta por rios, riachos, além da presença marcante de zonas úmidas<sup>71</sup> em toda a sua extensão territorial, que contam com uma faixa de 30 m (quando localizadas em áreas urbanas consolidadas) ou 100 m (quando localizadas em áreas rurais) de suas margens de Área de Preservação Permanente (APP)<sup>72</sup>.

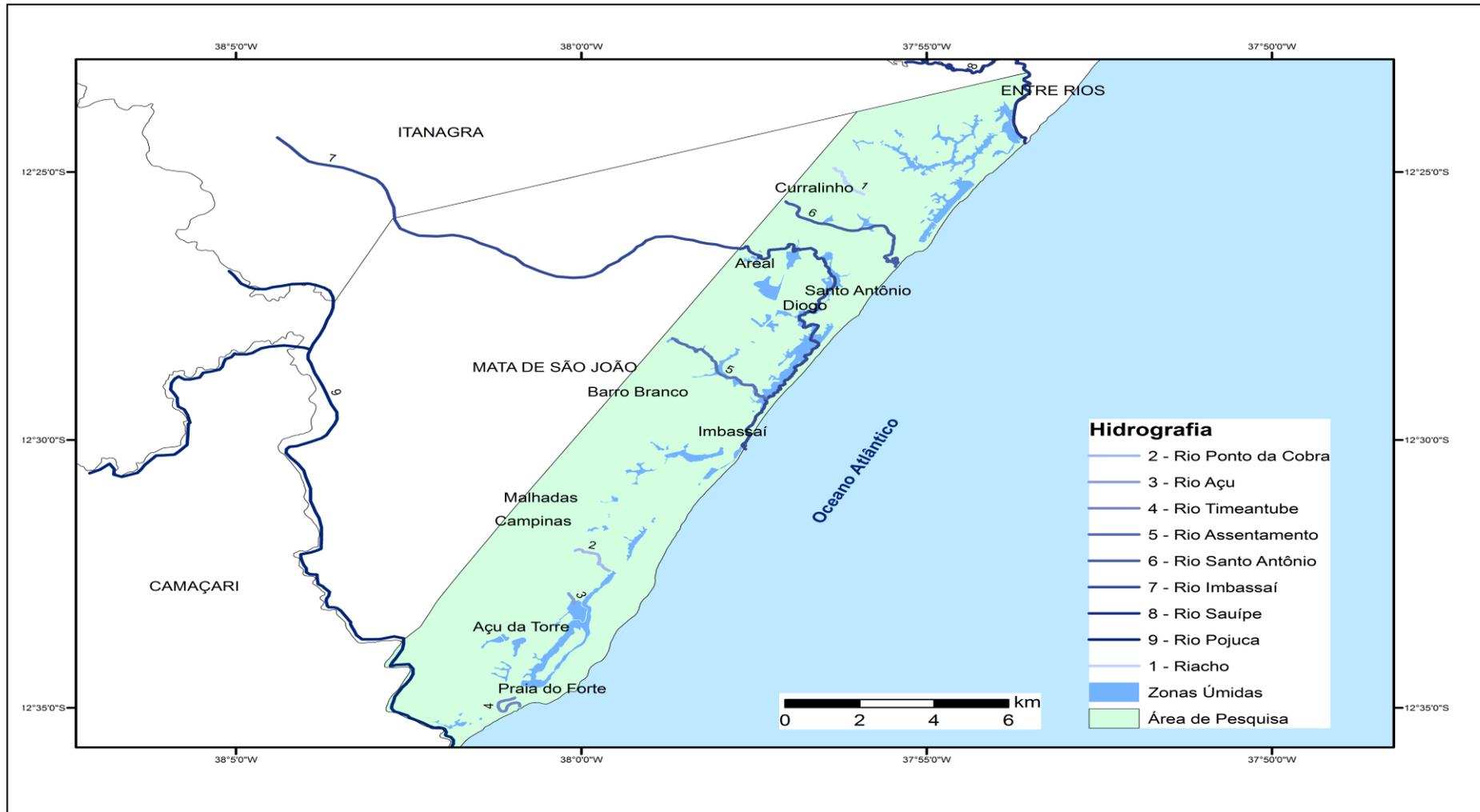
Cabe ressaltar que ao serem mapeados os rios que cortam aquele litoral, os quais ainda não haviam sido georreferenciados anteriormente, utilizou-se para identificá-los no mapa construído, a nomenclatura adotada pela população local que os “batizou”, a exemplo dos rios: Ponto da Cobra, Timeantube, Assentamento e Santo Antônio.

---

71 Sob a denominação de zonas úmidas, consideram-se neste trabalho as lagoas, os brejos e os manguezais.

72 As Áreas de Preservação Permanente são áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.

Figura 90 – Hidrografia da zona costeira de Mata de São João, com destaque para os rios e as zonas úmidas / 2012.



Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Naquela área também foram observados depósitos arenosos (permeáveis) que funcionam como espaços de infiltração das precipitações pluviométricas que alimentam os aquíferos, promovendo assim o aporte de água doce às zonas úmidas que integram o sistema. Contudo, ainda vale registrar que na porção litorânea a presença de um lençol freático muito próximo à superfície ocasiona uma variação sazonal do seu nível, criando, anualmente, partes de zonas úmidas – o que funciona como fator determinante da alta umidade relativa do ar.<sup>73</sup>

Assim, fica evidenciada que a periodicidade com que ocorre o encharcamento das áreas úmidas e a sua respectiva duração são decorrentes principalmente da topografia do terreno, da profundidade do lençol freático e da proximidade de corpos d'água (rios ou lagoas), produzindo em muitos casos um mosaico de formações inundáveis e não inundáveis.

Segundo a *World Wildlife Foundation* (WWF) as áreas úmidas<sup>74</sup> são ecossistemas complexos que abrangem desde as áreas marinhas e costeiras até as continentais e as artificiais. Alguns exemplos são: os lagos; os manguezais; os pântanos; além das áreas irrigadas para agricultura e os reservatórios de hidrelétricas (<http://www.wwf.org.br>).

Situadas em uma interface entre a água e o solo, as zonas úmidas são ecossistemas complexos, pressionados, sobretudo, pela ação direta do homem, decorrente dos processos de ocupação e uso do solo. São ecossistemas que abrigam uma grande variedade de espécies endêmicas, contribuindo substancialmente para a biodiversidade ambiental.

---

73 Vale explicitar que esta condição climática e ambiental favorece o surgimento de diversas espécies vegetais, sobretudo epífitas – plantas que vivem sobre outras plantas, normalmente sobre árvores.

74 A definição do conceito de área úmida surgiu na Convenção de Ramsar. O tratado intergovernamental celebrado no Irã, em 1971, marcou o início das ações nacionais e internacionais para a conservação e o uso sustentável das zonas úmidas e de seus recursos naturais. Atualmente, 150 países são signatários do tratado, incluindo o Brasil. A convenção também classificou as áreas úmidas de importância mundial, os chamados Sítios Ramsar. Existem 1.556 sítios Ramsar reconhecidos mundialmente por suas características, biodiversidade e importância estratégica para as populações locais. Além do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (MT), o Brasil possui outras 7 áreas classificadas como Sítios Ramsar: Estação Ecológica Mamirauá (AM), Ilha do Bananal (TO), Reentrâncias Maranhenses (MA), Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense (MA), Parque Estadual Marinho do Parcel de Manoel Luz (MA), Lagoa do Peixe (RS) e a Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal (MT).

As zonas úmidas acabam por prestar um serviço aos seres humanos, na medida em que regulam os ciclos hidrológicos, ampliando a sua capacidade de retenção de água, o que por outro lado fragiliza ainda mais o ecossistema devido à intensa utilização deste recurso. É justamente devido aos maus usos e à crescente ocupação populacional, com conseqüente aumento da demanda de recursos naturais, que estes ecossistemas se encontram altamente ameaçados hoje em dia, especialmente nos países tropicais. É notório que os recursos hídricos correm sérios riscos de sofrerem secas prolongadas ou até definitivas, caso não sejam adotadas medidas que garantam sua conservação e permanência.

Portanto, a partir da análise do mapa de hidrografia representado na figura 90, verifica-se que na área de estudo, as zonas úmidas e os rios ocupam toda a extensão daquela faixa litorânea, fato que evidencia o seu valor ambiental.

Entre as zonas úmidas identificadas, as lagoas, que podem ser limitadas quase sempre pelos depósitos arenosos característicos da região, são importantes mananciais hídricos superficiais e têm um papel fundamental na manutenção da vida animal de toda a região a exemplo dos aquíferos do Timeantube e Jauara. Observados nas imagens abaixo (fig. 91 à 94), os brejos são áreas sazonalmente alagadiças, decorrentes do escoamento dos aquíferos, tendo uma importante função na regulação do aporte de água doce que vai para os estuários e formam uma vegetação aquática que atua como um filtro biológico.

Nas margens dos rios, observam-se manguezais, a exemplo das margens do Rio Pojuca e do Rio Sauípe, cujas unidades apresentam condições físico-químicas reguladas pela mistura das águas doces, brejosas e salgadas, proporcionando um ambiente ideal para reprodução, abrigo e alimentação de diversas espécies animais.

Figura 91 à 94 – Zonas úmidas localizadas na região entre a Vila da Praia do Forte e a Vila Imbassai.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

No que tange à vegetação, observou-se que as unidades fitofisionômicas encontram-se distribuídas espacialmente, de forma imbricada ou entrelaçada, o que dificulta distinguí-las e mapeá-las em separado. Entre as unidades fitofisionômicas foram identificadas: formações de restinga e cordões de dunas; zonas úmidas (lagoas, brejos e manguezais); zonas de transição para a floresta ombrófila<sup>75</sup>, as quais conferem à região um potencial hídrico.

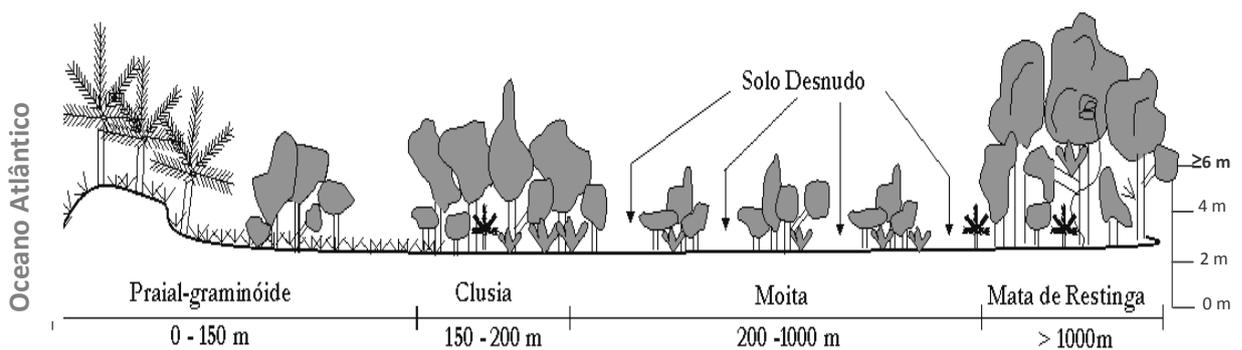
As restingas são dominantes na paisagem da área de estudo, que se configura na sua porção leste, quase na sua totalidade, por cordões de dunas (Áreas de

<sup>75</sup> O termo Ombrófila, de origem grega, foi criado por Elleberg & Mueller-Domboi (1965, p.21-5) para substituir o termo Pluvial (de origem latina), ambos com o mesmo significado “amigo das chuvas”. Sua principal característica ecológica reside nos ambientes ombrófilos, relacionada com os índices termo-pluviométricos mais elevados da região litorânea e da região amazônica. Representa as matas mata perenifólias, ou seja: sempre verde com dossel de até 50 m, com árvores emergentes de até 40 m de altura. Apresenta vegetação densa arbustiva, composta por samambaias, arborescentes, bromélias e palmeiras. As trepadeiras e epífitas (bromélias e orquídeas) cactos e samambaias também são muito abundantes.

Preservação Permanente), também chamadas de terraços marinhos – formações arenosas de alturas variadas criando montes de areia branca que se destacam no cenário verde que lhes rodeia –, ou por formações vegetais colonizando o relevo altiplano. Esta configuração típica de vegetação e relevo apresenta-se como um mosaico de moitas, ou aglomerações de espécies vegetais intercaladas por solo desnudo, quase sempre de areia muito clara. Naquela paisagem ainda surgem pequenos e inúmeros veios de água límpidos, os quais muitas vezes se conectam com os rios para dar origem a extensas lagunas às costas do mar.

Conforme pode ser visualizado no diagrama da figura 95, que apresenta as formações vegetais da restinga identificadas para a área de estudo, em toda a extensão, o coqueiral faz-se presente na linha de praia (*Formação Praial-graminóide*), mantendo sua relação histórica com aquela vegetação, o que determina um contexto pós-colonização a partir da introdução da espécie vegetal exótica coco-da-Bahia (*Cocus nuciferae*) no Litoral Norte. Paradoxalmente, o coqueiral ali presente tornou-se um ícone daquele território, chegando a ser pensado pelos leigos como uma vegetação nativa, uma vez que interage com a paisagem. Todavia, vale esclarecer que, o cultivo do coco-da-Bahia interferiu na dinâmica dos ecossistemas naturais, modificando suas características originais.

Figura 95 – Diagrama de perfil da vegetação encontrada na Restinga da área de estudo.



Fonte: Faria e Menezes, 2002.

Constatou-se que nos primeiros 1000 m de extensão linear, partindo da linha de preamar em direção ao continente, diversos ambientes existentes apresentam

formações vegetais bem distintas, as quais podem ser demonstradas pelo diagrama da figura 95.

Segundo Faria e Menezes (2002, CD-ROM), nesta porção de restinga destacam-se quatro formações vegetais – *Formação Praial-graminóide*, a *Formação Aberta de Clusia*, *Formação Aberta de Restinga em Moitas* e a *Mata de Restinga* – com ocorrências de espécies diferentes em cada ambiente, mantendo uma relação estreita em termos faunísticos e florísticos.

Foi possível observar que a *Formação Praial-graminóide*, que se inicia logo após a zona de maré, é uma vegetação nativa de pequeno porte formando um “embaraçado” e denso sistema de caules prostrados, intercalado por áreas de solo desnudo. Marcada pela presença do coqueiral, paisagem predominante e característica do litoral da Bahia (fig. 95 e 96), a formação vegetal apresenta diversidade de espécies reduzida quando comparada às outras formações.

Figura 96 – *Formação Praial-graminóide*, associada ao coqueiral, localizada na área entre a Vila da Praia do Forte e a Vila de Imbassaí.



En Fonte: Acervo da autora, 2011.

ela ocupação turística e imobiliária (devido à sua localização privilegiada pelo fato de ser a área mais próxima ao mar com autorização legal para edificações), a *Formação Aberta de Clusia*, surge

abruptamente após a *Formação Praial-graminóide*. Sua fisionomia apresenta-se como uma faixa contínua, alta e densa, quase que impenetrável, paralela à costa, com aproximadamente 30 m de largura (FARIA e MENEZES, 2002, CD-ROM).

A *Formação Aberta de Clusia* também é marcada por árvores frutificas – grandes cajueiros (fig. 97), mangabeiras (fig. 98) e outras espécies típicas desta região, as quais guardam uma relação profunda com os hábitos e algumas atividades de subsistência das populações locais.

Figuras 97 e 98 – Ramos férteis da flora nativa, cajueiro e mangabeira (respectivamente).



Fonte: Acervo da autora, 2010.

A *Formação Aberta de Restinga em Moitas* (fig. 99 e 100) aparece logo em seguida à *Formação Aberta de Clusia* e apresenta-se como um mosaico de moitas, de aspecto arbustivo baixo com dossel aproximado de 4 m, separadas entre si por corredores de vegetação herbácea, areia desnuda ou indivíduos isolados da palmeira acaule endêmica para o Litoral Norte, caxulé (*Allagoptera brevicallyx*).

Figuras 99 e 100 – *Formação Aberta de Restinga em Moitas* e *Allagoptera brevicallyx* (respectivamente).



Fonte: Acervo da autora, 2010.

Cada moita obedece a um padrão fisionômico bem definido nesta formação, onde *Tabebuia elliptica* (espécie endêmica) e *Manilkara salzmanii* são dominantes no dossel, especialmente *Tabebuia elliptica*, que ocupa localização central e bem destacada na moita (FARIA e MENEZES, 2004, CD-ROM).

É grande a variedade de orquídeas, de bromélias e de cactos, além de uma infinidade de flores e de frutos, utilizados pela fauna nativa a exemplo do cambuí (*Myrciaria floribunda*). Esta *Formação Aberta de Restinga em Moitas* é marcada pela ocorrência de afloramentos de água, devido ao lençol freático pouco profundo, onde se formam extensas zonas úmidas. A presença da espécie subarbusciva *Comolia ovalifolia* é indicativo destas zonas periodicamente alagáveis, locais onde a percolação das águas pluviais ocorre rapidamente, possibilitando o seu afloramento nas estações chuvosas.

De grande importância na dinâmica ambiental daquela região, a *Mata de Restinga* destaca-se e marca o início das formações florestais (fig. 95, p.151). Remanescentes de *Mata de Restinga* encontram-se ligados ao complexo de lagoas do Timeantube e da Jauara.<sup>76</sup> Neste ambiente, o porte das árvores chega a 15 m, entremeando-se com as moitas da *Formação de Restinga*, por vezes indo ao sopé

<sup>76</sup> As lagoas fazem parte da região localizada entre as Vilas da Praia do Forte e Vila de Imbassaí. Formam-se sob a influência do aquífero do Timeantube, o qual cobre extensa área alagável, e são alimentados pelo Rio Açú.

das dunas. Após a *Mata de Restinga* surge uma vegetação que denota a transição de características do solo com a presença de argila – típicos da Formação de Barreiras<sup>77</sup>. Trata-se da zona de transição para a Floresta Ombrófila, com a ocorrência de árvores com porte de 20 m a 30 m de altura,<sup>78</sup>. Os remanescentes de Mata de Restinga e de zona de transição aparecem mais frequentemente com o distanciamento do mar, formando extensas áreas.

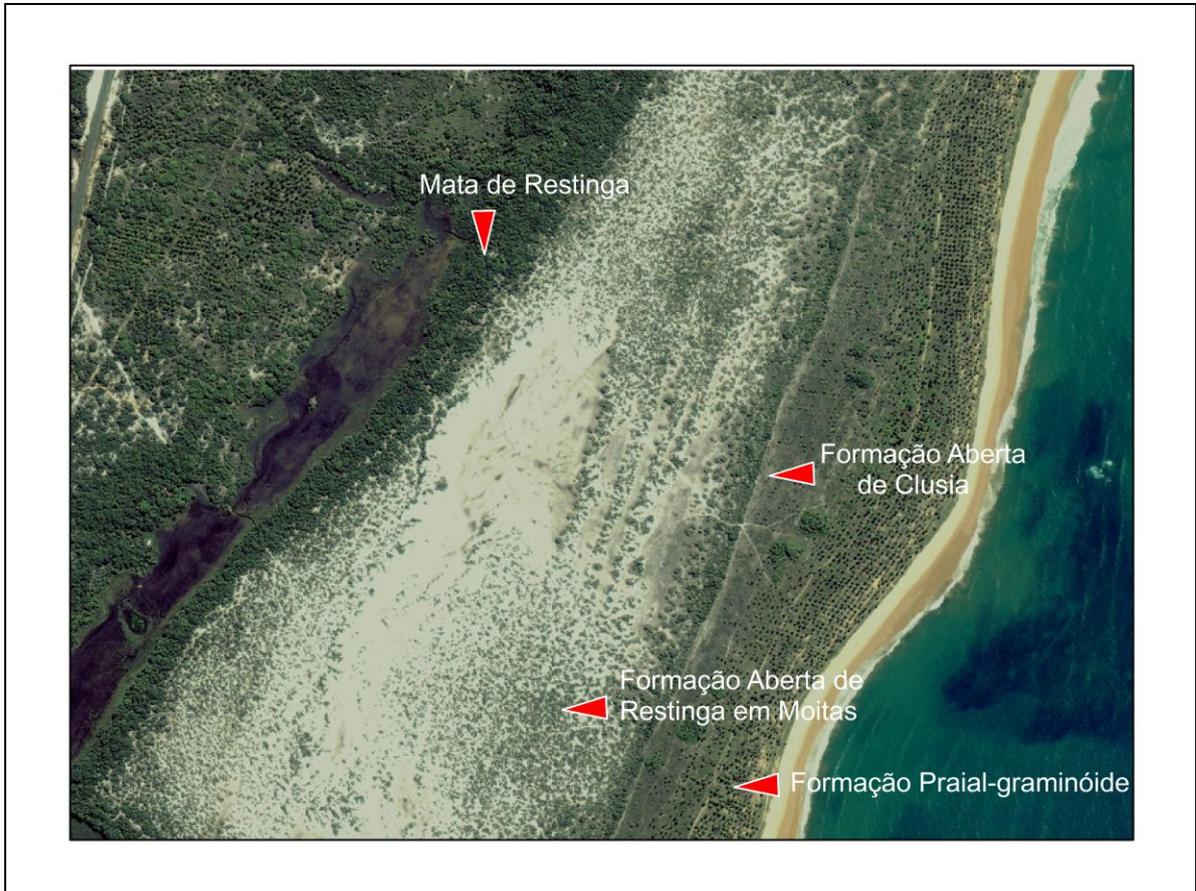
Conforme também pode ser visualizado no recorte da imagem aérea de 2003 (fig. 101), no trecho da restinga localizado entre a Vila da Praia do Forte e a Vila de Imbassá, as formações da restinga encontram-se distribuídas da preamar em direção ao continente sob um solo arenoso. Vale salientar que parte da área recortada abaixo, atualmente sofreu intervenções antrópicas para construção do Complexo Hoteleiro e Residencial Iberostar, de acordo com o que será demonstrado no Capítulo V deste trabalho.

---

77 A Formação Barreiras, cuja idade tem sido atribuída ao Mioceno, é a unidade estratigráfica constituída de depósitos sedimentares de origem predominantemente continental. Seus depósitos afloram ao longo da costa brasileira, desde o Estado do Rio de Janeiro até o Estado do Amapá (LIMA, 2010, p.140).

78 Predominam as árvores de maior porte, próximas aos rios Pojuca, Açú, Timeantube, Imbassá e Sauípe, as quais não representam a totalidade dos aquíferos da região, pois inúmeros riachos cortam a vegetação litorânea fazendo ligação com o oceano não foram mapeados até então. Destacam-se ao sul os remanescentes da Sapiranga e do Camurugipe e pelo extremo norte as matas conjugadas ao manguezal do Rio Sauípe, próximo à sua foz.

Figura 101 – Imagem aérea representando as formações da restinga da área de estudo  
Bahia – 2012



Fonte: INEMA, 2003.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

A flora da restinga, conforme se observa nas imagens que se seguem (fig. 102 à 109), além de diversificada, apresenta uma dinâmica de cores que compõe a paisagem litorânea. Com floradas sazonais que ocorrem, sobretudo, nas estações da primavera e do verão, representando grandes atrativos para a fauna polinizadora.

Figura 102 à 109 – Flora da restinga da área de estudo: *Aechmea* sp., *Cyrtopodium* sp., *Comolia ovalifolia*, *Tabebuia elliptica*, *Achmea* sp., *Hohenbergia litoralis*, *Melocactus violaceus*, *Epidendrum cinnabarinum* (respectivamente).



Fonte: Acervo da autora, 2008.

Observa-se na área recortada neste estudo uma fragilidade ambiental devido à presença de cordões de dunas, zonas úmidas em toda sua extensão, formações de restinga e fragmentos florestais em diferentes estágios de sucessão<sup>79</sup>.

Dentre as pressões antrópicas que produzem impactos ambientais aos ecossistemas supracitados, ressaltam-se aquelas que são decorrentes do processo de uso e ocupação do solo: concentração fundiária; especulação imobiliária, turismo e urbanização.

Como resultado de atividades humanas, tais pressões produzem impactos ambientais que podem causar significativas e irreversíveis alterações no meio ambiente.

Na área de estudo foram constatados como impacto ao meio ambiente: a supressão e introdução de elementos no ambiente natural, introdução de novos elementos, além da introdução de fatores de estresse acima da capacidade de suporte do meio, promovendo desequilíbrios.

---

<sup>79</sup> O estudo científico da sucessão inicia-se no final do século XIX. O conceito de sucessão vegetal foi desenvolvido pelo ecólogo norte-americano Frederic Clements, cuja teoria dominou a cena da ciência da botânica na América do Norte na primeira metade deste século. Clements conceitua sucessão como um processo altamente ordenado e previsível, no qual mudanças na vegetação representam a história de vida de uma comunidade vegetal. Desta forma, a comunidade vegetal é tratada como um organismo, que nasce, cresce, atinge maturidade e morre. A partir de diferentes pontos de partida, determinados, por exemplo, pelo tipo de substrato e distúrbio, as comunidades tenderiam a convergir através de sucessão em direção a uma vegetação clímax com características unicamente definidas pelo clima regional. Na visão contemporânea da dinâmica da vegetação não há a pressuposição absoluta de estabilidade ambiental do sítio nem a definição a priori de um estágio final da sucessão; ao contrário, dá-se ênfase à observação de distúrbios frequentes, repetidos e da variação contínua da vegetação, em várias escalas de tempo e de espaço. O termo "sucessão" ou "desenvolvimento da comunidade" usualmente designa sucessão progressiva, que indica uma série de estágios ou um contínuo a partir de uma comunidade inicial pioneira até uma comunidade bem desenvolvida, talvez estável (PILLAR, 1994, p.1).

#### **4.6.1 Concentração fundiária**

Dentre as pressões antrópicas que tiveram um papel significativo na transformação do ambiente natural vale mencionar a concentração fundiária estabelecida na área deste estudo, que se mantém desde o período colonial. A ocupação progressiva do território baiano, sobretudo no Litoral Norte, sempre se constituiu em uma ação mercantilista, baseada nas grandes propriedades. Percebe-se que fatores econômicos e naturais como clima, relevo, recursos hídricos foram fundamentais e decisivos na determinação da estrutura fundiária daquela região. Inclusive, segundo Silva e Mendes (1998, p.2-4), entre 1960 e 1985, o Litoral Norte figurava entre as regiões com maior índice de concentração de terras da Bahia.

Esta forma tradicional de se estabelecer limites territoriais possibilitou que grandes áreas fossem adquiridas pelas empresas de “reflorestamento” e por empresários do mercado imobiliário, da construção civil e do turismo. Todavia, na face oeste da Linha Verde, algumas dessas áreas onde se desenvolviam atividades de “reflorestamento”, mais tarde foram abandonadas e ocupadas por moradores locais que passaram a loteá-las e vendê-las a preços totalmente díspares das áreas negociadas na face leste da rodovia.

Em paralelo, observa-se que diversas fazendas voltadas à criação de gado também se estabeleceram naquela área através da aquisição de grandes propriedades, onde extensas áreas de mata foram suprimidas e substituídas por pastagens.

#### **4.6.2 Turismo e especulação imobiliária**

Sabe-se que o turismo e a especulação imobiliária emergiram no Litoral Norte a partir de uma longa trajetória, desencadeada à medida que a infraestrutura foi implantada e aperfeiçoada – estrada, novos acessos, abastecimento de água e energia elétrica, além da expansão do comércio e dos serviços.

Contudo, deve-se considerar que pelo fato do turismo na região ter seu ápice de concentração durante a estação do verão, a sazonalidade é um fator preponderante na dinâmica econômica e ambiental regional. Os fluxos intensificados de visitantes, em busca de lazer e entretenimento, proporcionados pela indústria turística, se transformou num dos principais agentes modificadores desta dinâmica.

De uma maneira generalizada, pode-se dizer que as localidades litorâneas constituem os pólos receptores de turismo, enquanto as interioranas formam os pólos emissores. Neste contexto, a cidade do Salvador desempenha forte papel de pólo emissor em relação ao Litoral Norte, onde Mata de São João ocupa uma posição de destaque. Os fluxos temporários mais significativos iniciaram-se quando os moradores de Salvador começaram a se deslocar em busca de lazer. No caso do Litoral Norte, num primeiro momento, ainda na década de 1970, se estabeleceram como veranistas, movimentando o comércio local, incrementando a especulação imobiliária e o aumento do custo de vida. Posteriormente, com a melhoria do acesso rodoviário decorrente da implantação da Linha Verde, proliferaram os hotéis e as pousadas com a estruturação de um outro tipo de turismo (GAIA, 2004).

Sobre as transformações socioambientais desencadeadas com a ampliação da BA-099, Queiroz e Almeida (1997, p.75-6) alertaram para a explosão de loteamentos na porção inicial da rodovia, sem fiscalização por parte dos poderes públicos, o que permitiu entre outras coisas a invasão de áreas de domínio público e de preservação permanente, a exemplo das margens de manguezais. Pereira (2008, p.263) complementa esta análise, ao demonstrar que os referenciais de paisagem foram completamente desconhecidos pelo traçado da estrada “que rompe com morros como se fossem obstáculos a ultrapassar e não oferece o espaço às suas margens como objeto de fruição”.

É possível perceber que a nomenclatura de batismo da rodovia “Linha Verde” não confere a identidade pretendida e que ainda persiste no imaginário das pessoas que transitam por aquele território, considerado um paraíso ecológico. Não existem sinalizações específicas, ou corredores para a proteção e para o trânsito da fauna

silvestre onde se observam constantes atropelamentos de animais naquela estrada, os quais não são monitorados ou quantificados.

No mundo contemporâneo, o estresse das cidades tem levado as pessoas a empreenderem deslocamentos para paraísos naturais, em busca de manter contato com a natureza e fugir da rotina urbana (MELLO, 2011, p.108-9). Além das pessoas que habitualmente veraneiam ou passam os finais de semana no Litoral Norte, é crescente o número daquelas que desempenham atividades profissionais na Cidade do Salvador e optam por residir em condomínios fechados ao longo da Linha Verde. Todavia, apesar da infraestrutura criada naquela área litorânea especificamente para atender às solicitações de turistas e novos habitantes, ainda ocorrem frequentes problemas relacionados ao saneamento básico – abastecimento de água, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos.

Segundo Sacramento (2009, p.203-5), em Mata de São João 66,7% da população é atendida pela rede pública de abastecimento de água, 25,9% é abastecida por poço ou nascente e o restante de 7,4% por outras formas de abastecimento. Embora os dados revelem que a maior parte da população recebe o atendimento da rede pública, é possível constatar que a irregularidade do sistema abastecimento de água é um problema para a população local, ocorrendo frequentes interrupções no fornecimento para os moradores das comunidades situadas na zona rural, prejudicando a população nativa que ocupa espaços localizados na face oeste da rodovia, em prol dos grandes complexos hoteleiros e residenciais de alto luxo.

Dentre as ações de saneamento básico, entendidas fundamentalmente como de meio ambiente, o gerenciamento de resíduos e efluentes representa um dos aspectos mais complexos para aquela região. Inclusive, vale destacar que já não são mais permitidas pela legislação brasileira as descargas de resíduos sólidos e efluentes no solo, em cursos d'água e nos oceanos, sem medidas adequadas de proteção ambiental.

O gerenciamento integrado de resíduos deve ser considerado como o conjunto articulado entre planejamento, ações normativas, operacionais e financeiras

desenvolvidas com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos para atender às diretrizes constantes da Política Nacional dos Resíduos Sólidos,<sup>80</sup> a qual incumbe os municípios pela gestão integrada dos resíduos gerados no seu território.

Contudo, Mata de São João não dispõe de um sistema de coleta seletiva, nem de disposição final próprio. Os resíduos gerados nos povoados, vilas, residências, pousadas, hotéis, restaurantes, são encaminhados ao Aterro Sanitário de Sauípe localizado no município de Entre Rios e ao Aterro Sanitário da Limpeza Pública de Camaçari (LIMPEC), sem nenhum tipo de segregação ou tratamento prévio.

Embora Mata de São João represente o município com maior fluxo turístico e densidade demográfica do Litoral Norte, a sua gestão administrativa não desenvolveu projetos de coleta seletiva visando a reciclagem e o reaproveitamento dos resíduos passíveis deste tipo de tratamento. Naquele município, apesar dos dados coletados pelo Sistema de Informação de Atenção Básica – Situação de Saneamento no Estado da Bahia (SACRAMENTO, 2009, p.211) demonstrarem que 60,6% da população é atendida pelo serviço de coleta de resíduos municipal, não são utilizadas alternativas de tratamento como a incineração ou usinas de compostagem e reciclagem de resíduos, ainda que as tecnologias mais recentes de gestão enfatizem a redução na origem, a segregação e a reciclagem.

A gestão de resíduos ainda se torna mais ineficiente quando se observa que 29,3% da população queimam ou enterram os resíduos, enquanto o percentual de 10,1% utiliza como alternativa da destinação dos resíduos o lançamento a céu aberto (SACRAMENTO, 2009, p.210-1).

Além dos moradores locais e dos veranistas habituais, durante a alta estação, o número de pessoas que utilizam os serviços de infraestrutura cresce vertiginosamente. Conforme Amaral (2012, p.226), atualmente o Município de Mata de São João dispõe de 9.399 leitos de hotel, o que chega a representar um

---

<sup>80</sup> Lei Federal nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, Capítulo II, Seção IV - Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Art. 18.

acréscimo de 25% de usuários. Os fluxos sazonais de pessoas<sup>81</sup> que transitam no município evidenciando a falta de planejamento nos processos de urbanização, sobretudo das questões ambientais, trazem riscos e consequências não só para o meio ambiente, mas também para as comunidades de moradores nativos. Deveria ser exigido, além do manejo adequado dos recursos naturais, um controle rígido a fim de evitar a degradação ambiental e da poluição dos aquíferos e do solo.

No que tange ao esgotamento sanitário, Sacramento (2009, p.208-9) evidenciou que o serviço da rede pública abarcava somente 18,1% da população, enquanto a maior proporção da população (59,3%) possuía o sistema de fossa como solução para o despejo de seus efluentes. O restante da população (22,6%) lançava seus dejetos a céu aberto.

Atividades rurais e construções de empreendimentos turísticos e imobiliários promovem extensa degradação ambiental através da ocupação de áreas de preservação permanente – dunas, florestas primárias, manguezais, praias, margens de rios e lagoas. Em paralelo, enquanto são instaladas pedreiras para extração sobretudo de areia, desenvolvem-se as pseudo-atividades de “reflorestamento” voltadas à plantação de pinheiro (*pinus*) e eucalipto, que têm a tendência de empobrecer e secar o solo.

Assim, os processos de urbanização decorrentes da especulação imobiliária e da indústria turística, produzem os três principais impactos ambientais: supressão de elementos do ambiente – vegetação, aterramentos de margens de zonas úmidas e descaracterização da paisagem; introdução de equipamentos e construções; introdução de fatores de *stress* – aumento da geração de resíduos e da produção de efluentes, geralmente com descargas inadequadas e ampliação da demanda por recursos naturais.

Ao abordar os efeitos das densidades hoteleiras e da urbanização sobre a paisagem natural no trecho do Litoral Norte denominado “Forte-Sauípe”, Pereira (2008, p.263-

---

81 Cabe colocar que, segundo o jornal Folha de São Paulo de 02/12/2012, turistas insatisfeitos com os problemas urbanos da capital baiana (trânsito, sujeira, violência), têm migrado para outros destinos turísticos como a Praia do Forte, o que provocou o aumento da taxa de ocupação dos hotéis nesta localidade.

4) evidencia que os referenciais de paisagem foram desconstruídos com as recentes instalações. Para a autora (ibidem), alguns instrumentos de ordenamento territorial, a exemplo do Plano de Manejo da APA/LN, valorizaram os aspectos funcionais dos ecossistemas e a paisagem é tratada apenas no âmbito do paisagismo.

Segundo Guattari (2009, p.7), paralelamente aos desequilíbrios ecológicos que convivem e são uma contrapartida às intensas transformações técnico-científicas e urbanas, os modos de vida humanos individuais e coletivos estão num processo progressivo de deterioração. Para o autor (idem, p.8) o consumo da mídia que promove uma espécie de padronização dos comportamentos transforma, por exemplo, o turismo numa viagem sem sair do lugar, convivendo com as mesmas redundâncias/difusões de imagens e comportamentos.

Sob outro viés, Alencar (2008, p.70-3) também alerta para a necessidade de conservar os bens naturais ao pontuar que, no entendimento da visão econômica, a natureza deve ser tratada como produto da indústria do turismo e que, baseado na lucratividade, propõe-se a destruição do espaço natural para que este seja atrativo e competitivo em relação aos outros espaços a fim de captar investimentos.

Nesta perspectiva, embora as políticas públicas muitas vezes se empenhem em angariar as tradicionais vantagens competitivas vinculadas aos recursos naturais, diversificando e ampliando a infraestrutura de uma zona, compreende-se que enquanto não for mensurada a capacidade de suporte dos lugares, além de definidos os limites e condições satisfatórias para instalação de cada projeto urbano ou empreendimento, governos e empresários continuarão desenvolvendo projetos desvinculados das comunidades nativas e do meio ambiente, o que resultará em medidas insuficientes para promover o desenvolvimento de um território.

## **CAPÍTULO V**

### **Intervenções e impactos no ambiente**

#### **5.1 Intervenções antrópicas na zona costeira de Mata de São João**

Os impactos ambientais causados pelo processo histórico de intervenções humanas sobre a zona costeira do Litoral Norte baiano são preocupantes, face à velocidade com que ocorreram, sobretudo a partir da década de 1990, com o advento da Linha Verde (BA-099) – principal eixo viário que determinou vetores da expansão litorânea ao longo das duas faces contíguas à rodovia, a partir da qual foram introduzidas novas dinâmicas econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Mata de São João corresponde ao primeiro município daquele litoral, abrigando, inclusive, a localidade âncora do turismo na Região da Costa dos Coqueiros – a Vila da Praia do Forte –, que foi um importante pólo capitaneador dos investimentos turísticos e imobiliários para o litoral matense.

Observa-se que a regionalização, proposta pelo Governo do Estado da Bahia através do PRODETUR, ao eleger a Costa dos Coqueiros como um dos principais destinos turísticos do estado, baseou-se estritamente na dimensão econômica e utilizou-se dos atributos naturais da região para fomentar a crescente especulação imobiliária – responsável por severos impactos ambientais.

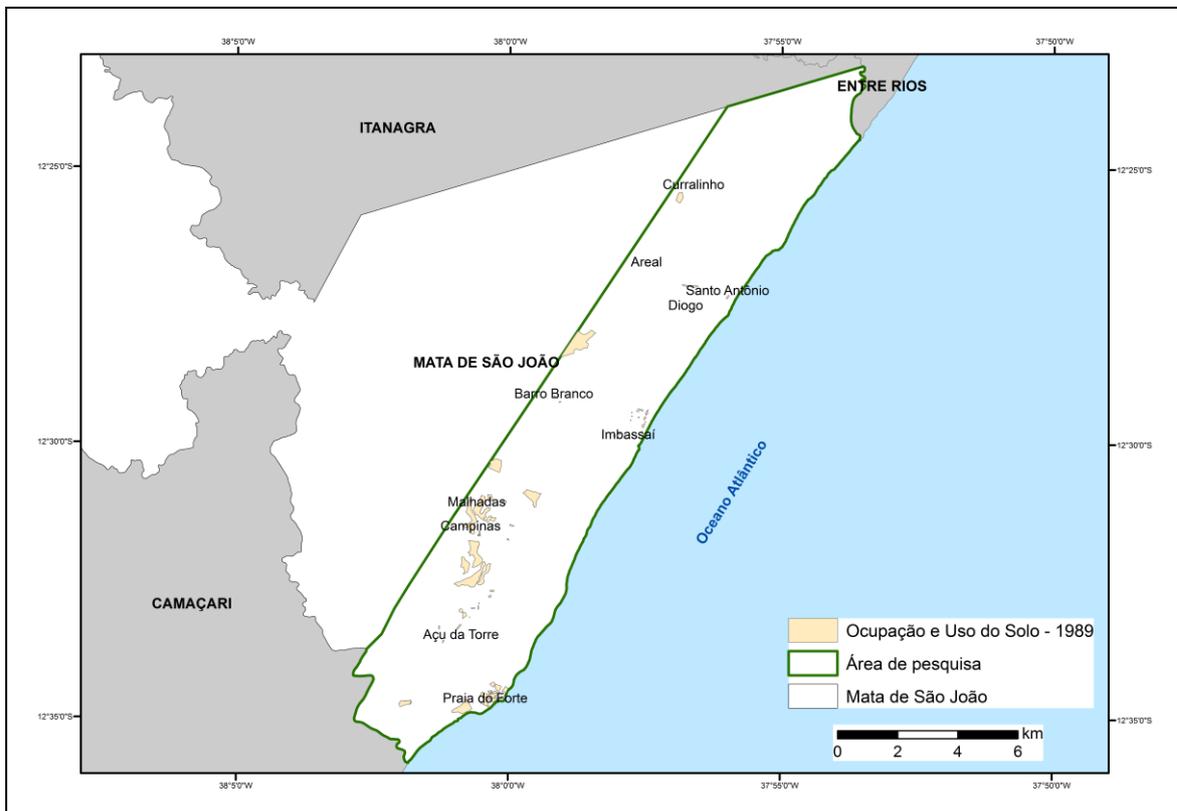
Todo tipo de regionalização, na visão de Haesbaert (2010, p.230), é um ato de poder, tendo em vista que significa também o poder de recortar, classificar e nomear segundo critérios, estratégias próprias de um contexto histórico, político e econômico que viabilizem a lógica de expansão capitalista em unir territórios em nome de um potencial financeiro de gerar lucro, arrecadar impostos e taxas por parte dos governos.

Tomando por base esta dinâmica de apropriação, foram analisadas as áreas associadas às atividades de uso e ocupação do solo que potencializaram as

pressões sobre os ambientes costeiros e produziram impactos ambientais negativos àquele território.

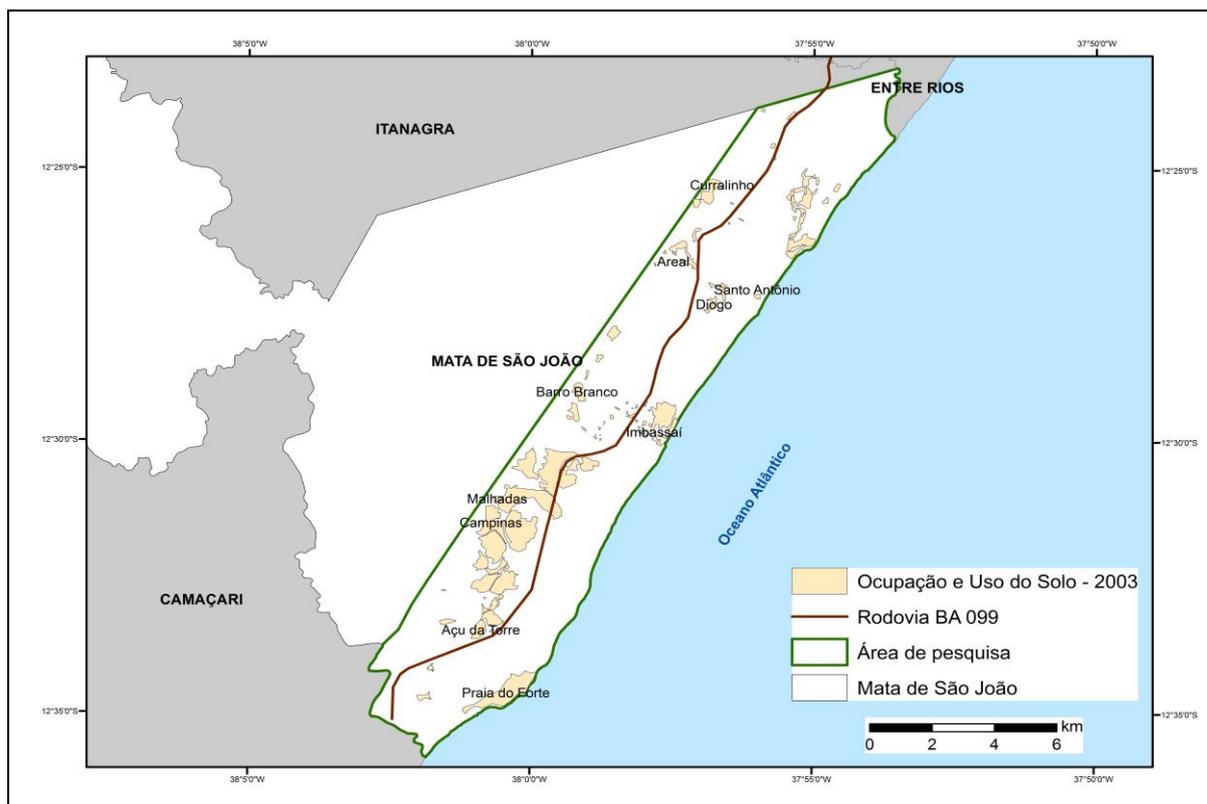
Conforme pode ser observado nos mapas construídos especificamente para este estudo, trazendo informações inéditas, o processo de ocupação e uso do solo da zona costeira de Mata de São João (fig. 110 à 112) não ocorreu numa escala espaço-temporal contínua, homogênea ou linear. Destaca-se aqui a ocupação rarefeita e de baixíssima densidade que existia até o ano de 1989 naquela área, conforme se observa no mapa apresentado na figura 110.

Figura 110 – Ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João Bahia – 1989



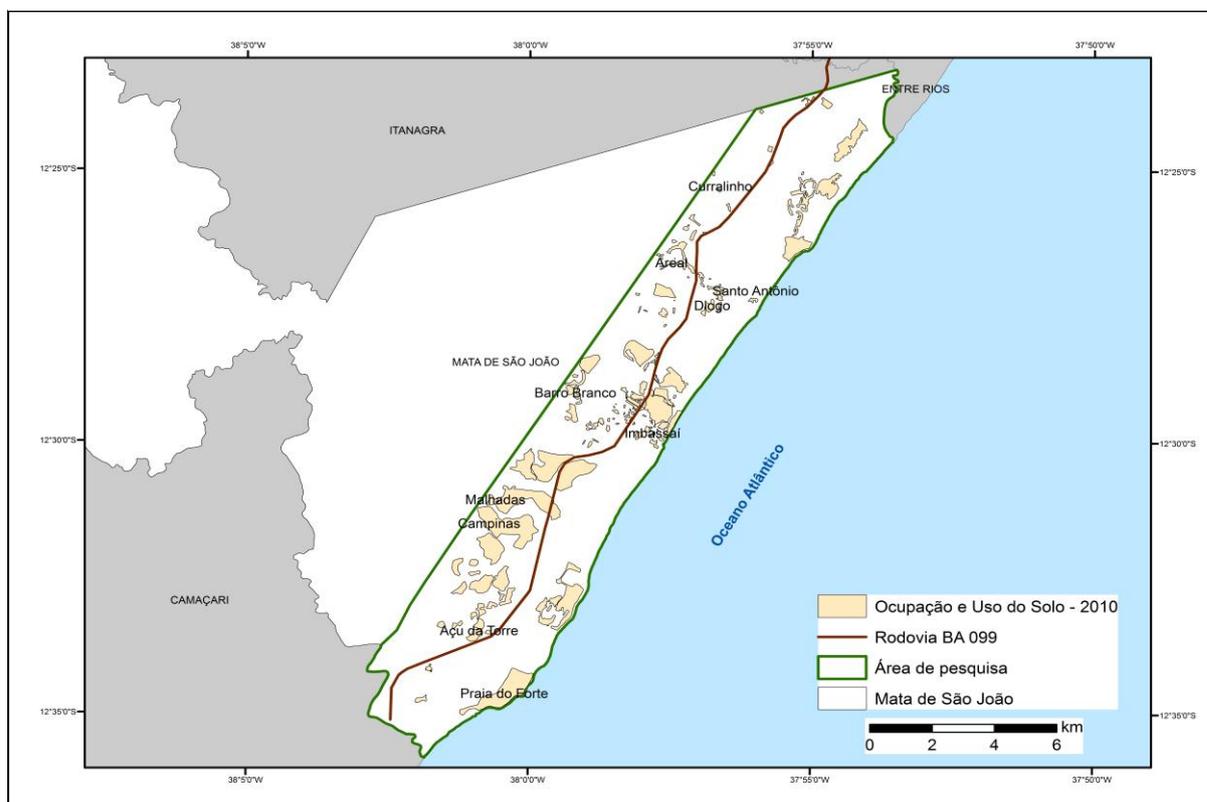
Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; CONDER, 1989.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Figura 111 – Ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João Bahia – 2003.



Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; INEMA, 2003.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Figura 112 – Ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João Bahia – 2010.



Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; PRONEX, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

A apresentação dos mapas, de forma sequenciada, representados pelas figuras 110, 111 e 112, tem por objetivo possibilitar uma visualização geral e comparativa da evolução de intervenções humanas sobre o território, nos períodos aqui estudados.

Até o ano de 1989, de acordo com a representação cartográfica da figura 110, a zona costeira do Município de Mata de São João era caracterizada por uma baixa densidade de intervenções antrópicas e com maior concentração na porção oeste da Linha Verde. A baixa densidade ocupacional e de uso do solo daquele período era responsável pelo *status* de conservação dos ecossistemas, os quais, ou se apresentavam na sua formação original cobertos por vegetação primária, ou estavam em processo de regeneração da cobertura vegetal, cujas alterações são decorrentes das pastagens cultivadas para a criação de gado iniciada no período colonial. O território até 1989 tinha apenas 2,32 km<sup>2</sup> (fig. 110 e 113), ou seja, 2,1%, de duas terras ocupadas e/ou usadas para pastagens e algumas plantações.

Conforme pode ser visualizado na figura 108, devido às interferências antrópicas, a realidade foi drasticamente modificada no período que vai do ano de 1989 ao ano de 2003, quando as intervenções humanas incidiram sobre uma área total de 10,77 km<sup>2</sup> (fig. 111 e 113), correspondendo a um percentual de 9,6% do território estudado. Este fato pode ser associado à ampliação, ocorrida em 1993, do principal eixo viário (BA-099).

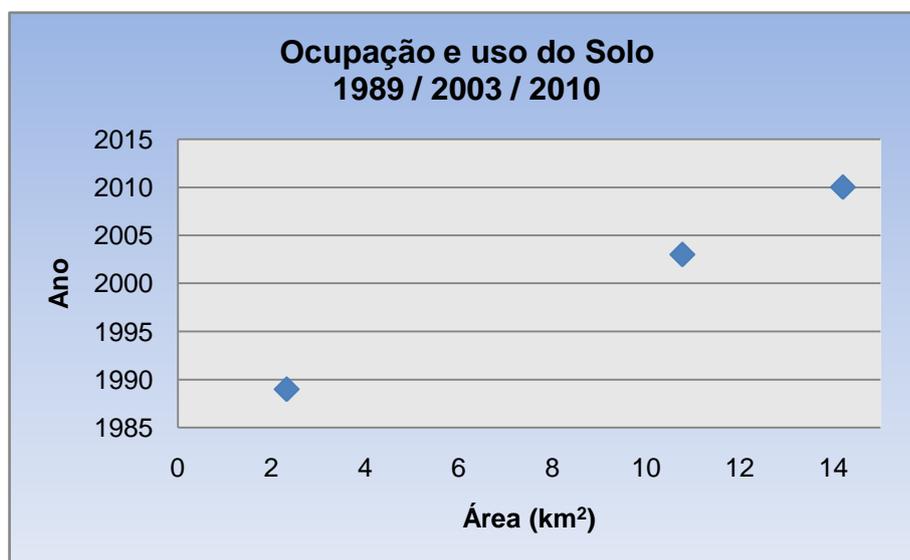
Algumas localidades, antes contíguas e interligadas, foram apartadas pela rodovia, que, ao mesmo tempo, conectou municípios da Região Metropolitana de Salvador e o Estado da Bahia ao Estado de Sergipe. Portanto, pode-se dizer que a Linha Verde teve o papel de integrar e segregar social e economicamente as comunidades, os municípios, os estados e as regiões. Entre 1989 e 2003, as intervenções se expandiram em 7,5%. Paradoxalmente, observa-se que a porção oeste da rodovia foi fortemente apropriada, enquanto que na face leste esta apropriação ainda ocorria de forma pontual e rarefeita. Todavia, analisando-se sob o ponto de vista ambiental, a rodovia foi um agente exclusivamente fragmentador, ao dividir cursos d'água e

*habitats* naturais e descaracterizar a vegetação natural – imprimindo efeitos de borda<sup>82</sup> nas formações florestais.

A partir do ano de 2003, 12,7% daquele território passou a ser usado e ocupado intensamente por atividades diversas (fig. 112, p.167) provocando um aumento das intervenções humanas em ambas as faces da rodovia, todavia, percebe-se haver ocorrido uma expansão mais acentuada na face leste. Observa-se, portanto, que o aumento no percentual de ocupação e uso do solo no território recortado não foi tão expressivo entre os anos de 2003 e 2010, (3,1%), se comparado ao período entre 1989 e 2003. Assim, em 2010 a extensão total da área apropriada era de 14,2 km<sup>2</sup> (fig. 113).

No gráfico abaixo (fig. 113) é possível visualizar esquematicamente e de uma maneira generalizada, a expansão das intervenções humanas ao longo dos períodos analisados, evidenciando o salto que houve na ocupação da área no período entre 1989 e 2003.

Figura 113 – Ocupação territorial e uso do solo em 1989, 2003 e 2010.



Fonte / Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

É notório que a especulação imobiliária desencadeada desde 2003, atraiu um número cada vez maior de populações urbanas para a região costeira de Mata de

<sup>82</sup> Efeito de borda é uma alteração na composição e/ou abundância relativa de espécies na parte marginal de um ecossistema, que pode estar associado à mudanças no microclima e na estrutura física dos fragmentos florestais, redução da heterogeneidade ambiental e extinções locais, ocorrendo da borda para o interior do ecossistema (Forman e Grondon, 1986, p.13-20).

São João, interferindo sobre as atividades socioeconômicas e a cultura local. Criou-se uma nova dinâmica econômica que absorveu diversos moradores nativos, os quais viviam de atividades extrativistas (pesca, mariscagem, coleta de frutos) e do artesanato de piaçava. Em muitos casos, esta população abandonou suas atividades tradicionais para trabalhar em restaurantes, lojas, hotéis e todo tipo de atividade do terceiro setor que se diversificou e se expandiu, simultaneamente, naquela região.

A paisagem natural foi modificada na medida em que as atividades humanas se impuseram sobre o solo, suprimindo vegetações e alterando as características originais dos ecossistemas. A integridade dos ambientes costeiros, ainda conservados, ficou ameaçada pelo fato do mercado turístico procurar incessantemente promover um leque variado de alternativas, lazeres e instalações, visando atrair um público diversificado, sempre ávido por novas oportunidades de saciar seus desejos e anseios por diversão, descanso e prazer.

A busca pela expansão do horizonte de possibilidades de desenvolvimento para uma determinada população normalmente promove a intensificação do uso dos recursos naturais e a mobilização dos atores sociais para ampliarem o seu campo de ação e responderem às mudanças impostas pelos processos imprevisíveis que acompanham o crescimento econômico e a melhoria da infraestrutura. Contudo, normalmente isso não vem acompanhado de um verdadeiro envolvimento e legitimação dessas mudanças por parte da sociedade em questão, pois dificilmente são revelados os reais interesses em jogo.

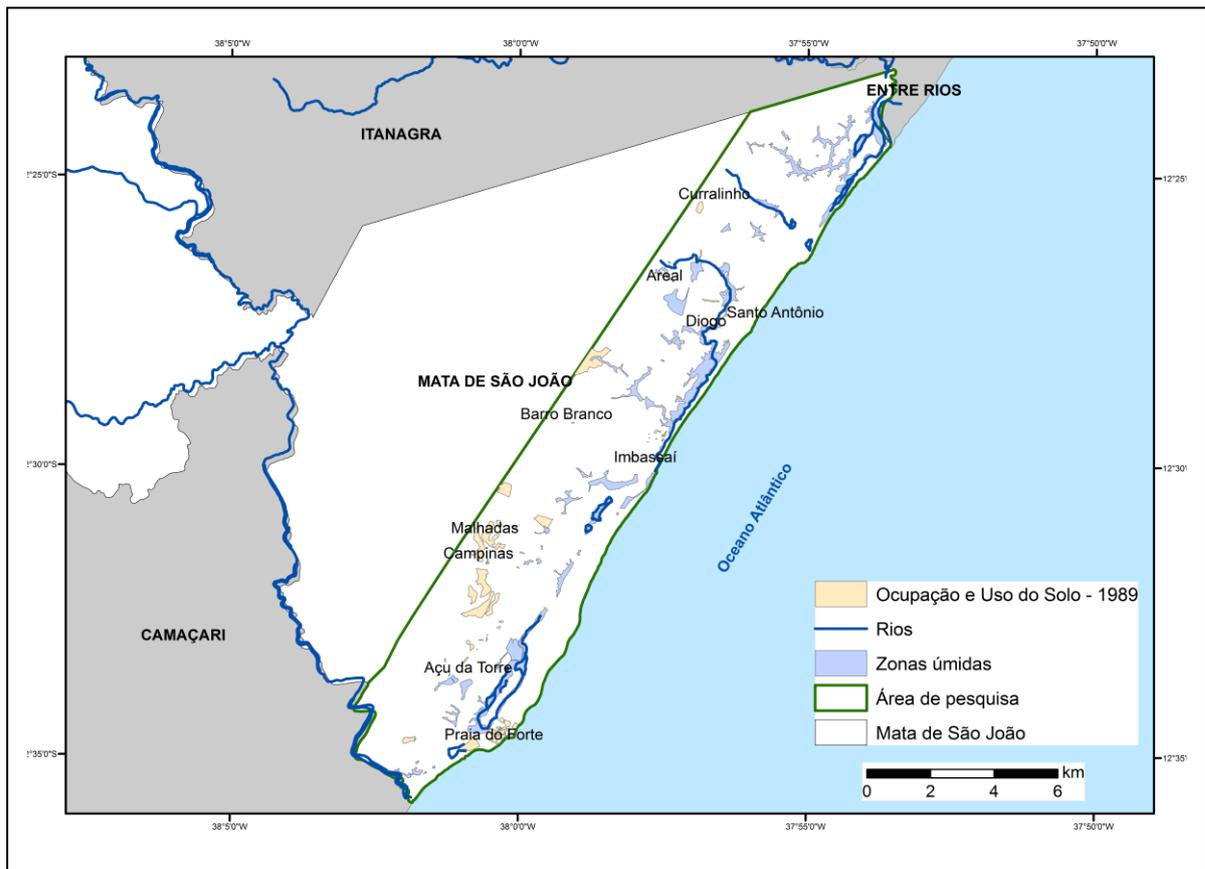
Desta forma, os processos que pretendem ser transformadores não atuam simultaneamente em todas as dimensões (social, cultural, ambiental, econômica, espacial e histórica), na verdade, eles se apossam das dimensões mais simples e puras, anulando a possibilidade de autonomia e de ampliação da atuação dos sujeitos. As decisões de expansão territorial ficam, de fato, limitadas às escalas de comando, as quais, muitas vezes, não desejam uma real construção social, ou sequer enfrentar os conflitos e tensões inerentes ao processo de desenvolvimento.

As abordagens das dinâmicas supramencionadas normalmente excluem a história, a cultura e a estrutura social de um povo. Como explicita Brandão (2008, p.12), “o território que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os movimentos e deslocamentos.”

### 5.1.1 Ocupação e uso do solo: interferências sobre a hidrografia

Quando analisados os impactos ambientais das intervenções humanas sobre a hidrografia da área (rios e zonas úmidas), detecta-se que não houve ocupações em Áreas de Preservação Permanente até 1989 (fig. 114). Desta forma, lagoas, brejos, cursos d’água e suas margens mantiveram-se conservados até aquele ano.

Figura 114 – Intervenções humanas *versus* hidrografia da área de estudo  
Mata de São João – Bahia – 1989



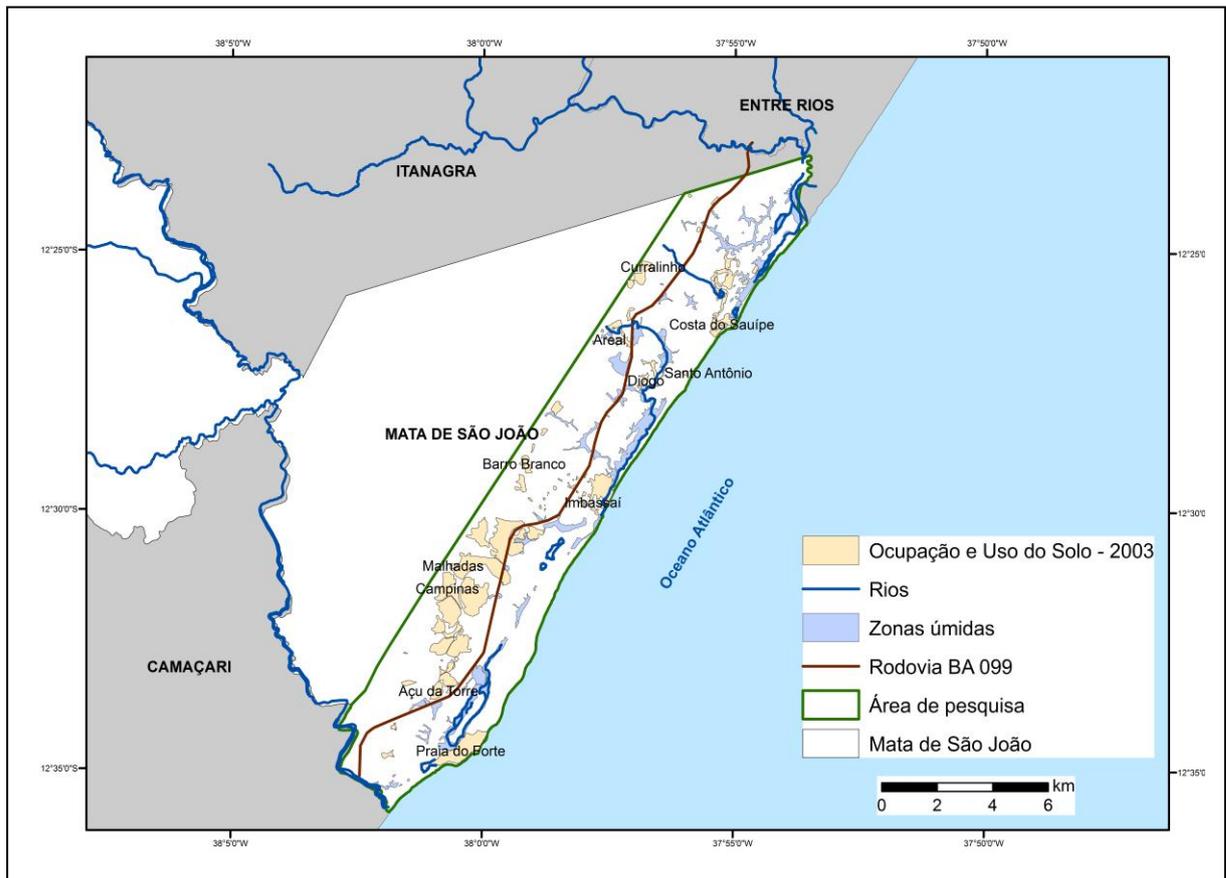
Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010; CONDER, 1989.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

nento  
eleiro

Costa do Sauípe na face leste da rodovia, percebem-se as primeiras intervenções em zonas úmidas e, de forma mais acentuada, nas margens de rios e lagoas.

A pesquisa in loco detectou que um barramento da zona úmida feito pelo supracitado empreendimento, modificou a paisagem natural, além de ter favorecido o aparecimento de novas zonas úmidas. Inclusive, cabe salientar que com a criação deste reservatório artificial, uma nova APP foi constituída e, por estar localizada em uma área considerada urbana, deve ter uma área protegida com largura mínima de 30 m, no entorno do reservatório. (Resolução CONAMA nº 302/2002).

Figura 115 – Intervenções humanas *versus* hidrografia da área de estudo  
Mata de São João – Bahia – 2003



Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010; INEMA, 2003.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

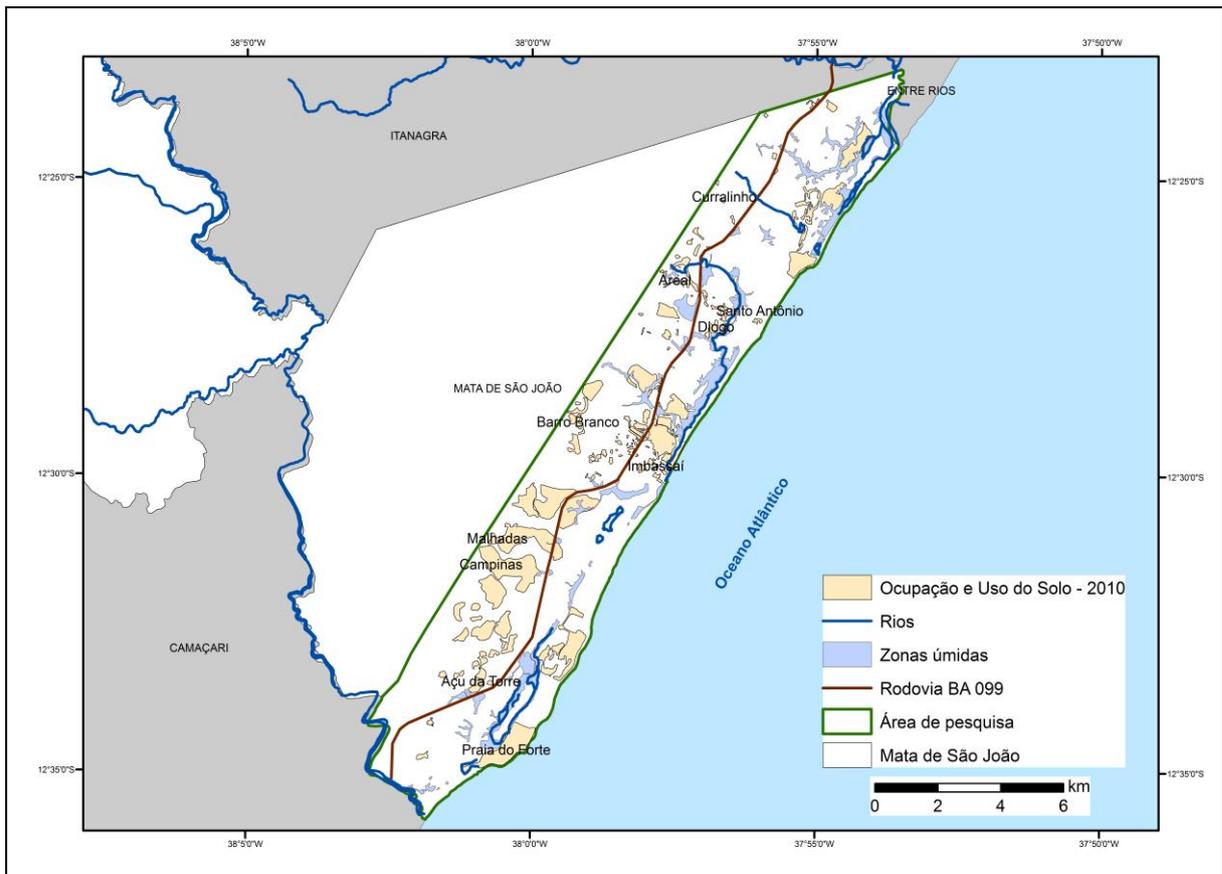
Contudo, o aumento da pressão sobre a hidrografia deve-se também à ampliação significativa da demanda de abastecimento de água para atender à construção civil e ao consumo das residências que surgiram a partir da década de 2000, quando

33,3% da população ainda era abastecida principalmente por poços e/ou nascentes, e 66,7% passou a ser atendida pela rede pública de abastecimento de água (SACRAMENTO, 2009, p.203-5). Face ao exposto, fica explícita a utilização direta dos recursos hídricos na zona costeira do Município de Mata de São João por uma população residente que crescia aceleradamente e atingia a marca de 40.000 habitantes (IBGE, 2013), ameaçando expressivamente estes recursos sem que os mesmos fossem estudados previamente quanto à sua capacidade de suporte.

O licenciamento ambiental do primeiro complexo hoteleiro (Costa do Sauípe), baseado em poucos diplomas de proteção, entre os quais se destaca a Resolução CONAMA nº 237/1997, e sem critérios apropriados quanto à elaboração e análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), dos condicionantes da licença ambiental e do processo de uma maneira geral, gerou distorções no manejo e na conservação dos ecossistemas, sobretudo, das restingas. A supressão da vegetação, inclusive nas margens do Rio Sauípe e das zonas úmidas, também foi irresponsável, contando com técnicas ultrapassadas e pouco efetivas de transplante de fauna e flora. Conseqüentemente, o que se observa atualmente é um ambiente árido e um paisagismo equivocado, composto por muitas plantas exóticas e o pouco aproveitamento de espécies nativas. Se uma metodologia adequada de resgate da vegetação fosse aplicada, possibilitando o transplante de árvores, moitas de restinga e demais vegetais, proporcionaria uma paisagem mais integrada, harmônica, demonstrando um diálogo entre o projeto arquitetônico, os métodos construtivos e o meio ambiente.

Com base na análise realizada acerca das intervenções humanas sobre a hidrografia entre os anos de 2003 e 2010 (fig. 116), ficam evidentes os reflexos da Resolução CONAMA nº 341/2003 sobre os critérios para a instalação de atividades ou empreendimentos turísticos, irresponsavelmente considerados sustentáveis e de interesse social, nas dunas das zonas costeiras.

Figura 116 – Intervenções humanas *versus* hidrografia  
Mata de São João – Bahia – 2010



Fonte: CPRM, 2008; IBGE, 2010; PRONEX, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

Assim, a partir do ano da publicação do supracitado dispositivo legal, novos empreendimentos hoteleiros se instalaram na face leste da Linha Verde, sob alegação de que se tratariam de atividades sustentáveis e de interesse social, aumentando ainda mais a pressão sobre os recursos hídricos e a ocupação de APP's. Por outro lado, cabe enfatizar que os novos empreendimentos tiveram processos de licenciamento e condicionantes mais rigorosos, o que promoveu o avanço das técnicas de resgate de fauna e flora, possibilitando uma maior conservação da vegetação de restinga.

Em paralelo, o Município, através da Lei Municipal nº 185/2003, fomentou as intervenções antrópicas naquela zona, ao criar, ainda em 2003, o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João, com sede em Imbassaí (que foi promovido à categoria de Vila), demarcando o início do processo de urbanização propriamente dita naquele território.

Mais tarde, no ano de 2009, com a aprovação da Lei Estadual nº 11.476/09, foi criada a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, estabelecendo novos índices de ocupação (Io), utilização (Iu) e novos gabaritos para a Zona de Proteção Visual (ZPV) da APA/LN, que engloba áreas cobertas por coqueiral, localizadas próximas a ecossistemas que devem ser conservados à proporção em que constituem uma paisagem singular atrativa para empreendimentos e atividades de turismo sustentável.

Desde então, na Zona de Proteção Visual, o uso e a ocupação do solo passaram a obedecer aos seguintes parâmetros urbanísticos: índice de ocupação (Io) máximo de 10%; índice de utilização (Iu) máximo de 30% para ocupações turístico-hoteleiras e de 20% para ocupações residenciais; gabarito máximo de 03 pavimentos (térreo mais dois pavimentos) para ocupações turístico-hoteleiras e de 02 pavimentos (térreo mais um pavimento) para ocupações residenciais; altura máxima da construção de 14 m para ocupações turístico-hoteleiras e 12 m para todas as ocupações residenciais.

Com relação às alterações feitas pela supracitada Lei para a Zona de Manejo Especial (ZME) da APA/LN, que corresponde às áreas que contém remanescentes de diversas formações de restinga e zonas úmidas, englobando áreas cultivadas e de uso ou vocação agropastoril, foram incorporados os seguintes índices de ocupação e utilização: índice de ocupação (Io) máximo de 10% na porção da zona contida nos primeiros 500 m (contados a partir da linha de preamar máxima) e de 20% para o restante da zona; índice de utilização (Iu) máximo de 20% na porção da zona contida nos primeiros 500 m (contados a partir da linha de preamar máxima) e de 60% para o restante da zona.

As alterações estabelecidas na Lei Estadual nº 11.476/09 facilitaram a instalação de novos empreendimentos nestas zonas, além de permitir maior utilização da área para múltiplas finalidades, entre elas, jardins, campos de golfe, quiosques, gazebos e instalações leves e moduladas.

Todavia, é interessante observar que enquanto o governo federal instituía diplomas legais para facilitar as intervenções nas zonas costeiras brasileiras, os governantes do Estado da Bahia e do Município de Mata de São João criaram instrumentos próprios, especificamente para facilitar a apropriação da área em questão, permitindo a instalação de grandes redes hoteleiras. Tais medidas evidenciam que as escalas nem sempre seguem uma hierarquia predeterminada e não agem necessariamente na ordem – local, regional, nacional e global. Elas interagem e formam tensões entre as forças atuantes de cada momento.

Conforme detectou Lipovetsky (2008, p.212), na hipermodernidade existe uma constante internacionalização das corporações garimpando destinos turísticos paradisíacos que proporcionem o prazer do “ao vivo” nos ambientes dionisíacos. Além dos referencias lúdicos, festivos e edênicos de Mata de São João, que já garantiriam por si uma auto-suficiência para atender aos anseios dos consumidores contemporâneos, a gestão municipal fortalece este processo, criando vantagens locais para a instalação de empreendimentos espetaculosos.

Numa esfera mais ampla, é possível dizer que o Estado da Bahia também contribuiu fortemente para esta dinâmica ao criar políticas, programas e regionalismos, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA Litoral Norte da Bahia (PRODESU); do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR/Bahia) e do Projeto de Ecoturismo para a Costa dos Coqueiros.

### **5.2.2 Impactos ambientais da dinâmica de ocupação e uso do solo**

Antes das políticas que foram mencionadas no item anterior, conforme se observa na figura 117, a zona costeira de Mata de São João até o ano de 1989 se caracterizava por pastagens, pequenos aglomerados rurais e propriedades isoladas na face oeste da estrada.<sup>83</sup> A leste, pode-se visualizar a Vila da Praia do Forte e o primeiro empreendimento hoteleiro de categoria internacional (atual Tívoli Eco-resort

---

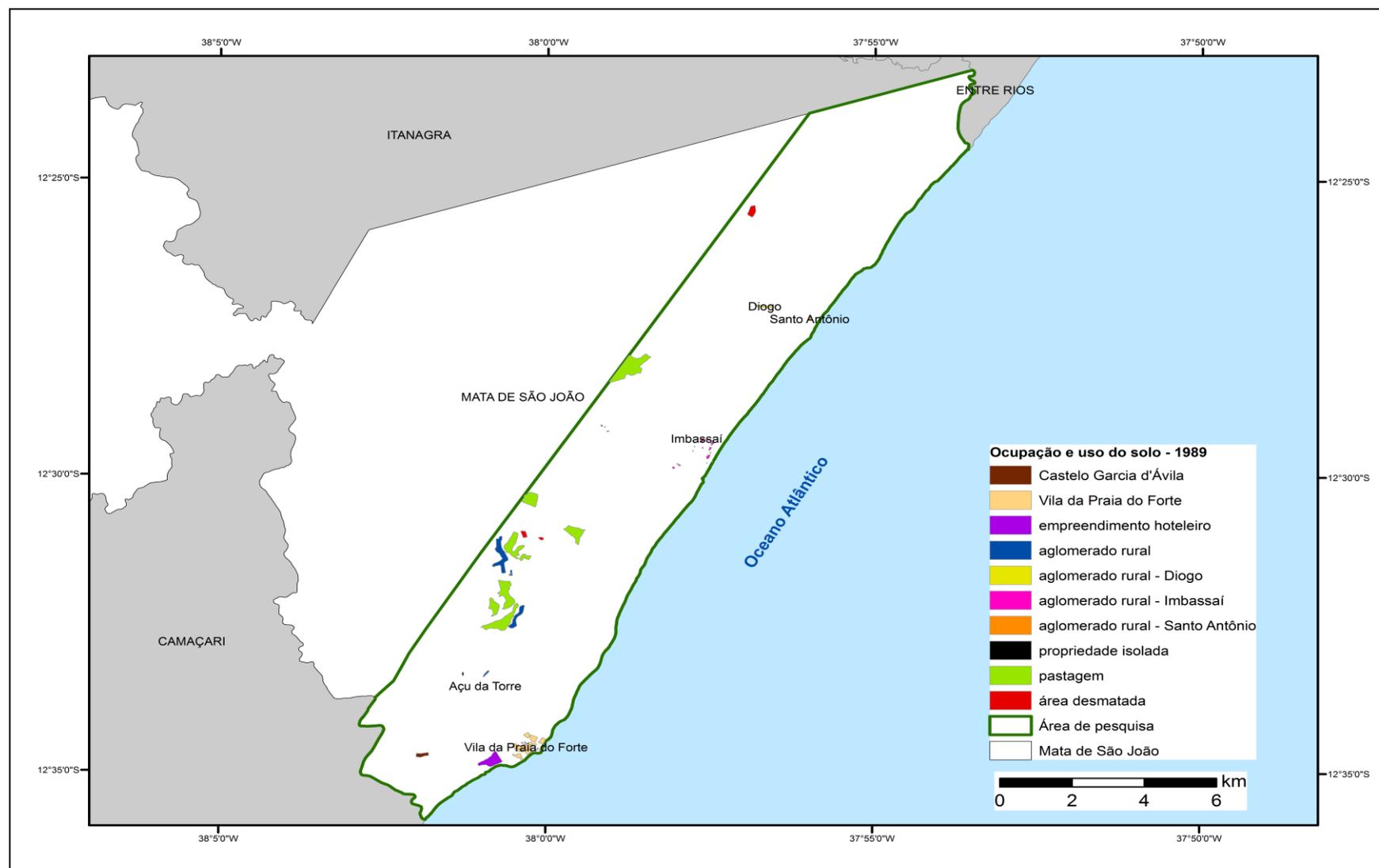
<sup>83</sup> Cabe esclarecer que neste período a Linha Verde ainda não estava implantada e o que existia era apenas uma estrada com diversos trechos sem pavimentação.

Praia do Forte), além das ruínas do secular Castelo Garcia d'Ávila e dos aglomerados rurais que sobreviviam de culturas extrativistas (Diogo, Imbassaí e Santo Antônio).

A cartografia inédita construída sobre o território recortado, exposta na figura 117, evidencia que a maior parte daquela área ainda não estava apropriada. Havia uma predominância dos ambientes naturais sobre a superfície, o que representou um grande atrativo para os investimentos turísticos e imobiliários que vieram nos anos subsequentes. Toda a área não ocupada ou cultivada revela a existência de áreas naturais e a presença de formações de restinga em diferentes e desconhecidos estágios sucessionais, demonstrando a necessidade de definição destes estágios antes de qualquer intervenção, o que só veio ocorrer duas décadas mais tarde com a Resolução CONAMA nº 317/2009.

Se naquele momento (1989), quando o processo de especulação imobiliária ainda não tinha se desencadeado sobre o litoral matense, fossem considerados a importância biológica das restingas, a singularidade da sua fisionomia e das suas belezas cênicas, sua restrita distribuição geográfica, bem como o elevado grau de ameaça devido à sua localização, poderiam ser evitados os impactos significativos às suas características originais provocados nos anos seguintes.

Figura 117 – Visão detalhada da ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João / 1989.



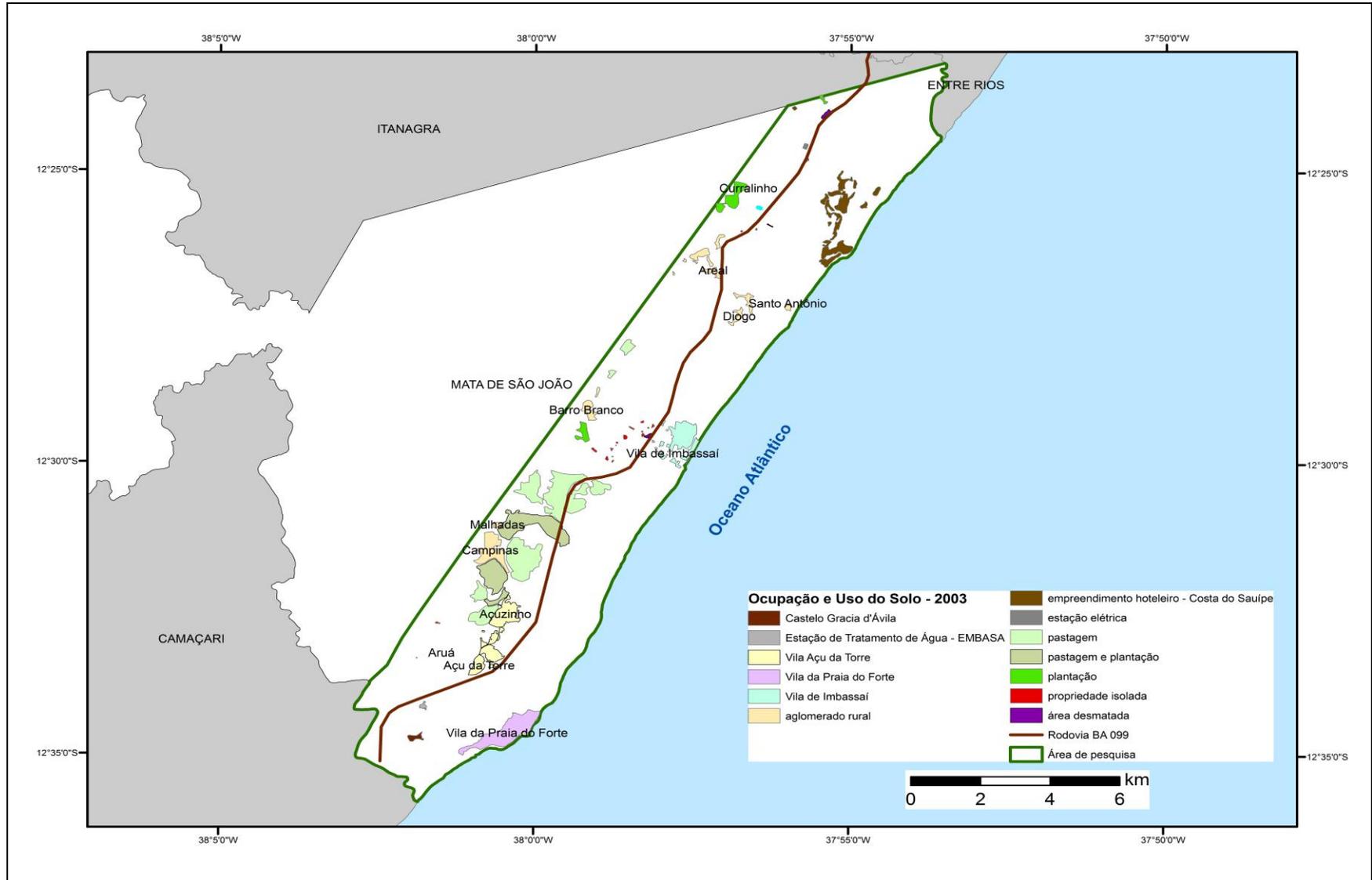
É assustador traçar um paralelo comparativo entre as cartografias construídas para demonstrar iconograficamente os anos de 1989 e 2003. A partir das informações obtidas no ano de 2003, registradas no mapa da figura 118, é possível observar de forma detalhada o adensamento, sobretudo das ocupações, naquele momento em que a ampliação da rodovia BA-099 já estava concluída (incluindo o trecho denominado Linha Verde).

Na porção leste é possível observar ter havido uma expansão significativa e um adensamento da Vila da Praia do Forte e da Vila de Imbassaí, que até então eram apenas aglomerados rurais. Contrastando com a paisagem natural, observa-se a implantação do empreendimento hoteleiro Costa do Sauípe, ocupando uma extensa faixa costeira.

É importante ressaltar que estas ocupações tiveram como consequência ambiental a supressão da vegetação de restinga, que naquela época ainda era pouco estudada pela ciência (*Formação Praia-graminóide, Formação Aberta de Restinga em Moitas, Formação Aberta de Clúsia e Mata de Restinga*).

Surpreendentemente, apesar das ocupações de maior visibilidade estarem ao leste da Linha Verde, na face oeste é possível constatar que também houve uma ocupação bastante expressiva. Enquanto os empreendimentos eram implantados ao longo da faixa litorânea, do “outro lado da pista” ocorriam adensamentos dos aglomerados rurais, inclusive a implantação da Vila Açú da Torre. A ocupação do solo na face oeste, que também se deve à expansão de áreas destinadas à agropecuária, teve como principal impacto ambiental o desmatamento de extensas áreas de formações florestais (*Mata de Restinga*) que se encontravam em diferentes estágios de regeneração.

Figura 118 – Visão detalhada da ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João / 2003.



Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; INEMA, 2003.  
 Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

O período entre 2003 e 2010 (fig. 119) foi marcado pela apropriação da face leste da Linha Verde por grandes empreendimentos hoteleiros e residenciais, com a instalação de *megaresorts*, a exemplo do Iberostar e da Reserva Imbassaí/Grand Palladium, confirmando a internacionalização da zona costeira de Mata de São João. Estes hotéis de categoria luxuosa e serviços *all inclusive* têm uma política altamente contraditória – ao mesmo tempo em que divulgam os atributos naturais e culturais da região quando vendem seus pacotes de hospedagem, oferecem aos clientes atrativos e uma diversidade de opções de lazer e alimentação que os mantêm confinados nos hotéis, sem contato com a realidade socioambiental.

Entretanto, percebe-se uma mudança nas exigências legais, estabelecendo critérios mais rígidos no processo de licenciamento ambiental, na consciência das populações locais e na pressão da comunidade acadêmica para a incorporação de métodos mais eficazes de conservação e manejo dos ecossistemas diretamente impactados pela instalação destes empreendimentos. Nesta vertente, destacam-se os trabalhos de Menezes et al (2007) que abordam a criação e o monitoramento de corredores ecológicos na área do Complexo Hoteleiro Iberostar, e o de Menezes e Silva (2007) sobre o resgate da vegetação de moitas da Reserva Imbassaí, fundamentados nos estudos fitossociológicos e florísticos de Faria e Menezes (2002, CD-ROM; 2004, CD-ROM).

Além disso, em trabalhos ainda não publicados de supressão da vegetação nestas áreas, envolvendo resgate e transplante de espécimes nativos, Tavares (2009; 2012)<sup>84</sup> comenta a riqueza desta vegetação, com grande parte de sua diversidade presente na lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais da vegetação de Restinga para o Estado da Bahia, aprovada pela Resolução CONAMA nº 437/2011. Através destes trabalhos é possível verificar que a maioria das formações encontra-se em estágio médio e avançado de regeneração, evidenciando a necessidade de proteção desta vegetação, bem como a criação de corredores ecológicos interligando os remanescentes no intuito de favorecer o fluxo da fauna.

---

84 Os resultados dos estudos de Tavares foram obtidos através dos seguintes documentos: Relatório Técnico de Supressão da Vegetação da Reserva Imbassaí, apresentado ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) no ano de 2009; Relatório Técnico de Supressão da Vegetação do Complexo Hoteleiro-residencial Iberostar, apresentado ao INEMA no ano de 2012.

Contudo, embora tais trabalhos visem minimizar os impactos ambientais causados pela instalação dos empreendimentos, é importante salientar que este paradigma de ocupação horizontal e dispersada, sob um falso pretexto de “ocupação rarefeita”, promove em contrapartida uma ocupação total das glebas, causando a fragmentação excessiva dos habitats, supressão de áreas extensas de vegetação de Restinga, que vão de encontro à conservação que se alega promover.

A expansão e o adensamento das vilas e dos aglomerados rurais na porção leste da rodovia, a exemplo de Imbassaí, Diogo e Santo Antônio é facilmente perceptível, conforme demonstra a figura 119. Entretanto, observa-se que a realidade de Diogo e especialmente a de Santo Antônio é contrastante em relação à de Imbassaí, pois os dois aglomerados citados ainda preservam suas características rurais, com acessos e ruas sem pavimentação, além de uma ocupação pouco adensada e rarefeita. Ao mesmo tempo, apesar de apresentar alguns paradoxos que lhe são peculiares, a Praia do Forte se adensou a ponto de se transformar em uma espécie de “microcidade” com um sofisticado *shopping center* a céu aberto, expondo sua arquitetura, que, vista como um todo, também remete o observador às imagens dos *points* turísticos mais procurados do Brasil, como Búzios.

Por outro lado, verifica-se que na face oeste houve um adensamento dos aglomerados rurais (Areal, Curralinho e Vila Sauípe) e o início da urbanização de outros núcleos (Campinas, Malhadas e Aruá). Através do mapeamento cartográfico (fig. 119) é possível constatar o aumento das ocupações não sobrecodificadas (invasões e favelas), além de recentes instalações de conjuntos habitacionais populares. Com exceção das pastagens, as quais tiveram uma nítida redução quando comparadas com o período anterior, toda a face oeste foi fortemente ocupada neste período, contrastando na paisagem e na dinâmica social com o padrão de ocupação da face leste.

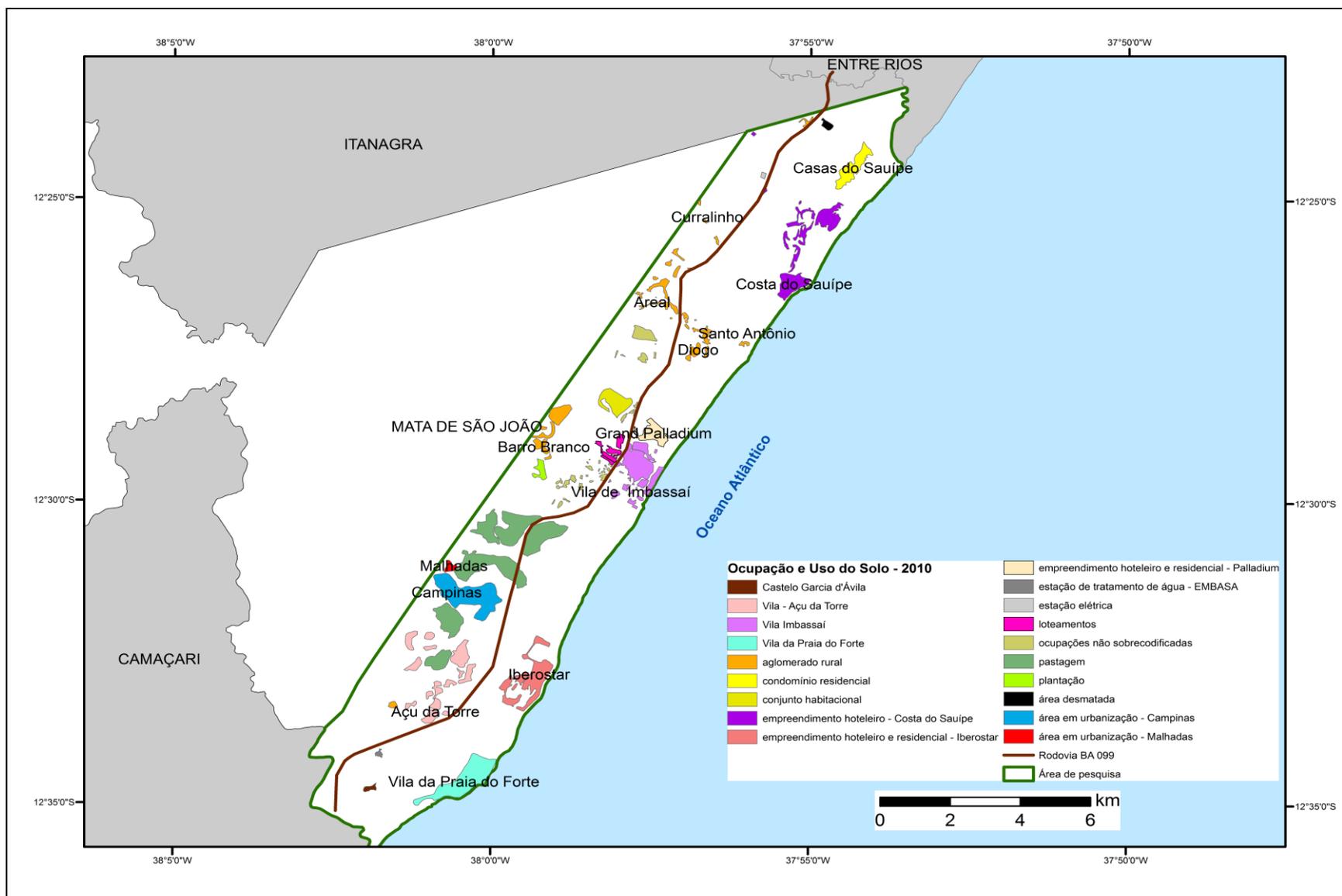
Contudo, ao se estabelecer este confronto entre as formas de ocupação nas duas faces da rodovia, é importante considerar que enquanto as intervenções observadas à leste estão sujeitas ao licenciamento e à fiscalização ambiental, do lado oeste a ocupação ocorre à revelia de dispositivos ambientais de controle. A ocupação da

porção oeste deve-se principalmente ao aumento da oferta de emprego pelo mercado turístico e imobiliário, o qual induziu a migração para essa região, além do fato de diversos moradores da face leste terem vendido suas casas para empresários implantarem seus restaurantes, lojas, pousadas e se mudado para os loteamentos, invasões e aglomerados do lado oeste.

Todavia, cabe enfatizar que em ambas as faces da rodovia, as intervenções ocorreram à custa de desmatamentos da vegetação de restinga e ocupações em APP's, dunas e coqueirais. Na face leste, por outro lado, estas intervenções passaram por processos de licenciamento ambiental, e se apoiaram na própria legislação.

Neste âmbito legislativo, vale ressaltar as mudanças promovidas pela Lei Complementar nº 140 a partir do ano de 2011, que além de definir a competência administrativa (federal, estadual e municipal) para o exercício de atividades de licenciamento ambiental, incluindo autorizações de supressão de vegetação, passou a delegar aos municípios o poder de licenciar empreendimentos, desde que os mesmo disponham de órgãos ambientais capacitados para o atendimento às demandas de ações administrativas a eles delegadas. Desta forma, as prefeituras através das clássicas vantagens locacionais, podem seguir suas estratégias de marketing e venda dos lugares, favorecendo a instalação de projetos desvinculados com a realidade socioambiental e norteados pelo crescimento econômico.

Figura 119 – Visão detalhada da ocupação territorial e uso do solo da zona costeira de Mata de São João / 2010.



Fonte: SEI, 2010; CPRM, 2008; PRONEX, 2010.  
Elaboração: Gabriella Faria, 2012.

É irônico verificar que os diplomas criados para a proteção daquele território (Plano de Manejo da APA/LN; programas de desenvolvimento; políticas de turismo) têm como principal diretriz o desenvolvimento sustentável, entretanto, ali se observa um modelo de ocupação predador, desigual, segregador e contraditório. Constata-se que os atributos que confeririam ao desenvolvimento daquela região o adjetivo “sustentável” (equidade, conservação, equilíbrio), não condizem com a realidade. A expansão daquelas áreas está mais próxima de um crescimento econômico do que de um desenvolvimento.

Os agentes indutores das transformações na área recortada estão vinculados exclusivamente às questões econômicas, quando viabilizam a instalação de empreendimentos que beneficiam diretamente a acumulação de capital por uma minoria, que representa os poderes hegemônicos da sociedade. Ao diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento, Sachs (2004, p.13) enfatiza que os objetivos do desenvolvimento vão muito além da mera multiplicação de riqueza. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural.

Não se pode considerar desenvolvimento se o crescimento não atenua as diferenças. Assim, Sachs (2004, p.14) considera que o desenvolvimento exige o equilíbrio entre cinco dimensões (social, econômica, cultural, histórica e política) e acrescenta uma nova dimensão quando aborda o desenvolvimento sustentável – a sustentabilidade ambiental. Para o autor (ibidem), os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são: social, ambiental, territorial, econômico e político. Todavia, a possibilidade de equilíbrio entre estes pilares num mundo capitalista, globalizado, controlado pelas elites hegemônicas e pelo crescimento local, financiado pelo influxo de recursos externos, é no mínimo questionável.

Conciliar crescimento econômico moderno e conservação da natureza, como analisa Veiga (2008, p.113), não é algo que possa ocorrer em curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas ações ou locais. Por isso, para ele “nada pode ser mais

bisonho que chamar de sustentável esta ou aquela proeza” (ibidem). Para que a utilização desse adjetivo não seja tão abusiva, é fundamental que seus usuários rompam com a ingenuidade e se informem sobre as respostas disponíveis sobre o que é sustentabilidade. Assim, é possível perceber, desde o final da década de 1980, um processo de legitimação e institucionalização normativa da expressão “desenvolvimento sustentável”, com caráter totalmente político.

Proposta por Sachs (2004, p.17), a mobilização de recursos internos, necessários ao planejamento local como alicerce para a transição para o desenvolvimento sustentável, pode ser uma saída – pelo menos do ponto de vista teórico ou para algumas localidades onde haja um elevado grau de maturidade e consciência política. Entretanto, isso não se faz levando mega projetos e propostas de desenvolvimento pautadas em experiências de outros países, ou de projetos dissociados das necessidades locais, sem analisar a capacidade de suporte para a implementação de novos projetos.

As regras internalizadas de operação do capital, segundo Harvey (2010, p.307), são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e “fetichiza”, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade de trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Na ótica de Harvey (ibidem):

A trajetória do capitalismo cria a própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum, pois se baseia na especulação – novos produtos, tecnologias, espaços, localizações, novos processos de trabalho, novas soluções, vão assim engolfando as anteriores como num processo predatório, cujas mudanças sociais, culturais inicialmente imperceptíveis.

Sobre a teoria de acumulação de capital de Marx, Harvey (2006, p.72) comenta que o capitalismo “cria um sistema de exploração geral das qualidades naturais e

humanas”. Também afirma que é indiscutível a grande influência civilizadora do capital, fazendo com que o estágio de uma sociedade quando comparado a estágios anteriores do que seriam “meros *desenvolvimentos locais* da humanidade e mera *idolatria da natureza*”, seja parte do processo. Sob esta perspectiva, o autor cita que “pela primeira vez a natureza se tornou uma matéria de utilidade para a humanidade” e o capital prejudicou, entre outras coisas, as reproduções dos antigos estilos de vida.

Na área aqui estudada, percebe-se que o pensamento de Harvey (ibidem) se confirma, quando se observa que a natureza, de fato, foi transformada em recurso, como uma moeda de troca, e que a sua apropriação acelerou um processo de expansão urbana irregular, trazendo consigo os problemas a ela associados, como o desmatamento, o lançamento de esgotos domésticos, além da ocupação de áreas públicas e de faixas marginais dos corpos d'água.

Instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) se tornaram em ferramentas normativas, que, de forma díspar, analisaram e ordenaram o território. No caso do ZEE da APA/LN os parâmetros estabelecidos apresentam falhas, ocultamentos e equívocos, vista que diversas nascentes e cursos d'água não estão sequer mapeados, além de não terem sido consideradas as especificidades e fragilidades das formações vegetais da restinga e sua associação com a hidrografia. Outra questão que precisa ser revista no referido documento é que foram formulados diagnósticos e zoneamentos a partir de escalas inapropriadas para a apreensão detalhada dos processos e das dinâmicas socioambientais.

Portanto, pode-se dizer que o modelo usado para o ordenamento territorial e o planejamento da gestão ambiental, em toda a extensão da APA/LN, norteou inadequadamente os licenciamentos e balizou a ocupação do solo de forma imprópria. A consequência foi a desfiguração paisagística e a destruição de ecossistemas, especialmente das restingas, além de afetar e incrementar os conflitos com outras atividades tradicionais.

Na tentativa de dirimir tais questões, Carr (2004 apud HAESBAERT 2010, p.76-7) propôs a instituição das biorregiões, como lugares de vida únicos. Segundo o autor (ibidem), além da dimensão físico-biológica deve-se incluir a perspectiva cultural que enfoca tanto o terreno geográfico, quanto o da consciência. Trata-se de uma proposta holística que aborda ao mesmo tempo o todo e as partes, de forma ampla, compreensiva e “inclusionária”, com fronteiras flexíveis e permeáveis entre o local, o regional e o planetário. A sua definição de biorregião se baseia na tentativa de posicionar a cultura na natureza, através da *práxis* de vida no lugar.

Contudo, fica claro que não adiantam instrumentos legais se os agentes indutores do crescimento oriundos de cada escala de comando não se interessarem em mudar a sua forma de agir e especular sobre o território. É necessário que sejam criadas instituições efetivamente envolvidas com as questões socioambientais, mobilizadas pela viabilização do desenvolvimento sustentável.

Muitos espaços, ao mesmo tempo em que se inserem na reprodução de uma rede centralizada e hegemônica de poder, participam da geração de “micropoderes” onde a disciplinarização cotidiana tem lugar (HAESBAERT, 2002, p.84). Contudo, ao contrário dos espaços fundamentalmente disciplinados, existem aqueles, a exemplo das áreas protegidas, representantes de um alegado patrimônio que assumem um valor simbólico, como signos que traduzem uma memória coletiva que perpassam as mais diversas escalas, mas ao mesmo tempo não são imunes a elas.

Os registros feitos em 1989 por Guattari (2009, p.54-5), de fato em devir, sugeriram como solução, uma *ecosofia* prática, especulativa, eticopolítica e estética que deve substituir as antigas formas de engajamento político associativo. Trata-se, portanto de um movimento de múltiplas faces dando lugar a instâncias e dispositivos ao mesmo tempo analíticos e produtores de subjetividade, tanto individual, quanto coletiva, subjetividade da ressingularização capaz de apreender a possibilidade da finitude para a espécie humana se a humanidade não reassumir a si mesma. “Em vez de ficar ao sabor da eficácia falaciosa de *challenges* econômicos, trata-se de se reapropriar de Universos de valor no seio dos quais processos de singularização

poderão reencontrar consistência.” Novas práticas sociais, estéticas, de si em relação ao outro, com o estranho (ibidem).

O capital busca se tornar sujeito de todos os processos e transformar tudo em seu mero predicado, incluindo os territórios. Conforme afirma Brandão (2008, p.11-3) as escalas de poder delimitam e recortam, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos políticos em um movimento conflituoso. Para ele, as escalas refletem, expressam e concretizam espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjuntamente em cada momento e circunstância histórico-geográfica. Ao avaliar as questões de poder envolvidas com as escalas, Brandão (idem, p.1) evidencia que hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos são reforçados em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento de acumulação do capital estão, a cada dia, mais explícitas, inclusive suas manifestações nos territórios.

As influências das escalas de comando sobre a ocupação da zona costeira de Mata de São João são facilmente percebidas. Embora até o ano de 2010 esta apropriação tenha ocorrido em aproximadamente 15% daquele território, o que aparentemente não representaria um número expressivo, é preocupante face à velocidade com que se deu e à interferência que teve sobre os ecossistemas e a biodiversidade. Sabe-se que, se cada pedaço de chão for ocupado ou usado, não existirá espaço para as atividades espontâneas da natureza, através de seus ciclos naturais, não restando muito para ser contemplado. O aumento desordenado das ocupações é, então, fator limitante para uma sociedade saudável.

Entretanto, tais problemas não ocorrem somente naquela área. Inclusive, Veiga (2008, p.145-6) afirma que a perda da biodiversidade é um problema de caráter global em sua própria gênese e âmago. Entre os conflitos sociais que estão no cerne da questão sobre a sustentabilidade, vale citar a dificuldade de preservar e expandir ao mesmo tempo as liberdades substantivas que as pessoas desfrutam nos dias atuais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem da mesma liberdade.

É notório que muitas agressões ao meio ambiente poderiam ser mitigadas por mecanismos regulatórios, a exemplo dos planos de manejo, do ZEE, do licenciamento ambiental. Todavia, seria necessário que estes mecanismos fossem utilizados na sua essência e aplicados com o devido rigor, para que intervissem desde a concepção dos projetos virtuosos (descomprometidos com as questões ambientais e sociais locais), até as fases de operação dos empreendimentos, obrigando os empresários a empreenderem também ações permanentes, éticas, criativas e discutidas com as comunidades envolvidas.

A expressão sustentabilidade, conforme alerta Veiga (2008, p.165), passou a exprimir a necessidade de um uso mais responsável dos recursos naturais, o que é muito complicado dentro do universo contemporâneo atual, em que há o predomínio da lógica capitalista de expansão e acúmulo. Veiga (2008, p.207) adverte que os cientistas podem oferecer inúmeros caminhos de como chegar ao equilíbrio entre humanidades, os recursos que ela consome e os efeitos sobre o meio ambiente, contudo, tal equilíbrio seria incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitada do lucro por empresas econômicas dedicadas, por definição, a esse objetivo, num mercado global de livre competição. Ou seja, o futuro da humanidade, do ponto de vista ambiental, não poderá ser capitalista.

O desconhecimento sobre as relações de causa e efeito que podem estar associadas à ocupação das zonas costeiras pode condená-las ao desaparecimento. Em situações como a ocupação de áreas próximas a zonas úmidas, com lençol freático pouco profundo e o uso acima da capacidade suporte, não se é possível precisar qual seria a amplitude da alteração causada pela mudança do uso da terra.

Na região de Mata de São João ocorrem agressões ao meio ambiente que têm reflexos futuros imprevisíveis, apesar dos ecossistemas costeiros estarem contemplados de forma específica na legislação brasileira. São espaços territoriais especialmente protegidos, em parte por serem consideradas Áreas de Preservação Permanente (Decreto-lei nº 4771/65; Resolução CONAMA nº 303/02), em parte por pertencerem ao bioma da Mata Atlântica, o qual é protegido por diversos diplomas legais.

Dentre os inúmeros serviços desempenhados pelos ecossistemas costeiros que necessariamente devem ser conservados, vale destacar: os bancos de germoplasma (biodiversidade); a redução das temperaturas; a manutenção do microclima ameno; a estabilização do regime das chuvas; produção de água; fertilização dos solos; manutenção da umidade relativa do ar e filtragem das águas; inibição dos processos erosivos, combatendo a desestabilização dos terrenos, da linha da costa e das áreas marginais de cursos d'água e alagados; absorção de energia solar, mantendo a produtividade primária – fator chave para a existência e perpetuação das teias alimentares (flora e fauna) e de suas múltiplas interações ecológicas (entre organismos e com o ambiente físico), da biodiversidade e da regulação e manutenção dos ecossistemas, promovendo a qualidade ambiental; fixação dos nutrientes no solo; absorção de gás carbônico; solubilização de minerais e manutenção das características originais da paisagem, em seus aspectos estéticos e cênicos, através da conservação do mosaico de formações vegetais.

A perda destas áreas legalmente protegidas, mas irresponsavelmente ocupadas, configura a redução do cumprimento de suas múltiplas funções ou serviços ambientais, ferindo os princípios da proteção, conservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, da biodiversidade e da integridade do patrimônio genético, os quais são citados pela Constituição Federal, art. 225.

O referendo pela proteção da Mata Atlântica e ecossistemas associados, a exemplo da restinga, relaciona-se à ameaça de devastação e extermínio que paira sobre os ecossistemas inseridos neste Domínio, cujas áreas remanescentes representam apenas uma pequena porcentagem de sua área original, colocando em risco seus componentes e interações ecológicas, resultantes de um longo processo evolutivo.

Santos (1990, p.163) afirma que pela produção dos espaços, o homem modifica a natureza, chamada por ele de bruta, natureza natural, socializando o chamado ecossistema selvagem. Assim, é criada uma natureza transformada, natureza social ou socializada. A natureza é incorporada à produção e à vida do ser humano para que se imponha um novo comando sobre o tempo. Até os grupos sociais isolados criam uma natureza socializada, contudo esta relação se encontra muito distante

das condições produzidas pelos fenômenos urbanos de maiores extensões geográficas e dominadas pelo mercado financeiro e econômico.

O processo de urbanização produz diversos artefatos, entre eles formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas. A ação social que vem depois deve levar em consideração esses artefatos, pois muitos processos sociais se tornam fisicamente canalizados por esses artefatos. Assim com todo o dinamismo do capitalismo, tudo está sempre em transformação, escapam dos limites das formas fixas e são, portanto, instáveis (HARVEY, 2006, p.170).

Atualmente, a gestão descentralizada é apontada como a solução para os problemas da maior parte dos municípios brasileiros que celebram o “local” como a esfera mais apropriada para o planejamento e a execução de ações de cunho socioambiental, como é comumente proferido pelo *slogan* “verde”, “pensar globalmente e agir localmente”. Assim, o tratamento dos problemas locais se daria por meio de uma gestão detentora de mais conhecimento sobre a realidade e as necessidades locais. Contudo, percebe-se claramente que nem sempre o município representa a escala mais apropriada para conduzir as ações ligadas ao desenvolvimento local, vista que, normalmente, existe um conflito de interesses, necessidades e poderes entre os governantes e a população envolvida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se refletir acerca dos itens expostos neste estudo, percebeu-se que o território, enquanto elemento de construção histórica, social, cultural, ambiental, política, econômica, religiosa, pode ser apreendido através de marcas, cicatrizes, vestígios e sinais das transformações que se configuram em cada tempo, portanto, as territorialidades aqui foram compreendidas através dos próprios processos que as transformam.

Buscou-se estabelecer inúmeras confrontações acerca das formas do ser humano se relacionar com a natureza, ocupar, utilizar e se apropriar dos espaços, a partir de relações de poder e dominação, concretas ou subjetivas, modificando-os para atender as necessidades características de cada sociedade.

Interfaces foram feitas entre os fenômenos contemporâneos, as diferentes culturas, as políticas e o ambiente natural na zona costeira de Mata de São João, permitindo engendrar um diálogo entre as escalas de comando daquele território e compreender o grau de interferência de cada escala. Logo, ficou evidente que ali havia uma relação muito estreita entre a escala global e as demais escalas, sobretudo a regional e a local.

Constatou-se, inclusive, que estas escalas territoriais fortaleceram o conteúdo das pressões sobre o meio ambiente e, ao longo dos anos, promoveram alterações na qualidade ambiental, demarcadas pelo processo globalizador hegemônico, o qual estabeleceu os critérios de dominação do capital financeiro, da especulação e da mercantilização naquela área.

Foi possível observar que se trata de uma região com ocupação antiga, que desenvolveu uma rede socioeconômica ainda em tempos coloniais, cujas principais atividades econômicas, sobretudo as tradicionais, como o artesanato, a agricultura familiar, o extrativismo vegetal e animal e a fruticultura, voltadas basicamente para o

consumo e para a comercialização do excedente, por muito tempo permaneceram as mesmas.

As transformações que ocorreram lentamente nos séculos XVII, XVIII e XIX não demonstram uma redefinição radical da região, contudo, a inserção do turismo e a especulação imobiliária no final do século XX provocaram mudanças significativas nos modos de viver da população, que deixou de ser tradicionalmente rural e passou a se constituir em citadina, alicerçada nos serviços relacionados ao turismo.

Pode-se dizer que todas as atividades desenvolvidas ao longo dos séculos degradaram de forma diferenciada o território estudado e, apesar da pecuária ter sido responsável pela devastação de extensas áreas de restinga, o modo de vida que se desenvolveu atrelado a esta atividade parece ter assegurado, até meados do século XX, boa parte das condições naturais originais e a conservação da maior parte dos ecossistemas – o próprio estágio de desenvolvimento das forças produtivas associadas à pecuária e à agricultura familiar manteve por um longo período a integridade dos ambientes naturais e a salvo das interferências humanas que foram geradas posteriormente em função do mercado imobiliário e do turismo.

Os levantamentos feitos para esta pesquisa denunciaram que os primeiros impactos ambientais significativos foram, paradoxalmente, causados pela implantação do Distrito Florestal do Litoral Norte, responsável pela destruição de florestas, com repercussões sobre a flora, a fauna e os recursos hídricos, perdendo-se com isso a possibilidade de conhecimento sobre a biodiversidade e a fragilidade do local na sua totalidade.

Contudo, as atividades imobiliárias e turísticas foram as grandes responsáveis pelos novos impactos sociais e ambientais, fomentados por políticas extremamente protecionistas dos grandes capitais, a exemplo da criação do Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João, do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município e de outros diplomas estaduais e municipais que estabeleceram novos parâmetros para o uso e a ocupação do solo na área no litoral daquele município, permitindo a execução de projetos hoteleiros e residenciais

desvinculados da realidade social e da fragilidade ambiental daquela área. Concebido como uma atividade econômica voltada para o mercado internacional, o turismo aparentemente privilegiou o natural em detrimento ao social.

Observou-se que o meio ambiente foi priorizado exclusivamente em campanhas publicitárias que enaltecem os programas ditos preservacionistas e sustentáveis mas, na prática, eles serviram apenas para viabilizar a própria lógica de apropriação privada da natureza e de consumo dos espaços naturais, conforme foi detectado através da análise da ocupação territorial das fotografias aéreas, nos períodos estudados.

Embora diversos mecanismos menos agressivos ao meio ambiente tenham sido incorporados aos processos de licenciamento ambiental, os quais só alcançam a face leste da Linha Verde, não puderam conter a ordem “natural” de expansão e de mercantilização. O meio ambiente foi espetacularizado e consumido como qualquer outro produto difundido e estimulado pela mídia para satisfação dos desejos e expectativas de uma sociedade, movida pela ansiedade e pela insatisfação. Enquanto isso, a face oeste da rodovia, desprovida de planejamento territorial, licenciamento e fiscalização ambiental, foi ocupada desordenadamente e muitas áreas naturais foram devastadas sem nenhum dispositivo de controle.

A natureza panorâmica do Litoral de Mata de São João, antes bruta e agora uma paisagem plasmada pelo homem, passou a ter valor de mercado, tendo sua negociação e ocupação agenciadas por interesses hegemônicos, que se organizaram sobre os conjuntos naturais existentes e apartaram a população nativa dos seus meios tradicionais de subsistência.

O impacto das ocupações decorrentes dessas atividades sobre o meio ambiente, que se iniciaram na década de 1980, ficou mais evidente a partir do ano de 2003, com a instalação de empreendimentos turísticos e residenciais, que embora não prescindam dos atributos e recursos naturais e paisagísticos, promoveram a desfiguração do local. Os dados evidenciaram que em 1989, apenas 2,1% do território era ocupado – realidade totalmente diferente da registrada no ano de 2010,

quando cerca de 13%, foi ocupado em áreas de restinga e próximas às zonas úmidas e aos cursos d'água.

Em paralelo, novas legislações federais foram criadas para proteção dos ecossistemas costeiros e das Áreas de Preservação Permanente, a exemplo da Resolução CONAMA nº 303/2002, da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) e das Resoluções CONAMA nº 417/2009 e nº 437/2009, contudo, verificou-se que, as transformações socioambientais ocorreram à revelia, de forma progressiva e irresponsável.

Entendeu-se, portanto, que a transformação daquele território foi induzida por um conjunto de forças externas, que derivou numa sequência de reações que expressam em alguns momentos como movimentos de rupturas e mudanças e em outros, como permanências e resistências, dando origem a espaços estriados, sobrecodificados e agenciados por um mercado formal capitalista, além de espaços lisos, desterritorializados. A interação política, econômica, social e cultural entre os diferentes elementos configuraram o resultado de jogos de oferta e de procura, que provêm dos indivíduos, grupos, organizações, empresas, permitindo assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, apropriado, alocado e/ou possuído.

Nesta perspectiva de integração das escalas espaciais de controle político, cultural e, sobretudo, econômico do litoral de Mata de São João, foram traçados perfis para melhor atender às estratégias de dominação e acumulação de capital. Além dos fenômenos globais, percebeu-se também haver uma influência regional sobre a dinâmica que se instaurou naquele município, modificando as relações sociais que, ao mesmo tempo, denotam modos de vida decorrentes da intensidade de eventos e dos ritmos urbanos metropolitanos, enquanto ainda preserva uma relação direta e orgânica com a cadência dos processos da natureza, o que pode ser facilmente constatado pela manutenção das atividades tradicionais em diversas localidades. Contudo, a incessante busca pela incorporação de novos espaços para o desenvolvimento da atividade imobiliária e turística ameaça a continuidade destas atividades tradicionais e da ruralidade que ainda pode ser encontrada (fig. 120).



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2010.

Observou-se que o processo de regionalização que constituiu a Região da Costa dos Coqueiros teve o foco direcionado sobre a exploração das potencialidades naturais, tornando-se a característica predominante das diretrizes ali implantadas, tanto as de planejamento regional como a de políticas públicas estaduais e municipais, as quais possibilitaram a criação de infraestrutura para a implementação das atividades turísticas e imobiliárias.

Na dinâmica territorial de Mata de São João foi possível observar que a dimensão econômica predomina nas diversas formas de planejamento, uso e apropriação do solo. São modos de ocupação que provocam impactos ambientais através da supressão da vegetação de restinga, na maioria dos casos, em estágios médio e avançado de regeneração (fig. 121), pautados na própria legislação ambiental que confere aos órgãos ambientais de diferentes instâncias o poder de autorizar este tipo de prática e, embora os demais municípios do Litoral Norte ainda estejam mais distantes dessa realidade, as atividades ao longo prazo tendem a se homogeneizar, e, como se trata de uma tendência, pode-se supor que as localidades mais ao norte da região seguirão na mesma direção.

Figura 121 – Supressão de áreas de vegetação de restinga para instalação do empreendimento Iberostar.



Fonte: Acervo do INEMA, 2010.

Verificou-se que a horizontalidade das arquiteturas dos empreendimentos turísticos e turístico-residenciais é positiva do ponto de vista de tentar preservar a paisagem, porém promove uma maior ocupação e utilização do solo para diversas finalidades, como gramados, pátios, campos de golfe (fig. 122 e 123). Assim, a introdução de novos elementos, com conseqüente aumento dos fatores de estresse (demanda de abastecimento de água e geração de resíduos e efluentes), além da capacidade de suporte do meio, alteraram a qualidade ambiental e promoveram desequilíbrios nos ecossistemas, sobretudo nas zonas úmidas e recursos hídricos de uma maneira geral.

Figuras 122 e 123 – Áreas ocupadas com construções horizontais e utilizadas para atividades esportivas e recreativas da Costa do Saúipe (respectivamente).



Fonte: Acervo do INEMA, 2010.



Fonte: Acervo do INEMA, 2010.

Apoiado pelo poder público municipal e estadual, o capital estrangeiro e nacional é o principal protagonista destas alterações. A predominância da condição rural no município, observada na manutenção das atividades extrativistas, ainda que ameaçada, hora alicerça a negociação de suas terras e sua ruralidade, hora redefine a perspectiva de ampliação dos limites urbanos.

Neste contexto, a conexão entre o rural, a natureza e o ambiente litorâneo compõe uma paisagem atrativa e representa a perspectiva de acumulação e negociação dos espaços do município. Assim, surgiu a possibilidade de desenvolvimento para Mata de São João que, ao longo dos anos, criou vantagens locais sobre os demais municípios do Litoral Norte e designou o mercado turístico e imobiliário como a forma mais lucrativa de comercializar suas terras e expandir as delimitações legalmente permitidas para ocupação.

A apropriação privada da natureza, alicerçada nas políticas públicas protecionistas dos grandes capitais, promoveram transformações ambientais decorrentes das dinâmicas regionais e de territórios outros nutridos pelo mundo globalizado. A manutenção da concentração fundiária conservando padrões coloniais se reafirma nos dias atuais através da negociação de extensas áreas para as grandes redes hoteleiras internacionais que, desde o final do século XX, vêm se apropriando de expressivas parcelas daquele território para implantação de mega *resorts* e estabelecendo assim as conexões entre o global e o local.

Desta forma, confirmou-se a hipótese que norteou os questionamentos e as análises tecidas no corpo desta pesquisa. Os processos que envolveram a dinâmica de ocupação territorial da área estudada, provocaram fortes pressões antrópicas, causando impactos significativos ao ambiente natural e criando novas configurações espaciais que remetem ao discurso e às estratégias das elites hegemônicas, as quais detêm o controle sobre aquele território.

Constatou-se que, embora o desenvolvimento sustentável esteja nas diretrizes que norteiam as principais políticas públicas territoriais e ambientais, a maior parte delas não chega a considerar, de fato, a situação da população autóctone ou nativa, o potencial para os modos de vida tradicionais, a fragilidade e saturação dos recursos naturais. Verificou-se inclusive, que houve avanços nos diplomas federais para a proteção dos ecossistemas litorâneos, contudo, nos âmbitos estaduais e municipais, foram criadas legislações de caráter estritamente “ambiental” que, contraditoriamente, viabilizaram a ocupação, a supressão da vegetação de restinga, a descaracterização dos ecossistemas e a degradação ambiental.

Ao final deste estudo surgiram algumas reflexões céticas quanto à possibilidade de se conviver harmonicamente com a natureza e manter as tradições culturais num mundo cada vez mais globalizado e comandado pelo capital. Por outro lado, não se trata de pregar por um retorno à civilização primitiva, nem uma espécie de antitecnologia, trata-se de uma busca pela construção dos espaços e preservação da história (onde se inserem os ecossistemas, os territórios, os povos, os blocos regionais, os países e o mundo) norteada pela primazia da cidadania e de um ambiente heterogêneo, politizado, sobre as ganâncias, interesses, vontades e caprichos de empresários e governantes.

Por outro lado, percebeu-se que a difusão de padrões culturais e das formas globais de organização econômica e cultural nos territórios, ao mesmo tempo em que tentam pasteurizar a cultura universal ou homogeneizar valores, hábitos e costumes, fortalecem a busca da identidade dentro da homogeneidade e, portanto, enaltecem a valorização das particularidades dos saberes populares (fig. 124), ressaltando os

atributos próprios dos locais, suas especificidades e, por último, suas vantagens competitivas.

Figura 124 – Instrumentista nativo preparando o pandeiro para o samba de roda típico da Bahia.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2010.

O litoral de Mata de São João é um recorte que retrata uma realidade mundial, onde a destruição progressiva da vida – produzida pela artificialização humana e da natureza – não poderá se prolongar ao infinito. Ao mesmo tempo em que se abrem novos caminhos incertos, constata-se a necessidade de reconciliação do ser humano com o seu ambiente, reconhecendo o que a natureza oferece e o patrimônio que ela representa, para que este patrimônio possa ser transmitido para as próximas gerações.

Atualmente, após anos de saturação da natureza, cada vez mais os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. Não se trata apenas de proteger a natureza, mas de uma ofensiva para reparar os estragos que ameaçam a sobrevivência humana no planeta.

Portanto, é importante reconhecer que a luta contra uma força hegemônica para fazer as questões ambientais penetrarem na consciência da sociedade civil ainda deverá percorrer um longo caminho e romper com os paradigmas nos quais vigoram, com o apoio da produção simbólica, apelativa e sedutora difundida pelas mídias,

produzindo visões caricatas segundo as quais, meio ambiente significa a utilização de forma leviana e utópica dos verbetes “verde, ecológico, sustentável”, ao invés de compreender que a natureza é a base material e ao mesmo tempo subjetiva das condições de vida e de trabalho e sustento das populações (fig. 125 e 126).

Figura 125 e 126 – Artesãs utilizando palha de piaçava para confecção de bolsas e pesca tradicional realizada na Praia de Santo Antônio (respectivamente).



Fonte: Acervo do Instituto Imbassaí, 2007.



Fonte: Acervo pessoal de Geneviève Larivière, 2010.

Diante disso, a integração da problemática ambiental deve continuar a ser pensada não só como uma coação substantiva às margens de liberdade do esforço do planejamento ambiental, mas também como potência relevante de recursos disponíveis em cada contexto ecológico e social, potencial este a ser identificado e valorizado por meio de pesquisa científica de ponta associada ao saber tradicional da população, pois, a percepção do meio ambiente enquanto potencial desconhecido, ou pouco explorado de recursos mobilizáveis para a satisfação das necessidades básicas, está condicionada à formação de uma base social de apoio à preservação da qualidade ambiental.

Na contemporaneidade, a ideia de desenvolvimento assumiu nuances diversas, caracterizando um movimento que em última instância, parece buscar respostas para explicar e intervir no complexo contexto que as sociedades hoje enfrentam: o grande avanço tecnológico e das comunicações em diversas áreas tem impulsionado as potencialidades produtivas e econômicas. Entretanto, não indicam rebatimentos positivos efetivos para a melhoria das condições de vida da maioria da

população mundial, mundial, que exhibe a ampliação das desigualdades, da pobreza e da exclusão social.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que na estrutura das novas teorias e conceitos de sobrevivência da espécie humana existe o reconhecimento da necessidade de instauração de uma nova ordem, onde aspectos até então negligenciados tais como a sustentabilidade ambiental, a distribuição das riquezas, a inclusão social, as especificidades culturais, ganham destaque, na perspectiva da busca do desenvolvimento.

Com efeito, ao se tomar como referência a realidade de Mata de São João, observa-se que a conjunção de uma herança histórica de concentração fundiária, exploração dos recursos naturais e um padrão de desenvolvimento concentrador de renda, riqueza e poder, impõem à perspectiva de desenvolvimento o enfrentamento das consequências deste contexto a partir da integração entre as políticas de desenvolvimento e de sustentabilidade socioambiental. No contexto do desenvolvimento turístico, observa-se que o turismo, enquanto espaço de valorização do capital, tem movimentado a economia deste município, o que não significa, entretanto, que a distribuição dos benefícios gerados tenha ocorrido a favor da população local, nem da proteção dos seus atributos naturais.

A análise cronológica do modelo de ocupação territorial de Mata de São João, potencializado pela melhoria na infraestrutura e pelos processos de globalização e regionalização ocorridos nas últimas décadas, induz a uma perspectiva futura obscura e lamentável. Desta forma, construir um modelo de desenvolvimento, baseado na valorização dos recursos internos como meras vantagens locacionais, trata-se apenas na repaginação do velho modelo, pois projetos e planos “esverdeados” dão continuidade ao atual modelo de ocupação e ao consumo dos recursos naturais. A valorização dos recursos endógenos deve estar fundamentada na capacidade organizacional das comunidades de se reapropriar da sua própria história, do seu território e no desencadeamento de processos pautados na participação, mobilização e engajamento da população envolvida.

Assim, a possibilidade de efetivar as políticas públicas, sejam elas especificamente de cunho ambiental ou sejam voltadas para o desenvolvimento turístico, depende do exercício da cidadania, da participação social e econômica, da qualificação das estruturas internas, de avaliações e mensuração dos impactos isentas e, sobretudo, consideradas no processo.

É imprescindível conscientizar que as ações devem ter a população e o meio ambiente como foco e não como cenário, ou pano de fundo, compondo um produto ofertado para ser consumido *in loco*, diferentemente de outros bens de consumo que podem ser deslocados para outro espaço, reforça a necessidade de ações dinâmicas, integradas, articuladas, criativas, transversais e multidimensionais.

Todo desenvolvimento é almejado, idealizado como um processo que conduz a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Na prática, observa-se que a diversidade de aspectos, visões e conceitos que compõem este ideal, o torna de grande complexidade e de difícil aplicabilidade, principalmente quando a referência é uma realidade com características tão diversas e multidimensionais como a que foi aqui apresentada.

A ideia de sustentabilidade nos processos de desenvolvimento, configurada a partir do equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais, ambientais, territoriais, culturais, que reflitam políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízos ao ambiente e aos recursos naturais, remete imediatamente à necessidade de construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento humano, a partir do pensamento sobre o indivíduo como a mola propulsora do desenvolvimento, na medida em que possa atuar como um agente livre e consciente, sem que haja privação de liberdade que limite escolhas e oportunidades dos indivíduos de exercerem o seu papel na sociedade. Entretanto, esta liberdade deve estar pautada na democracia, na igualdade de direitos e na equidade social.

Um grande desafio para a sociedade atual, marcada/guiada pela irracionalidade é viver numa contradição constante. O receituário capitalista penetrou os anseios, desejos, vontades e sonhos humanos e ao mesmo tempo foi travada uma luta no

mundo das idéias ou das ideologias. A aglomeração humana em determinados locais, inserindo eventos e dinâmicas urbanas, modifica a proposta de busca por um equilíbrio perdido, pela quietude e paz interior, extirpando as possibilidades de solidão, condição fundamental para qualquer profundidade de meditação, de caráter ou de contemplação da beleza e da grandeza natural, os quais representam o berço dos pensamentos, aspirações e reflexões que conduzem à consciência individual e coletiva.

Assim, a partir das considerações que aqui foram feitas, pode-se afirmar, não para concluir, mas para finalizar este estudo, que as investigações sobre os fenômenos sociais históricos e contemporâneos e seus rebatimentos sobre os ambientes naturais, as culturas e os modos de vida das populações têm uma importante função nas análises que abrangem diversas áreas do saber sobre as territorialidades, além de exercerem um papel de indiscutível relevância, sobre a compreensão dos processos subjetivos e concretos de construção e transformação dos territórios.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em movimento**. Brasília: Relume Dumará, 2004. p. 23-69

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v.11, n.1, p. 23-32, Jan./Jun.2010.

\_\_\_\_\_. **Transformações territoriais de rural a metropolitano**. São Paulo: Editora Alínea, 2008. p. 70-73

AMARAL, Erenilda Custódio dos Santos. **Mata de São João**: um registro de memória. Salvador: Gráfica Santa Marta, 2012. 300 p.

AMARAL, Braz do. Notas sobre a história do Brasil. In: SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. v.2.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE-LIMA, Dárdano. Recursos vegetais de Pernambuco. **B. téc. Inst. Pesq. Agrônôm.**, Recife, n. 41, p. 1-32, ago.1970.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Editora Itapuã, 1969. 357 p.

BAHIA. CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.  
**Diagnóstico socioambiental dos municípios de Mata de São João e Entre Rios – Ba.**  
Salvador, CONDER, 2001. 89 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 11.476, de 01 de julho de 2009.** Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA do Litoral Norte. **Diário oficial da Bahia**, Ano XCIII, n. 20.022, Salvador, BA, Jul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.046, de 17 de março de 1992.** Cria a área de proteção ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislação/83859/decreto-11046-92-bahia-ba>>. Acesso em: 27/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 12.353, de 25 de agosto de 2010.** Altera o Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008, que regulamenta a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislação/83859/decreto-12353-10-bahia-ba>>. Acesso em: 27/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010.** Institui o programa territórios de identidade e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao.br>>. Acesso em: 27/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012.** Aprova o regulamento da lei nº 10.431, de 20 de Dezembro de 2006, que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção a Biodiversidade do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.sisflora.com.br/index.php?option=com=37/>>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar estadual nº 30 de janeiro de 2008.** Dispõe sobre a inclusão dos municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João na Região Metropolitana de Salvador, e dá outras providências. Disponível em: <[http://pt.wikisource.org/wiki/Lei\\_complementar\\_estadual\\_da\\_Bahia\\_30\\_de\\_2008](http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_complementar_estadual_da_Bahia_30_de_2008)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei complementar estadual nº 32 de 22 de janeiro de 2009.** Institui o município de Pojuca como parte integrante da Região Metropolitana de Salvador e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70084/lei-complementar-32-09-bahia-ba>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/legislacao/85743/lei-10431-06-bahia-ba](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85743/lei-10431-06-bahia-ba)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 11.476 de 01 de julho de 2009.** Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA do litoral Norte, e dá outras providências. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br/legislacao/817903/lei-11476-09-bahia-ba](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/817903/lei-11476-09-bahia-ba)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011.** Altera a lei nº 10.431, de 20 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção a Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de Outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de Junho de 2008, que reestrutura o grupo ocupacional fiscalização e regulação. Disponível em: <[www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation.pdf](http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation.pdf)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_ . **Resolução CEPRAM nº 1.040, de 21 de fevereiro de 1995.** Aprova o plano de manejo da área de proteção ambiental (APA) do Litoral Norte do estado da Bahia. Disponível em: <[http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao\\_cepram/resolucao-1040-21-fevereiro-1995.pdf](http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/resolucao_cepram/resolucao-1040-21-fevereiro-1995.pdf)>. Acesso em: 27/09/2012.

\_\_\_\_\_ . **Resolução CEPRAM nº 3.813 de 20 de dezembro de 2007.** Esclarece os critérios para o uso e ocupação do solo na Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia e altera o caput do art. 7º da Resolução CEPRAM nº 1040/1995, que aprova o seu Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em: <[www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/resolucoes/resolu-o-cepram-n-3013/pdf](http://www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/resolucoes/resolu-o-cepram-n-3013/pdf)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_ . **Resolução CEPRAM nº 3.847 de 25 de abril de 2008.** Insere parâmetros para o uso e ocupação do solo para empreendimentos na Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia estabelecidos na Resolução CEPRAM nº 1040/1995 que aprova o seu Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em:

<[www.meioambiente.ba.gov.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/resolu%C3%A7%C3%A3o\\_cepram/resolu%3ca7%/pdf.](http://www.meioambiente.ba.gov.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/resolu%C3%A7%C3%A3o_cepram/resolu%3ca7%/pdf.)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_. SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Gerco Litoral Norte** – Diagnóstico sócio ambiental consolidado numa proposta de zoneamento e plano de gestão. Bahia: SEMARH, 2003. 159 p.

\_\_\_\_\_. SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Gerco Litoral Norte** – Sistema de Informações geográficas para o suporte à gestão e ao monitoramento do Litoral Norte do estado da Bahia. Bahia: SEMARH, 2006. 30 p.

\_\_\_\_\_. SEPLANTEC – Centro de Planejamento da Bahia. **Impacto sobre o urbano e o regional das atividades de reflorestamento e imobiliária na área do Litoral Norte**. Salvador: CEPLAB, 1982. 61 p.

\_\_\_\_\_. SETUR – Secretaria de Turismo. [online] **Prodetur**. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/sct/prodetur.htm>>. Acesso em: 22/09/2012.

\_\_\_\_\_. SETUR – Secretaria de Turismo. [online] **Suinvest**. Disponível em: <[www.setur.ba.gov.br/institucional/estrutura/suinvest/](http://www.setur.ba.gov.br/institucional/estrutura/suinvest/)>. Acesso em: 20/01/2013.

BALDESSARINI, Sonia Ricon. **A arquitetura da “Casa da Torre de Garcia D’ávila”**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, FUNCEB, EGBA. Coleção Selo Editorial Letras da Bahia, 2001, 147 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A casa da torre de Garcia D’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 695 p.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 1-20.

\_\_\_\_\_. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14 001.** Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. Disponível em: <<http://www.ccta.ufcg.edu.br/admin.files.action.php?action=download&id=221>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 17 de Fev.1986. p. 2548- 2549.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 11, de 3 de dezembro de 1987.** Dispõe sobre a declaração, como Unidades de Conservação, de várias categorias de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 18 Mar. 1988. Seção 1, página 4563.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 10 de 06 de dezembro de 1990.** Disponível em: <[www.dnmp-pe.gov.br/legisla/Com\\_10\\_90.htm](http://www.dnmp-pe.gov.br/legisla/Com_10_90.htm)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 22 Dez. 1997. Seção 1, nº 247, página 30841-30843.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 303, de 20 de março de 2002.** Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente. **Diário oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 20 Mar. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acesso em: 05/05/2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 302 de 20 de março de 2002.** Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Disponível em: <[www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30202.html](http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30202.html)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 341 de 25 de setembro de 2003**. Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 3 Nov. 2003. Seção 1, nº 213, página 62.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 417 de 23 de novembro de 2009**. Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 24 Nov. 2009. Seção 1, nº 224, página 72.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 437 de 30 de dezembro de 2011**. Aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado da Bahia, de acordo com a Resolução nº 417, de 23 de novembro de 2009. **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 03 Jan. 2012. Seção 1, nº 2, página 114-117.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 14/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o código florestal que com este baixa. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116688/decreto-23793-34>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938**. Aprova e baixa o Código de Pesca. Disponível em: < <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1938-10-19;794>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 852 de 11 de novembro de 1938**. Mantém, com modificações, o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103259/decreto-lei-852-38>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de março de 1940.** Define o Código de Minas. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111067/codigo-de-minas-de-1940-decreto-lei-1985-40>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.894, de 20 de outubro de 1943.** Aprova e baixa o Código de Caça. Disponível em: < <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943-10-20;5894>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.471 de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo código florestal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967.** Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/2697385/decreto-lei-221-67>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 227 de 28 de fevereiro de 1967.** Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0227.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial de 12 de maio de 1980.** Aprova a política nacional para recursos do mar. Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/2relat\\_cap1\\_Marinha.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/2relat_cap1_Marinha.pdf)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei complementar nº 14 de 08 de junho de 1973.** Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011.** Fixa as normas, nos termos dos incisos III, IV e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas a proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Disponível em: <  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/Lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Lcp140.htm)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988.** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 21/01/2013.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_ . **Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11428.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.html)>. Acesso em: 22/01/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. MMA – Ministério do Meio Ambiente. [online] **Lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, 2003.** Disponível em:< <http://www.meioambiente.es.gov.br/download/NovaListaFaunaAmeacaMMA2003.pdf>>. Acesso em: 03/12/2012.

\_\_\_\_\_. MT – Ministério do Turismo. [online] **Origem e destino dos fluxos, 2010.** Disponível: < <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/system/modules/br.gov.turismo.dadosfatos/templates/home/home.pdf>>. Acesso em: 03/12/2012.

BRAZIL, Tania K.; PINTO-LEITE, Clarissa M.; ALMEIDA-SILVA, Lina M.; LIRA-DA-SILVA, Rejâne M.; BRESCOVIT, Antonio D. 2009. Aranhas de importância médica do estado da Bahia, Brasil. **Gaz. méd. Bahia**, v.79 (Supl.1), p. 32-37, 2009.

BRUNO, Regina. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. In: LIMA, Eli Napoleão de et. al. (Org.) **Mundo rural IV**- configurações rural–urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. p. 57-68

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável** – Metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 177 p.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000. 590 p.

CEPF – Critical Ecosystem Partnership Found. [Internet]. **Mata Atlântica Hotspot de Biodiversidade, 2001**. Disponível em: <  
<http://www.cepf.net/Documents/final.portuguese.atlanticforest.pdf>>. Acesso em: 03/12/2012.

CONSERVAÇÃO internacional. [Internet] [www.conservation.org.br](http://www.conservation.org.br). Acesso em: 23/02/2013.

COUTO-FERREIRA, Danilo; TINÔCO, Moacir S.; TRAVASSOS, Magno L.O.; BROWNE-RIBEIRO, Henrique C.; FAZOLATO, Cecil Pergentino; MARQUES, Ricardo; BARRETO, Gilvana Santos; DIAS, Marcelo A. 2011. Restinga lizards (Reptilia: Squamata) at the Imbassaí Preserve on the northern coast of Bahia, Brazil. **Biodiversity Science**, v. 3, n. 8, 2011.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. [Internet] [www.cprm.gov.br](http://www.cprm.gov.br). Acesso em 13/12/2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, 2007. p. 269

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo et al. (coord.). **Políticas públicas ambientais**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2009. 475 p.

EGLER, C.A.G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo, C.C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ELLENBERG, G.H.; MUELLER-DOMBOIS, D.D. Tentative of a physiognomic-ecological classification of the earth. **Separata. Ber. Geobot. Inst. ETH**, v. 37, p. 21-55, 1965. apud IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro.92p. (Séries Manuais Técnicos em Geociências, n. 1). 1992.

FARIA, Gabriella Almeida de; MELLO, Márcia Couto; SABACK, Virginia; SILVA, MORAES, Ariadne; BITTENCOURT, Márcia. . [CD- ROM] Searching for new paradigms ethics and aesthetics for the companies in the 21st century. In: CESCHIN, Fabrizio; VEZZOLI, Carlo; ZHANG, Jun. **Sustainability in Design: Now!** Bangalore: Lens, v.1, p. 121-127, 2010.

\_\_\_\_\_. [CD- ROM] **A estética das empresas no século XXI**. In: Anais do VI Colóquio de moda, Universidade Anhembi, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. [CD-ROM] **Composição florística e aspectos fitofisionômicos de um trecho de restinga de Praia do Forte/BA.** In: Anais do XXIV Encontro Regional de Botânicos, Ilhéus/BA, 2002.

\_\_\_\_\_. [CD-ROM] **Fitossociologia em um trecho de restinga em moitas, Praia do Forte/BA.** In: Anais do 55º Congresso Nacional de Botânica, Viçosa/MG, 2004.

FERRI, Mário Guimarães. **Vegetação Brasileira.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 13-21

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. De povoado de Santo Amaro de Ipitanga a município de Lauro de Freitas. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SCHWEIZER, Peter José (Org.). **Transformações territoriais; de rural a metropolitano.** São Paulo: Alínea, 2008. p. 17-48

FORMAN, R. T. T. & GRODON, R. 1986. **Landscape ecology.** John Wiley & Sons, Inc. New York. 712 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 5ª edição, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** 33ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.

Folha de São Paulo. [Internet] **Visitantes fogem para as praias do Litoral Norte da Bahia.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1194647-visitantes-fogem-para-as-praias-do-litoral-norte-da-bahia-htm>>. Acesso em: 03/12/2012.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil.** 2. ed. Bahia: Conselho Federal da Cultura, 1971. 133 p.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil – Bahia, Sergipe, Espírito Santo.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1998. 540 p.

GAIA Consultoria em Recursos Naturais Ltda. **EIA/RIMA Empreendimento Reserva Imbassaí.** Salvador/BA: GAIA, 2004.

GARRIDO, Juliana Menezes. **Ações de gerenciamento ambiental na Praia do Forte: aspectos positivos e negativos.** 2000. 59 f. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, Pós graduação em Gerenciamento Ambiental, Salvador, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 217 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** São Paulo: Papyrus, 2009.

GUERREIRO, Cristina. **Indicadores de desenvolvimento sustentável, aplicados em sistema de informação geográfica (SIG), para o Litoral Norte da Bahia.** 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Regional Global – Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, v. 1, n.2, p. 39-52, Ago.2007.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Editora Contexto, 2002. 173 p.

HARTMANN, Analúcia de Andrade. Políticas públicas ambientais: a atuação do Ministério Público. In: D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo et al. (coord.). **Políticas públicas ambientais**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2009. 475 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 252 p.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 341 p.

HENRIQUE, Wendel. 2004. 225p. **O direito a natureza na cidade**. Ideologias e práticas na história. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do censo demográfico 2010: resultados da sinopse por setor censitário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 02-37

\_\_\_\_\_. **Flora das restingas do Litoral Norte da Bahia; Costa dos Coqueiros e Salvador**. Salvador: IBGE, 2004. 137 p.

\_\_\_\_\_. [CD-ROM] **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.11.

\_\_\_\_\_. [Internet] [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em : 20/02/2013.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação Federais**. Brasília/DF: Gráfica Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório técnico proposta de retificação e atualização dos limites da reserva biológica de Santa Isabel no Estado de Sergipe**. Sergipe: ICMBIO, 2010. 36 p.

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB resultados e metas**. Disponível em: < [www.ideb.inep.gov.br/resultado](http://www.ideb.inep.gov.br/resultado)>. Acesso em: 20/01/2013.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Red list of threatened species, 2007**. Disponível em: < <http://www.iucnredlist.org/> >. Acesso em: 03/12/2012.

JORNAL A TARDE. Salvador. Caderno de Classificados / Imóveis. ed. 25996, 28 abr. 1990.

KOTTAK, Conrad Phillip. **Assault on paradise-** the globalization of a little community in brazil. 4. ed. Michigan: The McGraw. Hill Companies, 2006. 222 p.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFEVBRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

\_\_\_\_\_. **Introdução à modernidade** - prelúdios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p.155-183.

LIMA, Carlos César Uchôa de. 2010. Evidências da ação tectônica nos sedimentos da formação barreiras presentes do litoral de Sergipe e ao norte da Bahia. **Revista de Geografia**, v. especial VIII SINAGEO, n. 1, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal:** ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

LÍRYO, Ronaldo da Silveira. **Modelo Sistêmico Integrado para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia**. 1996. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo**. Disponível em: <[www.ocomuneiro.com/nr09\\_04\\_micheallowy.html](http://www.ocomuneiro.com/nr09_04_micheallowy.html)>. Acesso em: 20/01/2013.

MAIA, Margareth Peixoto; SANTOS, Sidnei Sampaio dos. **Conservação e uso sustentável da biodiversidade no Litoral Norte da Bahia** – importância, ameaças e estratégias de conservação. Bahia: Ministério Público do Estado da Bahia, 2009.

MARCELINO, Emerson Vieira; NUNES, Lucí Hidalgo; KOBAYAMA, Masato. 2006. Banco de dados de desastres naturais: análise de dados globais e regionais. **Caminhos de Geografia**, v.6, n.19, p.130-149, 2006.

MARQUES, Ricardo; TINÔCO, Moacir S.; COUTO-FERREIRA, Danilo, FAZOLATO, Cecil Pergentino; BROWNE-RIBEIRO, Henrique C.; TRAVASSOS, Magno L.O.; DIAS, Marcelo A.; MOTA, João Vitor Lino. 2011. Reserva Imbassaí Restinga: inventory of snakes on the northern coast of Bahia, Brazil. **Journal of Threatened Taxa**, v.3, n.11, p. 2184–2191, 2011.

MARTINS, Maria Fernanda Raposo de Medeiros Tavares. O município e as políticas públicas ambientais. In: D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo et al. (coord.). **Políticas públicas ambientais**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2009. p. 172-193

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MATA DE SÃO JOÃO. **Lei nº 148 de 18 de abril de 2002**. Cria a Lei do Meio Ambiente do município de Mata de São João, dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <[www.matadesaajoao.ba.gov.br/](http://www.matadesaajoao.ba.gov.br/)>. Acesso em: 23/01/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 185 de 05 de setembro de 2003**. Cria o Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município da Mata de São João. Mata de São João: Prefeitura Municipal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 248 de 18 de maio de 2005**. Secretaria de Finanças de Mata de São João, dispõe sobre a relação de valores de terrenos, e dá outras providências. Disponível em: <[www.matadesaajoao.ba.gov.br/](http://www.matadesaajoao.ba.gov.br/)>. Acesso em: 23/01/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 278 de 11 de outubro de 2006**. Institui o plano diretor de desenvolvimento municipal de Mata de São João, e dá outras providências. Disponível em: <[www.matadesaajoao.ba.gov.br/](http://www.matadesaajoao.ba.gov.br/)>. Acesso em: 23/01/2013.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Espaço e sociedade na área de proteção ambiental do Litoral Norte da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano III, n.5, p. 105-114, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e Meio Ambiente no Litoral Norte da Bahia:** transição para a (in) sustentabilidade. Salvador, Série Estudos e Pesquisas, n.7, 2002. 127 p.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. **Bahia, século XIX** – uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 719 p.

MELLO, Márcia Maria Couto. 2011. 204 f. **Modas, arquiteturas e cidades:** interfaces, conexões e interferências. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Arquitetura, 2011.

\_\_\_\_\_; SILVA, Ariadne Moraes. Trans-territorialidades, modas e espaço urbano. In: MESQUITA, Cristiane; PRECIOSA, Rosane (orgs.). **Moda em ziguezague:** interfaces e expansões. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011. p.07

MENEZES, Christiano Marcelino; AGUIAR, Luciano Gomes P. de A.; ESPINHEIRA, Marcelo J. C. L.; SILVA, Vanessa Íris S. 2009. Florística e fitossociologia do componente arbóreo do município de Conde, Bahia, Brasil. **Revista Biociências**, v. 15, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. **Influência da Evolução Quaternária da Zona Costeira sobre a Vegetação de Restinga no Litoral Norte da Bahia.** 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007.

\_\_\_\_\_; TINÓCO, Moacir Santos; TAVARES, Márcio Hohlenwerger; BROWNE-RIBEIRO, Henrique Colombini; SILVA, Vinicius Sancho Andrade; CARVALHO, Pablo Amoedo de. 2007. Implantação, Manejo e Monitoramento de um Corredor Ecológico na Restinga no Litoral Norte da Bahia. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 5, supl. 1, p. 201-203, 2007.

MONTEIRO, Tânia Penido. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX** – Emigração e comércio. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, 1985. 189 p.

MORACE, Francesco. [Comunicação Pessoal] **Os cenários do consumo e os novos talentos da inovação.** In: 4º Seminário Internacional de Comportamento e Consumo, Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Roberto José. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações. In: LIMA, Eli Napoleão de et. al. (Org.) **Mundo rural IV-** configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. p. 143-168

MOREIRA, Iara Verocai Dias. **Vocabulário básico de meio ambiente**. Rio de Janeiro: Feema/Petrobrás, 1992. 246 p.

MURICY, Ivana Tavares. O éden terrestre: o consumo da cidade como mito. **Bahia Análise & Dados**, v.11, n.2, p. 225-250, 2001. MURICY, Ivana Tavares; SANTOS, Cândida Ribeiro.

\_\_\_\_\_. O turismo e as transformações socioculturais. **Análise & Dados**, v.11, n.2, p. 180-193, 2007.

PEREIRA, Maria das Graças Borja Gondim dos Santos. **Ordenamento do Território, densidades hoteleiras e seus efeitos sobre a paisagem no Litoral Norte do estado da Bahia, trecho Forte-Sauípe**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PHILIPPI – Jr. *et al.* **Gestão Ambiental Municipal**: subsídios para estruturação de sistema municipal de meio ambiente. V. 4. Salvador: CRA, 2004.

PILLAR, Valério de Patta. 1994. **Dinâmica temporal da vegetação**. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>>. Acesso em: 20/02/2013.

PINTO, Geraldo Carlos Pereira; BAUTISTA, Hortência Pousada; FERREIRA, Joana D'Árc Carmo Arouck. A Restinga do Litoral Nordeste do Estado da Bahia. In: L.D Lacerda; D.S.D. Araújo; R. Cerqueira & B. Turq (edit.). **Restingas**: Origem, Estrutura e Processos, Niterói, CEUFF, p. 195-216, 1984.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking do IDH dos municípios do Brasil 2006**. Disponível em: <[www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-Global-2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2013](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-Global-2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2013)>. Acesso em: 20/01/2013.

QUEIROZ, Alberto Luiz Cravo Pinto de; ALMEIDA, Isabela Correia. 1997. 134 f. **Porto Sauípe**: o traçado de uma linha e as transformações no verde. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Sociais, Universidade Salvador, Salvador, 1997.

QUEIROZ, E.P. 2007. Levantamento florístico e georreferenciamento das espécies com potencial econômico e ecológico em restinga de Mata de São João, Bahia, Brasil. **Biotemas**, v.20, n. 4, p. 41-47, 2007.

\_\_\_\_\_. 2001. 214 f. **A subfamília Faboideae (Leguminosae) nas restingas da costa norte do Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biologia, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora ática, 1993. 266 p.

RIZZINI, Carlos Toledo. 1963. Nota prévia sobre a divisão fitogeográfica (florístico-sociológica) do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XXV, n.1, p. 03-41, 1963.

SÁ, Francisco J. B. **O Romance da Torre**. 2 ed. Salvador: P&A, 2006. 178 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACRAMENTO, Michele Souto de Souza do; SANTOS, Noeme Silvia Oliveira. 1999. Breve avaliação da oferta dos serviços de infraestrutura nos municípios da APA Litoral Norte da Bahia. **Série Estudos e Pesquisas**, n.82, p. 199-222, 2009.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental – conceitos e métodos**. São Paulo Oficina de textos, 2008.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço - Diálogos em torno da construção do significado uma categoria**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, São Paulo, ano. 1, n.1, p.7-13, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990. 236 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. **Territorio e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SASSEN, Saskia. El estado y la nueva geografía del poder. In: VINGEVANI, Tulho, et al. (orgs.) **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 42-3.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. [Internet] [www.sei.ba.gov.br/](http://www.sei.ba.gov.br/). Acesso em: 18/09/2012;

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. 1998. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Revista Bahia Agrícola**, v.2, n.3, p.1-7, 1998.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. O Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA/ Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia, 2006.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Silvana Sá de. Vende-se uma região: o *marketing* territorial público e privado do litoral norte da Bahia. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 8, n.17, p. 99-114, 2011.

SILVA, Vanessa Íris da S.; MENEZES, Christiano Marcelino. 2012. Contribuição para o conhecimento da vegetação de restinga de Massarandupió, Município de Entre Rios, BA, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v.12, n.2, p. 239-251, 2012.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. 1998. 122 f. **Em busca do paraíso...** A (eco)Lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte-Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

\_\_\_\_\_. Turismo e a internacionalização do Litoral Norte da Bahia. **Série Estudos e Pesquisas**, n.82, p. 199-222, 2009.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, Paulo, C.C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Rosemeri Melo e (org.). **Território, Planejamento, Sustentabilidade: conceitos e práticas**. São Cristóvão: Editora – UFS, 2009. 234 p.

STIFELMAN, Golde Maria. 1997. 89 f. **Sauípe em três tempos: um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1997.

TAUK, Sâmia Maria (org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1995. 185 p.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10 ed. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2001. 495 p.

TAVARES, Márcio Hohlenwerger. **Relatório Técnico de Supressão da Vegetação da Reserva Imbassaí apresentado ao INEMA**, 1999, 152 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico de Supressão da Vegetação do Complexo Hoteleiro-residencial Iberostar apresentado ao INEMA**, 2012, 234 p..

TINÔCO, Moacir; MOTA, João Vitor Lino; CARVALHO, Anderson Abbehusen. 2011. **Distribuição e uso de habitat da avifauna na restinga da Reserva Imbassaí, Litoral Norte da Bahia**. Revista Brasileira de Ornitologia, v.19, n.03, p. 364-375, 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

WALDMAN, Mauricio. 1995. Tempo, modernidade e natureza. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.16, p. 24-71, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

WATERS, Malcolm. **Globalization**. London/New York: Rotledge, 1995.

WATHERN, P. An introductory guide to EIA. In: WATHERN, P. (org.). **Environmental impact assessment: theory and practice**. London: Unwin Hyman, 1988a. p. 3-30

WESTMAN, W. E. **Ecology, impact assessment, and environmental planning**. New York: Wiley, 1985.

WWF – World Wildlife Foundation. [Internet]. **Áreas úmidas**. Disponível em: <  
[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/areas\\_umidas/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/areas_umidas/)>. Acesso em: 03/12/2012.